

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 8(1), 2018

R

O

T

S

Sumário

HISTÓRIA: Revista da FLUP - IV Série vol. 8, N. 1 (2018)

Comissão Editorial 1 Apresentação

Dossiê Temático:

Inês Amorim, Sara Pinto, Luís Pedro Silva	5	<i>O(s) Tempo(s)</i>
Ana Elisa Arêdes	12	A representação do tempo na <i>carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo</i> (1659)
Guilherme Amorim Carvalho	31	Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII)
Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo	54	“Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX)
Jorge Fernandes Alves, Elsa Pacheco	78	Tempo histórico, espacialidade e aceleração: João Crisóstomo e o caminho de ferro (1858)
Isabella Cortada	93	O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento
Hugo Ferreira	112	O futuro do passado - em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira
Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth Correio	136	Memórias do Café e da Imigração Italiana
Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro	158	“Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico
Helena Isabel Almeida Vieira	180	Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico

Outros Estudos

Hugo Silveira Pereira 199 A legislação ferroviária portuguesa (1845-

1892)

Irene Vaquinhas

219 Mulheres na Universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas

245 Notas Biográficas dos Autores

248 Ficha Técnica e Normas editoriais

APRESENTAÇÃO

A HISTÓRIA, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI) garante, neste ano de 2018, a periodicidade semestral iniciada em 2017. Com efeito, o 8.º volume da IV Série, 1.º semestre, em suporte digital, procura associar os parâmetros de qualidade científica com os processos de agilização de divulgação nacional e internacional.

O presente número responde ao repto lançado pelos responsáveis pelo Dossier temático, sob o tópico do *Tempo(s)*, numa aceção plural, por estar aberto não só à progressão da historiografia e epistemologia da História, como às abordagens plurais e interdisciplinares. A justificação é óbvia para a História, porque assume o tempo como uma categoria intrínseca à observação das mudanças e à elaboração da narrativa. Mas também é óbvio que a descontinuidade do tempo é observável hoje, quando o paradigma informacional e a sociedade em rede conduzem a uma perturbação sistémica na ordem sequencial do tempo, uma compressão e uma busca do controlo do tempo, criando cápsulas do tempo que o procuram fixar, através de processos mnemónicos, ativadores do passado, que a memória, ativada, se materializa em património.

Os textos que fazem parte do dossiê temático apresentam uma multiplicidade de abordagens em resposta à proposta dos editores deste número temático. O repto temático originou um texto agregador de um inesgotável caleidoscópico de perspetivas, sendo que a compreensão de cada tempo (o atual, de cada contemporaneidade) revela, em simultâneo, a trajetória da humanidade no decorrer do tempo e o estudo dessa trajetória. Os ritmos temporais, as suas representações, abrem-se às noções de tempo-memória, tempo-medida, tempo-geológico (holoceno) e tempo-social (antropoceno) a uma escala milenar, ao tempo atmosférico que procura monitorizar, entre outros aspetos, as mudanças climáticas.

Sob a perspetiva da relação entre tempo e a Providência, em “A representação do tempo na *carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo* (1659”, explora-se, na oratória do Padre António Vieira, as construções acerca do tempo,

particularmente na chamada *carta das Esperanças de Portugal*, na qual Vieira projetou no futuro, no presente e no passado, as verdades relatadas nos versos de Bandarra e arquitetou o que seria matéria do *Livro Antepimeiro da História do Futuro*. Por sua vez, o autor de *Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII)* mostra o impacto dessa tipologia de sermões, publicados ao longo do século XVII nas monarquias ibéricas, que levantavam a problemática da morte e do tempo, nas sociedades de então, no ajuste do comportamento social e da práxis política de homens ilustres, ao prescreverem deveres temporais e espirituais.

O tempo climático, tão difícil de atingir em épocas de registo pré-instrumental (muito antes dos observatórios meteorológicos), justifica a compilação de ecos dispersos de eventos climáticos extremos. Por isso, o texto “*Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo*”. *Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX)* é um material fundamental a ser explorado, localizando e transcrevendo documentação que acompanha aquelas manifestações públicas, contribuindo para estudos comparativos futuros acerca das percepções do clima, em períodos históricos.

Tempo histórico, espacialidade e aceleração: João Crisóstomo e o caminho-de-ferro (1858) é uma abordagem teórica e empírica, em que os autores, ao analisarem documentos centrais acerca da interpretação do atraso português e o imperativo português de agarrar a marcha da humanidade, recuperam uma reflexão epistemológica: a possibilidade de vislumbrar o futuro, ora segundo as filosofias da história, ora segundo um “prognóstico racional”, que introduziu a leitura científica dos dados empíricos, em particular na sociedade industrial, articulando essa relação entre o tempo histórico e o espaço.

Um outro grupo de artigos aborda as questões da memória e dos seus usos. Em *O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento* a autora convoca uma diversidade de autores que enriquece a reflexão sobre os usos da memória e do esquecimento, dentro da perspectiva da “desmemória” (de “apagamento”), ou da ideia de memória confiscada, à luz da experiência histórica. O artigo que se lhe segue, *O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira*, discute a importância do conhecimento histórico como forma de conferir valor a uma materialidade, de a projetar no futuro, de lhe

atribuir valor patrimonial, discutindo a opção pela ruína ou a reconstrução dessa materialidade. Os problemas são semelhantes, num outro espaço, quando se analisa a construção das *Memórias do Café e da Imigração Italiana*, articulando, do ponto de vista teórico e analítico, a afirmação da Casa da Memória Italiana, na cidade de Ribeirão Preto, Brasil, fruto do reconhecimento dos lugares como potencialmente criativos, que exploram as potencialidades encontradas em factos históricos, recursos materiais e imateriais, muitas vezes já identificados como patrimónios culturais, mas que exigem uma releitura do passado.

Finalmente, dois textos integram-se na didática da História, num processo de compreensão da aproximação dos alunos de hoje a tempos de difícil inteligibilidade, porque fora deste tempo, tantas vezes percebidos como ficcionais. Em “*Tudo começou com D. Afonso Henriques*”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico os autores abordam as representações construídas por estudantes daquelas idades, sobre aquilo que é o tempo histórico. No segundo texto, *Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico*, a autora, ao verificar como a noção de tempo é uma das mais abstratas e de mais difícil compreensão pelos alunos no ensino básico, mas também uma das mais necessárias para a aprendizagem da História, desenvolveu práticas pedagógicas (jogos didáticos e aplicações móveis) que procuraram melhorar o seu desempenho em exercícios específicos de ordenação temporal, no âmbito do estudo da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI.

Dois outros textos completam este volume, na rubrica *Outros Estudos*. O contributo para uma compilação e análise da produção legislativa, que acompanhou a construção ferroviária, comparando-as com o que se passava além-fronteiras, nomeadamente em Espanha, França e Bélgica, países que normalmente serviam de modelo à política ferroviária nacional, surge no estudo intitulado *A legislação ferroviária portuguesa (1845-1892)*.

Finalmente, em *Mulheres na Universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas*, a autora procurou proceder a uma caracterização sociológica e à análise dos percursos académicos das primeiras estudantes cabo-verdianas que ingressaram naquela universidade, enquadrando-os no contexto mais geral do acesso ao ensino superior dos estudantes das ex-colónias, cuja entrada

coincidiu com o início do Estado Novo e a intensificação de fluxos migratórios entre a metrópole e as antigas colónias africanas.

Estamos certos de que este número se deve, fundamentalmente, aos autores e aos revisores (dupla revisão) que leram atentamente, sugeriram e contribuíram para o apuramento dos textos finais.

Agradecemos a colaboração contínua dos serviços de apoio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que nos têm acompanhado neste processo de disponibilização dos conteúdos e afinamento de procedimentos frente às exigências tecnológicas.

Espera-se, sinceramente, não defraudar as expetativas e a confiança depositadas por muitos.

Porto, 28 de junho de 2018

A Comissão Editorial

Inês Amorim
Cláudia Pinto Ribeiro
Francesco Renzi
Jorge Martins Ribeiro
Luís Pedro Silva
Maria Antonieta Cruz
Sara Pinto
Teresa Cierco

Dossiê Temático:

O(s) Tempo(s)

Inês Amorim
(CITCEM-Universidade do Porto)
inesamorimflup@gmail.com

Sara Pinto
(FCT-CITCEM-Universidade do Porto)
saramcpinto@gmail.com

Luís Pedro Silva
(FCT-CITCEM-Universidade do Porto)
pedrosilva1099@hotmail.com

Resumo: como responsáveis pela proposta do dossiê temático, *o(s) tempo(s)* considerou-se ser pertinente uma reflexão mais alargada que contribuísse para uma leitura cruzada e interdisciplinar a partir da História, tendo em consideração a evolução do pensamento historiográfico, assim como as diferentes aceções do tempo, entre o histórico e o simbólico.

Palavras-chave: escalas temporais, memória, património, tempo natural e social.

Abstract: As proposal proponents of the thematic, *the time (s)*, we considered relevant a broader reflection that would contribute to a cross-reading and an interdisciplinary perspective from History scientific area, taking into account the evolution of historiography, as well as the different meanings of time, between the historical and the symbolic.

Key words: temporal scales, memory, patrimony, natural and social time.

Résumé: En tant que promoteurs du sujet proposé pour le dossier thématique, *le (s) temp (s)* ont a considéré pertinent une réflexion plus une lecture plus large, croisée et interdisciplinaire du point de vue de l'Histoire, tenant compte de l'évolution de la pensée historiographique, ainsi que les différentes significations du temps, entre l'historique et le symbolique.

Mots-clés: échelles temporelles, mémoire, patrimoine, temps naturel et social.

Resumen: Como proponentes de la temática propuesta para el dossier temático, *el tiempo (los tiempos)* se consideró pertinente una reflexión más amplia que contribuía a una lectura cruzada e interdisciplinaria a partir de la Historia, teniendo en cuenta la evolución del pensamiento historiográfico, como las diferentes aceptaciones del tiempo, entre lo histórico y lo simbólico.

Palabras clave: escalas temporales, memoria, patrimonio, tiempo natural y social.

O tempo interessa ao historiador de forma implícita, porque este assume que a História é uma narrativa de mudanças. A reflexão sobre este tópico tem sido feita por vários, no contexto de uma panóplia de estudos sobre o tempo, por parte da filosofia, antropologia cultural, por modelos estruturalistas, funcionalistas, fenomenológicos e marxistas, pela teoria do conhecimento histórico, entre cientismo e narrativismo (Hunt, 2008; Soares, 2010). A uma outra escala, mais micro, será possível perguntar de que forma um homem ou um grupo se apropria e como se apropria das ideias e crenças do seu tempo ou que parecem fora do seu tempo (Davis, 2009; Ginzburg, 1991; Revel, 1990, 1996). Justifica-se, por esta diversidade de percursos epistemológicos, que tenhamos usado a palavra tempo no plural.

Em 1977, Jacques Le Goff, recorrendo a muitos outros contributos, identificava alguns problemas colocados à História ‘do seu tempo’. Entre eles, o do tempo e a sua duração, “tanto com o tempo ‘natural’ e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registado dos indivíduos e das sociedades”, o que justificava a procura de instrumentos de medição e, por outro lado, o relacionar a história à memória. O outro problema, ligado ao anterior, era o da dialética da história, “numa oposição – ou num diálogo – passado/presente (e/ou presente/passado)”, associado a um sistema de atribuição de valores, como o do antigo e do moderno, do progresso, da decadência e da crise (Le Goff, 2000: 9). Neste último caso, a História seria feita segundo ritmos diferentes e ao historiador competia reconhecer tais ritmos.

Nesta perspetiva, o historiador parece ganhar um papel de analista das tendências e das regularidades históricas, apoiado numa panóplia de ferramentas que acumulam informação, a quantificam e a analisam a escalas inimagináveis. A medição parece tomar conta de uma análise que se quer científica, mas que não é suficiente para explicar as formas científicas de analisar a sociedade. Justifica-se, ainda, pela reflexão que a historiografia tem desenvolvido, em particular em dois campos, o do alargamento do território do historiador, quer em termos de objetos de estudo, quer da metodologia de análise dos processos de mudança, e o do crescente trabalho em equipas de investigação multidisciplinares que contaminam os modos de visitar fontes de informação e abordagens (Evans, 2002).

Assim, como recorda Marc Bloch, se a História é “a ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2010: 89), uma sequência de mudanças, que nos obrigam a refletir sobre as suas características, razões e as perceções das mudanças, ela torna-se, antes de mais,

um desafio de compreensão de cada tempo (o atual, de cada contemporaneidade), porque revela, em simultâneo, a trajetória da humanidade no decorrer do tempo e o estudo dessa trajetória (Bunge, 1985: 191).

Mais ainda, o tempo histórico ganha uma carga simbólica se associado ao conceito de património, ao situar-se entre a eternidade (datável) e a imortalidade (sem tempo), ou seja, entre a conservação de algo que nos emociona (pessoal), uma memória individual, e a manutenção de um vestígio efêmero que lhe dá imortalidade, ao tornar-se memória coletiva. Neste sentido, a ideia de património reconduz ao campo de uma tranquilizante ficção, a de conciliar a continuidade com a mudança, a conservação de um tempo com a criação de novas temporalidades. Para assegurar tal ficção, as “máquinas da memória”, como os arquivos, museus, monumentos, cidades, etc., fixam o tempo, são os seus guardiões, e o passado surge como um valor-refúgio (Guillaume, 2003: 29-36), ficcional, tantas vezes recriado.

De tempo estático a tempo linear, foi-se concebendo o explicativo e um desejo de futuro, enquanto ideia de progresso, visão que conduziu a uma classificação da periodicidade da História. Uma escrita cumulativa surge como comprovativo do passado, numa construção que se tornou explicativa de causas, elos e decorrências. Até que os tempos se desdobram em ciclos, inter-ciclos, seculares e plurisseculares; ritmos de longa duração ou estruturas, a média duração das conjunturas e os pequenos ciclos, ou o tempo de curta duração ligado ao evento (Pomian, 1993). Algumas frases emblemáticas recordam-nos como essas dimensões de tempo e de espaço são inerentes à História e homenageiam quem traçou e sensibilizou, há muito, para estas perspectivas: “a História do Mundo não é um rio mas vários rios, é uma superabundância de correntes”; “há temporalidades de longa ou muito longa duração, conjunturas lentas e menos lentas, modificações rápidas, algumas instantâneas” (Braudel, 1997: 12; Febvre, 1977: 55).

Realidade complexa, que obriga a adaptações, sobretudo quando hoje, cada vez mais, o paradigma informacional e a sociedade em rede induzem a uma perturbação na ordem sequencial do fenómeno sucedido, numa compressão do tempo (Castels, 2007: 597), ou em escalas que ultrapassam os tempos da construção dos nacionalismos (Mcneill, 2006).

Por seu lado, a valorização do tempo traduziu-se no surgimento dos tempos sociais, na transformação do tempo de trabalho (nas medições do trabalho humano, com

o taylorismo e sucedâneos) e do tempo de descanso, ou da liberdade de usar o tempo, nas suas variáveis: do calendário sagrado, entre devoções e tempos litúrgicos, ao tempo das comemorações políticas e de reivindicações sociais de um calendário social de lazer, de valorização dos “tempos sociais” (Corbin, 2001).

A medição do tempo assumiu múltiplas roupagens, num progressivo movimento de ciclos, dia e noite (Koslofsky, 2011), estações do ano, numa configuração humana, mecânica e, hoje, atómica, de frações de segundo. A História da medição do tempo é a de procura da normalização e das convenções, embora se intua que o processo de substituição dos campanários, dos sinos e dos relógios nos situe no domínio das alterações das paisagens sonoras e da cultura do sensível, de representação social (Corbin, 1994).

Atira-nos para uma outra dimensão, incontornável, quando na Idade Média se condenam os mercadores porque os seus ganhos significavam uma hipoteca sobre o tempo que se entendia como pertencente a Deus, pois que toda a atividade mercantil assentava sobre a antecipação de ganhos que dependiam da variante tempo – acumulação face à previsão de fomes, compra e venda em conjunturas favoráveis. A elaboração teórica ao nível canónico e teológico adaptou-se muito lentamente às mudanças do mundo em termos de práticas económicas, tanto mais que as infraestruturas parecem ampliar os ganhos em tempo. O “tempo do mercador” acelerase quando ele acumula exponencialmente a sua riqueza ao colocar os seus capitais a juros, numa ambivalente e chocante novidade que se amplia, até hoje, em ganhos, por vezes, sem rasto (Le Goff, 1960; Rosenthal, 1993; Priotti, 2002).

Finalmente, a lógica da atemporalidade coloca-se, por outro lado, como fator de resistência, porque atores sociais “tentam controlar o domínio da atemporalidade sem história” (Castels, 2007: 614), nomeadamente nas questões ambientais, entre a busca pelo controlo do espaço (reação defensiva) e a busca pelo controlo do tempo (preservação da natureza para as futuras gerações) (Castels, 2007 a: 78), lógica que se terá colocado noutros tempos, cronologicamente recuados (Mcneill, 2006: 285).

Esta perspetiva conduz-nos à dimensão do “tempo profundo”, um conceito associado à periodização geológica (Holoceno), a que sucede a socio-biológica (Antropoceno, com o surgimento de organismos multicelulares complexos), no alinhamento de duas trajetórias até então separadas, a do tempo geológico e a do tempo social. Numa revisão mitológica, a deusa grega Gaia, mãe ancestral da Terra, torna-se

uma deusa vingativa frente à conduta humana, ao protagonismo do ser humano, sobretudo por o conectar com as profundezas do tempo, com os não humanos que nos fazem humanos (microrganismos), à dinâmica climática (Arias Maldonado, 2018: 99-104; Le Cain, 2017: 1-22; Robin, Sörlin, Warde, 2013: 479-526).

Mas o tempo é, igualmente, o momento atmosférico, é o estado do clima e das estações do ano, continuando a ser uma configuração de perceções do tempo que, cada vez mais, se quer controlar, medir e perceber, para antecipar os seus extremos (Brázdil et al., 2010; Pfister, 2015). A frequência e a intensidade desses fenómenos naturais serão, tendencialmente, registadas, de um modo que se quer cientificamente conduzido. Contudo, o registo contém conjuntos de dados muito mais amplos para a avaliação das respostas culturais e sociais, tendo em consideração o antes e o depois de um evento, nomeadamente os desastres, em que a memória social surge como um elemento fundamental reconstituente desse evento extremo, em cada tempo (Bankoff, 2004).

Bibliografia:

ARIAS MALDONADO, Manuel (2018), *Antropoceno. La política en la era humana*, Barcelona, Penguin Random House.

BANKOFF, Greg (2004), “Time is the Essence: Disasters, Vulnerability and History”, *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, vol. 22, n.º 3, November, pp. 23-42.

BLOCH, Marc (2010), *Introdução à História*. Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, Mem Martins, Publicações Europa-América.

BRAUDEL, Fernand (1997), *Civilisation matérielle, Economie et Capitalisme. Les Structures du Quotidien*, Paris, Armand Colin.

BRÁZDIL, Rudolf; DOBROVOLNÝ, Petr; LUTERBACHER, Jürg; MOBERG, Anders; PFISTER, Christian; WHEELER, Dennis; ZORITA, Eduardo (2010), “European climate of the past 500 years: new challenges for historical climatology”, *Climatic Change*, 101, pp. 7-40.

BUNGE, Mario (1985), *Treatise on Basic Philosophy, Volume 7, Netherlands*, Springer Netherlands.

CASTELS, Manuel (2007 a), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II.

- Inês Amorim, Sara Pinto, Luís Silva – O(s) Tempo(s) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a1
- CASTELS, Manuel (2007), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A sociedade em rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I.
- CORBIN, Alain (1994), *Les cloches de la terre. Paysage sonore et culture sensible dans les campagnes au XIX siècle*, Paris, Albin Michel.
- CORBIN, Alain, ed. (2001), *História dos tempos livres*, Lisboa, Teorema.
- DAVIS, Natalie Zemon (2009), *O regresso de Martin Guerre*, Lisboa, Fio da Palavra.
- EVANS, Richard (2002), "Prologue: What is History? – Now", in David Cannadine (ed.), *What is History now?* Houndmills, Palgrave Macmillan, pp. 1-18.
- FEBVRE, Lucien (1977), *Combates pela História*, Lisboa, Editorial Presença.
- GINZBURG, Carlo (1991), *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel.
- GUILLAUME, Marc (2003), *A política do património*, Lisboa, Campo das Letras.
- HUNT, Lynn (2008), *Measuring time. Making History*, Budapest, Central European University Press.
- KOSLOFSKY, Craig (2011), *Evening's empire. A history of the night in the Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LE CAIN, Timothy J. (2017), *The matter of History. How things create the past*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LE GOFF, Jacques (2000), *História e Memória*, Lisboa, Edições 70, vol. I.
- LE GOFF, Jacques (1960), "Au Moyen Âge: temps de l'Église et temps du marchand", *Annales*, 15, pp. 417- 433.
- McNEILL, William H. (2006), "Afterword: World History and Globalization", in A.G. Hopkins, *Global History: Interactions between the universal and the local*, Basingstoke, Macmillan.
- PFISTER, Christian (2015), "Weather, Climate and the Environment", in Hamish Scott (ed.), *The Oxford Handbook of Early Modern European History, 1350-1750: Peoples and Place*, Oxford, Oxford University Press, vol. I, pp. 70-93.
- POMIAN, Krzysztof (1993), *Tempo/Temporalidade*, Enciclopédia Einaudi, vol. 29, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PRIOTTI, Jean-Philippe (2002), "Uso material e inmaterial del dinero. Un análisis social para el estudio de los patrimonios mercantiles en España y América (siglos XVI-XVII)", in R. Robledo Hernández y H. Casado Alonso (coords.), *Fortuna y negocios: formación y gestión de los grandes patrimonios (siglos XVI-XX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, pp. 45-72.

Inês Amorim, Sara Pinto, Luís Silva – O(s) Tempo(s) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a1

REVEL, Jacques (1990), *A invenção da sociedade*, Lisboa, Difel.

REVEL, Jacques, dir. (1996), *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris, Gallimard-Le Seuil, «Hautes Études».

ROBIN, Libby; SÖRLIN, Sverker; WARDE, Paul (2013), *The Future of Nature*, New Haven and London, Yale University Press.

ROSENTHAL, Jean-Laurent (1993), “Credit Markets and Economic Change in Southeastern France 1630-1788”, in *Explorations in Economic History*, Vol. 30, Issue 2, April, pp. 129-157.

SOARES, Artur Martinho (2010), *História e Ficção em Paul Ricœur e Tucídides*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ana Elisa Silva Arêdes – A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo (1659) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 12-30. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a2

A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, *Quinto Império do mundo (1659)*

La représentation du temps dans la lettre des Espoirs du Portugal, *Cinquième Empire du monde (1659)*

La representación del tiempo en la carta de las Esperanzas de Portugal, *Quinto Imperio del Mundo (1659)*

The representation of time in the letter of the Hope for Portugal, *Fifth Empire of the world (1659)*

Ana Elisa Arêdes
Universidade Federal do Rio de Janeiro
anaelisaarede@gmail.com

Resumo: Tendo em vista as relações traçadas no século XVII entre a história, tempo e Providência divina, este artigo tem o objetivo de investigar a representação do tempo na carta remetida pelo padre Antônio Vieira ao também jesuíta André Fernandes em 29 de abril de 1659. Nessa carta, Vieira interpretou a profecia de Bandarra e enunciou os momentos específicos de sua realização, que resultaria na fundação do Quinto Império. Portanto, analisaremos como Vieira manipulou as concepções de tempo a fim de produzir concordância entre os versos proféticos e os eventos históricos, revelando os sinais que foram ocultos no mundo pela Providência.

Palavras-chave: tempo, epistolografia, Quinto Império, padre Antônio Vieira.

Abstract: Considering the relations developed in the seventeenth century between history, time and Divine Providence, this paper aims to investigate the representation of time in the letter sent by priest Antônio Vieira to the also Jesuit André Fernandes on April 29, 1659. In this letter, Vieira interpreted the prophecy of Bandarra and enunciated the specific moments of its accomplishment that would result in the foundation of the Fifth Empire. Therefore, we will analyse how Vieira used the conceptions of time in order to produce concordance between the prophetic verses and historical events, revealing the signs that were hidden in the world by Providence.

Keywords: time, epistolography, Fifth Empire, priest Antônio Vieira.

Résumé: Compte tenu des relations établies au XVIIe siècle entre l'histoire, le temps et de la Divine Providence, cet article vise à étudier la représentation du temps dans la lettre envoyée par le père Antônio Vieira au jésuite André Fernandes le 29 avril 1659. Dans cette lettre, Vieira interprète la prophétie de Bandarra et observé les moments spécifiques de son accomplissement, qui aboutirait à la fondation du Cinquième Empire. Par conséquent, nous allons analyser comment Vieira mobilisa les conceptions du temps afin de produire une concordance entre les versets prophétiques et les événements historiques, révélant les signes qui cachés dans le monde par la Providence.

Mots-clés: temps, épistolographie, Cinquième Empire, père Antônio Vieira.

Resumen: Teniendo en cuenta las relaciones trazadas en el siglo XVII entre la historia, tiempo y Providencia divina, este trabajo tiene el objetivo de investigar la representación del tiempo en la carta remitida por el padre Antônio Vieira al también jesuíta André Fernandes el 29 de abril de 1659. En esa

Ana Elisa Silva Arêdes – A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo (1659) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 12-30. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a2

carta, Vieira interpretó la profecía de Bandarra y enunció los momentos específicos de su realización, que resultaría en la fundación del Quinto Imperio. Por lo tanto, analizaremos cómo Vieira manipuló las concepciones de tiempo a fin de producir concordancia entre los versos proféticos y los acontecimientos históricos, revelando los signos que fueron ocultos en el mundo por la Providencia.

Palabras clave: tiempo, epistolografía, Quinto Imperio, padre António Vieira.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as construções acerca do tempo na oratória vieiriana, particularmente na chamada *carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo*, na qual Vieira projetou no futuro, no presente e no passado as verdades relatadas nos versos de Bandarra e arquitetou o que seria matéria do *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, a saber: o Quinto Império, um reino perfeito, no qual nações, povos e príncipes viveriam em paz num estado de adoração e obediência a Cristo, sendo a justiça universal e os vícios inexistentes.

Compreendida como uma conversa entre ausentes, a correspondência vieiriana obedecia as modelizações retóricas, respeitava as funções epistolares determinadas por Inácio de Loyola e reproduzia as prescrições atualizadas da *ars dictaminis*¹. Sabendo disso, constata-se que a *carta das Esperanças de Portugal* destinava-se à informação, à construção de laços de devoção e à promoção da comunhão espiritual entre os correspondentes. Partindo disso, nessa missiva, Vieira enunciou que seu objetivo era explicar a futura ressurreição do rei D. João IV com maior clareza, visto que já teria mencionado o assunto repetidas vezes com o padre jesuíta André Fernandes, o destinatário (Vieira, 2003: 488).

Em acordo com as diretrizes de Francisco Rodrigues Lobo, essa missiva apresenta, de modo breve e claro, as razões para consolar e persuadir os remetentes (Lobo, 1890: 51)². Aliado a isso, a *carta das Esperanças* obedece a modelos epistolares

¹ A arte da escrita de cartas era dominada pelos jesuítas desde sua formação, sendo obrigação dos iniciados professados escrever, enviar, receber, responder e conservar a correspondência. A sistematização da escrita das cartas jesuíticas estava ligada a prerrogativas discursivas e a funções epistolares fundamentadas por determinações de Loyola e secundadas pelo seu secretário, o padre Polanco. Em 1547, determinou-se a obrigatoriedade da escrita das cartas e a necessidade da constância no seu envio por parte dos jesuítas. Além das prescrições da Companhia, a epistolografia jesuítica obedecia ao preceituário técnico que condicionava a matéria, a disposição do conteúdo e o formato das cartas, a *ars dictaminis*. Esse conjunto de prescrições era fundamentado em tratados epistolares e modelos discursivos que recuperavam a tradição medieval e incluíam a correspondência numa pragmática. No entanto, os jesuítas negavam a tradição medieval no que dizia respeito à separação sistemática entre os textos orais e escritos, enquanto resgatavam a concepção de Cícero sobre a carta, concebida como uma conversação entre amigos ausentes. Cf. (Daher, 2012); (Hansen, 2000); (Maduro, 2012).

² Como será visto, a *carta das Esperanças* foi remetida ao padre André Fernandes com a intenção que chegasse às mãos da rainha D. Luisa de Gusmão, sendo que, por meio dessa missiva, Vieira propõe

relativos à deliberação perante a uma questão controversa, apresentando, por exemplo, um ponto de partida inquestionável (a primeira proposição do silogismo), como fora requerido por seu correspondente (Muhana, 2014: 28)³. À vista disso, Vieira dedicou-se a identificar as pessoas e os acontecimentos da história humana que estariam prescritos na profecia, a fim de justificar sua interpretação dos versos proféticos.

A partir dessas questões, analisaremos como as relações entre história e profecia eram construídas sob a perspectiva cristã. Em busca de ampliar essa matéria, investigaremos como essas questões estavam relacionadas com a concepção de tempo e com a Providência divina. Assim, recorreremos aos textos atribuídos a Cícero e Aristóteles, bem como aos escritos escolásticos, uma vez que essas obras forneciam prerrogativas argumentativas e modelos discursivos frequentemente imitados e emulados no século XVII. Aliado a isso, verificaremos como o padre António Vieira mobilizou essas questões em seus textos e atualizou-as em seus sermões, cartas e textos proféticos. Por fim, identificaremos quais sentidos Vieira atribuiu ao tempo na *carta das Esperanças de Portugal*, na qual o remetente congregou duas formas opostas: a profecia e a história humana. Uma vez que, como ressaltou Pedro Calafate, a história se referiria à vontade divina, mas acontece no tempo dos homens; já a profecia se associava à revelação dessa vontade, mas estaria fora da ordem do tempo histórico (Calafate, 2014: 66).

Profecia, tempo teológico e história escatológica: o des-cobrimento nos escritos de padre António Vieira

No século XVII, os géneros históricos eram organizados a partir da relação entre a história e o particular, uma vez que a primeira seria a narração e a descrição de ações e eventos singulares. A história, orientada pelo decurso do tempo, se ocuparia de acontecimentos de todo o género, desde que eles estivessem ligados às ações humanas. Enquanto a poesia se dedicava ao universal e ao possível, de acordo com as proposições aristotélicas, a história colecionava *exempla* de modelos morais sob a forma de relatos

consolar a rainha frente aos conflitos políticos vividos em Portugal e na Cristandade. Cf.: (Azevedo, 1931).

³ A *carta das Esperanças* apresenta um silogismo dividido em duas proposições: a primeira é “Bandarra é verdadeiro profeta”, e a segunda “Bandarra profetizou que El-Rei D. João o quarto há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando: logo El-Rei D. João o quarto há-de ressuscitar” (Vieira, 2003: 200).

acerca das ações do que ocorrera em determinado período⁴. Em outros termos, a poética era estruturada em torno de ações e pessoas; já a narrativa histórica era organizada ao redor de um espaço de tempo e, nesse sentido, devia contar tudo o que nele ocorreu em relação a uma ou mais pessoas, ligando os eventos por um nexo fortuito.

De acordo com Reinhart Koselleck, os gêneros históricos estavam conectados ao *topos* da história mestra da vida, segundo o qual a história deixaria aos indivíduos, no presente, a capacidade de repetir sucessos e evitar os erros do passado (Koselleck, 2006: 41). Portanto, nas narrativas históricas acumulavam-se coleções de exemplos imitáveis ou repudiáveis, que se encontravam disponíveis aos indivíduos que desejassem alcançar êxitos e evitar enganos e falhas.

Segundo *Retórica a Herênio*, os exemplos, relatos de algo feito ou dito no passado, deveriam ser mobilizados para demonstrar e confirmar como é aquilo sobre o que se diz ([Cícero], 2005: 205). Diferente do testemunho que confirmava que é como dissemos, os exemplos iluminavam o obscuro e esclareciam o que seria mais provável, quando empregados para tratar de coisas mais verossímeis ([Cícero], 2005: 294). Assim, os acontecimentos pretéritos poderiam ser usados como *exempla* para ensinar aos homens e ajudá-los a deliberar sobre o que está por vir e é possível.

Por conseguinte, respondendo às urgências do futuro, os *exempla* eram qualificados para gerar modelos ligados às personagens ou aos acontecimentos, elencando virtudes, vícios e relações causais entre o carácter das personagens, as ações humanas e os eventos. Segundo a análise de John Lyons, no período moderno, o *exemplum* era concebido como produto do sistema de coleção e comentário, que era conveniente aos que buscavam recuperar a sabedoria da antiguidade (Lyons, 1986: 12). Digno de ser apresentado para ser imitado ou evitado, o exemplo deveria ser adequado

⁴ A diferenciação entre as atividades do poeta e do historiador remonta à Antiguidade, em particular aos textos de Aristóteles, que afirmam que essa distinção não repousava na distância entre verso e prosa, mas sim na matéria. Enquanto o poeta escreve sobre o que poderia ter acontecido, o historiador narra e descreve o que aconteceu, em um determinado intervalo de tempo. Aliado a isso, em *Poética*, Aristóteles apresenta que a poesia poderia cantar fatos acontecidos no decurso histórico, mas o poeta era quem devia os entrelaçar, construindo relações de dependência e desencadeamento e seguindo uma linha narrativa e coerente de acordo com o carácter dos personagens. A poesia demonstraria verdades gerais, pois, de acordo com a necessidade ou a verosimilhança, enunciava as espécies de coisas que um indivíduo de certa natureza e carácter poderia dizer ou fazer. Contudo, as narrativas históricas abordavam um tempo único, relatando todos os eventos que sucederam num intervalo temporal determinado e, assim, exporia várias ações. Portanto, a poesia referia-se ao universal e a história ao particular. Desse modo, ao diferenciar história e poesia, Aristóteles delimita suas fronteiras e, assim, define-as. Cf.: (Aristóteles, 1991); (Aristóteles, 2002).

ao assunto para que o autorizasse e, diante disso, o orador conseguisse persuadir a audiência.

No regime retórico, a história era uma “presença tangível, capaz de orientar, como aquisição para sempre, inúmeras gerações” (Charbel, 2008: 567). A partir deste enunciado, percebemos que na história reunia-se um repertório de passados, com a pretensão salvar do esquecimento as ações humanas. No interior dessa relação, o tempo como aparelho argumentativo estaria relacionado à memória nos dois sentidos aristotélicos, *mamnesi* e *mneme*. Em outras palavras, o tempo estaria conectado, respectivamente, à faculdade que possibilita ao indivíduo recorrer ao passado e à faculdade responsável por conservar o passado.

Enquanto para Cícero, a capacidade dos eventos de iluminarem o futuro teria um sentido prático (Cícero, 1848: 145), para os escolásticos teria um sentido teológico. Em Agostinho, encontramos a justificativa dessa assertiva: a história seria ordenada pela razão divina, que é anterior a todos os eventos, não tem início, nem fim e, dessa maneira, envolve e transcende o tempo (Agostinho, 2002: 130)⁵. À vista disso, os acontecimentos seriam símbolos do conhecido e as situações anunciariam algo oculto em sinais.

Ademais, as coisas seriam conhecidas por meio dos sinais, que eram omitidos pela Providência⁶. A dinâmica da sinalização e ocultação era comandada pela relação entre a razão humana e a divina, sendo que a segunda seria responsável por ocultar os sinais e a primeira por desvelar os mesmos. Apesar das coisas humanas (*quae sunt hominis*) serem os temas da história, ela não seria uma instituição dos homens, uma vez que a história seria uma trajetória temporal que parte da Criação em direção ao Apocalipse, isto é, de Deus para Deus.

Segundo a escolástica tomista, os fatos históricos trariam a marca da Providência divina, razão que ordena todas as coisas para um fim e governa o mundo para a execução dessa ordem (Aquino, 2001: 270). Desse modo, como demonstrou Jacques Le Goff, o tempo teológico é organizado por Deus, que é sua origem e fim e, portanto, o tempo dos homens seria seccionado pelo marco central do aparecimento de Cristo na

⁵ Segundo a escolástica, Deus conhece e compreende tudo, seja universal ou particular, seja o fim do objeto ou o efeito do mesmo, por isso a razão divina comandaria e ordenaria as criaturas, dentre as quais se incluem os homens e o tempo.

⁶ Sinais foram definidos por Agostinho como “toda coisa que, além da impressão que produz em nossos sentidos, faz com que nos venha ao pensamento outra ideia distinta” (Agostinho, 2002: 85).

história humana (Le Goff, 1980: 45). Logo, o tempo foi dividido entre o que prefigurou o acontecimento – tudo o que decorreu antes da Encarnação – e o que foi sua consequência – o que aconteceu, acontece e acontecerá depois. Sendo Deus o objetivo final e provedor de tudo que existe, os desígnios de sua Providência estariam ocultos para os homens, no entanto ela faz uso de alguns meios de comunicação e, como efeito da bondade divina, transmite às criaturas dignidade (Aquino, 2001:272).

Segundo as proposições agostinianas, a Providência divina não excluía o livre-arbítrio, pois a vontade humana, assim como as ações que dela decorrem, encontrava-se incluída na ordem divina (Agostinho, 1995: 132). Ainda que alguns eventos fossem causados pelas ações humanas, não significava que eles deixavam de obedecer à vontade de Deus. Então, os acontecimentos eram atribuídos à Providência, ao passo que a história humana convergia para o momento em que Cristo esteve no mundo.

Diferente da incerteza e da indeterminação quanto ao futuro enunciados por Aristóteles (Aristóteles, 1984: 61), a teologia cristã defendia que o tempo finito histórico estava inscrito no infinito divino. Ao manipular essas questões, António Vieira compõe o *Sermão da Primeira Domingo do Advento*, em 1651, no qual conta a história dos homens, de Adão e Eva até os maiores impérios. Sob a luz fornecida pelo Evangelho de Lucas “*Caelum et terra transibunt: verba autem mea non transibunt*”, a intenção de Vieira não é narrar acontecimentos particulares, mas demonstrar o que está omitido na história: “tudo passa para a vida, e nada passa para a conta” (Vieira, 1998: I). Essa máxima de Vieira significa que, no decurso do tempo dos homens, tudo encontra a ruína e o fim, em um movimento perpétuo; contudo, na eternidade, os pecados e as boas obras permanecem no momento do juízo, uma vez que ela envolve o tempo finito e que no juízo todos os homens prestam as contas de “tudo o que se passou na vida” (Vieira, 1998: VI).

Portanto, nos textos de Vieira, o passado torna-se visível pela história, enquanto o futuro poderia ser visto por meio das profecias, que eram revelações divinas que iluminavam os desígnios da Providência, como enunciado no Sermão de Quarta-feira de Cinzas (1674): “Se quereis ver o futuro, lede as histórias e olhai para o passado; se quereis ver o passado, lede as profecias e olhai para o futuro.” (Vieira, 2001: 64). A partir disso, as metáforas e os enigmas proféticos seriam assimilados à história humana por meio da busca de acontecimentos e signos que pudessem desvendar os enigmas.

Apesar das distâncias temporais entre eventos, pessoas e reinos, tudo que ocorresse na Terra estava disposto analogicamente, mas o final dos tempos estaria suspenso, prenunciado e sob uma contínua expectativa da destruição do tempo, que alimenta a própria profecia (Koselleck, 2006: 32)⁷.

Os desígnios da Providência estariam ocultos nas profecias, assim como nos eventos históricos e nas Escrituras, uma vez que a razão divina ordenava a Criação, ao passo que dissimulava nela a vontade de Deus. A leitura atenciosa dos textos sagrados, o conhecimento da doutrina católica, o estudo, a meditação e as virtudes forneciam a luz necessária ao pregador para que revelasse os sinais divinos e as verdades ocultas no mundo.

Além da luz concedida pelos textos sagrados, a Graça divina poderia iluminar os sinais da Providência. No entanto, segundo Tomás de Aquino, a luz da Graça não se infundia nos corações de todos, nem de forma igual (Aquino, 2001: 943). Diferentemente dos outros dons concedidos por moção divina, para que se recebesse a luz da Graça não era necessário estar preparado, nem mover a vontade⁸. Pois, a Graça se infundia naqueles que, por estarem inclinados para o bem, a mereciam; mas essa deliberação cabia à razão divina, em termos que a humana não poderia alcançar.

Em seus escritos, notoriamente nos sermões, cartas e textos proféticos, padre António Vieira mobilizava esquemas argumentativos, modelos discursivos, técnicas retóricas e seu vasto conhecimento sobre os textos sagrados, a teologia cristã e a história dos homens com o objetivo de *des-cobrir* nos casos particulares o que estaria encoberto por ação divina. Desse modo, revelar os sinais significava fixar as coisas no mundo e produzir sua existência, pois a partir desse processo elas se tornariam visíveis aos homens. Ou seja, *des-velar* o sinal significava definir a ideia que ele produz no pensamento, distinta da impressão que ele cria em nossos sentidos (Agostinho, 2002: 81).

⁷ A relação analógica era fundada pela presença de Deus nos eventos e nos seres e a simultânea presença das criaturas em Deus. Isso significava que, a presença de Deus produzia concordância no mundo e dispunha os eventos e os seres analogicamente e, a partir disso, era possível que os homens, a nível discursivo, ordenassem o decurso da história pelas semelhanças e dessemelhanças entre os acontecimentos.

⁸ A Graça divina era a maior das dádivas, pois era necessária para a salvação da alma. Segundo o Concílio Tridentino, a fé, as obras e a Graça divina eram as três causas e condições necessárias para a salvação da alma.

Em seus sermões, Vieira sinaliza e revela a presença de Deus no mundo ao anunciar o que está encoberto no mundo (Pécora, 1995: 113). De modo análogo, o jesuíta procede nas cartas evidenciando os sinais presentes nos acontecimentos narrados, explicitando os significados específicos de cada um. Para isso, recorria a situações pretéritas e delas extraía conhecimentos aplicáveis às circunstâncias semelhantes. Ao passo que, nos textos proféticos, Vieira preocupa-se em identificar os sinais que associam os eventos narrados na profecia e os acontecimentos da história humana, produzindo concordância entre eles. Portanto, Vieira interpretava e divulgava a movimentação divina nos casos particulares e, por conseguinte, na história humana (Pécora, 1995: 163).

Os casos particulares são acontecimentos que se desenrolam no decorrer da história providencialista e escatológica. No entanto, as semelhanças e dessemelhanças entre os casos particulares não estavam restritas ao passado, sendo que, uma vez identificadas nos discursos, elas poderiam ser reconhecidas no presente e no futuro. Simultaneamente, era possível reportar-se aos eventos históricos no âmbito do particular, como também aplicar um argumento idêntico em acontecimentos passados, presentes e futuros, tendo em vista as suas especificidades históricas de seres e eventos.

Assim sendo, Vieira era capaz de enxergar os sinais anunciados no passado e no presente de algo que se realizará no futuro. As profecias e os ensinamentos retirados da experiência e dos textos sagrados, verdades imutáveis oferecidas por Deus aos homens, forneciam ao orador a luz necessária para que visse através da obscuridade nos acontecimentos e interpretasse os sinais ocultos neles.

Aliado a isso e a partir da relação simultânea de participação dos seres e eventos no Criador e do Criador nos seres e eventos, Vieira identificava as qualidades semelhantes entre os acontecimentos, as quais mostrava-lhe os caminhos e os efeitos de determinadas ações, uma vez que sendo as circunstâncias históricas e as ações similares, os efeitos e os percursos das ações seriam calculáveis por meio do uso da prudência. Esse procedimento auxiliava o jesuíta na elaboração de prognósticos aplicáveis ao presente, ou, em seus termos, historiar o futuro.

Portanto, o tempo teológico não era compreendido como circular e, por conseguinte, um evento passado era irreversível, bem como não poderia acontecer novamente. Contudo, como enunciado pelo padre António Vieira em *História do*

Ana Elisa Silva Arêdes – A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo (1659) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 12-30. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a2

Futuro, passado e futuro eram concebidos como dois hemisférios no mesmo horizonte, sendo o presente um instante localizado entre eles (Vieira, 2015: 73).

As concepções acerca do tempo na carta das Esperanças de Portugal

Entre 1658 e 1661, padre António Vieira percorreu o interior do Maranhão, Ceará e Pará como visitador da Companhia de Jesus⁹. Suas viagens tinham como objetivo evangelizar os indígenas da região, principalmente os Nheengaíbas, da ilha de Marajó, e os Tabajaras, da serra de Ibiapaba¹⁰. Em abril de 1659, quando retornava a Belém de uma viagem pelo sertão, Vieira adoeceu e repousou em Camutá, de onde partiria em direção ao rio das Amazonas. Durante a estada, o jesuíta escreveu a missiva que ficou conhecida como *carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo*.

Escrita em 29 de abril de 1659, essa carta fora endereçada a André Fernandes, bispo do Japão, que deveria entregá-la à rainha viúva D. Luísa de Gusmão, de quem era

⁹ Entre 1653 e 1661, Vieira viajou em comboios de canoas pelos rios do sertão do Estado do Maranhão e Grão-Pará, onde os trabalhos nas lavouras e na coleta das drogas do sertão eram realizados por índios, em maioria, escravizados. Quando Vieira chegou a São Luís, em 1653, a catequese dos índios era incipiente na região, mas ele agiu a fim de desenvolver missões e aldeamentos para a redução indígena. Sua missão pelos sertões foi interrompida em 1654, quando partiu para Lisboa a fim de questionar as determinações da lei decretada em 1653 (que permitia a escravidão indígena em caso de guerra justa); o jesuíta regressou à missão em 1654. A liberdade indígena e o direito de tutela jesuíta sobre os índios foram constantemente defendidos por Vieira na década de 1650, o que aumentou os conflitos entre jesuítas e colonos. Dessa tensão resultou a revolta dos colonos em 1661, que expulsou Vieira e outros inacianos das cidades de Belém do Pará e São Luís do Maranhão. Nessa ocasião, Vieira partiu para Lisboa; na mesma época, o Santo Ofício reunia denúncias contra Vieira, até que, em 21 de julho de 1663, ele foi chamado para o primeiro exame. Cf.: (Azevedo, 1931).

¹⁰ Nheengaíbas e Tabajaras se aliaram aos holandeses durante a ocupação. Após a derrota holandesa, os primeiros continuaram resistentes aos lusos na ilha de Marajó, já os segundos refugiram-se na serra de Ibiapaba. Em sua correspondência, Vieira manipulou o caso da missão jesuíta junto aos Nheengaíbas para defender que a paz entre colonos e índios implicava no estabelecimento de missões e, a partir disso, na redução desses gentios à obediência ao rei de Portugal. Nesse sentido, em carta enviada a D. Afonso VI, datada de novembro de 1659, dá-se notícias sobre as missões e narra-se a história entre os índios Nheengaíbas e os portugueses. Segundo a missiva, quando chegaram às terras desses nativos, os portugueses foram recebidos com amizade, mas, passado algum tempo, os indígenas entraram em guerra contra os lusos em defesa de sua liberdade, visto que passaram a ser escravizados. Décadas mais tarde, essa rivalidade aproximou os Nheengaíbas dos holandeses e, mesmo após a expulsão destes, os indígenas continuaram a travar guerras contra os portugueses. No entanto, segundo Vieira, os conflitos cessaram em 1658 com a oferta de paz dos “homens de bem” do Pará e, pelos desígnios da Providência divina, os índios abandonaram a aliança com os holandeses e aproximaram-se dos lusitanos, o que permitiria a criação de missões e a integração do rio Amazonas ao domínio português. Vieira também explica que, os capitães da Conquista foram chamados pelo governador Pedro de Mello, em 1659, para opinar sobre as prevenções que deveriam ser tomadas em relação aos índios Tabajaras caso houvesse uma guerra contra os holandeses. Esses homens “responderam todos uniformemente” que deveria ser imitado o que fora feito em relação aos Nheengaíbas: “procurar por amigos” entre os Tabajaras e firmar a paz. Cf.: (Vieira, 2003).

Ana Elisa Silva Arêdes – A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo (1659) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 12-30. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a2

confessor¹¹. Na *carta das Esperanças de Portugal*, Vieira destrinçou e interpretou os versos da profecia do sapateiro Gonçalo Aneas Bandarra¹². A matéria de que se ocupa a *narratio* dessa missiva é a afirmação de que Bandarra foi verdadeiro profeta e a defesa de que o recém-falecido D. João IV, e não D. Sebastião, era o rei de quem falou Bandarra em suas profecias¹³. Isso significava que, o rei Restaurador retornaria de entre mortos para guiar Portugal na vitória contra Castela, derrotar e destruir permanentemente o império turco e promover a conversão de todos os judeus¹⁴.

De acordo com Ana Isabel Buescu, assim como outros pregadores do século XVII, Vieira defendeu que o povo português teria sido eleito para executar os desígnios divinos através da missão imperial, que seria concretizada na realização do Quinto Império do mundo (Buescu, 1993: 177). Nesse sentido, a conversão mundial seria o fim e o meio para que se alcançasse a paz espiritual e temporal e se extinguisse as heresias no mundo.

Expressão da unidade entre os homens, este império da justiça e da paz asseguraria o bem comum internacional (Calafate, 2014: 59). Enquanto categoria contrarreformada, o bem comum, fim e função da sociedade e do Estado, promovia a concórdia entre as gentes em torno da Coroa portuguesa. Através da obediência e com a finalidade de manter a paz, a noção de concórdia significava a submissão das gentes ao interesse maior, pelo cumprimento das tarefas compreendidas como vitais para o funcionamento do corpo social.

¹¹ Vieira remeteu duas vias dessa carta (uma em abril, outra em novembro), o que indica que a primeira não fora entregue. Cf.: (Azevedo, 1931).

¹² Gonçalo Bandarra era um homem humilde, sem domínio da cultura letrada, que viveu em Trancoso na primeira metade do século XVI e escreveu sua profecia em versos, que ficaram conhecidos como *Trovas*.

¹³ As profecias de Bandarra foram amplamente interpretadas pelos sebastianistas como prova da volta de D. Sebastião. O Sebastianismo foi uma forma de expressão teológico-política da esperança de “ressurreição” do reino de Portugal durante o período da União Ibérica (1580-1640). Depois da Restauração, a crença na volta de D. Sebastião continuou forte entre os portugueses. Cf.: (Azevedo, 1918); (Marques, 1983).

¹⁴ Em 1660, o Conselho Geral do Santo Ofício tomou conhecimento sobre a *carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo* e requisitou que o padre André Fernandes enviasse seu manuscrito e comparecesse para prestar testemunho sobre a correspondência. Apesar de não comparecer, o bispo enviou o manuscrito, que foi o documento formal que deu abertura ao processo inquisitorial contra António Vieira. No entanto, somente em 1663, Vieira foi chamado ao primeiro exame, o que ocorreu, segundo João Lúcio de Azevedo, devido a perda de proteção na corte portuguesa com a ascensão de D. Afonso VI ao trono. Notamos que, o conteúdo da carta chegou às mãos do Conselho antes do manuscrito enviado por André Fernandes, uma vez que, desde o século XVI, era comum que as correspondências trocadas entre jesuítas circulassem pelo império sob a forma de cópias manuscritas, principalmente as que tratavam de matérias notáveis. Incapazes de provar que Vieira cometera ato de heresia ou judaísmo, os inquisidores absolveram o jesuíta após seis anos de interrogatórios. Cf.: (Azevedo, 1931); (Muhana, 2014).

Segundo José Eduardo Franco, o mito de Portugal eleito pelos céus para o cumprimento de uma missão universal inscreve-se no contexto da Restauração portuguesa, processo que se caracterizou pela afirmação e valorização da identidade e da autonomia nacional e pela criação de estratégias políticas para a regeneração das instituições portuguesas (Franco, 2006: 307). Constata-se que, se a “morte política do reino” era compreendida como um castigo de Deus dado às culpas do povo, a Restauração significava o momento de redenção de Portugal (Marques, 1983: 604). Apesar do despertar nacional frente à imagem de decadência cultivada nas décadas da União Ibérica, os anos que seguiram a Restauração foram marcados por instabilidades políticas internas e externas.

Diante disso, António Vieira – que se envolveu na vida política da Corte logo após a Restauração e pregava a legitimidade do rei brigantino – introduziu D. João IV como Rei Encoberto no *Sermão dos Bons Anos*, pregado na Capela Real, em janeiro de 1641¹⁵. No púlpito, Vieira apresentou D. João como libertador e salvador de Portugal, que era “Rei não por ambição de reinar, senão por compaixão de libertar; rei verdadeiramente imitador do Rei dos reis” (Vieira, 2001: 379).

Logo, no *Sermão dos Bons Anos*, bem como na *carta das Esperanças*, sacralizou-se o rei restaurador, reforçado seu direito à Coroa, garantido pela Providência divina. Em consonância com outros pregadores, António Vieira ressaltou que D. João IV era o rei escolhido e protegido por Deus, profetizado e imune a conspirações e ao engano (Marques, 1983: 602)¹⁶. Figura muito difundida nos púlpitos portugueses, o Rei Encoberto era o “futuro generalizador da justiça e da riqueza” (Real, 2008: 111). Nessa direção, ao identificar D. João IV como o Encoberto, conciliava-se o providencialismo português e a consolidação da dinastia de Bragança. Esse procedimento reforçava os laços de fidelidade entre o monarca e os súbditos e, ao mesmo tempo, afirmava a indissociabilidade entre a glória de Portugal e a proteção divina.

¹⁵ Em Portugal, o Encoberto foi difundido pelas “Trovas” de Bandarra, que anuncia a chegada de um rei que eliminará a “erronia”. O Encoberto fora interpretado como D. Sebastião, mas após a Restauração, outras interpretações desenvolveram-se e outros reis foram apontados como “o Encoberto”, dentre eles D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Cf.: (Pécora, 1994).

¹⁶ A parenética restauracionista foi detalhadamente analisada na tese de João Francisco Marques. Dentre os pregadores por ele analisados, foram observados aqueles que elaboraram o Quinto Império, a saber: António Bandeira, António de Sá, António Vieira, Ardizzone Spinola, Cristóvão de Almeida, Cristóvão de Lisboa, Diogo de Areda, Francisco Escobar, João da Conceição, João de Deus, José do Espírito Santo, Lopo Soares e Luís de Sá. Cf.: (Marques, 1983: pp. 487-541).

Na *carta*, a profecia de Bandarra é preenchida de significados através da leitura dos sinais ocultos presentes nos versos e nos acontecimentos históricos, criando uma correspondência entre os dois. Desse modo, Vieira produz concordância entre duas formas opostas: enquanto a profecia é enigmática e figural, por natureza, a história é clara e literal. Ao inserir a profecia no decurso da história humana, afere-se sentido aos eventos que por ela foram previstos. Vieira desenvolvia essas operações relacionais no interior das definições de tempo e história cristãs que, como já visto, eram baseadas na Providência divina e no mito fixado em Cristo.

Partindo disso, podemos localizar dois sentidos de história e de tempo na *carta*. O primeiro estava associado às proposições escolásticas sobre o tempo, que delimitavam a história como um intervalo e o tempo como uma trajetória finita, criada e administrada por Deus. O segundo sentido estava conectado ao gênero histórico, em que o tempo seria identificado como progressivo e linear, em que o Incrriado participava na sucessão das gerações e dos reinos, no passado, no presente e no futuro e, ao mesmo tempo, as criaturas participavam do Criador, relação que estabelecia hierarquia sem perder a unidade.

Ligado às proposições teológicas sobre o tempo, Vieira elucidava na *carta* que “Uma parte de bom rei que se desejava em El-rei D. João, para o tempo em que Deus o fez, era ser muito guerreiro e inclinado às armas” (Vieira, 2003: 454). Sendo o curso do tempo dos homens organizado pela razão divina, isso significava, pelo dito, que Deus promovia o que seria próprio para um período específico na história humana. Nesse sentido, podemos verificar que o tempo teológico era um mecanismo que ordenava a natureza, a sociedade e os homens e legitimava as relações entre eles.

Manipulando essa definição de tempo, Vieira não pôde ter acesso ao futuro ou ao passado, mas pôde conhecê-los e decifrá-los por meio da luz fornecida pelas Escrituras e profecias. Assim sendo, futuro, presente e passado poderiam ser conhecidos pelo mesmo procedimento. Em Vieira, essas partes do tempo estavam num mesmo plano, sendo que “no passado se vê o futuro, e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é o futuro do passado, e o mesmo presente é o passado do futuro” (Vieira, 2001: 64). Portanto, nesses três lugares, a Providência divina seria responsável por emitir sinais, que, uma vez revelados,

mostrariam os próprios desígnios da razão de Deus e, assim, evidenciariam os resultados do julgamento divino.

Deus produziria a concordância entre os acontecimentos históricos e a linguagem, tornando possível que as palavras revelassem a verdade nas formas do universo visível (Camargo, 2015: 133). Nessa direção, os versos de Bandarra e as Escrituras forneciam a Vieira os meios linguísticos para que ele atuasse como um instrumento da Providência, descobrindo os sentidos ocultos no decurso do tempo e esclarecendo a profecia. Nesse sentido, a interpretação das profecias preenchia com eventos históricos, tempos, lugares, pessoas e circunstâncias às narrativas proféticas, inserindo a profecia no decurso da história humana e aferindo sentido aos acontecimentos que estavam associados ao que era revelado.

Em outros termos, na *carta das Esperanças de Portugal*, Vieira buscava delimitar os momentos específicos da realização da profecia de Bandarra, seja num tempo futuro, presente ou passado. As referências ao tempo nos versos proféticos estão relacionadas a um futuro indeterminado, mas são caracterizadas pela sucessão de determinados eventos que ocorreriam de forma organizada por suas qualidades e finalidades. No entanto, em diversos momentos da carta, Vieira também manipula as referências ao tempo usando expressões como “naquele tempo” e “neste tempo”. Através desse artifício, era reiterada a veracidade da profecia e a certeza de sua realização com a volta de D. João IV, uma vez que retomava a época que fora definida pela interpretação, como também os eventos e as pessoas que marcavam as circunstâncias do período.

Para conferir legitimidade aos seus procedimentos associativos entre a linguagem profética e seus significados, o remetente esclarece que Bandarra conheceu e anteviu “com tanta individuação de tempos, lugares, nomes, pessoas, feições, modos e todas as outras circunstâncias mínimas, que bem parece as via com lume mais claro que o dos mesmos olhos que depois as viram” (Vieira, 2003: 230). Ao louvar Bandarra, Vieira distancia-se do lugar de profeta e produz as distâncias sociais necessárias no discurso, posicionando-se como douto que decifrará os enigmas diante de Bandarra.

Como destacou Fernando Gil, na *carta* é construída uma grelha de leitura, em que Vieira preenche empiricamente a profecia com expectativas para o futuro (Gil, 1998: 437). Essa operação implica não só na fixação de datas e acontecimentos da

história portuguesa, mas também na progressão discursiva da carta, que segue a ordem dos versos da *Trova* e não uma sistematização cronológica ou de aproximação qualitativa das revelações. Nesse sentido, os sonhos contados nos versos da *Trova*, que são iniciados pela mesma fórmula, a saber: “Já o tempo desejado/ É chegado,/ Segundo o firmam assenta;/ Já se passam os quarenta,/ Que se amenta,/ Por um doutor já passado” (Vieira, 2003: 202). No entanto, a partir da sétima estrofe observa-se uma mudança: enquanto no primeiro sonho é enunciado “O Rei novo é levantado” (Vieira, 2003: 202), no segundo “O Rei novo é acordado” (Vieira, 2003: 229). António Vieira decifra o significado desses versos, afirmando que existiriam dois tempos desejados. O primeiro já se teria realizado, pois seria o da Restauração, enquanto o segundo seria o tempo presente, “em que todos desejam e esperam Rei prodigioso, posto que com diferentes esperanças” (Vieira, 2003: 230).

Essa proximidade entre os dois tempos é um artifício argumentativo mobilizado para confirmar o retorno de D. João IV ressuscitado, uma vez que a concordância entre os tempos é elaborada pela presença do mesmo monarca, não pelo cruzamento de semelhanças ou dessemelhanças entre eventos, ações e pessoas¹⁷. Apesar de inscritos na história humana e prefigurados pela Providência, esses dois tempos separam-se em relação ao envolvimento da ação humana. Sendo que, a concretização do primeiro tempo dependeu da atenção e vigilância dos homens, que aguardavam o momento mais conveniente e oportuno que Deus oferecesse para agir e libertar Portugal, como enunciado no Sermão dos Bons Anos (Vieira, 2001: 364). Já o segundo tempo, sem a intervenção das ações humanas, aconteceria movido pela Providência e Graça divinas.

Ainda na *carta das Esperanças*, Vieira estipula que a ressurreição de D. João IV ocorreria no ano de 1660, pois Bandarra havia dito que o rei retornaria “aos seis chegarem” – o que significa, para o jesuíta, que o regresso do rei ocorreria na casa dos anos “60” – e “Que aqui faz o conto cheio/ Um dos três que vem a reio” – o que significa que o ano seria composto por um número perfeito, isto é, terminado em zero. Portanto, Vieira impõe a quantificação do tempo aos versos proféticos, de modo a treinar o olho para que veja o futuro com esperança e fixar a expectativa na contagem

¹⁷ A identificação de semelhanças e dessemelhanças entre acontecimentos é uma operação constante nos seus sermões e cartas de Vieira. Como já mencionado, por mecanismo, Vieira evidenciava qualidades idênticas que se estendiam a uma coleção de eventos e, por conseguinte, aplicava argumentos elaborados a partir de casos no passado em situações do presente. Cf.: (Vieira, 2003); (Vieira, 2001).

do tempo. Desse modo, apesar de mobilizar o tempo dos homens (na realização da profecia) e a eternidade (onde D. João IV permanecia absolvido pelo julgamento), essas duas dimensões não se traspassam, pois são separados pelo milagre da futura ressurreição, restando ao homem aguardar vigilante até o tempo da realização.

A profecia de Bandarra projetava no futuro um mundo melhor, pois revelava a proximidade do presente em relação ao fim do mundo¹⁸. Não obstante, para Vieira, o Quinto Império seria a realização máxima do mundo cristão, equivalendo à extinção dos inimigos e ao alcance do ápice da justiça e da felicidade terrena. Ligadas à promessa apocalíptica de mil anos de felicidades¹⁹, o extermínio do tempo significava a esperança, “o alimento de grupos oprimidos e de gente esfomeada” (Le Goff, 1980: 47), que viam no futuro o fim de seus suplícios e a obtenção da salvação na eternidade (que por não ter nem início nem fim, contém o tempo)²⁰.

Além disso, na *carta das Esperanças de Portugal* o tempo é percebido a partir de uma dimensão progressiva e contínua que poderia demonstrar aos homens as verdades sobre os objetos que se conhece. À luz do tempo, seria possível que se interpretasse as profecias “mais facilmente do que nós agora podemos adivinhar” (Vieira, 2003: 216).

Sem que o retorno de D. Sebastião se realizasse, Vieira podia usar o tempo como um argumento provocativo contra os sebastianistas, uma vez que suas crenças seriam “papéis fingidos e modernos, feitos ao som do tempo e desfeitos pelo mesmo tempo, que em tudo tem mostrado o contrário” (Vieira, 2003: 235). Por conseguinte, o tempo teria a capacidade de testemunhar ao juízo do orador com o objetivo de prestar auxílio na visão dos enganos e dos desenganos, clarificando a verdade.

Desse modo, ao analisar os eventos sob os signos da passagem contínua do tempo, Vieira extraía deles a verdade, que repousava na qualidade idêntica compartilhada pelos eventos, que por sua vez estavam dispostos a partir de relações de analogia por proporcionalidade. No âmbito discursivo, o tempo proporcionava o

¹⁸ A conversão dos judeus indicava a proximidade do fim dos tempos, como foi enunciado por António Vieira na *carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo*. Cf.: (Vieira, 2003: 220).

¹⁹ Vale demarcar a passagem bíblica: “E vi descer do céu um anjo, que tinha a chave do abismo, e uma grande cadeia na sua mão. (1) Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o Diabo e Satanás, e amarrou-o por mil anos. (2) E lançou-o no abismo, e ali o encerrou, e pôs selo sobre ele, para que não mais engane as nações, até que os mil anos se acabem. (3)” (Apocalipse 20, 1-3).

²⁰ A história cristã da salvação organiza quatro estágios da história da humanidade, a saber: a criação, o pecado original, a redenção e a escatologia.

testemunho do verdadeiro e do legítimo sobre uma extensa gama de cláusulas sobre os processos históricos, ações humanas e coisas que estão à disposição do homem.

A partir disso, o tempo progressivo e linear apresenta-se como um aparelho argumentativo que atuava como *argumentum ad verecundiam*. Desse modo, a autoridade do tempo era convocada ao discurso para validar e conferir credibilidade às alegações do orador, uma vez que o tempo demonstrava o verdadeiro – o que era imutável e se confirma com o passar dos momentos históricos – e o falso – que poderia ter sido verdadeiro em um momento específico, mas que demonstrou ser um engano com o decorrer das gerações –.

Logo, o tempo poderia indicar argumentos legítimos, qualidade que a eles fora atribuída pelo próprio tempo, uma vez que foram legitimados através da demonstração *pele e no tempo*. Nesse sentido, o tempo estaria relacionado à *mamnesi* e à *mneme* e, portanto, a memória poderia ser mobilizada a fim de recordar e consultar os conhecimentos originados nos estudos e nas experiências humanas.

Os tempos na *carta das Esperanças de Portugal* – o tempo no sentido teológico que define a história humana como um intervalo e o tempo conectado ao género histórico, que estava baseado na progressão de acontecimentos sucessivos e que se desdobra no sentido de *auctoritas* – aferem inteligibilidade ao texto, uma vez que legitimavam as interpretações de Vieira sobre as profecias do sapateiro²¹.

Considerações finais

Para a elaboração da profecia do Quinto Império, padre António Vieira parte da assertiva de que os homens poderiam ver com clareza os eventos e, assim, perceberiam o que neles é evidente por meio da “verdade dos futuros com a experiência dos passados” (Vieira, 2015: 53). Portanto, para Vieira o futuro não seria desconhecido ou indecifrável e a história apenas demonstraria o que já seria conhecido por meio das Sagradas Escrituras.

Ao passo que, as coisas narradas na profecia de Bandarra são sinais de outras coisas e, dessa maneira, na *carta das Esperanças*, Vieira empenha-se em revelar as figuras, destrinçar os símbolos e confirmar as coisas ocultas nos sinais. Nessa missiva,

²¹ Segundo o Jurisconsulto Romano, a autoridade é aquela que tem capacidade moral legitimada socialmente para emitir uma opinião qualificada sobre um assunto.

Ana Elisa Silva Arêdes – A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo (1659) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 12-30. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a2

as representações do tempo foram manipuladas a fim de autorizar os procedimentos e técnicas usadas para encontrar, nos versos de revelação divina, os eventos, as ações, as pessoas e as datas que construía a história dos homens²². Em outras palavras, Vieira mobilizava a tópica discursiva do *tempo*, para produzir concordância e correspondência entre a profecia e os acontecimentos históricos, com o objetivo de fornecer evidências que confirmam a conciliação entre eles.

Bibliografia:

Fontes impressas:

AGOSTINHO, Santo (1995), *O livre-arbítrio*, São Paulo, Paulus.

AGOSTINHO, Santo (2002), *A Doutrina Cristã: manual de exegese e formação cristã*, São Paulo, Paulus.

AQUINO, Tomás de (2001), *Suma de Teología*, Madri, Biblioteca Autores Cristinos.

ARISTÓTELES (1984), *Ética a Nicômaco*, São Paulo, Editora Abril.

ARISTÓTELES (1991), *Poética*, São Paulo, Nova cultural.

ARISTÓTELES (2002), “Arte Poética” in: Jaime Bruna (trad.), *A Poética Clássica*, São Paulo, Editora Pensamento Cultrix.

CÍCERO, Marcus Tullius (1848), *De oratore*, Paris, Librairie Classique d’Eugene Belin.

[CÍCERO] (2005), *Retórica a Herênio*, São Paulo, Hedra.

LOBO, Francisco Rodrigues (1890), *Côrte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

VIEIRA, Antonio (1998), *Sermões*, Erechim, Edelbra.

VIEIRA, António (2001), *Sermões*, I Vol., São Paulo, Hedra.

VIEIRA, António (2003), *Cartas do Brasil*, São Paulo, Hedra.

VIEIRA, António (2015), *Obra completa: História do futuro*, Tomo III, São Paulo, Edições Loyola.

Estudos:

AZEVEDO, João Lúcio (1918), *A evolução do sebastianismo*, Lisboa, A. M. Teixeira.

²² Dentre os artifícios mobilizados por Vieira, podemos destacar: a analogia, a interpretação das Escrituras, o método lexicológico, a visão, o desengano.

Ana Elisa Silva Arêdes – A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo (1659) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 12-30. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a2

AZEVEDO, João Lucio (1931), *História de Antônio Vieira*, Lisboa, Livraria Clássica Editora L. M. Teixeira.

BUESCU, Ana Isabel (1993), “‘Sentimento’ e ‘Esperanças’ de Portugal – da Legitimidade de D. João IV”, *Penélope: fazer e desfazer a História*, nº 9/10, pp. 169 - 188.

CHARBEL, Felipe (2008), “Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a conceção retórica da história”, *Varia Historia*, nº 40, vol. 24, pp. 551-568 [consulta em 17/05/2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n40/14.pdf>.

CALAFATE, Pedro (2014), “A clavis prophetarum no contexto do pensamento de Vieira” in Pedro Calafate; José Eduardo Franco (coord.), *Obra completa Padre Antônio Vieira*. Tomo III profética, vol. V., *A chave dos profetas: livro primeiro*, São Paulo, Edições Loyola, pp. 57-136.

CAMARGO, Patricia de Freitas (2015), *Discurso e Decurso: Tempo e retórica no Livro Antepreimeiro da História do Futuro, do Padre Antônio Vieira*. Tese de doutoramento em «Literatura Brasileira», São Paulo, Universidade de São Paulo.

DAHER, Andrea (2012), *A oralidade perdida: Ensaio de História das práticas letradas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FRANCO, José Eduardo (2003), “O mito dos Jesuítas em Portugal século XVI – XX”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, nº 9/10, pp. 303-314 [consulta em 01/06/2018].

Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4096>.

GIL, Fernando (1998), “A prova da profecia: a cópia antes do original” in Fernando Gil; Helder Machado (org.) *Viagens do olhar: Retrospecção, visão e profecia no Renascimento português*, Porto, Campo das Letras, pp. 413-449.

HANSEN, João Adolfo (2000). “Correspondência de Antônio Vieira (1646-1694): O Decoro”. *Revista Discurso*, vol. 31, pp. 259-284.

KOSELLECK, Reinhart (2006), *Futuro Passado: contribuição à semelhança dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, ContraPonto.

LE GOFF, Jacques (1980), *Para um novo conceito de Idade Média*, Lisboa, Editora Estampa.

LYONS, John (1986), *Exemplum: the rhetoric of example in Early Modern France and Italy*, New Jersey, Princeton University Press.

Ana Elisa Silva Arêdes – A representação do tempo na carta das Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo (1659) – *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 12-30. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a2*

MADURO, Carlos (2012), *As artes do não-poder. Cartas de Vieira: um paradigma da retórica epistolar do barroco*, Amares, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias.

MARQUES, João Francisco (1983), *A parenética portuguesa e a Restauração 1640-1668: a revolta e a mentalidade*, Tese de doutoramento em «História Moderna e Contemporânea», Porto, Universidade do Porto.

MUHANA, Adma (2014), “Introdução” in Pedro Calafate; José Eduardo Franco (coord.), *Obra completa Padre António Vieira*, tomo III profética, vol. IV., *Autos do processo de Vieira na Inquisição*, São Paulo, Edições Loyola, pp.17-48.

PÉCORRA, Alcir (1995), *Teatro do Sacramento*, São Paulo, EdUsp.

REAL, Miguel (2008), “Padre António Vieira – a arquitectónica do Quinto Império na carta Esperanças de Portugal (1659)”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, nº 13/14, pp. 107 – 140.

Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII)

Iberian funeral sermons and the sense of time (17th century)

Sermons funéraires ibériques et sens du temps (XVIIe siècle)

Sermones funerarios ibéricos y el sentido del tiempo (siglo XVII)

Guilherme Amorim de Carvalho
(Universidade Federal de Ouro Preto)
guilhermejava@hotmail.com

Resumo: No presente artigo, analisamos uma série de sermões fúnebres, publicados ao longo do século XVII nas monarquias ibéricas. Assim como proposto por Adolfo Hansen, compreendemos por “século XVII”, a duração da "política Católica" da expansão ibérica, anti-maquiavélica e anti-reformista, cujos limites são o início da União Ibérica (1580), e a morte de Dom João V (1750). Dentro desse recorte cronológico, buscamos perceber a influência que esse conjunto de discursos exercia na experiência política das sociedades em questão, principalmente no que diz respeito à sua relação com o tempo; a qual contribuía para a conformação das relações de poder.

Palavras-chave: Sermões fúnebres. Teologia política. Sentido do tempo.

Abstract: In this article, we analyze a series of funeral sermons, published throughout the seventeenth century in the Iberian monarchies. As proposed by Adolfo Hansen, we comprehend the "seventeenth century" as the duration of the "Catholic politics" of the Iberian expansion, identified as anti-Machiavellian and anti-reformist, which limits are the beginning of the Iberian Union (1580), and the death of Dom John V (1750). Within this chronological cleavage, we sought to understand the influence that this set of discourses exerted in the political experience of these societies, concerning their relation with time, which contributed to the configuration of the power relations.

Keywords: Funeral sermons. Political theology. Sense of time.

Resumé: Cet article analyse une série de sermons funéraires publiés au XVIIe siècle dans les monarchies ibériques. Pour ce faire, nous comprenons cette époque à travers les réflexions de Adolfo Hansen qui définit le XVIIe siècle comme le temps de l'expansion ibérique et de la « politique catholique » qui en découle. Se voulant antimachiavélique et antiréformiste, cette période s'étend du début de l'Union ibérique en 1580 à la mort de Don João V en 1750. A l'aide de ce découpage chronologique, nous cherchons à comprendre l'influence que cette série de discours exerçait dans l'expérience politique de ces sociétés, et tout particulièrement sa relation avec le temps.

Mots-clés: Sermons funéraires. Théologie politique Sens du temps.

Resumen: En el presente artículo, nosotros analizamos una serie de sermones fúnebres, publicados a lo largo del siglo XVII en las monarquías ibéricas. Como propone Adolfo Hansen, comprendemos el siglo XVII como la época de la "política Católica" de la expansión ibérica, anti-maquiavélica y anti-reformista, cuyos límites son el inicio de la Unión Ibérica (1580), y la muerte de Don Juan V (1750). Dentro de ese recorte cronológico, buscamos percibir la influencia que ese conjunto de discursos ejercía en la experiencia política de las sociedades en cuestión, en lo que se refiere a su relación con el tiempo.

Palabras clave: Sermones fúnebres. Teología política. Sentido del tiempo.

No presente artigo, analisamos uma série de sermões fúnebres, publicados ao longo do século XVII nas monarquias ibéricas, buscando perceber a influência que esse conjunto de discursos, os quais levantam a problemática da morte e do tempo, exercia na experiência política das sociedades em questão, por meio de suas representações da ordenação social e relações entre esferas superiores de poder, concorrendo para o ajuste do comportamento social e práxis política de homens ilustres; a partir da prescrição de seus deveres temporais, enquanto governantes; e espirituais, enquanto cristãos e exemplos de devoção para o restante da comunidade.

Como observa Ana Cristina Araújo, a partir do pensamento do antropólogo Louis-Vicent Thomas, as práticas e representações que as sociedades estabelecem em torno da morte situam-se em uma esfera simbólica, que exprime relações de poder e cria linguagens adequadas para se referir a ela, gerando valores e comportamentos hegemônicos, a partir dos quais o historiador pode perceber o sentido que esse imaginário político-social acerca da morte confere às relações entre os vivos (Araújo, 1997:1).

Nos discursos memoriais ibéricos do século XVII, é possível perceber duas preocupações centrais que permeavam o imaginário político-social acerca da morte dos homens notáveis. Primeiramente, observamos a importância que esses homens conferiam à composição da memória exemplar de suas trajetórias enquanto principais administradores do corpo político e, em segundo lugar, mas não menos importante, a atitude religiosa em relação à boa morte, isto é, à salvação da alma. Essas duas preocupações estavam ligadas à ideia do sentido da vida enquanto vocação e preparação para a morte.

Enquanto cabeça do *Corpus Mysticum* da comunidade, o governante tinha a obrigação de proporcionar à população os meios adequados para que todos pudessem alcançar a bem-aventurança, pois esse era considerado o fim de todo governo político e, sem ele, o próprio exercício do poder tornar-se-ia mera vaidade. Assim, a boa morte era considerada o melhor exemplo de sua prudência na administração da organização político-social (Luz, 2008: 174). Nesse sentido, Lopes Sierra¹, em seu *Panegírico a Afonso Furtado* (1676), afirma que o governador-geral, em seu leito de morte, disse ao

¹ Trata-se de uma figura misteriosa, acerca da qual pouco se sabe, provavelmente um religioso espanhol que chegou ao Brasil no período da União Ibérica (Pécora, 2002: 38-39).

seu sobrinho: “a melhor fidalguia é saber viver bem para morrer bem” (Sierra, 1676:141).

Nessa perspectiva, a composição da memória da trajetória política de um homem notável não estaria completa sem a evidenciação de sua boa morte, pois suas atitudes, tanto na vida como na morte, deveriam representar a sua bem-aventurança. A memória de um bom governante tornava-se, dessa maneira, um exemplo para que os demais membros do corpo social cumprissem suas respectivas funções, mantendo a unidade necessária para que todos pudessem alcançar a bem-aventurança (Luz, 2008: 163).

As ações individuais dos homens notáveis, narradas nos sermões, conjugavam-se com outras instâncias que conferiam sentido a suas trajetórias políticas. Primeiramente, tem-se o princípio de identidade metafísica, que para esses homens era Deus e, em segundo, o fundamento da coesão política, identificada como o corpo místico do reino, cuja cabeça era o rei, enquanto administrador dos bens e territórios da Coroa.

Contudo, o princípio político não se autonomizava em relação ao metafísico. A monarquia guardava semelhanças em relação a sua Causa Primeira (Deus), enquanto seu efeito, mas também em relação a sua causa final, o bem-comum, enquanto condição necessária para a bem-aventurança dos homens, assim como para a instituição de um reinado católico universal, previsto pela ordem divina da Criação (Pécora 2008: 141).

Nessa concepção, Deus era compreendido como a causa primordial da similitude entre todos os seres e todos os momentos do tempo. Enquanto causa analógica entre a totalidade dos seres da Criação, a Divindade fazia com que todos fossem “semelhantes entre si pela proporcionalidade e, simultaneamente, diferentes pela proporção”. Isto é, a sociedade e a política, assim como os assuntos que delas tratavam, eram elencados a partir da identidade divina. Dessa forma, os acontecimentos históricos e os fatos narrados no *Velho e Novo Testamento*, tal como as trajetórias da vida e morte dos nobres e reis, eram relacionadas entre si por meio de seu sentido em comum: Deus (Hansen, 2008: 171-172).

Porém, esse tipo de pensamento analógico não implicava que o tempo fosse compreendido como estático, ou circular. Os fenômenos naturais, os homens e as sociedades se distinguiam e passavam, uma vez que eram tidos como coisas finitas, mas o conceito de Deus eterno, que tudo havia criado, inclusive o próprio tempo, repetia-se em todas as coisas, por participação, em maior em menor grau (Hansen, 2008: 171-

172).

No entanto, independentemente da proporcionalidade com a qual a Divindade se manifestava, esta era sempre a mesma e igual a si. Dessa forma, a própria história da monarquia fazia parte de uma progressão temporal que não cessava de ver no presente, um futuro mais ou menos contingente, profetizado em eventos passados, por semelhança (Hansen, 2008: 171-172).

O padre António Vieira, em sua *História do Futuro*, obra iniciada em 1649 e publicada em 1718, desenvolve essa ideia com bastante clareza. Após afirmar que a falta de conhecimento das notícias do passado é menos prejudicial aos homens do que a ignorância acerca do futuro, o pregador assevera que: “[...] todos aqueles fins que sabemos teve a Providência Divina em diversos tempos, lugares e nações para lhes revelar antecipadamente o sucesso das coisas que estavam por vir, concorrem com particular influxo nessa nossa *História*, e se acham juntos nela. E esta é não só a principal razão, mas a única e total, por que nos sujeitamos ao trabalho de tão molesto género de escritura, esperando que será grato e aceito a Deus, a quem só pretendemos servir; e entendem que foram vontade, inspiração e ainda força suave da mesma Providencia os impulsos que a isto (não sem alguma violência) nos levaram, para que estes secretos do seu oculto juízo e conselho se descobrissem e publicassem ao mundo e em todo ele produzissem proporcionadamente os efeitos de mudança, melhoria e reformação, a que são encaminhados e dirigidos” (Vieira, 1982).

Os eventos passados das monarquias eram concebidos como sinais misteriosos da Divina Providência que, quando interpretados por uma pessoa autorizada, revelavam o futuro que os desígnios divinos haviam reservado para o reino. Nesse sentido, o momento presente era a forma mais “atualizada” de uma mesma história inscrita na ordem de Deus. Portanto, era também o tempo mais propício para se decifrar os sucessos passados e antecipar o futuro previsto por Deus para a monarquia, melhorando-a e submetendo-a em direção ao Ser divino.

É nesse sentido que Baena Parada², no prólogo do seu *Epitome da vida d'el Rei D. Sebastião* (1691), afirma que não teme pelo conteúdo de sua obra, pois ali não há

² Juan de Baena Parada foi um presbítero espanhol que escreveu a *Epitome da vida, e feitos d'el Rei D. Sebastião de Portugal*, em 1691. Ainda que o autor exalte os feitos e virtudes do monarca lusitano, a obra deixa patente sua intenção de dissipar a incredulidade na morte de Dom Sebastião, que ainda persistia no imaginário português seiscentista (Oliveira, 2002: p. 16).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

doutrina nova, e cita a famosa passagem do Eclesiastes: *No ay cosa nueva debaxo del Sol, ni nadie puede dezir: esto es nuevo, porq ya precediò en los Siglos q fueran antes de nosotros* (Baena Parada, 1691). Nessa mesma perspectiva, Cabrera de Cordova³, em sua *De historia para entenderla y escribirla* (1611), afirma que a história *tiene luz para las cosas futuras Las que han sido buelven, aunque de bajo de diversos nombres, figuras, y colores* (Cabrera de Cordova, 1611:1), e António de Sousa de Macedo⁴, em sua *Armonia Política* (1651), também se referindo à história, declara que “o que foi, e o que ha de ser he quase o mesmo” (Souza, 1656: 253).

Os autores citados afirmam que os acontecimentos históricos se repetem, embora não da mesma maneira, isto é, são *quase* idênticos, pois sua recorrência se manifesta sob “nomes, figuras e cores diferentes”. De acordo com o pensamento da época, aquilo que os aproximava, enquanto causa de sua repetição, era a Luz divina presente em todos eles, posto que eles eram vistos como efeitos da Criação. Assim, para o homem seiscentista das monarquias ibéricas, os acontecimentos do passado e do presente se reproduziriam no futuro, de acordo com a Divina Providência, que os havia ordenado e continuaria a ordenar (Hansen, 2008: 171-172).

A partir dessa lógica, nos discursos memoriais, encontramos diversas passagens que possuem um sentido profético, como podemos observar no *Breve tratado de las virtudes de don Iuan Garcia, Conde de Oropesa y Deleytosa* (1621), de Bartolomé de Molina⁵. Para o autor, o bom governo do conde havia sido prognosticado pelo seu desapego às glórias mundanas, que já se manifestava desde a infância: *Por experiencia sabemos, que muchas vezes la Divina Providencia ha mostrado señales maravillosas en el nacimiento, ò niñez de algunas personas notables, para denotar, y advertir que lo*

³ Luis Cabrera de Cordova foi um historiador espanhol durante o reinado de Filipe II, que conviveu junto à corte dos Áustrias; em razão dos cargos ocupados na alta nobreza por seu pai. Esteve envolvido ativamente na diplomacia e na política da monarquia, prestando grandes serviços à Coroa espanhola. Córdoba também foi o grande informante de Filipe II acerca dos problemas que surgiam nos domínios reais (Granduque, 2014: p. 200).

⁴ António de Sousa de Macedo nasceu em 1606, na cidade do Porto. Graduou-se em Direito em Coimbra, indo posteriormente para Lisboa, onde exerceu os cargos de desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação, conselheiro da Fazenda e de juiz das Justificações do Reino. Após a Restauração da Independência de Portugal, foi nomeado secretário da primeira embaixada à Inglaterra. Em 1650 foi à Holanda como embaixador de Portugal. Durante o reinado de Dom Afonso VI, foi nomeado secretário de Estado e feito comendador e cavaleiro da Ordem de Cristo. O conjunto de suas obras faz elogios à Restauração e à Casa de Bragança (Machado, 1741-1759: p. 399-401).

⁵ Não foi possível reunir mais informações relevantes acerca de frei Molina, além daquelas contidas na capa da obra, onde consta que Molina foi conselheiro da província de São José dos Descalços de São Francisco (Molina, 1621).

han de ser (Molina, 1621:1).

Esses prenúncios poderiam anunciar tanto a boa vida, como a boa morte dos notáveis, como escreveu o frei Francisco de Uria, no sermão fúnebre contido na *Relacion de las exequias que, en la morte del rey Don Felipe IV hizo la Universidad de Oviedo*⁶ (1666) (Pablo de Val, 1666: 102). Segundo o sermonista, um cometa havia antecedido a morte de Filipe IV e um “Astro novo” antecederia seu nascimento, evidenciando, por essa via, a singularidade da vida e morte do monarca (Pablo de Val, 1666: 102).

De modo semelhante a Francisco de Uria, Lopes Sierra, em seu *Panegírico a D. Afonso Furtado*, compreende os trovões e relâmpagos que ocorreram durante a posse do governador-geral como prognóstico de um bom governo, assim como de uma boa morte, pois o Céu, “que era quem o havia trazido, mostrou com repetidas salvas, à terra que era mais seu ele, que dela” (Sierra, 1676: 28).

Entretanto, mais comum nos discursos, era que tais sinais anunciassem futuras tragédias, como sugere Baena Parada, em seu *Epitome da vida, e feitos d'el Rei D. Sebastião* (1691), no qual o autor relata que o nascimento do rei fora antecedido por vários presságios funestos, como “estrondos de uma guerra” e “ruídos espantosos”, assim como pela aparição espectral de uma mulher enlutada (Baena Parada, 1691: 2-3).

Como foi possível observar nos discursos memoriais, os prenúncios de tragédias também possuíam uma finalidade moral: mover os homens para uma reforma de costumes, advertindo-lhes que a morte de um rei, ou outro grande homem era um sinal da ira divina. Durante os séculos XVI e XVII havia uma conciliação entre a onipotência divina e o poder dos astros, considerando-se que Deus, enquanto criador e dominador das estrelas, enviava sinais por meio dos céus para que fosse possível aos homens prejulgar eventos futuros, relativos tanto às vidas de pessoas particulares quanto aos reinos e seus governos. Nesse sentido, os eventos celestes incomuns tendiam a causar grande medo nas populações, pois tais perturbações no firmamento pressagiavam, geralmente, infortúnios (Delumeau, 1999: 110).

Perante essa capacidade de comoção dos homens, gerada pelo medo dos sinais celestes, os religiosos procuravam aproveitar essas ocasiões para conduzir os cristãos à

⁶ Tal relação foi escrita por membros do claustro da Universidade de Oviedo, e contém o sermão pregado nas referidas exéquias pelo frei Francisco de Uria, membro da Ordem dos predicadores e catedrático de Prima de Teologia da Universidade de Oviedo (Pablo de Val, 1666: p. 65).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

penitência e reforma de costumes, por meio do anúncio de castigos divinos. Todavia, os próprios religiosos e governantes compartilhavam dos mesmos temores do povo (Delumeau, 1999: 110).

Acerca disso, Gregório Díaz de Ylarraza, mestre de cerimônias da Capela Real de Madrid, em sua *Relacion diaria de la enfermedad, y muerte del gran rey Don Felipe III* (1665), afirma que o cometa e o eclipse lunar, avistados em 1665, eram presságios celestes da morte de Filipe IV, interpretada como castigo de Deus pelos pecados do reino: *Es la condicion de Dios N. Señor tan piadosa, benigna, y aplacible, que afuer de Padre amoroso, anticipadamente previene, y avisa a los hombres, poniendoles delante los ojos del castigo; para que à vista de su rigor tratem de enmendarse; abriendo los sentidos cerrados con los afectos, y passiones humanas* (Díaz de Ylarraza, 1665: 1).

Partindo de um modelo semelhante, Angel Manrique⁷, em sua relação fúnebre intitulada *Tumulo y pompa funeral en las honras del rey Felipe III* (1621), afirma que: *Luego que la temprana, si bien prevenida muerte del Rey Nuestro Señor Don Felipe III. (parto infeliz de aquellos dos Cometas, que preñados de la Yra de Dios, ò pregoneros suyos, amenazavam à la Chistianidad ya avia dos años) cubriò de luto mucho antes que los cuerpos, los corazones de sus vassallos huerfanos [...]* (Manrique, 1621: 1-2).

É possível que nessas duas passagens, os autores houvessem pretendido fazer uma alusão à boa morte dos reis Filipe III e Filipe IV, comparando-as, retoricamente, à redenção de Cristo. Dessa maneira, os monarcas seriam representados como mártires da vontade divina, cujo sacrifício serviria como meio de expiação dos pecados do reino; enquanto o exemplo de suas mortes cristãs, cumpririam o propósito de estimular a reforma de costumes e reforçar o modelo de bem-morrer.

A associação entre a morte dos monarcas e o castigo divino, também é feita por António Feio⁸, em seu *Sermão na morte do Catholico Rey D. Phelippe, terceiro de nome, & segundo Rey de Portugal* (1621). No início do sermão, o frei exorta seu público a “applacar ao Senhor, cada qual delles conforme a seu Estado, os seculares

⁷ Trata-se de frei Angel Manrique, que viveu entre 1577 e 1676, sabe-se que o frei ingressou no colégio dos “Manrique de Alcalá de Henares” aos treze anos de idade. Em 1610 escreveu o “El Santoral Cisterciense”, obra que foi muito bem recebida pelo público da época. Foi também cátedra da Universidade de Salamanca. Em 1636 foi nomeado Predicador do Rei Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal), e já com sessenta e oito anos foi nomeado Bispo de Badajoz (Guerín, 1963: p.299-355).

⁸ António Feio foi um religioso dominicano e um dos “mais célebres pregadores de seu tempo. Foi pregador geral, prior do Convento de Azeitão, reitor do Colégio de Coimbra e examinador das Ordens Militares (Machado, 1741-1759: p. 267).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

com votos, dadivas, orações, os sacerdotes com sacrifícios; porquanto he um Deos terrível, & quese applacado, & só orações, sacrifícios, votos o costumão aplacar. Em particular importa applacarmolo na morte dos Reys, porque matar Deos hu Rey, he hua bofetada, que da, & à mãotenente, na melhor parte deste corpo místico, o rosto” (Feio, 1621: 1).

Como é possível perceber, para António Feio, a morte de um monarca significava um vigoroso golpe, proferido por Deus, na face do corpo místico do reino, ou seja, na nobreza. O falecimento de um rei revelava a insatisfação divina em relação à conduta dos súditos da Coroa, que deveriam aplacar sua ira por meio de orações, sacrifícios e votos, de acordo com o “estado” de cada um, ou seja, conforme o decoro hierárquico da sociedade. Deste modo, as cerimônias fúnebres em honra a um monarca falecido reforçavam a adesão das partes ao corpo místico do reino, por meio da comunicação gratificante entre os vivos e os mortos.

Tal associação entre a morte de monarcas e o castigo divino, pode ser interpretada à luz do livro Bíblico das *Lamentações*, que narra o cerco a Jerusalém e o sofrimento psicológico dos habitantes da cidade, assim como o significado de sua queda.

De acordo com as Escrituras, após a tomada do reino de Judá pelas tropas de Nabucodonosor e a destruição de Jerusalém, o profeta Jeremias se lamenta pelos mortos, pelos prisioneiros e pela incerteza quanto ao futuro do povo de Israel, que se encontrava sem rei. À vista disso, o *Livro das Lamentações* evidencia a crise de fé provocada pela ruína de Jerusalém, acompanhada pela manifestação de culpa e arrependimento, por parte da comunidade, pelos seus pecados, compreendidos como causa da ira divina. Porém, o sofrimento do povo de Israel também era concebido como uma maneira encontrada por Deus para purificar os vícios da população e restaurar a ordem anterior (Lopes, 2016: 56).

Nesse sentido, tal como a destruição de Jerusalém, a morte de um rei simbolizava a ira divina, despertada pelos pecados passados e presentes dos súditos da monarquia, mas também uma oportunidade de reformar sua conduta e obter o perdão de Deus. De acordo com essa perspectiva, em sua infinita misericórdia e misteriosa Providência, a Divindade fazia com que os povos sofressem privações para reconduzi-los aos seus desígnios (Lopes, 2016: 56-57).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

No âmbito particular, os presságios tinham a função de advertir os grandes homens de sua morte iminente, para que eles dispusessem do tempo necessário para ordenar os assuntos políticos pendentes, e realizar as práticas religiosas indispensáveis para uma boa morte. Nesse sentido, Miguel de São Tomás, religioso dominicano, da Ordem dos Pregadores, em seu *Sermam nas exequias de D.Affonso VI* (1683), afirma que “[...] a morte apressada não he muyto cubiçada, porque não sabemos quando nos convem morrer [...]” (São Tomás, 1683: 27).

Lopes Sierra, no *Panegírico Fúnebre a Afonso Furtado* (1676), relata que a Divina Graça se havia manifestado no governador-geral por meio do Sacramento da Eucaristia, enquanto este se encontrava doente, dando-lhe a conhecer que morria. Como agradecimento, Afonso Furtado ordenou que se colocassem três lâmpadas acesas perpetuamente diante do sacrário do Santíssimo Sacramento, embora soubesse que isso não era o suficiente para retribuir o benefício de “comhecer com desengano o estado em que se achava” (Sierra, 1676: 123-124).

De acordo com essa mesma concepção, Álvaro Leitão⁹, em seu *Sermão nas exequias do Serenissimo Principe Dom Theodosio* (1654), afirma que o príncipe Dom Teodósio soube antecipadamente da chegada de sua morte, por meio da aparição de um cometa: “E considerava que tambem o Ceo quis de antemão dar à sua sciencia este aviso. Não advertem em o Cometa, que este anno apareceo nesse Ceo? He este ordinariamente o annuncio fatal que à morte dos Principes precede, & precedeo nesta morte; assi para que Theodosio insigne mathematico visse conjecturalmente o seu perigo, como tambem para entendessemos, q morreria Theodosio, mas que morreria como Principe legitimo” (Leitão, 1654: 30).

No século XVII, a morte imprevista era bastante temida, haja vista a impossibilidade que esta causava de se preparar adequadamente para bem-morrer (Souza, 2013: 539). Ademais, para os homens notáveis, a falta de uma boa morte poderia comprometer a exemplaridade de suas memórias e fama após a morte. A morte repentina era considerada resultado da vida daqueles que se descuidavam do bem-morrer, apegando-se à matéria e à carne, esquecendo-se, ou ignorando, que a morte

⁹ Álvaro Leitão foi mestre de Teologia e Pregador dos Reis D. Afonso VI e D. Pedro II. Segundo Inocêncio Francisco da Silva, “Não quiz jamais exercer algum cargo do governo claustral, chegando a renunciar o de Prior do convento d'Evora para que havia sido eleito por unanimidade” (Silva, 1859-1923: p. 47).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

certa estava a sua espera (Fleck, 2015: 8-9). Dessa forma, ao relatar que o Céu havia transmitido um sinal para prevenir o príncipe de que ele estava a morrer e, assim, evitando uma morte inesperada, o autor busca evidenciar a boa vida de Dom Teodósio.

Outro ponto importante é que ao afirmar que a aparição de cometas era, “ordinariamente”, um presságio da iminente morte de um príncipe, o autor se utiliza desse imaginário para confirmar o direito de Dom João IV ao trono lusitano, ou seja, se os surgimentos de cometas antecedem, necessariamente, a morte de príncipes, o falecimento de Dom Teodósio, enquanto primogênito de Dom João IV, só poderia significar que ele era um príncipe legítimo e, conseqüentemente, que seu pai também era o legítimo rei de Portugal.

Podemos notar nos discursos, que a comparação entre eventos naturais e sobrenaturais do passado e do presente, aperfeiçoavam e atualizavam sua experiência, elevando-as ao universal, isto é, os autores interpretavam, por meio desses fenômenos, os desígnios da vontade divina, a partir do estabelecimento de uma concordância analógica entre eles.

Esse desengano em relação ao luxo temporal ficava mais evidente na morte dos notáveis, aí reside a importância das celebrações fúnebres dos nobres mortos. Principalmente se considerarmos a noção da vida política daqueles que ocupavam altos postos na organização social enquanto encargo.

A ideia da brevidade da vida dos grandes aparece na *Oração funebre nas exequias annuaes do Rey de Portugal Dom Manoel* (1665), de Fernando de Santo Agostinho, um religioso da Ordem de São Jerônimo, e Examinador das três Ordens Militares. O autor procura elucidar essa questão da seguinte forma: “E, se a vida he tão breve, para todos, como a tocha, que se gastando do mesmo que luz, como dizem essas linguas mudas, que neste sumptuoso, & funesto ornato estão ardendo; da lingua do Espirito Santo ouviremos, que por Antonomasia he esta brevidade mais acelerada nos Principes, & Monarcas: E porque he mais breve nos Principes, & Grandes, que nos demais? [...] ou o Rey, & o Grande he justificado, de maneira que tenha sempre a consideração no ser de homem, & o seu desvelo nas obrigações do seu officio, ou he descuydado de sy, & do governo, com que deve reger, & governar os seus vassallos; se tem os olhos na sua obrigação, que verdugo para a vida mayor, que os cuydados, & o peso de huma Monarchia [...].por oppressão de pezo se explica, que lima mais efficaz

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

para hir gastando, & desfazendo a saude, que a consideração de ter que dar conta de tantos [...]” (Santo Agostinho, 1686: 7).

Sendo a vida de todos breve, a dos monarcas e dos grandes era ainda mais curta, devido ao “peso da monarquia” e do desgaste causado por “dar conta de tantos”. Nesse sentido, quando um rei ou nobre morria jovem, isso era considerado evidência do cumprimento das obrigações do cargo, tido como “encargo”.

Cristóvão de Almeida¹⁰, em sua *Oração fúnebre nas exéquias annuaes do Rey Dom Manoel* (1665), também ilustra a ideia da “vida morta” dos monarcas, ao dizer que “Antiguamente lhe davão ao Rey hua unçam quando lhe punhão a coroa. Pois logo unguido quando Rey? Logo, porq tão depreça parece q caminha para a morte hu Rey, como caminha hum unguido: O trono he o mais breve caminho para o sepulchro” (Almeida, 1655).

Percebemos uma menção ao rito medieval da unção régia, que representava o monarca enquanto vigário de Deus, e expressava suas responsabilidades para com a Igreja (Nieto Soria 1998: 61). Entretanto, não parece ser nesse sentido que o frei se refere à cerimônia. Para Cristóvão de Almeida, a unção dos reis possuía um paralelismo simbólico em relação à extrema-unção, um dos sete Sacramentos católicos que o cristão recebe antes de morrer, isto é, antes de ingressar no reino do Céu (Araújo, 1997: 9). Segundo tal concepção, a unção dos reis era comparável à unção dos enfermos, haja vista a singular brevidade de suas vidas.

A morte dos grandes, sobretudo dos monarcas, era o modo mais eficaz de se ensinar a “morrer antes da morte”, pois ao ser coroado, o rei já poderia se considerar “morto em vida”. Dessa maneira, estando consciente da celeridade com a qual os homens notáveis se encaminhavam para a morte, restava-lhes realizar o máximo de boas obras que lhes exigia o cargo e a religião.

Ademais, essa disposição progressiva de “abandonar a si”, suscitada pela dramatização da morte dos grandes, era um aspecto fundamental para a salvação da alma. Ao renunciar as glórias mundanas e adotar uma postura abnegada perante as obrigações do exercício do cargo, o notável estaria ordenando sua vontade própria, ou livre arbítrio, aos desígnios da Providência, retomando a sua semelhança e união com o

¹⁰ Cristóvão de Almeida foi um religioso da ordem de Santo Agostinho, Bispo titular de Martyria, Pregador da Capela Real e membro do Conselho Real. (Almeida, 1681).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

divino. A eliminação das paixões e impulsos, que configuravam uma vontade ilusória, também afirmava uma conformação voluntária à ordem hierárquica da monarquia, enquanto um modelo de organização político-social fundado por Deus, e concebida como um caminho natural para a efetivação do vínculo entre os homens e a vontade divina (Pécora 2008: 77-87).

O cômputo do tempo em boas obras.

Relacionada à ideia da brevidade da vida dos homens notáveis, encontrava-se a importância das empresas realizadas por estes. Se o fundamento da memória dos nobres eram seus feitos valorosos e virtudes, seu tempo de vida não poderia ser computado em anos, mas em obras, haja vista a impossibilidade de se prever precisamente o dia da morte. Nesse sentido, João Rodrigues de Meneses¹¹, em seu *Elogio funeral do Principe D. Theodosio, N. Senhor*, declara que “[...] Como as ações da morte se moderam por orden da Providencia, caminham seus passos por tão acultos juizos, que não devemos admirar tanto a desigualdade com que tardam ou com que se apressam, como conformarmos com o principio porque se movem” (Meneses, 1653: 1-2).

Segundo a concepção do padre Vieira, e que cremos que se ajusta aos discursos aos quais analisamos, o dia do Juízo, assim como o dia da morte permaneciam um mistério para todos os vivos, podendo surpreendê-los a qualquer instante e em qualquer lugar. Assim sendo, o presente se tornava decisivo para o julgamento do valor de qualquer empenho humano. O tempo conferido a cada um pela Providência Divina era a ocasião na qual o homem tecia seu destino, pois com a morte, o mundo acabava para o morto, assim como o morto acabava para o mundo (Massimi, 2001: 21), ao menos no que dizia respeito à obtenção de méritos por meio de boas obras, pois caso existisse algum pecado venial, ainda seria possível purificar-se por meio das penas purgatórias e da intercessão dos vivos e santos (Campos 2007: 43).

Em virtude dessa incerteza do dia da morte, para alguns autores dos discursos memoriais selecionados, o tempo passava a ser computado pela qualidade das ações

¹¹ João Rodrigues de Sá Meneses foi o terceiro conde de Penaguião e camareiro-mor do Rei Dom João IV. O conde foi uma personalidade de destaque político, militar e cultural de seu tempo. Possuiu uma das primeiras bibliotecas pessoais de Lisboa, que se tornou ponto de encontro entre letrados. (Ventura, 2010: p. 23).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

obradas, e não pela quantidade de anos vivida. E aqui se encontra o cerne de “morrer em vida”, ou seja, praticar resolutamente boas obras, como se já se considerasse morto.

Nessa perspectiva, Cristóvão de Almeida, em sua *Oração fúnebre nas exequias annuaes do Rey de Portugal Dom Manoel* (1665), questiona seu auditório acerca da duração da vida de um monarca em relação ao ofício régio: “Qual imaginais que he o Principe que mais vive no trono? Por ventura será aquelle q mais dura? Não, por certo, he aquelle que melhor obra. Se o Principe não faz aquillo pera que tomou o sceptro he a sua vida um fingimento, he a sua existencia hum engano” (Almeida 1665).

Para o autor, o reinado de Dom Manuel, que havia durado 26 anos, havendo o monarca morrido aos 52 anos, não deveria ser medido pelo tempo, mas pela qualidade de suas obras. Essa mesma ideia é compartilhada por Fernando de Santo Agostinho, na *Oração funebre nas exequias Rey de Portugal Dom Manoel* (1685), o qual afirma que “esta nossa vida, não só nos homens, mas em todos os viventes, se não conta pelo que dura, senão pelo que se obra”. Dessa maneira, se pelo que se obra se vive bem, “podem os homens metter muitos annos de obras, em hum dia de duração; & muitos seculos em poucos annos, multiplicando obras de virtude, & justiça” (Santo Agostinho, 1685: 9-10).

Esse pensamento também é apresentado por Miguel de São Tomás, no *Sermam nas exequias do Rey de Portugal D. Affonso VI* (1683). Acerca da vida do monarca, que morreu na idade de 40 anos, havendo reinado durante 26, o autor argumenta que “Se as vidas se distinguem pelas obras, e não pelo tempo, he certo, que a extensão da vida não consiste na larga duração do tempo, se não no grandioso das proezas” (São Tomás, 1683: 8).

Essa concepção do tempo da vida dos grandes também aparece no *Sermam nas exéquias do Conde de Soure* (1665), de Cristóvão de Almeida. Para o autor, “o nosso illustre Conde morreo moço, porque morreo de cincoenta, e dous annos de idade; assim julgará quem não sabe o em que consiste a verdadeyra velhice: fabeis em que consiste o ser velho? Nao consifte em tèr muytos annos, se naõ em ter muytos merecimentos” (Almeida 1665: 34).

Para corroborar o seu argumento, Cristóvão de Almeida cita, no *livro da Sabedoria*, o versículo que trata acerca da morte dos justos: “Tendo chegado rapidamente ao termo, percorreu uma longa carreira” (Bíblia, Sabedoria: 4-23). A partir

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

disso, o autor chega a conclusão de que “Os homens medem a nossa vida pelos annos que correrão; Deos mede a nossa vida pelos merecimentos, que se adquirirão” (Almeida, 1665: 35).

Nota-se que os personagens citados até então morreram na meia idade, ainda que Cristóvão de Almeida considere que o conde havia morrido “moço”, aos 52 anos. Dom Manuel também morreu aos 52 de idade e Dom Afonso VI aos 40. Sendo assim, apesar de não terem morrido velhos, todos eles possuíram tempo o suficiente de realizar boas empresas durante a vida e o tempo em que exerceram o seu officio.

Entretanto, nos discursos memoriais, também temos o exemplo da morte prematura do príncipe Dom Teodósio de Bragança, que havia morrido após completar apenas dezenove anos. Diante dessa situação, para que o príncipe pudesse condensar o tempo de sua vida em boas obras, era necessário fazer-se velho ainda jovem.

Dessa maneira, António Veloso afirma, em seu *Sermaõ funereal nas exequias ao Principe de Portugal Dom Theodosio* (1653), que “Cõ difficuldade se averiguara se começou mais cedo o caminho da virtude; ou se o acabou mais perfeitamente; porque se formou tal na mocidade qual se desejara na velhice, se là chegara: por isso ainda que viveo poucos annos pera o mundo, viveo muitos pera sy” (Veloso, 1653: 13).

Seguindo lógica semelhante, o segundo conde de Ericeira, Dom Fernando de Menezes, em sua obra intitulada *Vida, e acçoens d'El Rey Dom João I. Offerecido à memoria posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio* (1667), na dedicatória que fez ao príncipe, afirma que “Se o temporal não tem proporção com o Eterno, o transitorio com o infinito, pois não he delle a menor parte, julguese inutil & breve o tempo que se perde, largo aquelle q se aproveyta, como fez este Principe, que com as primeyras luzes da rasão seguiu o caminho da virtude, e preservou todo o espaço de sua vida” (Ericeira, 1667).

Nessa perspectiva, morrer jovem, ou ao menos não morrer em idade avançada, já constituía, por si só, um sinal de bem-aventurança, como propõe Miguel de São Tomás, quando discorre acerca da morte de Dom Afonso VI, em seu *Sermam nas exequias do Rey de Portugal D. Affonso VI* (1683): “Porque vivia Deos tão cioso desta Alma querida, que não consentio estivesse mais tempo sugeyta aos perigos do mundo. Vendo Deos que seus mimosos estão em graça, que he disposição propria para a gloria, chama-os de repente para lhes assegurar a bem-aventurança (São Tomás, 1683: 28).

O corpo político imortal: o monarca como Sol

O “corpo político do reino”, ou *universitas*, era formado por diversos cargos ou ofícios, anteriores às pessoas privadas que o exerciam, dotados de dignidade e prerrogativas próprias, que se mantinham, mesmo após a morte do dignitário. Nesse sentido, a *universitas* era composta por corpos naturais, que envelheciam e morriam; e um corpo político, constituído pelo conjunto de todos os postos político-sociais, que cooperavam para o funcionamento dessa corporação, que nunca morria.

De maneira semelhante, os governantes também possuíam dois corpos, o corpo natural, que poderia adoecer, envelhecer e morrer e um corpo político, relativo à dignidade do cargo ocupado. Tal corpo político nunca morria, apenas era transmitido a outro dignitário. No caso do ofício régio, o “corpo político do monarca” era transmitido por sucessão de sangue, salvo nos casos quando isso não fosse possível.

Dessa maneira, após evidenciar a boa morte do rei, os discursos memoriais procuravam transferir a lealdade da *universitas* imortal ao herdeiro ao trono, para quem era transmitido o corpo político, ou dignidade do ofício régio, igualmente imortal. O sucessor passava, assim, a ser a nova cabeça da *universitas*, ou “corpo político do reino”, vindo a ser o legítimo responsável por sua coesão e harmonia, até a morte do seu corpo natural, momento no qual deveria ocorrer uma nova transmissão do corpo político régio ao sucessor (Kantorowicz, 1998: 239-242).

Uma imagem que representa essa imortalidade da cabeça do “corpo político do reino” é a fênix. Para Bauldus, importante jurista medieval, a fênix simbolizava uma pessoa que era, ao mesmo tempo, um particular e a totalidade da espécie existente, de forma que o espécime e a espécie coincidiam em um mesmo ser. Nesse sentido, o monarca, figurado como fênix, era mortal e particular, enquanto indivíduo, mas também imortal e coletivo, porque incorporava a espécie inteira, isto é, a *universitas* que nunca morria e reproduzia apenas um espécime por vez, o próprio monarca (Kantorowicz, 1998: 238).

A representação do rei enquanto fênix aparece no *Panegyrico funeral a la memoria del Rey D. Filipe Tercero* (1625), de Paravicino y Arteaga¹²: *El fenix de la*

¹² O poeta Paravicino y Arteaga ficou conhecido pelos retratos seus pintados por El Greco. Paravicino foi um personagem de primeira importância durante a época em que viveu. Foi predicador real dos reis espanhóis Filipe III (segundo de Portugal) e Filipe IV (terceiro de Portugal) (Cerdan, 1978: p. 37-74).

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

piedad, Religioso Felipo Tercero, no solo se lavantarà Ave nueva, y solar de marmol, donde sellò la Fè los despojos de laparte, ò porcion mortal temporalmente; no solo srà estrella, que em perpetuas eternidades manche hermosamente de luz la parte que toca del cielo: Sol y exemplo serà de singulares virudes à la tierra (Paravicino y Arteaga, 1625: 7).

Nessa passagem, o autor representa o monarca enquanto fênix para simbolizar o seu renascimento para Deus, isto é, após a morte, Filipe III “sela” sua porção temporal, e torna-se “estrela”, ou “Sol” em “perpétuas eternidades”. Entretanto, a fênix também representava a sucessão ao trono, como é possível perceber em um outro trecho do mesmo panegírico, no qual o autor descreve a sucessão de Filipe III ao seu pai, Filipe II: *[...] se puso el Sol de Filipo Segundo à España [...] Començò empero el oriente de nuestro Tercer Filipo con blanda lumbre, con dulces, si animosos rayos, à dar vida à sus gentes. Pudiendo dezir S. Ambrosio del, lo que dixo de Teodosio, que de las cenizas del muerto fenix con fin fatal, y fecundo acabamiento, se levantaria la misma Ave copiada en las virtudes flamantes de su hijo* (Paravicino y Arteaga, 1625: 7).

Paravicino y Arteaga representa o reinado de Filipe II enquanto Sol, que quando se pôs, deu início ao reinado de seu filho, Filipe III, representado como um novo “oriente”, ou nascer do mesmo Sol. Em seguida, o autor representa Filipe III como sendo uma fênix renascida das cinzas de seu pai, sendo a “mesma ave”, que havia incorporado as virtudes do falecido monarca. A partir disso, podemos notar que havia uma relação entre a imagem do Sol e a imagem da Fênix que, embora “morressem”, renasciam sempre os mesmos.

Nessa perspectiva, João Correia Peixoto, protonotário da vila de Alpalhão, em sua *Oração funebre nas exéquias Del Rey Dom João o Quarto* (1657), também compara a morte de Dom João IV ao ocaso do sol, que renasce na pessoa de seu filho, Dom Afonso VI: “Considerastes já com melancolia ao Sol quando se poem, & sepulta no oceano, depois que descaindo do auge, vai fallecendo, te chegar ao ultimo desmaio? Tudo se entristece, as flores perdem a cor, os passaros se recolhem, tudo se cobre de negro, tudo he capuz, tudo està parado; tudo em silencio. Tertuliano o ponderava gravemente à guiza de huas exequias Reais, que o mundo faz o Sol, como ao seu Rey morto, q delle quis Deos pendesse o governo destas coisas sublunares, por seus influxos. A esta ausencia consola o novo nascimento, o a outro dia se espera. Chega a

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

manhã fermosa começamse a alegrar os campos, alcatifamse os prados cõ os melhores tapetes q Salamão possuiu cõ toda sua fanfarronice: vestem as flores cada qual diferente libre, festejam os passarinhos. Que he isto? [...], parecerlhe que seu Rey não morreo, & o tem vivo. Consolativos, que tendes o Senhor Dõ Afonso Sexto, em que veremos ao vivo seu pay” (Peixoto,1657: 11).

Nessa passagem, além da representação da sucessão régia enquanto o passar dos dias, na qual cada rei incorporava o corpo político do anterior, por meio da linhagem de sangue, mantendo sempre viva a dignidade real, podemos perceber a utilização retórica da noite e do dia para simbolizar a morte natural de um monarca e uma espécie de “nascimento do sucessor para o trono”.

Dessa forma, a noite aparece como as “exéquias” do sol e, ao mesmo tempo, como prelúdio de um novo dia. Ou seja, era necessário lamentar a perda de um bom monarca por meio das celebrações fúnebres, mas também era preciso se alegrar pela aclamação de um novo monarca, pois apesar do novo dia que se inicia com a sucessão, ainda era o mesmo Sol que iluminava o reino.

A utilização da metáfora, nesse caso, pode ser justificada por meio do pensamento tomista, que afirma que a Divindade, enquanto a causa primeira de todas as coisas, é inapreensível ao homem, embora parcialmente revelada por meio dos fenômenos naturais. Segundo essa concepção, haja vista a impossibilidade de desvendar os desígnios divinos em relação à morte, especialmente à morte de um rei, é necessário discorrer acerca dela por meio de alegorias, que podem conduzir mais apropriadamente ao conhecimento aproximado daquilo que é, por essência, incognoscível (Castro, 2009: 129).

Retomando a questão da sucessão régia, na mesma oração fúnebre, João Correia Peixoto reproduz o texto que serviu de epitáfio a Dom João IV: “morto he nosso Rey, morto he nosso pay, & quasi nam morreo, pois deixou um filho por sua morte tam semelhante a si” (Peixoto,1657: 11). Mais à frente, o autor faz uma exortação aos portugueses: “O portuguezes leais, se ao Senhor Dom Joam o Quarto acclamastes & cõservestes por Rey, deveis dar a mesma honra a seu filho & tratalo com o mesmo amor, & lealdade, por quanto em ele vive” (Peixoto,1657: 13). Dessa maneira, considerando que Dom João IV e seu filho, Dom Afonso IV, eram considerados como

sendo o mesmo “Sol”, os súditos do reino deviam lealdade a Afonso VI, da mesma forma que haviam devido ao falecido monarca.

Essa ideia estava ligada ao pensamento de que após a morte, o poder do monarca retornava a Deus, que o havia conferido, sendo a fonte de todo o poder considerado legítimo. Porém, a Divindade transferia tal poder imediatamente ao sucessor hereditário. Deste modo, conservava-se o respeito à vontade divina, que não poderia depender da vontade dos homens; e se o poder tinha sua origem em Deus, que era Eterno, este não poderia acabar com a morte do corpo natural do soberano (Mattoso, 1995: 409).

A morte dos governantes afetava todos os membros da sociedade, pois estes constituíam o polo visível da comunidade, que assegurava sua persistência no tempo. Os reis e a nobreza eram responsáveis pela paz do reino, garantindo a sua coesão interna. Se a sociedade lograva formar um todo orgânico, no qual cada membro cumpria sua função a partir do seu lugar na ordem político-social, com a ajuda e auxílio dos governantes, isso se devia à outorga da autoridade ao monarca, a quem se havia confiado o poder. Portanto, com a morte dos líderes políticos, toda a comunidade ficava fragilizada. Deste modo, a morte dos governantes ameaçava a continuidade da organização social (Mattoso, 1995: 409).

Para esconjurar esse medo e saber continuar convivendo com a morte dos governantes, os ritos fúnebres e o luto, que exigiam a participação de todos os integrantes da monarquia, procuravam difundir uma ideia de autodomínio, por intermédio da dramatização do momento em que as autoridades políticas abandonavam o mundo dos vivos. Nesse sentido, tanto as representações dos governantes como Sol ou fênix e sua ideia de continuidade do poder régio, quanto os discursos memoriais, cumpriam a função de amenizar a sensação de medo e insegurança causada pela ausência momentânea de uma “cabeça” política (Mattoso, 1995: 396).

Considerações Finais

Como foi possível notar, a composição de uma memória, por meio dos discursos fúnebres, não era compreendida como vanglória, pois o sentido, ou *telos* da vida, era a preparação para a bem-aventurança. Os governantes, enquanto cabeças das corporações que administravam, possuíam o dever político e religioso de oferecer às populações, os meios adequados para que cada um pudesse alcançar a bem-aventurança. Nesse sentido,

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

a memória da boa vida dos homens notáveis também deveria evidenciar sua boa morte, que comprovaria sua prudência na administração da organização político-social.

Ademais, bem-morrer também significava assumir total responsabilidade pelas ações praticadas em vida, ordenar tais ações de acordo com a doutrina Católica e aceitar a inevitabilidade da morte resignadamente, desenganando-se da ilusão de que a vida temporal constituía um bem eterno, e que as escolhas tomadas ao longo da vida não teriam efeito para a salvação da alma, podendo esta ser alcançada exclusivamente por meio do arrependimento nos momentos que antecederiam a morte.

Nesse sentido, a prática de boas obras a serviço do bem-comum do reino, a fama pública que resultava delas, assim como seu registro memorial não possuíam valor em si, mas apenas enquanto meios de se alcançar a bem-aventurança e estabelecer exemplos a partir dos quais o restante da sociedade pudesse também alcançá-la.

Para auxiliar no exercício de bem-viver para bem-morrer, os homens notáveis deviam observar não apenas os exemplos de seus antepassados, procurando emular seus feitos heroicos, mas também ocupar-se da meditação acerca da morte, no intuito de alcançar a disposição moral e religiosa necessária para a correção da vontade e o acerto das escolhas feitas em vida.

Assim, os discursos memoriais cumpriam uma dupla função, por um lado, incentivavam os nobres e o monarca a alcançarem a fama pública por meio das ações valorosas e virtudes exemplares de seus antecessores e, por outro lado, proporcionavam a meditação acerca da morte, como recurso para assumirem uma postura de abnegação quanto às glórias mundanas e resignação perante a morte. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que encorajavam os homens notáveis a agir de acordo com as disposições de seus cargos, ensinavam a compreender sua distinção social como um meio designado por Deus para que eles alcançassem a salvação de suas almas.

Bibliografia:

Fontes Impressas:

ALMEIDA, Cristóvão de (1673), *Oração funebre nas exequias que mandou fazer na Santa Casa da Misericórdia desta cidade de Lisboa, D. Affonso VI aos soldados portuguezes, que morrèrão gloriosamente em defensão da Patria, no sitio de Villa-Viçosa, e na batalha de Montes Claros, este anno de 1665 / Dissea o P. M. Frey*

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

Christovam de Almeida, Coimbra, Officina de Antonio Craesbeeck d'Mello Impressor se Sua Alteza, Biblioteca Nacional de Portugal.

ALMEIDA, Cristóvão de (1681), *Sermoens varios que pregou o illustrissimo e reverendissimo senhor D. FR. Christovam de Almeyda*. Lisboa, Officina de João Galvão.

ANDRADE, Lucas de (1653), *Breve relação do sumptuoso enterro que se fes em 17. de Mayo de 1653. ao Serenissimo Principe o S. D. Theodosio por Lucas de Andrade*, Lisboa, por Antonio Alvarez, Biblioteca Nacional de Portugal.

BAENA PARADA, Juan de (1691), *Epítome da vida, e feitos d'el Rei D. Sebastião de Portugal*, Madrid, Empreenta de Francisco Barries, Biblioteca Nacional de Portugal.

BÍBLIA (1966), *Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento: Tradução de João Ferreira de Almeida*. Rio de Janeiro, Sociedade Bíblica do Brasil.

CABRERA DE CORDOVA, Luis (1611), *De historia para entenderla y escribirla*, Madrid, por Luis Sanchez, Biblioteca Nacional de Portugal.

DÍAZ de YLARRAZA, Gregorio (1665), *Relacion diaria de la enfermedad, y mverte del gran rey Don Felipe III, nvestro señor y de los oficios, y exequias, que la serenissima, y muy catolica Reyna N. Señora Doña Mariana de Avstria con Reverendo Culto, y Piadoso Zelo ha mandado celebrar, en su Deposicion, Novenario, y Honras en su Real Palacio, y Conuento Real de la Encarnacion*, Madrid, por Iuan Noguès, Biblioteca Nacional de Portugal.

ERICEIRA, 2º Conde da (1677), *Vida, e acçoens d'El Rey Dom João I. Offerecido à memoria posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio escrita por Dom Fernando de Menezes Conde da Ericeyra*, Lisboa, na Officina de Joaõ Galraõ, Biblioteca Nacional de Portugal.

FEIO, António (1621), *Sermão das exequias que a Sancta See e cidade de Coimbra de comum cõcordia fizeram na morte do Catholico Rey D. Phelippe nosso senhor, terceiro de nome, & segundo Rey de Portugal*, Lisboa, por Pedro Crasbeeck Impressor del Rey, Biblioteca Nacional de Portugal.

MACHADO, Diogo Barbosa (1741-1759), *Biblioteca lusitana: histórica, crítica e cronológica – na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras, que compuseram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente*, Lisboa, Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca.

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

MANRIQUE, Angel (1621), *Exequias. Tumulo y pompa funeral, que la Universidad de Salamanca hizo en las honras del rey Felipe III. En cinco de Junio de mil y seyscientos y veynte y uno*, Salamanca, en casa de Antonio Vasquez, Biblioteca Nacional de Portugal.

MENESES, João Rodrigues de Sá (1653), *Elogio funeral do Principe D. Theodosio, N. Senhor. Relação das exequias e lutos cõ que sentio sua morte o Exmo. Senhor João Roiz de Sa Conde de Penaguaiaõ, escrita por hum criado que assiste a S. Excellencia*, Londres, [s.n], Biblioteca Nacional de Portugal.

MOLINA, Bartolomé de (1621), *Breve tratado de las virtudes de don Iuan Garcia Alvarez de Toledo, Monroy, y Ayala, quinto Conde de Oropesa y Deleytosa*, Madrid, por la viuda de Cosme Delgado, Biblioteca Nacional de Portugal.

PABLO del VAL (1666), *Relacion de las exequias que, en la morte del rey Don Felipe IV hizo la Universidad de Oviedo*, Madrid, por Pablo del Val, Biblioteca Nacional de Portugal.

PARAVICINO y ARTEAGA (1625), *Panegyrico funeral a la gloriosa memoria del Señor Rey D. Filipe Tercero, el Piadoso*, Madrid, por D. Teresa Iunti, Biblioteca Nacional de Portugal.

PEIXOTO, João Correia (1657), *Oração funebre nas exequias reais da Magestade Del Rey Dom João o Quarto nosso senhor celebradas com muita grãdesa na insigne Collegiada de Ourem, Coimbra*, por Thome Carvalho Impressor da Uniuersidade, Biblioteca Nacional de Portugal.

SANTO AGOSTINHO, Fernando de (1686), *Oração funebre nas exequias annuaes do Serenissimo Rey de Portugal Dom Manoel de gloriosa memoria. Disse a na Santa Casa da Misericordia desta Cidade de Lisboa, em treze de Dezembro de 1685. Fernando de S. Augustinho, da Ordem de S. Jeronymo, Offerecida ao Senhor Nuno de Mendonça, Conde de Val de Reys*, Lisboa, na Officina de Joaõ Galraõ, Biblioteca Nacional de Portugal.

SIERRA, Juan Lopes (2002), “Vida o Panegírico fúnebre al senor Affonso de Furtado Castro do Rio Mendonca” in SCWARTZ, Stuart; PÉCORÁ, Alcir (orgs.), *As Excelências do Governador. O Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado*, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676), São Paulo, Companhia das Letras.

SOUSA, António da Silva e (1656), *Instrucçam politica de legados ao Sereníssimo*

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

Principe Dom Afonso Nosso Senhor, por António da Silva e Sousa, [s.n], Biblioteca Nacional de Portugal.

VELOSO, António (1653), *Sermaõ funeral nas exequias que o Real Collegio da Companhia de Jesus de Coimbra celebrou ao Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio em 17. de Junho de 1563 pregouo [sic] o R.P.M. Antonio Vellozo da Companhia de Jesus Lente de Theologia, & Procurador geral eleito a Roma pela Provincia de Cochim*, Lisboa, por Paulo Craebecck, Biblioteca Nacional de Portugal.

Estudos:

CAMPOS, Adalgisa (2007), “Almas Santas na arte colonial mineira e o purgatório de Dante”, in *IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-americano, Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-americano*, Belo Horizonte, C/ Arte.

CASTRO, R. C. G (2009), *Negatividade e Participação: A influência do Pseudo Dionísio Areopagita em Tomás de Aquino – Teologia, Filosofia e Educação*. Tese de doutoramento em «Educação», São Paulo, Universidade de São Paulo.

DELUMEAU, Jean (1999), *História do medo no ocidente: 1300 – 1800*, São Paulo, Companhia das Letras.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro (2015), “Se viveres como louco, sabes que hás de morrer sem juízo: as orientações para o bem morrer na literatura cristã portuguesa do século XVIII”. *Revista Brasileira de História*, vol. 35, pp.1-25.

GRANDUQUE JOSÉ, Maria Emília (2014), “A ideia de história no tratadista espanhol Luis Cabrera de Cordova (século XVII)”, *História da Historiografia*, vol. 14, pp. 198-206.

GUERÍN, Patricio (1963), “Fray Ángel Manrique, Obispo de Badajoz y su famoso Memorial”, *Miscelánea Comillas*, Madrid, vol. 40 pp.299-355.

HANSEN, João Adolfo (2008), “Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira (1626-1697)”, *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, vol. 8/9, pp.264-299.

KANTOROWICZ, Ernst (1998), *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval*, São Paulo, Cia das Letras.

LOPES, Ana Mafalda Pereira (2016), *Confortando reis e rainhas: as cartas consolatórias entre a política e o luto (séculos XV-XVI)*, Dissertação de Mestrado em «História», Braga, Universidade do Minho.

Guilherme Amorim de Carvalho – Sermões fúnebres ibéricos e o sentido do tempo (Século XVII) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 31-53. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a3

LUZ, Guilherme Amaral (2008), “A morte-vida do corpo místico: espetáculo fúnebre e a ordem cósmica da política em Vida ou Panegírico Fúnebre a Afonso Furtado de Mendonça (1676)”, *ArtCultura*, vol. 11, pp. 159-175.

MASSIMI, Marina (2001), “Identidade, tempo e profecia na visão de Padre Antônio Vieira”, *Memorandum*, vol. 1, pp. 1-19.

MATTOSO, José (1995), “O poder e a morte”, *Anuario de Estudios Medievales: Instituto de historia medievale de España*, v. 25, pp. 396-427.

OLIVEIRA, Vítor Amaral de (2002), *Sebástica: bibliografia geral sobre D. Sebastião*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

PÉCORRA, Alcir (2000), “A arte de morrer segundo Vieira” in VIEIRA, Antônio, *A arte de morrer: os sermões de quarta-feira de cinza de Antônio Vieira*, São Paulo, Nova Alexandria.

PÉCORRA, Alcir (2002), “Introdução”, in SCWARTZ, Stuart; PÉCORRA, Alcir (orgs.), *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado*, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676), São Paulo, Companhia das Letras.

PÉCORRA, Alcir (2008), *Teatro do Sacramento*, São Paulo, Editora da Unicamp.

SILVA, Innocencio Francisco da (1859-1923), *Diccionario bibliographico portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional.

SOUZA, J. V. A (2013), “Especialistas em 'bem morrer': causa mortis, rituais e hierarquias em um mosteiro do Rio de Janeiro colonial”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 20, pp. 537-552.

VENTURA, José Manuel (2010), *João Soares de Brito. Um crítico barroco de Camões*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

VIEIRA, Antônio (1982), *História do Futuro*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

“Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX)

“Prayers to Our Lord for good weather”. Prayers and Penance processions of the Secular Franciscan Order of Coimbra (18th and 19th centuries)

« Prières à notre Seigneur pour le beau temps ». Prières et processions pénitentielles de l'Ordre Franciscain Séculier de Coimbra (18^{ème} et 19^{ème} siècles)

"Oraciones a Nuestro Señor por buen tiempo". Oraciones y procesiones de Penitencia de la Orden Franciscana Seglar de Coimbra (siglos XVIII y XIX)

Ana Margarida Dias da Silva
(FCT-Universidade de Coimbra)
margaridadiasdasilva@gmail.com

Fernando B. Figueiredo
(CITEUC-CMUC-Universidade de Coimbra)
fernandobfigueiredo@gmail.com

Resumo: Os registos históricos são bastante importantes para os estudos atuais de climatologia. Os registos eclesiásticos merecem particular atenção pelas descrições vivas da incompreensão da população face às causas dos fenómenos meteorológicos adversos, encarados, invariavelmente, como manifestação do desgosto e castigo de Deus. As procissões de preces e penitência, realizadas em período de calamidade, rogavam a Deus a benesse da sua cessação. Nos anos 1744, 1753, 1772, 1793, 1800, 1818 e 1824 a Ordem Franciscana Secular de Coimbra registou, para memória futura, a realização de procissões em períodos de calamidade continuada. Neste artigo apresenta-se a transcrição destes registos.

Palavras-chave: estudos históricos de clima, fontes eclesiásticas, chuva, seca, ciência e sociedade.

Abstract: Historical records are significant for current climatology studies. Ecclesiastical records deserve attention for the lively description of people's incomprehension of weather adverse phenomena causes, which were invariably seen as a manifestation of God displeasure and punishment. The religious processions and penitence, done in times of calamity, besought God's blessing for calamity's end. In the years 1744, 1753, 1772, 1793, 1800, 1818 and 1824, the Franciscan Secular Order of Coimbra recorded, for future memory, some of these processions related to extreme weather events that devastated the city of Coimbra. In this article, we present the transcription of seven of these registers.

Keywords: climate historical studies, ecclesiastical sources, rain, drought, science and society.

Résumé: Les documents historiques sont significatifs pour les études climatologiques en cours. Les documents ecclésiastiques méritent l'attention pour la description vivante de l'incompréhension par les gens des phénomènes météorologiques défavorables, qui étaient invariablement perçus comme une manifestation du mécontentement et de la punition de Dieu. Les processions religieuses et la pénitence, accomplies en temps de catastrophe, demandaient la bénédiction de Dieu pour la fin de la calamité. Dans les années 1744, 1753, 1772, 1793, 1800, 1818 et 1824, l'Ordre Séculier Franciscain de Coimbra a

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. *Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4*

enregistré, pour mémoire future, certaines de ces processions liées à des événements météorologiques extrêmes qui ont dévasté la ville de Coimbra. Dans cet article, nous présentons la transcription de sept de ces registres.

Mots-clés: études historiques du climat, sources ecclésiastiques, pluie, sécheresse, science et société.

Resumen: Los registros históricos son significativos para los estudios de climatología actuales. Los registros eclesiásticos merecen atención por la viva descripción de la incomprensión de las personas de las causas de los fenómenos meteorológicos adversos, que invariablemente se veían como una manifestación del desagrado y el castigo de Dios. Las procesiones religiosas y la penitencia, hechas en tiempos de calamidad, suplicaban la bendición de Dios para su fin. En los años 1744, 1753, 1772, 1793, 1800, 1818 y 1824, la Orden Franciscana Seglar de Coimbra grabó, para su memoria futura, algunas de estas procesiones relacionadas con eventos climáticos extremos que devastó la ciudad de Coimbra. En este artículo, presentamos la transcripción de siete de estos registros.

Palabras clave: clima, estudios históricos, fuentes eclesiásticas, lluvia, sequía, ciencia y sociedad.

Introdução

Os estudos históricos que investigam o papel do clima e dos eventos catastróficos nas alterações sociais e do território, permitem estudar e compreender a relação das populações com o ecossistema (Alcoforado, 1999). O conhecimento de como no passado se lidou com questões climáticas pode ajudar a tomar decisões mais consentâneas e a exigir mais e melhores respostas dos decisores políticos aos problemas ambientais atuais (Asayama *et al.*, 2014; Oreskes *et al.*, 2014). Vários projetos científicos interdisciplinares, reunindo diferentes grupos de investigadores, desde arquivistas, historiadores, geógrafos, geocientistas e matemáticos, têm vindo atualmente a ser desenvolvidos em vários países no sentido de contribuírem para um conhecimento da história climática e de eventos extremos passados do nosso planeta, particularmente ocorridos em épocas pré-instrumentais, anteriores aos séculos XVII e XVIII¹.

1. Fontes eclesiásticas

O recurso a fontes históricas, institucionais ou particulares, para o estudo e compreensão das evoluções e variabilidades climáticas e da relação dos fenómenos atmosféricos com a sociedade, é uma ferramenta de trabalho imprescindível para a paleoclimatologia (Guimarães *et al.*, 2016). A análise deste tipo de fontes, tendo em conta o contexto local, social e cultural em que foram escritas, permite identificar e conhecer os fenómenos climatéricos, bem como perceber como a sociedade os percecionou e com eles se relacionou, através dos tempos. As fontes são vastas e diversas (Barriendos, 1996; Silva, 2017), sendo as fontes históricas eclesiásticas de

¹ Em Portugal o projeto KlimHist é disso exemplo: <http://clima.ul.pt/klimhist-project>.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

particular relevância, devido à implementação uniforme da Igreja católica no território nacional. A partir destas é possível recolher, de forma direta e indireta, descrições e referências esporádicas, de quando fenómenos extremos interferiram no quotidiano das populações, como se verifica pela leitura dos registos transcritos no final, o que se torna particularmente relevante para estudos de reconstrução climática de pequenas localidades afastadas dos grandes centros populacionais, por exemplo.

Na evidente impossibilidade humana de fazer cessar o fenómeno meteorológico extremo, a multidão dos crentes implorava a intervenção divina através dos atos de culto, nomeadamente através das preces e procissões *Pro Pluvia* e *Pro Serenitate* (Silva, 2017). A ansiada melhoria do estado do tempo era atribuída a Deus, motivando naturalmente manifestações de “ação de graças”. Mas não eram só os fenómenos meteorológicos a única razão para se fazerem procissões, a ocorrência de epidemias, de pestes e abalos sísmicos, eram também momentos de manifestação pública e de atos solenes de súplica a Deus, da realização de procissões de penitência e ação de graças (Gouveia 2000: 345).

De facto, “apontando os fenómenos naturais cíclicos como expressão da insatisfação de Deus com a conduta do povo” as populações procuravam “acalmar a ira divina através de penitências, preces e lágrimas” (Cabral 2011: 87-88). As alterações climáticas prolongadas e adversas eram motivo da realização de procissão de preces, “cerimônia [que] só decorria em períodos de calamidades, os quais ocasionavam problemas para a comunidade” (Moraes 2009: 244). É neste contexto que se inserem as preces e procissões de penitência realizadas pela Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Coimbra.

2. Um arco temporal de cerca de um século de Preces e Procissões de Penitência

Este artigo faz parte de um estudo mais amplo que se está a desenvolver sobre a perceção e entendimento da população de Coimbra dos finais do Antigo Regime acerca dos fenómenos naturais. As procissões em estudo realizaram-se durante os reinados de D. João V (1706-50), D. José (1750-77), D. Maria I (1777-1816) e D. João VI (1816-26), um amplo arco temporal marcado por uma transformação do panorama científico e técnico do país, que se materializa na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

(1772) que “representou uma decisiva viragem científica e pedagógica” (Fonseca, 2017: 13) e que “pretendia ser a concretização de um projeto que tinha por finalidade sintonizar Portugal com as ideias iluminadas da Europa e encaminhá-lo na direção do progresso e das ciências (Figueiredo *et al.*, 2017: 204). Assiste-se à criação das faculdades de Matemática e Filosofia, que introduziriam “no elenco dos estudos superiores as ciências exatas e as ciências naturais” (Fonseca 2017: 36), apoiadas em novos estabelecimentos científicos como o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico, o Observatório Astronómico, os gabinetes de História Natural e de Física Experimental, o Laboratório Químico e o Jardim Botânico. A ideia e a visão de conhecimento e ciência, nomeadamente das ciências naturais e físico-matemáticas, que se expressam nos *Estatutos*, está em perfeita sintonia com as ideias do Iluminismo europeu, particularmente com a sua expressão francesa (Figueiredo *et al.*, 2017: 204). A ciência e a técnica começam cada vez mais a entrar na esfera pública, promovendo mudanças e comportamentos sociais e económicos. Nas décadas de 1770, 1780 e 1790 dá-se a especialização profissional e científica de filósofos naturais, matemáticos, astrónomos, engenheiros, botânicos, químicos e mineralogistas.

É de especial interesse tentar compreender se de algum modo as novas ideias científicas e as suas explicações acerca dos fenómenos meteorológicos ajudaram a população a percecioná-los de outra maneira. Entender como se dá a articulação entre uma matriz de cientificidade que se começa a instituir, e que caracteriza o Portugal pós Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, e os cultos e modos populares de pedir e agradecer as bênçãos divinas nas tão ansiadas melhorias do estado do tempo. Será que os cataclismos naturais, quase sempre encarados como manifestação da ira divina, começam a ser vistos de maneira diferente? De que modo os avanços da ciência na interpretação dos fenómenos físicos vão sendo apreendidos pela população? Sabemos que a religião se mostra como uma ação comunicativa entre o homem, a natureza e a divindade (Rodrigues 2004: 348), de que modo o discurso científico se interfere nessa acção?

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

3. Preces e Procissões de Penitência na Ordem Franciscana Secular de Coimbra

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Coimbra foi fundada em 1659, com sede primitiva na igreja do convento de S. Francisco da Ponte². A busca pela perfeição evangélica, a partir da vivência religiosa rigorista, marcada pela disciplina, obediência, autocontrole e penitência, configuraram-se como o objetivo principal dos membros das ordens terceiras franciscanas.

Durante o século XVIII foi intensa e modelar a vida espiritual litúrgica e cristã dos franciscanos seculares com a divulgação do pregão da encomendação das almas em novembro, a realização das procissões da Penitência, dos Passos, do Enterro do Senhor, Quarta-feira de Cinzas, no primeiro Domingo da Quaresma ou na Sexta-feira Santa.

No arquivo da instituição encontram-se *Memórias* que contêm “informação minuciosa dos santos exercícios realizados nos anos de 1744, 1753, 1772, 1800, 1808 e 1832”³ (Barrico, 1895: 86). É a partir desta chamada de atenção feita por Joaquim Simões Barrico, secretário do Definitório entre 1896 e 1905, que se localizou informação sobre procissões de “Preces para o Senhor dar bom tempo”. Uma leitura alargada da documentação permitiu juntar às procissões acima citadas aquelas realizadas em 1793, 1818 e 1824 pelo mesmo motivo⁴. Os secretários da instituição registaram, “para constar para o tempo futuro”, a ocorrência de determinados fenómenos climatéricos e o recurso à intervenção divina através de preces e procissões de penitência.

A Ordem Franciscana Secular de Coimbra, perante “a grande esterilidade de agoa” (1744, 1753, 1793, 1818 e 1824)⁵ ou “as continuadas chuvas” (1772, 1799-1800)⁶ que assolaram não só a cidade de Coimbra como “a maior parte do reino”, viu-se na obrigação de organizar procissões de preces⁷. Pelas *Memórias* percebe-se que se

² Sobre a história da Ordem Franciscana Secular de Coimbra ver Silva, 2013.

³ Barrico descreve em pormenor as procissões de 1800 e 1832. Esta última está relacionada com o surto de cólera-morbus que assolou a cidade de Paris em finais de março desse ano, com expressão em Europa e a que Portugal não escapou no ano seguinte e, por isso, não se transcreve aqui.

⁴ *Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774*, Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (AVOTPFGBR), liv. 4, 1774-03-08 a 1888-05-10; e *Livro das mesas e lembranças da Venerável Ordem*, AVOTPFGBR, liv. A7, 1785-10-14 a 1835-02-23.

⁵ Documentos 1, 2, 4, 6 e 7, respetivamente.

⁶ Documentos 3 e 5, respetivamente.

⁷ Também em 1744, 1753, 1772 e 1793 se realizaram preces e procissões «pela bênção da chuva» ou «pela serenidade do tempo» no Porto e em Braga (Silva, 2017). Em Braga há nota de seca e calor

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

associam os momentos de seca e/ou de chuva intensa a castigos de Deus motivados pelo pecado, como fica expresso nos registos das várias procissões, nomeadamente: “como a misericórdia divina ainda não succurria aos peccadores mas antes continuavão os castigos toda esta cidade e todo o nosso Portugal com este grande castigo sem acharem refugio para a sua penna” (1744) ou “o Senhor amiasava castigo ao Reino nas continuadas chuvas que embarasavão as sementeiras e não deixavão crescer as feitas, e que este castigo procedia dos pecados” (...) “vendo a grande estrelidade de calores com que Nosso Senhor ameassava a homanidade” (1818).

E a crença na súplica a Deus fundamentava-se na prova de que as preces eram atendidas. Veja-se o que aconteceu depois de “tão grandes calores que parece se acabava o mundo”: a misericórdia divina “succurreu com ella em tanta abundancia que inundava as ruas da cidade” e “com inundancia de agoa que durou por espaço de 3 dias” (1744); e o “benefificio recebido da Misericordia do Senhor sobre nos mandando agoa com tanta abundancia depois de huma tão grande esterelidade”. E mesmo as “continuadas chuvas” que eram “Com tanta abundancia que no nosso ryo erão cheyas humas sobre as outras, quaze se pode dizer que era huma cheya continuada” (1800) logo “na primeira tarde de penitência e oração principiou a não chover” (1772), “secarão as chuvas, apareceu o bom tempo” por “milagre que obrou por emtercesão de Nosso Patriarca São Francisco” (1800).

No entanto, nem sempre o “primum movens” do ato cultual seria a mudança de vida: o que se rogava a Deus (supondo naturalmente a fé) era exatamente a benesse, a cessação da calamidade, como fica expresso nas preces e procissões de penitência que aqui se transcrevem.

Conclusões

Este trabalho reconhece a necessidade de coligir dados sistemáticos e a importância da identificação de fontes documentais para a história do clima. A apresentação das transcrições de uma série documental relativa às procissões de preces e penitências realizadas pela Ordem franciscana secular de Coimbra num arco temporal

excessivo no ano 1780 que “provocavam problemas na agricultura, marchando em procissão percorrendo as ruas da cidade com o andor de São Francisco e o Santo Lenho (Moraes, 2009: 245-246).

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

de quase um século mostra, por um lado, a validade das fontes eclesiásticas para a compreensão da atitude das populações relativamente a fenómenos meteorológicos extremos e, por outro, pela descrição dos acontecimentos que relatam, procura alertar e complementar informação coligida noutras fontes documentais, procurando acrescentar mais dados para estudos históricos de climatologia.

Transcrições⁸

Documento 1

Memoria de hua procição que fes a Veneravel Ordem Terceira desta cidade de Coimbra da sua capella nova que se acha contigua com a igreja de S. Francisco para a do Real Mosteiro de Santa Cruz e de alguns prodigios que Deus ofrece por interceção do Nosso Padre São Francisco deposes que se transferio para a sua nova capella⁹.

Pellos annos de 1744 ouve neste nosso reino de Portugal hua grande esterelidade de agoa de tal sorte que já a não havia não só para a fertelidade dos campos mas para a sustentação dos viventes e ainda dos racionais os quais se vião opremidos sem poderem levar o necesario para remediar a sua necessidade e vendose nesta como verdadeiros catholicos recorrerão ao Ceo implorando para este as imagens de maior valimento. Fizerão-se preces pellos conventos mosteiros colegiadas recolhimentos e mais igrejas e capellas não só nas cidades e villas mas na maior parte do reino. Na igreja do meu Padre São Domingos desta cidade se fizeram com muita grandeza porque nella alem de outros exercicios santos se fez hua publica procição na qual hia hum admiravel andor com a Virgem Senhora do Rozario e em outra seu amado filho pendente de hua cruz com o Sacramento Santissimo exposto no lado fez termo e asiento por espaço de hum dia na cathedral adonde forão veneradas depois pella tarde voltarão para onde sahirão e por ultimo se pregarão as doutrinas conducentes para huma boa esperança de que tanto se necessitava mas como a mizericordia devina ainda não succurria aos peccadores mas antes continuavão os castigos vendose toda esta cidade e todo o noso Portugal com este grande castigo sem acharem refugio para a sua penna clamavão que emquanto não

⁸ Neste trabalho foram seguidas as regras de transcrição do padre Avelino Jesus da Costa: *Normas gerais de transcrição e publicação de textos modernos*, 3ª ed., Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

⁹ Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Coimbra (AVOTSF), *Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774*, fl. 82v.-83v.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

sahice a pedir agoa o grande pai S. Francisco não acharião alivio nem remedio para a sua <necesidade>.

E revestida toda a cidade desta fé se dispôs fazer se preces na forma seguinte.

Mandou o Padre Commissario desta Veneravel Ordem Terceira convocar não só a illustre Meza mas a todos os mais filhos e filhas desta Venerável Ordem para que juntos e congregados suplicarem a Nosso Padre São Francisco pella grande esterelidade em que se vião e juntos na nossa nova capella em hua das quintas feiras de Agosto do dito anno lhe fes hua breve pratica de que os dispôs para no domingo seguinte se confeçassem e comungassem em que havia de haver hum dos 4 jubileos do anno logo se deu principio à Via Sacra publica que se fes por espaço de 3 dias nos quais tãobem se recomendou muito alem de outras penitencias a do jejum e acabada a Via Sacra em cada dia estava a comunidade dos religiosos na capella na qual pondo manifesto o Santissimo Sacramento se cantava a ladainha e se concluia a função com a Antifona e oração de Nosso Padre São Francisco. Chegado o domingo era tão grande o concurço de devoçam desta terra que se não cabia pella igreja e capella e feita a função deu se a confição e comunhão concurreu de tarde não só muitos filhos do grande pay S. Francisco mas a maior parte da cidade a quem o Padre Commissario fes huma breve pratica encomendando muito às irmans e mais pessoas do sexu femenino que se recolhem para suas cazas e nellas ocultas e devotamente suplicarem a Deos e ao Nosso Patriarcha por esta grande esterelidade, já a este tempo que era junto da noute se hia ennubelando os ares estando nos 3 e mais dias antecedentes tão grandes calores que parece se acaba<va> o mundo. Em fim chegou a noute e com ella os filhos da Veneravel Ordem Terceira os quais já de suas cazas vinham sem mais ornato que o hábito da Veneravel Ordem sem capa e descalços. Seguioce logo hum sermão que animava a todos a grandes penitencias; acabado este principiouce a procição de penitencia. Primeiramente sahirão 3 religiosos com cruz e cereais logo a Veneravel Ordem Terceira descalcos com cordas ao pescoço e outras mais penitencias a quem igualmente nellas e em tudo o mais acompanhava a comunidade dos religiosos e no fim o andor do Nosso Padre São Francisco recebendo as chagas o qual levaram os irmãos da Meza e adiante da crux da comunidade hia a das penitencias por que hiam muitos penitentes com ... e vestidos de branco. Apenas a procição principiava a sahir da

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

nossa capella pellas nove horas fazendo o padre commissario já fora da igreja hua breve exortação da humildade com que havião de hir asim como dice digam todos Senhor Deos Mizericordia quando logo Deos nos succurreu com ella em tanta abundancia que inundava as ruas da cidade e esta se fazia mais cupeoza pellas muitas lagrimas que todos deramavam não só com alegria de se verem succurridos na sua mayor neccessidade mas tãobem porque com esta demonstração queriam pagar tão grande beneficio. Digno he de toda a memoria o que recebemos no Real Mosteiro de Santa Crux por que ao entrar da igreja estava toda a sua religiozissima comunidade em duas alas de joelhos com cordas ao pescoço para receberem ao Serafim chagado o qual puzerão na capella maior em hum requissimo mausoleu e ali ficou o Santo Patriarcha por espaço de outo dias com asistencia daquela santa comunidade de alguns religiozos ... e de muita parte dos irmãos da Venerável Ordem Terceira fez se logo hum altissimo sermão ao povo que ao mesmo tempo que se desfazia em lagrimas tãobem os ceos se desafogavão com inundancia de agoa que durou por espaço de 3 dias e pasados os outo dias destas assistencias e religiozos cultos se pregou em ação de graças e depois pella tarde se fez hua nobilissima procição em que assistio toda a nobreza da cidade e a recolher na capella da Veneravel Ordem Terceira se pregou em ação de graças e desta sorte se concluiu esta sempre memoravel e prodigioza função com admiração não só de toda esta nobillissima cidade mas de todo o mundo donde chegou o annuncio de tam grande prodígio.

Documento 2

Memoria das procisoins de preçes que fez a Veneravel Ordem da Penitencia do nosso Patriarca S. Francisco no anno de 1753¹⁰.

Em o anno de 1753 houve huma grande esterelidade cauzada da falta das agoas, secarão quazi todas as fontes, não havia agoa para os engenhos de moer e os de azeite se forão suprindo a força de braços não havia farinhas nem aonde se moeçem, muitos gados por varias forras morrerão de cede. E o nosso rio Mondego levava pouco mais de duas varas de medir pano de largura e pouco mais de dous palmos de altura no principio do mes de Julho. E tendo sahido a Senhora do Terço varias vezes em procição de preces sem que Deus se movese a despachar as supplicas.

¹⁰ AVOTSFC, *Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774*, fl. 84-85.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

No dia 8 do mesmo mes que era domingo determinou a Meza se principiarem no mesmo dia e continuassem per espaço de tres na nossa cappella a que assistisse a Ordem, preces e estas se fizerão cantadas pellos religiosos com o secrario aberto, estavam acezas na tribuna ao Santo Cristo seis velas e no altar ardião doze, seis na banquetta e outras seis sobre o altar, e o padre commissario assistia com pluvial roxo ao altar e cantava as oracoins.

No dia de quarta-feira 11 do mesmo mes se fes procissão de penitencia da nossa cappella para a igreja do mosteiro de Santa Cruz com o andor do Nosso Padre recebendo as chagas e no fim o Santo Lenho debaixo do palio que servio o da Irmandade do Senhor dos Passos por ser mais maniavel que o nosso. Foran-se cantando em dous coros as preces que determina a Santa Madre Igreja hum de relligiosos e outro de clerigos que hião diante do dito Andor e ao pe ardião seis tochas e ao palio outras seis hião mais dezaseis alinternas acezas, a saber, duas a cruz da penitencia que hião no principio da mesma procissão e outras duas à cruz da comunidade que se seguia finda a penitencia, seis ao andor e outras seis ao palio. Os nossos irmaons terceiros hião a maior parte descalsos, todos sem capas com cordas de esparto ao pescoso e coroas de espinhos na cabeça. E pello caminho hião os relligiosos principais do convento lançando bradados de largas praticas para mover a contrição nas partes em qua parecião mais conducentes e de maior concurso de gente.

Desta sorte chegou a procissão a igreja do dito Mosteiro aonde a recebeo toda a comunidade em duas alas com velas acezas nas maons decalsos sem murças e com cordas ao pescosso. O primeiro da ala direita hera o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Miguel da Anunciação bispo desta cidade relligiozo que foi do mesmo mosteiro que foi eleito sendo prior geral de toda a congreguação. E da esquerda o Muito Reverensissimo Senhor D. Francisco da Anunciação prior geral cancelário reformador e reitor da Universidade, ambos irmaons da Nossa Ordem. Houve sermão que pregou o reverendo padre D. João de Nossa Senhora.

Na cappella mor se colucou o andor onde esteve the o dia de sexta feira da semana seguinte 20 do mesmo mes a noute, ardendo ao redol delle seis tochas da nossa ordem e seis velas da comunidade do mesmo mosteiro desde que se abria a igreja pella

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

manham the se fichar ao meio dia e de tarde the o fim da oração mensal da noute. E em todo este tempo assistirão em Laus Prene os nosso irmaos por turno.

No dito dia de sexta feira 20 do mesmo mes depois de noute per serem acabados os nove dias de preces na igreja do mesmo mosteiro e Deus não ser servido despacharnos nossas supplicas por meos grandes pecados, se levou o andor de Nosso Padre para a sua cappella com a mesma procicão de penitencia, sem o Santo Lenho, palio, nem tochas mas sim com as lanternas e canto funebre de miserere psalm 50 e ao sahir a porta de Santa Cruz e entrada da nossa cappella fes o Reverendo padre commissario Frei Antonio da Piedade pregador jubilado humas breves praticas emplorando de Deos Mizericordia.

No dia antecedente 5ª feira 19 do mesmo por ordem do Excelentissimo Senhor Bispo Conde se fez outra procicão de preces com as imagens do Senhor de Jezus e Senhora do Rozario para a Sé onde estiverão the o domingo 22 e com procicção solemne no mesmo domingo forão tresladadas a sua igreja de S. Domingos e tambem não despachou Deos as supplicas the 6ª feira seguinte 27 do dito mes de Julho que mandou algumas chuinhas.

E porque hera cauza commua se emprestou da nossa Ordem diadema, manto, tunica, andor, jarras e ramalhetes para a Senhora do Rozario de que para todo o tempo constar fiz esta declaração e memoria aos 28 de Julho de 1753.

Antonio Rodriguez Balão [assinatura autógrafa] secretario.

Documento 3

Termo que se mandou fazer das Preces para o Senhor dar bom tempo¹¹.

Ponderando a Meza da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia que o Senhor amiasava castigo ao Reino nas continuadas chuvas que embarasavão as sementeiras e não deixavão crescer as feitas, e que este castigo procedia dos pecados animados na palavra do Senhor que não pode faltar que prometem serem ouvidos os que arrependidos pedirem. Detreminou convocar a todos os Irmãos e Irmans para juntos na capella da mesma Ordem fizecem tres dias de penitencias e oração com fervor ao Senhor tomando para isso a proteção do Nosso Patriarcha Francisco e no 3º dia se

¹¹ AVOTSFC, *Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774*, fl. 86-86v.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

confesacem e comungacem e para todos os mais fieis se deo o mesmo avizo e assim na quarta-feira que se contarão o primeiro do Mes de Abril do presente anno de 1772 pellas coatro oras da tarde se deo principio às ditas preces com o sacrário aberto ornado com muitas luzes e toda a Meza e comonidade com tochas offeciando as preces o Nosso Irmão Menistro Theotonio Valerio de Figueiredo, professo na ordem de Cristo e arcedi[a]go de Cea na cathedral desta cidade e ex prior da villa de Pereira com capa roixa e coatro rellegiozos revestidos com elle com capas tambem roixas cantarão as preces os rellegiozos e respondendo os Irmãos 3os e mais povo; acabadas se ajuntarão na igreja e vezitarão a via sacra com muita devoção trazendo o Senhor no andor e saindo pellas ruas na forma do costume, o que lhe premetio o spirito pois logo nessa primeira tarde principiou a não chover e assim tem continuado, recolhida a via sacra entrarão a louvar a Maria Santissima como a melhor Patrona (f. 86v.) cantando lhe o seu tersso e emquanto este durou andarão os Irmãos da Meza e os mais Irmãos em continua penitencia, huns com cruces, cordas ao pescosso, coroa de espinhos, outros com caveiras e ossos, outros postrados por terra deixando pizar de todos, outros com hum Santo Espirito(?) clamando Mizericordia, andando de joelhos todo o pavimento que se descobria da capella mor animandoce huns a outros a mayor penitencia e assim se fes todos os tres dias, porem no 3º se confessou e comungou muita gente e Irm[ã]os e Irmans Terceiras. Neste ultimo dia estando o Senhor exposto com missa cantada pella muzica da Sée a qual offeciou o Nosso Irmão Menistro; de tarde depois das preces ouve procição solene com o Santissimo que levou o mesmo Menistro com os acólitos de manhã, que forão dois rellegiozos graves adestindo a esta função o mayor numero de gente que ha memoria se vice nesta igreja; recolhida a procição se continuarão os exercissios da Penitencia como asima se dis.

E vendo a Meza a utelidade que se concegue com ajuntar a Penitencia e a oração a esmola mandou dar vinte mil reis aos nossos Irmãos pobres e doentes repartidos pella mão de Nosso Dignissimo Padre Commissario que com o seu costumado zello, repartio e para que constace a todo o tempo desta acção e de que o Senhor foi servido ouvir as nossas supplicas mandarão fazer este termo que asinarão e eu Bráz Teiceira de Paula secretario actual da Ordem a fis e asinei aos 3 de Mayo de 1772. [assinaturas autógrafas].

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

Documento 4

Memoria da Procição de Preces que fez a Veneravel Ordem 3^a da Penitencia do Nosso Patriarcha S. Francisco no anno de 1793¹².

Em o anno de 1793 houve huma grande esterilidade cauzada de falta de agoas por cujo motivo se fizerão Preces em todos os mosteiros, conventos, collegiadas e em todo o bispado, determinando a Nossa Ordem fazer as mesmas supplicas a Deus asentando-se em Meza de 13 de Agosto do dito anno fazerem-se preces nos dias 14, 15 e 16 como se fizerão na igreja da Sé Velha com o Santissimo exposto na boca do sacrario assistindo a ellas a maior parte da Meza com todos Irmaons que concorrerão por avizo que se lhes deu hindo ao altar o nosso padre commissario.

No ultimo dia das Preces à noute se fez huma procissão de Penitencia dirigida ao Mosteiro de Santa Cruz aonde ja tinham hido duas, huma no anno de 1744 e outra no anno de 1753 e antes de sahir a nossa Procissão da igreja da Se Velha ahi pregou o padre mestre Doutor frei Manoel Nicolau rellegiozo do Carmo Calçado e depois se prosseguiu a dita procissão na qual hião os nossos Irmãos em loba descaltos, com hua corda ao prescoco, coroa de espinhos na cabeça, conduzindo nella o andor do Nosso Santo Patriarcha recebendo as chagas hindo debaixo do palio o Nosso Commissario com o Santo Lenho hindo a dita procissão pela Calcada, rua dos Gattos, Praca, rua dos Sapateiros e em volta do Terreiro de S. Sebastiam foi recebida a porta da igreja de Santa Cruz por toda a comunidade que estavam descaltos sem murça e com huma corda ao prescoço. Foi collocado o andor do Nosso Santo Patriarcha no corpo da capella mor para a parte do Evangelho em hum altar que ja lhe estava preparado com seis luzes na banquetta que a mesma comunidade lha mandou por e no altar da dita capella mor estavam as reliquias dos Martires Santos de Marrocos com hum trono de luzes à custa da mesma comunidade entre as quais relliquias tãobem estava a de Santo Theotonio. Logo pela Nossa Ordem se fez distribuição pelos Irmaons para aestirem dois em cada meia hora com suas tochas açezas e ao pe do andor do Nosso Santo Patriarcha mandou por a Nossa Ordem 4 tocheiras com tochas acezas que estiverão a arde emquanto lá se conservou o andor. Foi o noso Patriarcha respeitado e venerado por toda a comunidade de sorte que às missas cantadas e rezadas que nunca os padres revestidos passavão sem

¹² AVOTSFC, *Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774*, fl. 89-90v.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

que lhes fizessem reverencia e muitos relligiozos particulares tinham devoção de estarem em asestença com os nossos Irmãos. Tanto que se começaram as nossas preces que foi como ja disse no dia 14 logo no dia 15 de manhã e no dia 17 e no dia 19 de tarde choveu alguma couza e como o Estio continuou com grandissimo calor sendo muito intenço com vento suão no dia 23 vespora de S. Bartolomeu determinou a Ordem fazer novas preces em Santa Cruz e Via Sacra de Penitencia cuja acção se principiou no dia 25 de tarde no altar do Sacramento de Santa Cruz onde se expoz com hum trono de luzes à custa da comunidade que não consentiu desse a Nossa Ordem sera alguma. Nesse mesmo dia de manhã houve comunhão geral para os nossos Irmaons que se avizarão para esse fim e na verdade concorrerão muitos a confessarem-se e comungarem <na Sé Velha> sendo então dia de S. Luis Rei de França em que ganharão jubileu.

No fim das preces em Santa Cruz que forão capitulados pelo Nosso Padre Comissario pregou hum grande sermão de Penitencia o Padre Dom João da Natividade e no fim do sermão que já hera de noute se formou a Via Sacra de Penitencia desde a igreja de Santa Cruz athe a de Santa Justa na qual hia adiante huma cruz com duas lanternas e depois os nossos Irmaons todos descalços com coroa de espinhos na cabeça e corda ao pescosso; e porque herão muitos hião dois nossos Irmaons sacerdotes a ler no fim hia o andor do Nosso Santo Patriarcha a receber as chagas com 8 lanternas e toda a Meza e Irmaons sacerdotes todos descalços na forma dita com brandoens acezos. Tanto que chegou a dita procissão de Via Sacra a Santa Justa estava à porta o parroco e mais benefficiados de sobrepelizes e com tochas acezas <e descalços> que nos receberão e acompanharão athe a capella mor, onde estava exposto no trono o Senhor crucificado que hé e sempre foi de grande veneração para os fieis,

A dita Via Sacra se fez duas noutes que vem a ser no dia 25 26 e neste dia houve ao jantar huma copiosa chuva que durou duas horas por cujo motivo se não fez 3^a como se tinha asentado, e tãobem por que como no dia 27 hera vespora de Santo Agostinho embaraçava as Matinas solemnes que a comunidade costuma fazer ao seu Santo porem no dia seguinte do mesmo Santo Agostinho visto que Deus ja se tinha lembrado de nos com hua tão copiosa chuva de tarde se cantarão vesporas com o Senhor exposto em Santa Cruz e no fim dellas foi conduzido o Nosso Santo Patriarcha em huma procissão

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

em que hia o Santissimo conduzido pello Nosso Commissario hindo pelas mesmas ruas por onde tinha vindo athe a igreja da Se Velha onde estava preparado hum trono para se collocar o Santissimo emquanto se cantou o Te Deum em acção de Graças pello beneficio recebido da Mizericordia do Senhor sobre nos mandando agoa com tanta abundancia depois de huma tão grande esterelidade. Não he justo deixe em silencio o grande obsequio que a Nossa Veneravel Ordem deve aos relligiosos do Mosteiro de Santa Cruz porque alem de não consentirem que a Nossa Ordem desse sera algum tanto para as preces como para a exposição do Santissimo no dia procissão tãobem à sahida della veio toda a comunidade com o seu geral e vigario presidente e à porta da igreja em duas alas estiverão athe que sahiu o Santissimo. No dia seguinte forão dois Mezarios da parte da Ordem vizitar o Geral de Santa Cruz e gratificar-lhe o obsequio recebido. E para constar para o tempo futuro fis esta lembrança como secretario que sou da Ordem aos 30 de Agosto de 1793. Manoel Joze da Cunha [assinatura autógrafa]

Documento 5

Memoria da Procição de Preces que fês a Venerável Ordem 3ª da Penitência do Nosso Patriarcha São Francisco no anno de 1800, o seguinte¹³.

Em o anno de 1799, em Setembro do dito anno, principiou a chover coaze de continuo até 5 de Março do anno de 1800. Com tanta abundancia que no nosso ryo erão cheyas humas sobre outras, quaze se pode dizer que era huma cheia continuada, o campo todo coberto de agoa, não se fizerão sementeiras de trigos, cevadas, senteios e verdes para os gados comerem, que muitos morrerão a fome outros os vendião por não ter sustento para lhes dar, fazendo-se por varias comunidades preces a Nosso Senhor para dar bom tempo.

Detreminou a nossa Ordem a fazer as mesmas supplicas a Deus asentando-se em Meza de dois de Março do anno de 1800 fazerem-se preces na nossa igreja da Sée Velha nos dias 5 e 6 e 7 do dito mês e anno como Santissimo exposto na boca do sacrario apestindo a ellas a maior parte da Meza e muitos Irmãos e povo que concorrerão indo ao Altar o nosso commissario o Reverendissimo Doutor Antonio Joze da Fonseca Bordalo.

¹³ AVOTSFC, *Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774*, fl. 91-92v.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

No ultimo dia das preces 7 de Marco de 1800 a noute se fês huma porção de Penitência deregida ao Musteiro de Santa Cruz donde ja tinhão hido tres vezes, huma no anno de 1744, outra no anno de 1753 e outra no anno de 1793. Antes de sahir a procição da Igreja da Sée Velha pregou as Trindades o padre reverendo Doutor Frei Vicente rellegiozo de S. Bento, era tanto o concurso de gente que não cabião na igreja, não obstante estar a chover de continuo nesse dia e de noute; no fim do sermão se dispos a Procição indo diante a nossa cruz de prata com sua manga roxa rica com dois ceriaes, a chover sahyo da Sée Velha pela rua de S. Christóvão a Santo António da Estrella, aqui parou a chuva, foi continuando rua das Fangas, arco de Almedina, Calçada, rua dos Gatos, Praça, rua dos Sapateiros, Sancão; se recolheu em Santa Cruz como digo a nossa crus adiante muitos Irmãons Terceiros a maior parte descalsos todos sem capa com cordas ao pescosso e c[o]roa de espinhos na cabeça, no fim dos nossos Irmaons hia o nosso andor do Nosso Padre S. Francisco recebendo as chagas, de tras delle a Meza sendo Menistros o Illustrissimo conigo Francisco Xavier de Almeida Pais, e muitos mais que tinhão servido na Meza, seguia-se muitos clerigos com cotas e a doze levão thochas, dispois o nosso rico palio roixo debaixo hia o nosso Padre Commissario com o Santo Lenho, com a nossa rica capa de asperges roixa, com seis lanternas ao palio e quatro ao andor, dois padres a cantar de ladainha dos Santos, quase ao pé da crus, outros dois no meio da porção, e outros dois ao pé do andor, ao pé do dito hião doze thochas levadas por Irmãons, hião duas duzias e meia de archotes espalhados pella porção; forão dois rellegiozos marianos a pregar na porção a ezurtar o povo a penitencia, o povo era tanto que pellas ruas asima declaradas não se podia mover nimgem com o muito concurso que se ajuntou, de sorte que hum dos ditos rellegiozos pregou no largo da Sée Velha coaze não se ouvia pella muita gente, pregou outro no largo da Estrella, outro nas Escadas da Audiência e melhor lembrado se pedio huma jenela de grades na calcada da caza de Dom Rodrigo donde pregou, o mesmo se fez ao fundo da Prassa e também em Sancão; todo o povo gozava das missoens que ovião; com grandes choros e gritos e suspiros a pedir a Deus Mizericordia, finalmente chegou a procição a igreja de Santa Cruz e como o povo era tanto de tras do pallio muitos estudantes descalsos, outros com lavancas de ferro às costas, e muita gente com diversos genaros de penitencia, com muita devoção; acompanharão a dita porção seis verdiaéis para

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

fazerem praca e caminho, asim como na igreja que estava cheia de gente não cabião os nossos Irmãons e mais povo e como os rellegiozos querião vir esperar a porcição a porta da igreja como seu costume não puderão vir pello muito povo, ficarão as grades em duas alas da parte direita o Reverendissimo padre Geral, e do outro o vigario prezidente seguindo-se toda a comunidade de juelhos descalços sem murcas com cordas ao pescoço, paçou toda a porcição por meio da comunidade athé a capela mor nella estava huma maquina ricamente ornada com seu ducel roixo bordado de ouro debaixo delle se via reliquia do meio corpo de prata de S. Thiatonio, logo por baixo huma cabeça dos Santos Martires de Marrocos, logo mais abaixo o meio corpo de prata com reliquia de Santa Comba, e mais abaixo de huma parte o braço de prata com a reliquia de Santo Agostinho, e da outra outro braço com reliquia de São Sebastião; em hum trono de casticaeis de prata com muntas flores, estava ricamente asiado como nunca se fés, posse¹⁴o nosso andor do Santo Patriarca para a parte do Avengalho (sic) sobre huma urna rica muito asiada, pos o nosso comissario a nossa crus de prata com o Santo Lenho no altar, os clerigos que erão muntos lerão as comumoraçoins a todos os santos que estavam no altar, e a do Noss padre se recolherão para a sancristia, logo mediato apareceu o pregador no pulpito rellegiozo dos cruzios que fés hum altiçimo sermão, com muntos choros do povo que todos ficarão compungidos, couza admiravel, deusse fim a esta função com hum emzemplo muito edificativo, depois de fecharem as portas da igreja veio a comunidade dos rellegiozos de Santa Cruz a igreja ahy tomarão huma rigorosa deseplina diante do nosso padre e das relequias.

Nos dias 8 e 9 do mês de Março de 1800 estiverão dois Irmaons com thochas acezas de juelhos de ora em ora por destrubuição na capella mor adestindo ao Nosso Padre as relequias que estavam expostas no altar mor desde as 8 oras da manhã athé o meio dia e desde as 3 oras da tarde athé as 6, era respeitada a nossa imagem pella comunidade fazendo-lhe reverência os padres revestidos das missas cantadas ou rezadas que hião ao altar mor e vezitada particularmente pelos relegiozos, no dia 10 do dito mês e anno, por cauza da novena de S. Joze que prencepiou neste dia mudarão as areliquias para o altar de Nossa Senhora da Conceiçam e nosso andor para defronte dele, por ser percizo o corpo da capela mor para a comunidade fazer a dita novena com o Senhor

¹⁴ Sic. Deve ler-se “pôs-se”.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

exposto, neste dia e assim continuou se mandarão por 4 Irmãos de assistência com thochas acezas dois ao altar da Senhora e 2 para o nosso Santo Padre, revezados em oras como asima fica dito e assim desta forma se continuou até dia 19 de Março dia de S. Jozé.

Neste mesmo dia pelas 4 oras da tarde se fêz huma porção em accção de Graças a Deus, a qual sahio da igreja de Santa Cruz indo adiante dois pretos a tucar de pandão que era cramezim, depois a nossa cruz de prata da Ordem com sua manga rica, com dois c[e]riais de prata ceguia-se muitos Irmãos com suas thochas, hião tres anjos na porção ricamente bem compostos a deitar flores, hum quaze ao pe da cruz, e outro no meio da porção, e outro ao pé de Nosso Santo Padre, todos vestidos de gala muito bem adreçados, o andor do nosso Santo Padre hia muito bem composto de gala, com sanefas de damasco de ouro cramezim com muitos ramalhetes e flores; detras delle hia o ministro o illustrissimo conigo Francisco Xavier de Almeida Paiis, e mais corpo da Meza, e muitos que já tinham servido na dita, seguia-se a crus dos clerigos, detrás desta a muzica, depois muitos clerigos de cotas e os prementados com bellos ornamentos brancos de damasco de ouro, todos Irmãos, findos estes vinhão 4 mossos fidalgos por banda, e dois com tribullos, todos de cotas crespas que os rellegiozos mandarão por sua devoção, logo vinha o nosso palio branco rico e debaixo delle vinha o Santiçimo em custodia rica dos mesmos relegiozos que a trazia o nosso comissario o reverendissimo Doutor Antonio Joze da Fonseca Bordalo com dois acolitos com os ornamentos de capa e dialmaticas bordados de ouro que tambem era dos relegiosos dos seos pontificais, oito lanternas de prata, 4 por banda, e seis ao nosso andor, veio a comunidade dos relegiozos a porta da igreja em duas fileiras com thochas acezas nas mãos estando de huma parte o reverendissimo geral e da outro o vigario presidente até que se despedio a porção, vindo pellas mesmas ruas por onde tinha hido todas barridas as jen[e]llas bem ornadas com cobertores e finalmente se recolheu na nossa igreja da Sée Velha donde na capella mor da dita estava bem armada e ricamente goarnecida de muito damasco e nella posta huma maguanela com seu ducel com muitos lumes donde se expos o Santissimo e se cantou o The Deum por muzica em accção de graças a Deus pello beneficio recebido, no fim se derão as oraçõins e a benção ao povo com o Senhor se emcarrou(?) e se deu fim a esta fonção tão edeficativa, como grandioza, levava na dita porção duzentos e vinte

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

lumes fora as alenternas, concurreu muita gente não só pelas janelas mas ainda mesmo pelas ruas e praças na igreja não cabia o povo muitos ficaram de fora com muito contentamento e alegria de todos.

Esteve o nosso andor de Nosso Padre São Francisco 13 dias na igreja de Santa Cruz, neste meio tempo secarão as chuvas, apareceu o bom tempo, fizeram-se muitas sementeiras, com muita alegria do povo deste milagre que obrou por intercessão de Nosso Patriarca São Francisco, no dia vinte do mes de Março de 1800 forão o nosso comissario com o ministro da parte da Meza a vezitar o geral de Santa Cruz a gratificar-lhe o obsequio recebido, e para constar para o tempo futuro fis esta lembrança como secretario que sou da Ordem aos 25 de Março de 1800. Joze da Fonseca e Lima [assinatura autógrafa].

Documento 6

Forma da Procissão de Penitência que fes a nossa Ordem no dia 26 de Julho de 1818¹⁵.

O Illustrissimo Senhor Ministro e mais Definitorio vendo a grande estreludade de calores com que nosso Senhor ameassava a homanidade com a pouca produção de frutos; e que implorar a Sua devina Mezicordia despós hua procissão de penitencia com a nossa Irmandade no dia 26 de Julho de 1818 pressedendole nos dias imediatos de presses na nossa capella na forma do costume, a que assistio o Reverendissimo Padre Goardião com a sua comunidade e offiçou o reverendo padre Comissairo comcorrendo muito povo e Irmãos Terceiros e no segundo dia pregou no fim das preces o padre goardião e ao treçeiro dia no fim das presses e próximo a sahida da proçissão pregou o reverendissimo frei Martinho Mestre de F[i]lozofia do collegio com grande aplauzo dos devoentes e depois de Trindades sahio a proçissão com muito ... e edificante com o andor do Senhor da Nuvem e São Francisco das Chagas emtoando se a ladainha dos Santos e todos os Irmãos e Relegiozos com a sua corda e coroa de silva e nosso reverendo comissario com hum Santo Christo nas mãos no meio da prossição fazendo repetidas vezes pontos de reflexão pelas ruas que maior devoção fazião dando a volta à cidade com muito silencio se tornou a recolher a nossa capella aonde pregou o

¹⁵ AVOTSFC, *Livro das mesas e lembranças da Venerável Ordem*, fl. 30v.-31.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

reverendissimo Frei Antonio Taveiro ficando ali o mesmo andor do Senhor exposto, e todos os dias alumiado ate 9 de Agosto que nosso Senhor foi servido mandar chuva e andor se recolheu. E para constar fis a presente lembrança. Joaquim da Silva Guimarães, secretario da Ordem.

Documento 7

Memoria da Porsicão da Penitencia que fez a Nossa Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do Nosso Serafico Padre São Francisco no anno de 1824¹⁶.

Em o anno de 1824 houve huma grande esterilidade cauzada de falta de agoa, por cujo motivo se fizerão presses em todas as Igrejas e freguezias da cidade; determinou a nossa Veneravel Orde fazer as mesmas supplicas a Deos nosso Senhor, asentandosse em Meza de 20 de Julho do dito anno fazeremsse presses nos dias 21, 22 e 23 do dito mez de Julho do dito anno como se fizerão na nossa capella com o Santissimo Exposto na bocca do Sacrario, assistindo a ellas a maior parte da Meza e muntos Irmaons que comcorrão por avizo que se lhes deo, hindo ao altar o nosso reverendissimo senhor padre commissario.

No ultimo dia de Presses a noute se fez huma porsicão de penitencia dirigida ao Real Mosteiro de Santa Cruz, aonde já tinham sido derigidadas quatro vezes huma no anno de 1744, outra em 1753, outra em 1800 e outra em 1818, todas pella mesma esterilidade à excepção da de 1800 que foi pella munta chuva e o Senhor se dignou mandar bom tempo, e antes de sahir a porsicão da nossa capella ahi pregou nosso reverendo senhor padre commissario frei Antonio de Nossa Senhora da Piedade Veiga, e depois se prosseguio a porsicão na qual hião os nossos Irmaons em duas allas alguns descalças com corda ao pescoço e coroa de expinhos na cabessa, e outros muntos relligiozos; conduzindo nella os andores da Rainha Santa Izabel, e de nosso Santo Patriarca recebendo as chagas, indo a dita porsicão ao entrar na cidade pellas ruas dos Gattos, Prassa, Rua dos Capateiros e em volta do Terreiro de Sencão, foi recebida a porta da igreja de Santa Cruz por toda a comonidade que estava a porta sem murça e corda ao pescosso, e coroa de expinhos na cabeça, forão colocados os nossos andores, o da Rainha Santa da parte do Evangelho fronteiro ao altar de São João e o de Nosso Santo

¹⁶ AVOTSFC, *Livro das mesas e lembranças da Venerável Ordem*, fl. 36v.-37.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

Patriarca da parte da Epistolla fronteiro ao altar da Senhora da Comceçam, em altares que já lhes estavam preparados com seis luzes na banquetta que a mesma comonidade lhes mandou por, e os ditos altares, capella mor, estavam todos com luzes asezas, igualmente a igreja com a bancada das grades e candieiros que a dita comonidade se dignou prestar-lhe. Concluisse esta accção com hum excelente sermão que pregou o reverendissimo senhor padre vigario prezidente do dito real mosteiro acomodado ás çirconstanças.

E no dia 10 de Agosto se fez a porsicção de accção de gracias com os nossos andores em que hia o Santissimo Sacramento comduzido pello nosso illustrissimo ministro padre senhor Doutor Thome Rodriguez Sobral, hindo emborra (sic) pello Terreiro de Sencão, rua do Chruxe, Calçada a recolhersse na nossa capella onde estava o altar desente para se colocar o Santissimo Sacramento enquanto se cantou o tantuergo em accção de gracias pello benefissio recebido da Mizericordia do Senhor sobre nós; tanto a esta porsicção como a primeira comcorrerão muntos fieis e os senhores reverendos parocos das freguezias da cidade e Irmoins das mesmas Irmandades para o que forão rogados por carta da Meza. He junto fassamos commemoração dos ventajozos benefissios que a nossa Veneravel Ordem recebeo dos religiosos do Real Mosteiro de Santa Cruz, em razão do munto que nos obzequiarão no dia da porsicção da penitencia e no decurso do tempo que se lá concervarão os nossos andores donde será para estarem alumiados como no dia da nossa porsicção de accção de graças em 10 de Agosto a solene missa que fizerão com a muzica da cidade convidada pella nossa Meza e com o Senhor Exposto todo o dia.

E no dia 16 do dito mez de Agosto foi toda a Meza e o nosso reverendo padre comissario vezitador vezitar o reverendissimo senhor padre vigario prezidente do Real Mosteiro gratificarlhe tantos obzequios recebidos e para constar para o tempo futuro o refferido fiz esta lembrança e termo que todos asignarão e eu o secretario da Ordem o escrevi, Frei Antonio de Nossa Senhora da Piedade [assinatura autógrafa].

[assinaturas autógrafas]

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

Bibliografia:

Fontes:

Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra
Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774, liv. A4, 1774-03-08 a 1888-05-10

Livro das mesas e lembranças da Venerável Ordem, liv. A7, 1785-10-14 a 1835-02-23

Bulas e Estatutos da Nossa Venerável Ordem Terceira, liv. A12, 1789[?]

Estatutos e Regulamento interno da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra seu Hospital e Asilo, liv. A15, 1828; 1890

Estudos:

ALCOFORADO, Maria João (1999), “Variações climáticas do passado: chave para o entendimento do presente? Exemplo referente a Portugal (1675-1715)”. *Territorium*, 6, pp. 19-30.

BARRICO, Joaquim Simões (1895), *Notícia Histórica da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra*. Coimbra: Typographia de J. J. Reis Leitão.

BARRIENDOS, Mariano (1996), “El clima histórico de Catalunya (siglos XIV-XIX). Fuentes, métodos y primeros resultados”. *Revista de Geografía*, 30(1), pp. 69-96.

BRAGA, Isabel Drumond (1992), “Entre o Sagrado e o Profano: As Procissões em Portugal no Século XVIII Segundo Alguns Relatos de Estrangeiros”. In Maria Helena Carvalho dos Santo (coord.), *A Festa. Actas do VIII Congresso Internacional*, Vol. II, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, pp. 455-468.

BRAGA, Isabel Drumond (1993), “Para a História do Medo Quinhentista: peste e religiosidade”. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense. Vol. VIII, pp. 83-96.

CABRAL, Mónica Serpa (2011), “Castigo e apelo: a religiosidade aterrorizada no conto de temática açoriana”. *Teografias* 1, pp. 83-97.

COSTA, Avelino Jesus da (1993), *Normas gerais de transcrição e publicação de textos modernos*, 3ª ed., Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática.

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

FIGUEIREDO, Fernando B.; LEAL-DUARTE, António (2017), “A reforma pombalina da Universidade de Coimbra e a institucionalização das ciências matemáticas e astronómicas em Portugal”. In Ana Cristina Araújo; Fernando Taveira da Fonseca (coord.). *A Universidade Pombalina. Ciência, Território e Coleções Científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 191-244.

FONSECA, Fernando Taveira da (2017), “Uma primeira educação do olhar: Universidade e estudantes de Coimbra na transição reformista”. In Ana Cristina Araújo; Fernando Taveira da Fonseca (coord.). *A Universidade Pombalina. Ciência, Território e Coleções Científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 13-50.

GOUVEIA, António Camões (2000), “Procissões”. In Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa da Portugal*. Vol. 2, João Francisco Marques; António Camões Gouveia (coord.). Humanismos e Reformas. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 334-345.

GUIMARÃES, Paulo E. & AMORIM, Inês (2016), “História Ambiental em Portugal: A emergência de um novo campo historiográfico”. *AREAS. Revista Internacional de Ciências Sociais*, 35. Historia ambiental en Europa y América Latina: miradas cruzadas, pp. 47-58.

MORAES, Juliana de Mello (2009), *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e S. Paulo (1672-1822)*. [PDF] (Tese de Doutoramento). Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10870>

ORESQUES, Naomi & CONWAY, Erik M. (2014), *The Collapse of Western Civilization: A View from the Future*, Columbia University Press.

RODRIGUES, Carlos Moisés Silva (2004), “O tempo das Irmandades: cultura, celebração e religiosidade na encruzilhada da História”. *Proj. História*, São Paulo, (28), pp. 339-360.

ASAYAMA, Shinichiro & ISHII, Atsushi (2014), “Reconstruction of the boundary between climate science and politics: The IPCC in the Japanese mass media, 1988–2007”. *Public Understanding of Science*. 23(2), pp. 189-203.

SILVA, Ana Margarida Dias da (2013), *Inventário do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra (1659-2008)*. [Em linha] Instrumentos de Descrição Documental 2. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Disponível em:

Ana Margarida Dias da Silva, Fernando B. Figueiredo – “Preces a Nosso Senhor para dar bom tempo”. Preces e Procissões de Penitência da Ordem Franciscana Secular de Coimbra (séculos XVIII-XIX) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 54-77. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a4

<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10334/4/IDDs2InventarioOrdemTerceira.pdf>

SILVA, Luís Pedro (2017), “O Clima do Noroeste de Portugal, no século XVIII, através das Preces e Procissões *Pro Pluvia e Pro Serenitate*”. In Armando Alberola Romá (ed.). *Riesgo, desastre y miedo en la península Ibérica y México durante la Edad Moderna*. Universidad de Alicante/El Colegio de Michoacán, pp. 151-182.

Jorge Fernandes Alves, Elsa Pacheco – Tempo histórico, espacialidade e aceleração: João Crisóstomo e o caminho de ferro (1858) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 78-92. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a5

**Tempo histórico, espacialidade e aceleração: João Crisóstomo e o caminho de ferro
(1858)**

**Historical time, spatiality and acceleration: João Crisóstomo and the
railroad (1858)**

**Temps historique, spatialité et accélération: João Crisóstomo et le chemin
de fer (1858)**

**Tiempo histórico, espacialidad y aceleración: João Crisóstomo y el
ferrocarril (1858)**

Jorge Fernandes Alves
Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»
(CITCEM)-FLUP
jfalves@letras.up.pt

Elsa Pacheco
Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»
(CITCEM)-FLUP
elsap@letras.up.pt

Resumo:

O presente artigo explora o uso dos conceitos de tempo, espaço e suas afinidades num texto histórico sobre o caminho de ferro em Portugal. Trata-se do primeiro relatório sobre a rede ferroviária em funcionamento (1858), que revela as posições de João Crisóstomo de Abreu e Sousa - engenheiro, militar e político (1811-1895) - relativamente à economia de tempo e ao papel reorganizador do caminho de ferro sobre o mercado, o território e a civilização.

Palavras-chave: tempo, espaço, aceleração, caminho de ferro.

Abstract:

This article explores the use of the concepts of time, space and their affinities in a historical text about the railway in Portugal. This is the first report on the railway network in operation (1858), which reveals the positions of João Crisóstomo de Abreu e Sousa - engineer, military and politician (1811-1895) - regarding time savings and the reorganizing role of the railroad on the market, territory and civilization.

Keywords: time, space, acceleration, railroad.

Résumé:

Cet article explore l'utilisation des concepts de temps, d'espace et de leurs affinités dans un texte historique sur le chemin de fer au Portugal. Ceci est le premier rapport sur le réseau ferroviaire en service (1858), qui révèle les positions de João Crisóstomo de Abreu et Sousa - ingénieur, militaire et politique (1811-1895) - en ce qui concerne l'économie du temps et le rôle réorganisateur de la route de fer sur le marché, le territoire et la civilisation.

Mots-clés: temps, espace, accélération, chemin de fer.

Resumen:

Este artículo explora el uso de los conceptos de tiempo, espacio y sus afinidades en un texto histórico en el ferrocarril en Portugal. Se trata del primer informe sobre la red ferroviaria en funcionamiento (1858), que revela las posiciones de João Crisóstomo de Abreu y Sousa - ingeniero, militar y político (1811-1895) - en relación con el ahorro de tiempo y el papel reorganizador del ferrocarril sobre el mercado, el territorio y la civilización.

Palabras clave: tiempo, espacio, aceleración, ferrocarril.

1. Tempo histórico e modernidade

Precisamos usar metáforas ao falar sobre o tempo, pois só podemos representá-lo por meio do movimento em unidades espaciais. O caminho que é percorrido daqui até lá, a progressão, assim como o progresso ou o desenvolvimento, contem imagens que nos propiciam conhecimentos temporais. O historiador precisa servir-se dessas metáforas retiradas da noção espacial se quiser tratar adequadamente as perguntas sobre diferentes tempos. A história sempre tem a ver com o tempo, com tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente. KOSELLECK, Reinhart - *Estratos do Tempo* (2014: 9)

Ao defender que os “tempos históricos” se distinguem dos tempos naturais, Reinhart Koselleck, discutindo a semântica do conceito, aponta para o cotidiano, onde essa dimensão temporal se pode vislumbrar nas rugas do rosto do homem, na sucessão de gerações dentro da família, na visão urbana (confronto entre casas em ruínas e prédios novos) ou nos ritmos de modernização dos meios de transporte. Neste quadro, mais do que a cronologia, a revelação do “tempo histórico” passa pela operacionalidade de duas categorias de conhecimento – o “campo da experiência” e o “horizonte de expectativa”, ou antes, pela circunstância da “justaposição entre diferentes espaços de experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro”. Surgem, assim, diferentes tempos históricos, ainda que cada um deles possa ser “medido e datado com o recurso à divisão do tempo natural”, numa influência recíproca (Koselleck, 2014: 10-15).

Trata-se de uma reflexão no âmbito das preocupações já desenvolvidas na obra de Paul Ricoeur sobre as aporias entre narrativa e temporalidade, em cuja tese central se afirma “que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (Ricoeur, 1994,I: 85). No campo da ação humana e da sua temporalidade de base, surge então a construção do “tempo histórico”, situado algures entre o “tempo vivido” e o “tempo cósmico”, reconfigurado pela historiografia através de determinados “instrumentos de pensamento” (como a sequência das gerações, o “recurso a arquivos, documentos e rastros”) para desenvolver a narrativa da vida coletiva ao ritmo do tempo-calendário (Ricoeur, 1994, III: 179).

Recuperaremos aqui, dessa vasta discussão, apenas alguns pontos da leitura de Koselleck, para quem a modernidade, ultrapassando as antigas profecias apocalípticas e escatológicas (que usavam as “expectativas de aceleração” como promessa de abreviar a história), trazia consigo uma nova interpretação da história: a possibilidade de vislumbrar o futuro, ora segundo as filosofias da história, ora segundo um “prognóstico racional”, sustentado este em alguns pressupostos que introduzem a leitura científica dos dados empíricos (de que a estatística se tornou um dispositivo fundamental, pela regularidade dos grandes números). Sublinha-se, assim, a forma como a sociedade industrial veio introduzir “acelerações cientificamente calculáveis [...] capazes de transformar a realidade” (Koselleck, 2006: 10-15), através de implementação de sucessivos equipamentos de transporte e de comunicação que articulam de uma forma mais explícita essa relação entre o tempo histórico e o espaço.

Estas reflexões teóricas e os conceitos operacionais de “campo da experiência” e “horizonte de expectativa” ajudam-nos a promover uma leitura de um texto pouco conhecido, mas assaz interessante, relacionado com a interpretação do atraso português e o imperativo de agarrar a marcha da humanidade, a saber, o “Relatório sobre os resultados da exploração do caminho de ferro de Leste no ano decorrido desde o 1.º de novembro de 1856 até 31 de outubro de 1857, acompanhado de 32 mapas estatísticos contendo os resultados principais da exploração daquele ano”, publicado no *Boletim do Ministério das Obras Públicas*, 2.º volume, setembro de 1858, páginas 172-224 (citado, adiante, por Sousa, 1858). Trata-se de um documento histórico relevante, embora retirado da literatura cinzenta – os relatórios de empresa, aqui assinado por João Crisóstomo de Abreu e Sousa, mas que, imbuído do espírito do seu “tempo histórico”, marcado pela crença nos melhoramentos materiais e na regeneração moral, articula de forma assertiva tempo e espaço, usando formas conceptuais de atraso e avanço, abreviação e aceleração, numa construção retórica que se desenrola em torno de uma expressão-chave, a economia do tempo, enquadrada numa apologia do caminho de ferro.

O *Relatório* é um documento tanto mais relevante quanto expressivo de um pensamento mais alargado ao círculo de engenheiros que, em 1852, criou e incorporou o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), plataforma administrativa de onde partiram reformas consideradas urgentes para a regeneração do País (a adoção do sistema métrico-decimal, a estatística, as patentes, a máquina a vapor, o ensino industrial, a regulamentação da exploração mineira, a rede de viação, o

telégrafo elétrico, os faróis, a renovação dos portos, a criação do corpo engenharia civil), tentando superar os obstáculos que se faziam sentir contra os sinais de inovação que emergiam desde os primeiros tempos do liberalismo (Alves e Vilela, 1995).

Por seu turno, João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1811-1895) era um militar e engenheiro que participou na guerra liberal e na guerra civil da Patuleia, aderindo depois ao golpe militar da Regeneração (1851), seguindo a carreira militar até ao posto de general. Desempenhou vários cargos ao serviço do governo e da Companhia das Obras Públicas, nos trabalhos de direção e fiscalização de estradas, assumindo depois funções afins ao serviço do MOPCI, tornando-se, desde 1854, diretor, por parte do governo, da Companhia Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal. Em 1857, foi administrador geral interino da linha férrea Lisboa-Santarém e, em 1858-1859, administrador geral do Caminho de Ferro de Leste, circunstância em que terá produzido o *Relatório* em referência neste artigo. Além de ter empenhamento político (deputado em várias legislaturas e ministro por quatro vezes), desenvolveu muitas outras funções ligadas à engenharia, para cuja elucidação de pormenor e importância pessoal do protagonista remetemos para a biografia, aqui usada, de Maria Paula Diogo (Diogo, s/d).

2. Para além de um relatório técnico

O texto aqui designado abreviadamente por *Relatório* (Sousa, 1858), alargando-se por meia centena de páginas e anexos, faz, naturalmente, um balanço sobre o primeiro ano do funcionamento do caminho de ferro em Portugal, que arrancara a 30 de outubro de 1856, entre Lisboa (Santa Apolónia) e o Carregado, numa distância de apenas de 35,84 km, sendo inaugurado, solenemente, no dia seguinte, em 1 de novembro, naquilo que se apontava como a 1ª secção da linha. A segunda secção, na extensão de 14,46 km até às Virtudes (Azambuja), só abriria à circulação em 1 de agosto de 1857, a que se seguiriam mais duas secções (Santa Ana e Asseca), em 1858, numa extensão total da linha de 67,32 km até junho deste ano. Assim, a linha férrea estava ainda num estado embrionário, a que acresciam problemas de acesso às estações terminais: a estação de Santa Apolónia surgia, então, “isolada num extremo da cidade”, reduzindo as vantagens das “viagens curtas ou de recreio”, e a estação das Virtudes, num “lugar ermo”, era provisória, sendo apenas um abrigo para passageiros”, mas de acesso difícil a quem viesse procurá-la desde o canal de Azambuja ou da estrada que ligava ao Cartaxo. O movimento da linha era ainda meramente local e relativo à

população de uma só margem do Tejo com a cidade de Lisboa, pois o serviço de mercadorias só se iniciou em 1 de novembro de 1858, por atraso na chegada de material circulante importado de Inglaterra, a que se veio juntar depois uma carreira de ligação de barcos a vapor no rio Tejo, em correspondência com os horários do caminho de ferro, para facilitar a ligação entre Santa Apolónia e a cidade. De resto, o movimento era ainda obstaculizado por abatimentos de terreno na secção inicial, dado a linha ter sido construída sobre terrenos lodosos e argilosos, com múltiplos aterros e terraplenos, cujo leito estava em processo de consolidação, o que exigia obras de reparação, conservação e retificação, com despesas acrescidas, longe, portanto, do “estado normal e regular” do empreendimento. A Linha de Leste funcionava, de algum modo, como uma escola prática, com aprendizagem no terreno aos mais variados níveis, desde os detalhes de construção (leito, travessas de pinho, obras de arte, estações, depósitos de alimentação de água, passagens de nível, vedações, oficinas, material circulante) às formas de exploração, ou seja, era ainda um tempo de “ensaios e tentativas”, em que os problemas apontados eram considerados como “circunstâncias excepcionais” e, por isso, o défice contabilístico encontrado era considerado aceitável (Sousa, 1858:173-179).

Neste quadro, qual o relevo deste *Relatório* como fonte histórica, não obstante ser o primeiro relatório sobre o início da instalação do caminho de ferro em Portugal e apresentar diversos quadros com curiosidades estatísticas do movimento, no seu papel de apresentação de contas à tutela? Dada a situação inicial e experimental da Linha, as informações do movimento eram ainda relativamente insignificantes, pelo que o relevo vai, de facto, para a teorização do papel do caminho de ferro, problemática a que o *Relatório* concedeu largas páginas. Nesta medida, o *Relatório*, para além da informação técnica, pode-se considerar como um texto de justificação e de legitimação de uma obra que envolvia largos capitais, era morosa e complexa e suscitava o ceticismo de muitos agentes políticos e de uma parte considerável da opinião pública. Mais do que isto, como já se referiu, o texto surge-nos como um exemplo da mensagem de modernização veiculada pelos engenheiros de Oitocentos na sociedade portuguesa, como forma de evidenciar os seus esforços para a implantação da tecnologia emergente na altura, enquanto indutora do progresso material, através de um programa político que acabaria por ficar conhecido por Regeneração e, em particular, por Fontismo. Esse programa teve a sua oportunidade com a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 30 de agosto de 1852, cujo primeiro titular foi Fontes Pereira de Melo. Fontes era, então, um jovem oficial de 32 anos, capitão e engenheiro, ajudante de campo

do Marechal Saldanha e, por isso, ministro da Fazenda, na sequência da revolta militar que conduziu à Regeneração (maio de 1851), mas, para este objetivo, estava rodeado de outros engenheiros militares mais velhos (José Feliciano da Silva Costa, marechal de campo e comandante do corpo de engenheiros, Albino Figueiredo de Almeida, coronel, José Vitorino Damásio, major, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, capitão, Joaquim Lobo de Ávila, tenente, entre outros), quase todos antigos soldados da causa liberal e que, pela via do exílio, conheceram os efeitos do progresso industrial que animava países como a Inglaterra ou a França e as posições doutrinárias que apontavam para a criação de uma atmosfera mental favorável aos melhoramentos materiais, ansiando por replicar em Portugal esses padrões civilizacionais e ultrapassar as resistências e inércias existentes (Alves e Vilela, 1995).

Esse entusiasmo vislumbrava-se, desde logo, no preâmbulo do diploma, datado também de 30 de agosto de 1852, coincidindo com a criação do MOPCI, que transferia para o Estado os bens integrados no Fundo Especial de Amortização, com o novo objetivo de aplicar esse capital à linha férrea que ligaria o Porto à Linha de Leste (revelando, assim, este e outros diplomas da mesma data, que a criação do MOPCI decorreu em paralelo com as medidas financeiras para concretização do plano ferroviário). Importa conhecer, pelo menos parcialmente, esse texto matricial da política de transportes a seguir, ainda que a transcrição seja um pouco longa, pois com ele vamos diretos ao coração do pensamento fontista e da elite tecnológica envolvente, sediada no referido Ministério, e ao encontro do seu élan desenvolvimentista, tendo em conta a situação de partida:

SENHORA! A viação pública em Portugal carece de um grandíssimo desenvolvimento, e exige um poderoso impulso.

Quase sem estradas, sem canais e sem caminhos de ferro, deve este país a sua existência comercial anterior aos mares que banham o seu extenso litoral e aos rios que regam o seu território: mas se estes meios, que felizmente a natureza lhe prodigalizou, têm podido neutralizar, em parte, a falta de vias de comunicação, em relação às orlas do terreno banhado pelas águas, não acontece outro tanto ao âmago do País, a esses grandes tratos de terra semeados de povoações que se não comunicam, de habitantes que não convivem, de produtos que não circulam, de manufaturas que se não transportam, e até de riquezas e de maravilhas, que se não conhecem. Este belo País, Senhora, tão fértil pela natureza do seu solo e pela amenidade do seu clima, vive quase exclusivamente da atividade comercial das duas grandes cidades de Lisboa e Porto e as suas povoações do interior, algumas tão felizmente situadas, em relação às circunstâncias acidentais do terreno, definham no seu isolamento, com os inumeráveis inconvenientes que ele traz consigo na ordem social, política e económica.

Em um País tão pequeno como o nosso, e estando a Capital colocada numa posição quase média a respeito de todo o Reino, é certo que temos em Lisboa mais prontas notícias de Londres, de Paris, ou de Bruxelas, do que podemos ter de Chaves ou Bragança. Há muita gente importante nas terras sertanejas do Reino que não transpôs jamais os limites do seu concelho – muitíssima que nunca descobriu horizonte mais vasto do que o das montanhas da sua vizinhança. Os frutos da terra morrem junto do lugar em que nasceram, e não podem vir aos mercados de consumo. Os produtos da indústria, as maravilhas da arte, os

cómodos da civilização, os confortos e os gozos da vida são quase desconhecidos fora das duas Capitais. Este grande corpo não tem artérias, nem veias por onde se faça a circulação, que somente pode conservar a existência; e as dificuldades de trânsito, que são barreiras não interrompidas entre os habitantes dum mesmo Povo, clamam incessantemente por um remédio pronto e eficaz, que nos aproxime do viver das *Nações* cultas, abreviando as distâncias, para comunicação dos homens, e permutação dos produtos.

Em quanto as *Nações* da Europa traçaram e construíram estradas, e abriram canais, ficámos nós estacionários, e limitados aos nossos imperfeitíssimos meios de comunicação. Agora que o mundo se vai cobrindo por uma rede de caminhos de ferro, é mister transpor quase de salto o espaço que nos separa deste grande melhoramento, e acompanhar os outros povos no prodigioso incremento dos seus meios de transporte. Tivemos noutro tempo as descobertas e as conquistas com que enchemos as páginas gloriosas da nossa História; descansamos, mais tarde, sobre os frutos dessas conquistas, em quanto os outros se aparelhavam ativamente com grandes melhoramentos interiores; é força que entremos agora na comunhão geral, e que vamos buscar às reformas económicas, e à rapidez das comunicações o que temos perdido em muitos anos de lamentável atrasamento.

O Governo de Vossa Majestade teve a fortuna de celebrar há pouco um contrato com uma companhia estrangeira, que se propõe construir o caminho de ferro de Lisboa à fronteira de Espanha por Elvas. Esta linha, que nos põe em poucas horas em contacto com o resto do mundo civilizado, e que deve fazer de Lisboa um empório de comércio no Ocidente da Europa, promete lucros avantajados em retribuição dos capitais que ali se empreguem. Com ela pensa o Governo de Vossa Majestade que não há de o Tesouro despender nunca importantes somas, e mais tarde, provavelmente não despenderá cousa alguma. A linha de ferro de Leste é considerada por todos – nacionais e estrangeiros – como um excelente emprego de capitais.

É insuficiente, porém, neste País aquela linha de ferro para o arrancar do marasmo comercial em que permanece há tantos anos; é preciso que se construa uma grande artéria, que atravesse o coração do Reino, e que depois se ramifique em várias direções, levando a vida e o conforto aos pontos principais do País; é preciso, numa palavra, que se construa um caminho de ferro, que do Porto venha encontrar na linha de ferro de Leste, formando desde já um sistema ligado, que abranja uma grande porção de território. Vossa Majestade felizmente acaba de decretar em data de hoje a construção deste importantíssimo caminho.

Não basta, porém, Senhora, que se ordene a feitura desta grande obra; é mister que o Governo se habilite com os precisos meios para a levar a efeito. Qualquer que seja o sistema que convenha adotar para a realização de tal projeto, tem o Estado inevitavelmente de fazer consideráveis despesas; e ou construa a linha por sua conta, ou adjudique parte dela, ou concorra como acionista em grande escala, no caso de se dar construção e exploração desse caminho a uma companhia, é sempre indispensável, para ocorrer a tais despesas, para animar os capitais particulares e para inspirar confiança no Público de que este projeto será uma realidade, que o Governo se habilite com os meios precisos, que sejam penhor seguro da exequibilidade do seu pensamento.

O Governo tem a honra de submeter à Real Aprovação de Vossa Majestade um Projeto de Decreto, pelo qual o Estado se apropria do Fundo Especial de Amortização, indemnizando o Banco de Portugal, principal credor naquele Fundo, por maneira equivalente e razoável [...] (*Coleção de Legislação Portuguesa*, decreto de 30. 08.1852: 386-387).

3. Da “ideologia” ferroviária à riqueza da Nação

João Crisóstomo estava, portanto, a fazer obra, a concretizar os projetos do MOPCI, assumindo funções de gestão na construção e exploração da Linha de Leste. Para ele, a exploração do caminho de ferro era “uma vasta e complexa indústria”, cuja função não era apenas o transporte de viajantes e mercadorias, mas desenvolvia também um papel de “solicitação” de tráfego, procurando viajantes e mercadorias nos seus domicílios para estimular direções, ligando a produção a pontos de consumo. Como se dirá mais tarde na historiografia afim, era uma indústria-motor, uma indústria estruturante, pela indução de desenvolvimento que arrastava consigo, uma indústria modelar, que criava espaço económico e unificava mercados. Nas palavras do *Relatório*,

era um sistema complexo, que exigia largos capitais, com gastos gerais que incluíam avultadas despesas fixas e prévias, num “trabalho composto” de várias unidades de trabalho, que as tarifas deveriam remunerar (capital, trabalho de transporte, trabalho comercial), através de uma fixação com base no ajustamento ponderado da “unidade de carga” à “unidade de distância”, problema complexo a resolver dado o caminho de ferro ser, nomeadamente, um meio de transporte com excesso de “peso morto sobre o peso útil”, de “força de tração em relação à carga transportada”, de “lugares oferecidos em relação aos ocupados”.

De qualquer modo, para atrair público era preciso cumprir cinco condições, a saber, “segurança, rapidez, exatidão, frequência e economia para os viajantes”, pelo que “conciliar isto com a mínima despesa possível de locomoção é o segredo de uma boa exploração” – afirmava-se no *Relatório*, cujo autor se sustentava nos exemplos inglês, alemão, francês e belga para discutir essa problemática, apontando os relatórios belgas como exemplares, dos quais faz várias transcrições e referências, evidenciando que também ali, desde o início, o caminho de ferro era deficitário, quando incluídas as despesas com capitais investidos. Deles retirava, ainda, ilações sobre a forma de organização contabilística da conta de exploração, bem como sobre a constituição de empresas, quer para a construção, quer para a exploração e sua relação com o capital e o crédito (Sousa, 1858:187-191)

É no capítulo V que o *Relatório* nos dá uma perspetiva sobre a “Influência dos caminhos de ferro na vida industrial das nações e na marcha da civilização. Íntima relação da circulação do crédito e das vias férreas” (Sousa, 1858: 211). Só por si, o título remete-nos para os seguidores do Conde de Saint-Simon, o socialista industrialista francês, em especial na derivação capitalista dos célebres irmãos Pereire, relevantes para a articulação, em França, entre banca e caminho de ferro, mas, em todo o caso, difundindo princípios favoráveis à indústria e a um humanitarismo generalista, segundo os quais era tempo de acabar com as guerras e a violência política, promovendo-se a regeneração social em favor das classes trabalhadoras (Pereire, 1912).

Defendendo-se no *Relatório* que a circulação era “tão necessária para a vida das sociedades, como para a vida dos indivíduos”, afirmava-se que garantir a facilidade e rapidez da deslocação era “acelerar e facilitar a produção, quer material, quer imaterial”, embora o autor glose essencialmente os efeitos da aceleração sobre a produção e o consumo dos bens materiais, para concluir: “por isso, é a atividade relativa da

circulação, mais que nenhuma outra circunstância, que constitui a superioridade industrial de um povo a respeito de outro” (Sousa, 1858: 211).

O crédito, por seu turno, permitiria acelerar e facilitar as permutações e ampliar o círculo das trocas, economizando por essa via os capitais empregados na produção, “e principalmente o tempo, que é o maior deles”, mas tudo seria em vão na ausência de “um instrumento que acelerasse o transporte ou deslocação das pessoas, das mercadorias e dos capitais móveis”, eram necessárias as vias de comunicação e, por isso, “a indústria dos transportes é a primeira e mais necessária das indústrias”:

Toda a nação que tiver pois um sistema de transportes mais regular, económico e acelerado do que qualquer outra, goza de uma superioridade nas faculdades produtivas, difícil de vencer por outros meios” (Sousa, 1858: 211).

Era aqui que, na perspetiva do autor, o “transporte acelerado”, representado pelo caminho de ferro, assumia um papel central na circulação dos produtos, só comparável ao dos bancos e instituições de crédito para a troca de valores. A “facilidade e barateza do transporte” era uma das condições indispensáveis ao desenvolvimento da riqueza e do “progresso material”, não só ampliando a produção e o consumo, como, ao redimensionar o mercado, estimulava a divisão do trabalho e, assim, favorecia novos impulsos à produção, o que, por sua vez, conduzia a “uma maior massa de transportes”:

É uma lei tanto física como económica que a quantidade de movimento é representada pela massa multiplicada pela velocidade, donde resulta que diminuindo um destes elementos, contanto que cresça o outro na mesma razão, o resultado é sempre o mesmo; assim, a maior celeridade na circulação dos valores e produtos, importa o mesmo que um certo aumento na massa deles [...] *É pois incontestável que a superioridade industrial de um povo sobre outro depende muito menos da soma total dos capitais que ele possui, que do movimento geral, contínuo e rápido deles.* Ora esse movimento geral, contínuo e rápido dos valores, exige, como já vimos, um movimento análogo, uma semelhante facilidade de deslocação dos produtos e dos indivíduos: depende, numa palavra, da perfeição, barateza e celeridade das comunicações, condições todas reunidas em alto grau nos caminhos de ferro (Sousa, 1858: 212-213).

A celeridade dava ainda valor a produtos que o não teriam de outro modo, diminuindo-lhes perda, risco e deterioração, economizando capital e, além disso, “o tempo, que é primeiro capital do homem e sem o qual os agentes de produção não têm força alguma produtiva” (Sousa, 1858: 213). Por isso, para João Crisóstomo, como ideólogo da ferrovia, era importante captar o tempo, para mais depressa incorporar o futuro dos melhoramentos materiais e garantir a melhoria das condições económicas, tendo em conta o que se vivia nos países mais desenvolvidos, com o transporte

ferroviário a garantir essa aceleração, de que Portugal carecia para poder ultrapassar a sua imagem como nação atrasada e libertar os indivíduos:

Tem-se dito que o tempo não tem o mesmo valor em todas as nações, e isto é tão exato que nas mais atrasadas, e entre nós ainda hoje, um grande número de pessoas vive a matar o tempo. Seria, porém, erro grosseiro deduzir daqui que os caminhos de ferro não são por isso mesmo ainda necessários em Portugal. O tempo não se aproveita aonde a circulação é impossível ou embaraçada por um sem número de obstáculos; aonde a dificuldade da deslocação dos capitais, dos produtos e dos indivíduos, não permite o melhor emprego deles, e a melhor divisão do trabalho; o trabalho afrouxa quando ele não é livre nem remunerado suficientemente. Mas que coisa mais preciosa para o homem que vive do seu trabalho do que a economia do seu tempo? e a facilidade de ir encontrar em qualquer ponto do globo o capital que lho marcará melhor? [...] (Sousa, 1858: 213).

E havia um motivo forte para apostar e investir no caminho de ferro, segundo o autor do *Relatório*, que era o de criar condições às “classes laboriosas”, expressão muito usada ao tempo e que nos remete para preocupações sociais e de nivelamento social:

Eis aqui porque o caminho de ferro é tão eminentemente popular e democrático. Consultem-se as estatísticas e nelas se vê que não são as classes mais abastadas que circulam em maior número nele; bem pelo contrário, são as classes laboriosas, as que vivem quase exclusivamente do salário, que ali correm para aproveitar o tempo e o espaço que o caminho de ferro põe à sua disposição, para mais largo e útil emprego das suas faculdades físicas ou intelectuais. É o povo; é a chamada 3.^a classe nos caminhos de ferro que paga os grossos lucros de uma empresa destas no transporte dos viajantes. Quem considerar um caminho de ferro em Portugal simplesmente como um meio dos indivíduos das classes abastadas fazerem uma excursão de prazer, agradável e cómoda, podendo almoçar, por exemplo, no Porto, e jantar no Alentejo ou no Algarve, não conhece decerto ainda a verdadeira missão e transcendência deste importante meio de transporte (Sousa, 1858: 214)

O caminho de ferro era ainda, na perspetiva do autor, um instrumento necessário tanto para as nações grandes como para as pequenas, mas também para unir as nações, combatendo o isolamento e promovendo a relação, facilitando o comércio externo: “não há povos para quem o caminho de ferro não seja hoje uma necessidade”, assim como já não se verificava a impossibilidade de construção, dado o triunfo da ciência. Em toda a parte se reconhecia as vantagens desse tipo de transporte, com os mais variados países a concorrerem, “à porfia”, para atraírem capitais com vista à sua implantação, pois “não caminhar nesta vereda é retrogradar” (Sousa, 1858: 215). Nesta argumentação sustentada entre os conceitos de passado/atraso e de futuro/progresso, qual o papel de Portugal no novo tempo histórico que se pretendia construir com o movimento da “regeneração”, quais as condições de que dispunha para esse efeito e quais as lacunas que importava superar?

Portugal, para que lhe não aconteça o mesmo [do que à Turquia] deve seguir o movimento e a civilização da Europa. Temos tranquilidade, temos instituições políticas que nos garantem liberdade e

segurança; os poderes públicos funcionam regularmente; temos um povo cheio de bom senso e fácil de conduzir e governar; em época alguma recente a opinião pública andou menos desvairada; em época alguma as ideias e aspirações de verdadeiro progresso foram mais fortes. Em tais circunstâncias, a paz, o respeito da lei, as boas tendências que se manifestam, e o excelente espírito que constituem uma situação tão propícia, são elementos que convém aproveitar numa larga iniciativa de melhoramentos. [...] Não basta só, porém, disposição ao melhoramento, ou só elementos de aperfeiçoamento: é preciso a força que os agregue. Sem boa administração pública, sem instituições que fomentem a indústria e o comércio; sem a liberdade do trabalho e os hábitos laboriosos que ele cria, não nos colocaremos a par das outras nações com a rapidez que convém. Para a regeneração económica apenas encetada precisamos essencialmente:

Do melhoramento das comunicações, e que as artérias principais delas sejam as vias férreas;

Da instrução disseminada e aperfeiçoada em todos os seus ramos; essencialmente carecemos de instrução primária e profissional;

De instituições de crédito convenientemente desenvolvidas, sobretudo em relação à agricultura;

Da reforma financeira ou regulamento e distribuição do imposto, tornando as contribuições arrecadadas menos pesadas aos povos e mais produtivas para o Estado;

De medidas especiais e eficazes para as colónias, a fim de desenvolver rapidamente os seus imensos recursos;

Do acabamento gradual dos monopólios, que se opõem à liberdade da terra, da indústria e do trabalho; e à melhor divisão dele, donde há de resultar o melhor aproveitamento das nossas faculdades produtivas.

Ora, entre todos estes melhoramentos, colocaremos em primeiro lugar os caminhos de ferro e o crédito; porque são as fontes donde hão de dimanar todos os outros; são a melhor alavanca de todas as reformas; o melhor instrumento e o mais pronto de prosperidade e civilização; são o primeiro impulso e a primeira necessidade da regeneração económica, de todo o progresso material, e de toda a atividade social (Sousa, 1858: 215).

O *Relatório* era, como se pode ler, muito mais do que um relato sobre as condições de exploração da linha ferroviária, era um verdadeiro programa político, articulando as posições liberais sobre a liberdade de circulação e de produção, mas também requerendo ao Estado uma ação interventiva em vários domínios. O caminho de ferro surgia como condição necessária, mas não suficiente, sendo necessária a intervenção do Estado em múltiplos domínios, claramente enunciados. Da conjugação de todos eles, da sua ação integrada, dependeria a aproximação aos níveis de desenvolvimento de outros países.

Daí que os resultados da primeira secção do caminho de ferro instalado em Portugal ainda não pudessem ser avaliados devidamente, pois representava apenas um segmento de uma rede que ainda não existia, faltando estabelecer as estradas complementares ou aperfeiçoar a indústria... Mas o caminho de ferro seria sempre “o motor de todos esses melhoramentos [...] a primeira máquina, a primeira oficina”, assegurando a circulação rápida de bens, mas também a troca de ideias e a relação entre os homens: “veículo rápido dos homens e das ideias, estende a vida no espaço e no tempo e, difundindo rapidamente os progressos e invenções realizados em qualquer ponto do globo, conduz à união das nações, à unidade da civilização, e a tornar melhor e mais igual a condição do homem” (Sousa, 1858: 216-217).

Com papel decisivo na promoção da civilização, aperfeiçoamento do indivíduo (a economia do tempo permitiria um aproveitamento melhor das suas faculdades), instrumento do bom governo e da administração, da segurança pública e individual, o caminho de ferro seria ainda “a melhor máquina de guerra” para a defesa de um país” (e dava o exemplo fatal da Rússia, na recente guerra da Crimeia, sem meios de comunicação que lhe permitisse deslocar com rapidez exército para a frente de guerra). João Crisóstomo sublinhava, porém, que o caminho de ferro não lhe merecia a atenção pelo efeito de “um culto dos interesses materiais”, reputando que o homem era mais do que um produtor e consumidor, que não podia ser só a economia política a “reger os povos”, mas era preciso atender também às dimensões política e moral para libertar o homem da escravidão, da tirania e da miséria, considerando: “melhorar, pois, a condição material do homem é facilitar a sua regeneração moral; é dar-lhe o sentimento da própria dignidade”. E o caminho de ferro surgia aos seus olhos como um dos grandes melhoramentos tendentes a “libertar o homem das forças materiais que o escravizam”, dado o seu carácter de universalidade e um fim humanitário: “melhorar a condição popular” (Sousa, 1858: 218)

4. Custo do transporte e atraso económico

O núcleo central do discurso de João Crisóstomo assenta, pois, no uso fortemente argumentativo de “entidades de primeira ordem” – povo, nação, civilização, no sentido a que se refere Paul Ricoeur (1994, I:259), relegando as informações relacionados com o caso da exploração da linha ferroviária em causa para um plano secundário. De facto, só depois do discurso sobre o potencial do caminho de ferro o autor nos disponibiliza informação sobre o custo do transporte em Portugal, começando por lamentar a falta de estatísticas nacionais para dilucidar questões económicas. Por isso, vai buscar ainda o exemplo da França para efeitos de enquadramento do problema e para comparação, usando essencialmente literatura técnica de expressão francesa, a qual subjaz como subtexto à componente técnica e doutrinal do *Relatório*. Dessas estimativas retirava a conclusão de que, em Portugal, país quase sem estradas e escassa navegabilidade fluvial, o preço médio do transporte deveria avaliar-se em 120 réis (\$120) por tonelada métrica e por quilómetro, enquanto em França não passaria de 20 cêntimos (36 réis) nas estradas e de 10 cêntimos (18 réis) no caminho de ferro. O custo do transporte era, assim, um ónus, “um tributo que carrega sobre todos”, significando que “o imposto que pagamos impercetivelmente à imperfeição das nossas estradas,

equivale a mais da metade de todos os impostos que pagamos ao Estado”. E transcrevia, em nota, considerações de textos franceses sobre a influência do caminho de ferro na prosperidade pública, nomeadamente sobre a agricultura, registando que o raio de abastecimento de Paris se alargara desde então, estendendo-se a 240 km para o abastecimento de lacticínios e a mais de 300 km para a carne, a fruta e os legumes, pelo que efeito idêntico se poderia verificar em Lisboa ou Madrid. Ao finalizar o *Relatório*, datado de 3 de abril de 1858, que assinava, João Crisóstomo de Abreu e Sousa enfatizava:

[...] o que temos dito é assaz para explicar o nosso atraso industrial, imenso em comparação às outras nações, e como a produção e população se tem conservado quase estacionária por tantos anos. As guerras civis, as más instituições, os hábitos de pouca atividade industrial, a falta de instrução, de liberdade industrial, e da liberdade da terra e do trabalho, podem explicar esse atraso, porque tudo se prende; mas melhorem-se as vias de comunicação, e o trabalho bem remunerado, fecundado pelos capitais e pela liberdade e segurança, operará os prodígios que tem produzido em toda a parte (Sousa, 1858: 224)

A consciência de *atraso* surge aqui de uma forma claramente explícita e o enunciado do diagnóstico da situação não será invalidado, na generalidade, por estudos posteriores e recentes que vieram aprofundar a questão do atraso do ponto de vista histórico. Em todo o caso, a referência ao atraso, ou seja, uma consideração em torno da perda de tempo, traz consigo um programa de ultrapassagem, ou seja, um ideário político a desenvolver, que se deveria plasmar na concretização de obras públicas necessárias para a implementação do caminho de ferro, indispensável para a recriação económica liberal. Programa político que tanto regeneradores como progressistas, alinhamentos partidários da época, procuraram concretizar no que se refere à viação pública, embora os resultados estivessem longe do idealizado, conforme as revisitações recentes da historiografia a essa problemática. (Pinheiro, 1986; Pinheiro et. al., 2011; Pereira, 2012).

5. Considerações finais

Concluindo: no tempo novo então vivido e representado nos meados do século XIX, o mundo (ou um número significativo de nações) progredia por via da industrialização e Portugal não devia ficar para trás nessa marcha da civilização, precisando de responder ao “horizonte de expectativa” incorporado no conceito de progresso. Neste discurso produzido por João Crisóstomo não se vislumbra uma problemática original, mas sim um texto que reproduz o pensamento duma geração e

mimetiza alguma literatura internacional, em especial a da escola francesa, podendo encontrar-se ainda variantes deste discurso noutros textos do *Boletim do MOPCI* ou na *Revista de Obras Públicas e Minas* (que, de algum modo, deu continuidade ao espírito do *Boletim*), marcando um tempo histórico, no qual evoluem outros protagonistas animados pelos mesmos ideais (Justino, 2016).

Em todo o caso, nesta interpretação do discurso produzido por João Crisóstomo, lendo-o sobre o prisma do tempo e do espaço, Portugal deveria começar pela introdução da viação acelerada para se integrar na linha do progresso, ou seja, instalar o caminho de ferro, que funcionaria como dispositivo desbloqueador, desencravando múltiplos lugares do território, abreviando os tempos de transporte de pessoas e bens, sincronizando com outros meios de comunicação ao ritmo do calendário e do relógio. Concretizar o caminho de ferro era cumprir o imperativo dos reformadores que emergiram com as revoluções liberais, para quem “a aceleração do tempo é uma tarefa do homem, que deverá introduzir os tempos da liberdade e da felicidade” (Koselleck, 2006: 25).

Podemos, então, dizer que, para João Crisóstomo, segundo os enunciados do seu *Relatório*, referenciados a uma representação de um determinado tempo histórico – os meados de Oitocentos – vencer o tempo era dominar o espaço, encurtar o espaço através do caminho de ferro era ganhar velocidade, em processo de aceleração na história, para alcançar mais rapidamente o futuro, seguindo um prognóstico que apontava para a salvação económica e para a integração no progresso da humanidade, sustentadas, desde o início, no moderno sistema de transportes e comunicações.

Bibliografia:

ALVES, Jorge Fernandes; VILELA, José Luís (1995), *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Elétrica em Portugal*, Lisboa, Portugal Telecom.

COLEÇÃO de Legislação Portuguesa, decreto de 30. 08.1852, pp. 386-387. [consulta em 04/02/2018]. Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/27/5/p415>.

DIOGO, Maria Paula, s/d, *Sousa, João Crisóstomo de Abreu e*, [consulta em 04/02/2018]. Disponível em: <http://ciuhct.org/pt/sousa-joao-crisostomo-de-abreu>.

JUSTINO, David (2015), *Fontismo, liberalismo numa sociedade iliberal*, Lisboa, D. Quixote.

KOSELLECK, Reinhart (2006), *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora.

KOSELLECK, Reinhart (2014), *Estratos do Tempo. Estudos sobre História*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora.

PEREIRA, Hugo Silveira (2012), *A política ferroviária nacional (1845-1899)*, Tese de Doutoramento em História, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras.

PEREIRE, Alfred (1912), *Autour de Saint-Simon*, Paris, Honoré Champion, Éditeur.

PINHEIRO, Magda (1986), *Chemins de fer, structure financière de l'État et Dépendence Étrangère au Portugal (1850-1890)*, Paris I, Panthéon-Sorbonne, tese de doutoramento.

PINHEIRO, Magda; LIMA, Nuno Miguel; PAULINO, Joana (2011), “Espaço, tempo e preço dos transportes: a utilização da rede ferroviária em finais do século XX”. *Ler História*, n.º 61, 2011, pp. 39-64.

RICOEUR, Paul (1994), *Tempo e Narrativa*, volume I, Campinas, Papirus.

RICOEUR, Paul (1994), *Tempo e Narrativa*, volume III, Campinas, Papirus.

SOUSA, João Crisóstomo de Abreu e, 1858, “Relatório sobre os resultados da exploração do caminho de ferro de Leste no ano decorrido desde o 1.º de novembro de 1856 até 31 de outubro de 1857, acompanhado de 32 mapas estatísticos contendo os resultados principais da exploração daquele ano”, *Boletim do Ministério das Obras Públicas*, 2.º volume, setembro de 1858: pp.172-224.

O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento

Time beyond time: the uses of memory and oblivion

Le Temps dehors du Temps: usages de la mémoire e de l'oubli

El Tiempo fuera del Tiempo: usos de la memoria e del olvido

Isabella Cortada

Universidade de Coimbra-Centro de Estudos Sociais (CES)

isabella.cortada@gmail.com

Resumo: Lembrar e esquecer implicam seleção de informação, o que significa dizer que também não há memória sem esquecimento. Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então como viver com esquecimentos impostos? Como conviver diante da *desmemória*? O desconhecimento interessa porque impede o posicionamento consciente e conduz à inércia coletiva. Na disputa pelo que lembrar, é possível pensar em *memórias subterrâneas* que expressam o testemunho dos excluídos da memória oficial. Na esteira de vários autores que “consagraram” a sua escrita aos trabalhos e usos da memória, assim como aos “usos do esquecimento”, faremos aqui uma dilucidação das principais conclusões teóricas acerca desta mesma matéria.

Palavras-chave: Tempo; Memória; Esquecimento; Testemunho.

Abstract: To remember and to forget involve selection of information, which means that it is impossible to remember without forgetting. Being the collective memory a social construction and a factor of identity for any community, then how we supposed to live with oblivion? How to live with the deletion of the past (de-memorizing)? Ignorance prevents the conscious positioning, leading to collective inertia. Amidst the dispute for what to remember, it is possible to think of underground memories that speak the word of the excluded from the official memory. Thus, it is our intention to present different perspectives and the main conclusions reached by several authors who have “consecrated” their writings to the experiences of memory as well as to the uses of oblivion.

Key-words: History; Memory; Sonagation; Witness.

Resumé: Se souvenir et oublier impliquent des choix d'information, c'est-à-dire qu'il n'y a pas de mémoire sans oublier. C'est vraie que la mémoire collective est une construction sociale et un facteur identitaire d'une communauté, alors comment vivre avec l'oubli imposé? Comment vivre la dé-mémoire? L'ignorance est importante car elle empêche le positionnement conscient et mène à l'inertie collective. Dans le conflit à pour que se souvenir, il est possible de penser à souvenirs souterrains qui expriment le témoignage des exclus de la mémoire officielle. Notre intension c'est justement de presenter les différents points de vue et conclusions qui sont obtenus par beaucoup d'auteurs qui ont « consacré » sons études aux expériences de la mémoire ainsi qu'aux «usages de l'oubli».

Mots-clés: Histoire; Mémoire; Oublier; Témoignage .

Resumen: Recordar y olvidar implican la selección de información, lo que significa que no hay memoria sin olvido. Si la memoria colectiva es una construcción social y un factor de identidad de una comunidad, entonces ¿cómo vivir con el olvido? ¿Cómo vivir con la desmemoria? La ignorancia es importante porque evita el posicionamiento consciente y conduce a la inercia colectiva. En la disputa por lo que recordar, es posible pensar en memorias subterráneas que expresan el testimonio de los olvidados de la memoria

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

oficial. Haremos, pues, un recorrido por las diferentes perspectivas y conclusiones de varios autores que han “consagrado” sus estudios a las experiencias de distintos usos de la memoria, pero también del olvido.

Palabras clave: Historia; Memoria; Olvido; Testimonio.

Introdução

O que o presente artigo pretende discutir insere-se num universo de possibilidades cuja abordagem é já de si extensa, como demonstram os inúmeros autores que para o efeito iremos convocar: Lowenthal, Schacter, Halbwachs, Todorov, Le Goff, Pierre Nora, Michael Pollack..., só para mencionar alguns. Esta discussão pauta-se sobre os usos da memória e do esquecimento, dentro da perspectiva da *desmemória* (cujo sinónimo talvez seja o de “apagamento”), ou da ideia de *memória confiscada*, à luz da experiência histórica.

O conhecimento acerca do século XX exige o trabalho de resgate das memórias individuais e de elaboração de uma memória coletiva, mas também de recuperação da própria história. A recuperação da memória contra o apagamento/esquecimento e a procura da verdade sobre o que nunca ocorreu são compromissos da história e da responsabilidade dos historiadores. Isto implica, também, a democratização da memória social como eixo prioritário das análises científicas, assim como o apurar, cada vez mais, a importância do papel da memória na dinâmica temporal, onde o passado é sempre objeto e motivo de reflexão para o presente e até para o futuro. Da mesma forma, é dada ênfase à afirmação do papel que a memória desempenha como matéria-prima sobre a qual o historiador pode produzir, com seus métodos de trabalho, procurando o conhecimento histórico.

Por outro lado, reconhece-se também o direito ao esquecimento: quando há uma possibilidade de amadurecimento reflexivo sobre factos armazenados na memória é possível realizar um reordenamento, uma readequação das lembranças que pode permitir, inclusive, o esquecimento das mais dolorosas. O esquecimento pode ser uma decorrência natural de uma série de fatores mas, sobretudo, deve ser uma opção e um direito. A produção significativa de reflexões sobre a complexidade e diversidade das questões pertinentes à *memória* mostram que esta é uma temática cada vez mais recorrente numa sociedade marcada pela aceleração do instantâneo, pelo efémero e pela

crescente e notável diminuição de densidade temporal entre os acontecimentos e a sua percepção.

1. Tempo e Memória

A palavra memória, de origem latina, deriva de *menor* e *oris*, e significa “o que lembra”, ligando-se, assim, ao passado, e, portanto, ao já vivido (Giron, 2000: 23). A nível individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, «graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas» (Le Goff, 1996: 423). Schacter usa uma expressão muito interessante para se referir à memória: “um telescópio apontado ao tempo”, ou seja, ao lembrar, o *lembrador* (expressão do autor) realiza uma viagem mental pelo tempo, revivendo algo já sucedido. Ao fazer isso, o *lembrador* pode libertar-se dos imperativos imediatos do tempo e do espaço, percebendo o passado e imaginando um novo futuro (1999: 34-36). E é nesse sentido que também Lowenthal (1998) arrola autores e obras que versam sobre as possibilidades que as viagens no tempo têm colocado à memória, inclusive, o “lembrar o futuro”, esse paradoxo instigante com o qual o género da ficção científica, seja através da literatura ou do cinema, fertiliza o imaginário contemporâneo.

Assim, memória relaciona-se com a dimensão do tempo passado, estabelecendo uma necessária interação entre o esquecimento (apagamento) e a preservação integral do passado (Todorov, 2000a). No plano individual, através de critérios diversos, a memória tem a capacidade de seleccionar, organizar e sistematizar lembranças daquilo que já foi vivenciado. Mas, até que ponto a iluminação gerada pelo projetor que focaliza certos acontecimentos não acorda imagens, sons e emoções que, em realidade, não são próprias do armazém de lembranças do indivíduo? Até que ponto essas lembranças são de facto lembranças próprias ou até onde elas são *importadas*?

Um dos precursores do trabalho com a temática da memória, Pierre Nora, identifica como “lugares de memória” aqueles lugares onde a memória se cristaliza, se materializa, tornando-se referência para uma sociedade ou um grupo social. Ao diferenciar memória e história, considera que a primeira corresponde à vida, disponível

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

à dialética da lembrança e do esquecimento e, portanto, disponível ao uso de manipulações. Já a história corresponderia a uma reconstrução problemática de algo incompleto que não existe mais. Quando a sociedade passa a ocupar o lugar da nação, esta é transformada num facto, produzindo lugares de memória, oriundos da ausência de uma memória espontânea e, portanto, produzindo a necessidade de criação de arquivos. A história apodera-se, pois, dos lugares “experenciados” e vividos para os petrificar, materializar e, sem esta operação, os lugares não seriam lugares (1993: 8-13).

Ao questionar a transformação do testemunho em ícone de verdade pelos relatos históricos construídos após o fim dos períodos ditatoriais, Beatriz Sarlo (2007) elenca um histórico sobre diversos elementos relacionados com o processo de escrita da história e as suas relações com os historiadores que a executam. Iniciando o debate num âmbito mais amplo, Sarlo aponta o carácter conflituoso e paradoxal do passado e a sua relação com o presente: embora haja um enfraquecimento do passado pela supervalorização do instante, a história avança no mercado simbólico do capitalismo tardio de forma abrangente. Se a história, enquanto disciplina, construiu suas regras e métodos para supervisionar os modos de reconstituição do passado, no mercado simbólico deste capitalismo tardio, a “história de grande circulação” revela-se mais sensível às estratégias do presente, organizando-se através de esquemas explicativos, conforme necessidades afetivas, morais e políticas. Mudam as fontes, alteram-se as temáticas e o enfoque passa a ser no detalhe, no quotidiano, na capacidade de transgressão e nas variações dos indivíduos, cujas narrativas realizadas em anos anteriores encobriam o desvio sob a capa da abordagem estrutural. Tornou-se, pois, urgente reinserir novos métodos para serem aplicados aos “discursos de memórias”.

Esse campo de conflito instaurado transforma os combates pela história em combates pela identidade. Ao refletir sobre a questão do testemunho e suas relações com a memória, Ricouer (2008) destaca as instâncias do nível prático, em que os diferentes abusos de memória muitas vezes estão correlacionados com o embargo da memória operado por regimes totalitários. A sobrevivência da vítima coloca o dever de memória num plano ético-político, transformando-o num projeto de longo prazo a ser concretizado em nome da justiça. E é assim que o dever de testemunhar invade os meios

sociais a partir da segunda metade do século XX. Concretiza-se como prova, sendo submetido ao arquivamento e à catalogação, tal como as demais fontes utilizadas pelo historiador. Há, no entanto, uma diferenciação entre o uso jurídico e o uso histórico. O testemunho apresenta-se como uma asserção real e factual do relatado, uma fiabilidade presumida devido à autenticação da experiência. A asserção real não pode ser separada do sujeito que testemunha. “Eu estava lá” condiciona o real da coisa passada com a presença do narrador. Quem testemunha fá-lo para alguém que se coloca como terceiro em relação aos outros protagonistas da ação. A dúvida e a suspeita não deixam de estar presentes, e a resposta a esta controvérsia surge recorrendo a outra testemunha. Para enfrentar estas controvérsias, a testemunha está sempre disposta a reiterar o seu depoimento. Na medida em que o testemunho é utilizado como prova, Ricouer questiona esta noção de prova e aponta algumas reflexões. Para o autor, há uma interdependência entre os factos e as perguntas que levam os historiadores aos arquivos. Estas perguntas estão imbuídas de ideias sobre uma determinada conceção de fontes e de documentos. Pergunta, documento e rastro testemunhal formam o tripé do conhecimento histórico. O acontecimento constitui-se naquilo sobre o qual alguém testemunha e é no âmbito da explicação que o documento se constitui em prova.

2. História e Memória

Em trabalhos mais recentes, vários historiadores, como Pierre Nora e Michael Pollack, começaram a pensar o conceito de memória, refletindo sobre a importância do mesmo e também sobre a sua aparente “fragilidade teórica. Neste sentido, tornou-se fundamental o regresso às ideias de Maurice Halbwachs que, em 1925, elaborou uma espécie de “Sociologia da Memória Colectiva”. Uma das questões centrais, por exemplo, na obra deste pensador, consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós mesmos é, na verdade, inspirada pelo grupo. Para Halbwachs, precedendo a memória individual estaria uma “intuição sensível”, o apelo a um estado de consciência puramente intimista. Tal sentimento é o que garante, de certa

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

forma, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências, em que as lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas. «A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada» (2006: 75-76). Por outro lado, afirma Halbwachs, não há memória que seja somente “imaginação pura e simples”, nem representação histórica que nos seja exterior, isto é, todo este processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito. A vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal, assim como as percepções acrescentadas pela memória histórica: «os quadros coletivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, porque eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos o nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo» (2006: 71).

Em Halbwachs, a memória histórica é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país. O próprio termo “memória histórica” seria uma tentativa de aglutinar questões opostas, ou seja, enquanto a memória coletiva está inscrita na continuidade e deve ser vista sempre no plural (memórias coletivas), a História, por outro lado, encontra-se pautada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação, o que para Halbwachs faz das memórias coletivas apenas detalhes. Contudo, a crise epistemológica por que passou recentemente a disciplina estremeceu várias das certezas dos historiadores. Passou-se a questionar a própria noção de um tempo fixo, para defender a existência de temporalidades múltiplas. Mesmo a questão da objetividade, durante tanto tempo cara ao historiador, vem sendo relativizada, pois assim como o historiador é fruto do seu tempo, também é o discurso histórico por ele produzido. Do mesmo modo, as fontes escritas não são menos inverídicas do que as fontes orais, pelo que ambas devem ser analisadas criticamente, tornando-se este critério indispensável àqueles que concebem a prática historiográfica como científica.

Ainda que partindo de uma conceção diferenciada acerca da disciplina histórica,

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

Pierre Nora (1993), na tentativa de pensar a ponte entre História e Memória, afirma, na esteira de Halbwachs, que a memória se tornou objeto da história, sendo por esta filtrada, o que impede o estabelecimento de diferenças entre a memória coletiva e a memória histórica. Mais ainda, a memória já não existiria e tudo aquilo que se considera memória seria, para Nora, história. Nora acaba por retomar parte do pensamento de Halbwachs acerca das relações entre história e memória: a diferença entre o que defende Pierre Nora nos dias de hoje e o que afirmava Halbwachs na década de 1920 é que para Halbwachs as lembranças seriam incorporadas pela história à medida que fossem deixando de existir ou à medida que os grupos que as sustentavam deixassem de existir. Nora, por outro lado, entende, de forma mais ampla, que a categoria “memória” deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico. Já Michael Pollak (1989) não vê com tanto pessimismo as relações entre história e memória ou entre a memória oficial (nacional) e aquilo que denominou de “memórias subterrâneas” por referência às camadas populares. Para Pollak, estas memórias marginalizadas abriram novas possibilidades no terreno fértil da História Oral. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, mas sim trazer à superfície memórias «que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível» e que «afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados» (1989: 3-15). Mais do que isso, o que a emergência destas memórias vem ocasionando, conforme aponta Pollak, é a disputa entre memórias ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, se encontra marginalizada.

A escrita da história assim concebida à época do estudioso da “sociologia da memória” transformou-se profundamente até aos dias de hoje. E se a memória regressou ao meio académico com força renovada, tal, sem dúvida, decorre das questões que o tempo presente vem colocando ao historiador e à sociedade atual. O processo de globalização recorrente, por exemplo, é parte indissociável do que agora enforma o homem que procura compreender o seu tempo e o seu passado. Também aí se insere a luta empreendida pelos diversos movimentos sociais no intuito de alargar o conceito de

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

cidadania no interior da sociedade e nas relações de poder que permeiam a atividade humana. Ambos os processos reclamam a questão da identidade, seja ela das minorias, seja do ponto de vista da nação.

Na verdade, há muito tempo que está ultrapassada a perspetiva de que a memória é um atributo somente individual. Estudos de diversa origem disciplinar coincidem na experiência compartilhada da memória, ou seja, na sua natureza social. Mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas (sejam na forma de objetos, palavras, etc.). Não só a memória passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos, como desempenha, também, uma função importantíssima tanto na preservação da experiência histórica acumulada, de valores e de tradições, como, em muitas situações, pretende ser a depositária da própria história (por exemplo, no caso das sociedades sem escrita, ou no das comunidades rurais marcadas pela manutenção de forte tradição oral). Sendo uma construção ativa, dinâmica, a memória nunca é a repetição exata de algo passado. Trata-se, na realidade, de uma reconstrução que cada um realiza dependendo da sua história, do momento e do lugar em que se encontra. Mas cada um constrói a sua memória em ativa interação com os demais, ou seja, ligada às lembranças das experiências e aos laços afetivos de pertença a um determinado coletivo social. Tais laços produzem, induzem e reforçam lembranças comuns; isto é, geram uma memória social. Desse modo, os diversos grupos sociais marcam a diferenciação entre si, reforçando a consciência das fronteiras socioculturais vinculadas ao reconhecimento de pertença que, por sua vez, é criador de identidade. Portanto, a memória é uma construção e, como tal, é perpassada, veladamente, por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam, segundo os interesses dominantes, aspetos de classe, políticos, culturais, etc.

Contudo, assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registos da memória. As lembranças não são registos passivos ou aleatórios da realidade. Elas não são meros registos fotográficos dispostos num álbum mental; «não arquivamos instantâneos objetivos dos factos acontecidos, senão que captamos o significado, o sentido e as emoções às quais se associaram tais experiências» (Schacter,

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

1999: 20). A memória não é sinónimo de história ou de realidade histórica passada - as contribuições de Halbwachs e depois de Nora apontaram para isso há já algum tempo. As lembranças e as reminiscências da memória coletiva auxiliam o historiador que, usando de rigor na sua metodologia de trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte.

De qualquer forma, a história alimenta-se da memória e, evidentemente, pode tomá-la como objecto, matéria-prima ou ponto de partida; porém, não pode construir conhecimento exclusivamente a partir dela, pois corre o risco de não avaliar corretamente o grau de parcialidade, subjetividade, superficialidade e deformação que pode conter, o que claramente comprometeria o trabalho do historiador, numa perspectiva de produção de conhecimento científico. Alertando para esse facto, Lowenthal diz que a memória produz a revisão das próprias lembranças, fazendo uma espécie de depuração do que pode ser compreendido como inconveniente: «[...] a memória transforma o passado experimentado no que mais tarde pensamos que devia ter sido, eliminando as imagens não desejadas e adequando as prediletas» (1998: 301)¹. Por isso, a matéria-prima memória presta um grande serviço à história sempre e quando esta se debruça sobre aquela com o rigor metodológico adequado.

Pode parecer que há uma certa ambiguidade na relação entre a história e a memória, resultante do facto de, as duas, se vincularem, por sua vez, com o passado; inclusive, pode, até, inferir-se, às vezes, que há uma certa sobreposição entre as duas, já que se a memória conta com informes de segunda mão sobre o passado, oferecidos pela história, esta, por sua vez, conta com testemunhos visuais e outras lembranças (produtos do exercício da memória). Porém, as diferenças são rigorosas e devem estar permanentemente presentes para o historiador que tem pretensões de produzir um conhecimento científico. Segundo Lowenthal, a história distingue-se da memória pela forma de aquisição, transmissão, conservação, alteração e validação do conhecimento que ela produz sobre o passado. Enquanto a História conta com o crivo das fontes

¹ Tradução de autor.

empíricas para aferir, mensurar e avaliar a sua análise sobre o passado, a memória não tem como realizar esse caminho. A história, ao objetivar a compreensão de situações de natureza coletiva e ao explicar racionalmente o que o senso comum apresenta de superficial e emotivo, afasta-se da memória. Contudo, não a nega, pois ela constitui uma matéria-prima básica sobre a qual se debruça na sua operação de análise e reflexão.

Assim como a memória valida a identidade pessoal, a história garante a consciência coletiva. Mais, enquanto o conhecimento histórico apresenta significativa resistência à passagem do tempo (uma das principais razões da história é conservar o conhecimento do passado), a maioria das lembranças esboroa-se com os seus sujeitos. Por outro lado, se é verdade que tanto a história quanto a memória focalizam o seu olhar retrospectivo sobre o passado a partir do presente, somente a história o faz de forma consciente. E enquanto o produto dessa sua revisitação do passado pode constituir novos conhecimentos científicos, as lembranças da memória no tempo inventam e descobrem novos factos, sem condições de enfrentar a aferição lógica dos mesmos. Neste sentido, Le Goff (1994) considera que há duas histórias. Uma, produzida pela memória coletiva, que ele considera como sendo essencialmente temática, deformada, anacrónica, mas na qual a relação entre o presente e o passado nunca está acabada. A outra será a história científica. Ou seja, Le Goff, mesmo não dissociando diretamente memória e história, conclama para que o conhecimento histórico produzido pelos historiadores de ofício se posicione contra essa história tradicional falseada da memória coletiva. Portanto, a história deve dar inteligibilidade à memória, ajudando-a a retificar os seus erros. Lembrar o passado é um elemento essencial na conformação da identidade, individual ou coletiva. A lembrança individual tornar-se-á de domínio coletivo, assumindo os valores, a língua, os traços culturais e as vivências que passam a ser comuns, assim como a elaboração da memória e das novas lembranças (Giron, 2000). São os indivíduos que lembram, mas são os grupos sociais que determinam o que deve ser lembrado e de que maneira. A capacidade de lembrar possibilita a preservação dessa base comum de elementos (de ordem política, social e cultural), transformados em referência e identidade nas relações sociais de cada um dos coletivos. Portanto, *o lembrar* preserva, para as novas gerações, a complexa experiência histórica acumulada,

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

e isso coloca um outro desafio para o tecido social: o da imperiosa transmissão desse legado, seja através dos mecanismos da tradição oral, dos materiais escritos ou dos denominados vestígios.

Diante da lógica das necessidades geradas pelo fenómeno que Nora denomina “aceleração histórica do tempo presente” e da impossibilidade de os indivíduos registarem tudo o que passa freneticamente na frente dos seus olhos, configuram-se, com a legitimação da sociedade, os denominados *lugares da memória*. São lugares espaciais, materiais e simbólicos que registam essa memória que o tecido social tem dificuldade em absorver e transmitir, tendo em conta a explosão de informação e a sua rapidez de circulação, características da revolução tecnológica do século XX. No caso concreto, além dos arquivos, bibliotecas e museus, os espaços de ação daqueles que continuam a lutar pela recuperação da memória confiscada ou apagada também se transformam em lugares da memória. Este é o caso bem exemplar da *Plaza de Mayo*, em Buenos Aires, local onde acontecem boa parte das manifestações políticas do país e onde, passados mais de quinze anos sobre a “redemocratização” da Argentina, se perfila o ritual semanal das *madres, abuelas e hijos dos desaparecidos*. A *Plaza de Mayo* constitui-se no palco dos vestígios desenhados pelos contornos de silhuetas e lenços que, espalhados ao redor do monumento central, simbolizam todos os desaparecidos e a luta dos grupos de direitos humanos. É um exemplo concreto de lugar onde, com uma forte carga de poder político e simbólico, se reafirma o voluntarismo coletivo de “não esquecer”. Neste sentido, querer resgatar a memória coletiva passa a ter uma função pedagógica, uma vez que o que se pretende é evitar a repetição das experiências históricas que propiciaram o terror de Estado. Portanto, tal como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto com a realidade social.

3. Usos do Esquecimento: o Confisco da Memória

Lembrar e esquecer são ações que implicam seleção de informação, o que significa dizer que também não há memória sem esquecimento. Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então como viver com esquecimentos impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

permite conhecer? Como conviver diante do *apagamento (desmemória)*? Para uma dada coletividade, quais os prejuízos implícitos nesse acesso ao passado bloqueado? Os responsáveis pelos *anos de branqueamento do passado* sabem que o desconhecimento impede o posicionamento consciente; sabem, também, do potencial de inércia que possui o esquecimento coletivo.

A análise da temática da memória implica reconhecer que existem, como contrapartida, o esquecimento, os silêncios e os não-ditos. O esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial certos factos ou informações a respeito deles. Mas também pode ser o resultado de uma ação deliberada de ocultação. Peter Burke (2000), ao discorrer sobre as funções da memória social, mostra a diversidade de possibilidades e de usos existentes. Coloca questões interessantes como a contraposição entre memória social e amnésia estrutural, a relação entre lugar e memória (implícitos na construção da identidade nacional), ou a ideia de “comunidades de memória”. E introduz a problemática que envolve a destruição de documentos, da memória e, consequentemente, do conhecimento histórico. Diante dessa dupla possibilidade, pode ser útil a proposta de Burke de «examinar a organização social do esquecer, as regras da exclusão, supressão ou repressão e a questão de *quem quer que quem esqueça o quê e porquê*» (2000: 85). Essa é a fórmula da amnésia social, dos atos de esquecimento. Na disputa pelo que lembrar, é possível pensar em *memórias subterrâneas*, que surgem e se mantêm nos interstícios dos espaços compreendidos, entre o esquecimento e a memória social. Elas expressam as memórias dos excluídos, dos esquecidos da memória oficial.

Para Lowenthal, há três motivos básicos por detrás das falsificações históricas desse passado: melhorá-lo; melhorar as circunstâncias presentes (esvaziando os motivos que a elas conduziram); assegurar a estabilidade do presente, alterando (ou protegendo) o passado. Evidentemente que se há usos da memória, há também usos do esquecimento. Isto aponta para a possibilidade de se instrumentalizarem os esquecimentos: há esquecimentos que são usados ou que são usáveis para certos fins. A título de exemplo, Tzvetan Todorov (2000a) afirma que os regimes totalitários do século XX deram à memória um estatuto inédito na medida em que perseguiram com afincos a sua supressão, havendo inúmeros rastros da eliminação de vestígios do passado,

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

de manipulação, de tergiversamento ou de manipulação do que existiu. São distorções e mentiras que ocupam o lugar da realidade, simultaneamente à proibição da procura e da difusão da verdade. E isto ocorre independentemente do matiz ideológico: seja sob ditaduras de direita ou de esquerda, seja sob a ditadura do capital, do patriarcado, a memória e a história são vítimas constantes dessa dominação. A ênfase recente na (re)construção de um pensamento único vinculado aos interesses da globalização neoliberal mostra a vigência desta discussão e a permanente luta pelo controlo das formas autónomas e científicas do pensamento, reatualizando o cenário *orwelliano*.

Já a expressão *confisco da memória* é utilizada por Bronislaw Baczko (1999) ao analisar a Polónia no período do denominado *socialismo real*. É uma ideia síntese que caracteriza a tentativa de expropriação do passado e a imposição de um novo corpo de valores e ideias que se colocam, conflituosamente, contra a memória e a interpretação do passado anteriormente existente, no sentido de purgá-los e manipulá-los em benefício do novo poder estabelecido. No caso polaco, a tentativa de controlo mostra-se, retrospectivamente, insuficiente, apesar de ser uma política de Estado que não escamoteou esforços e meios de controlo e de manipulação. Para Baczko, a memória coletiva mostrou-se muito mais coesa do que se poderia imaginar, sobretudo na fase final de desestruturação do domínio do Partido Comunista, no início dos anos oitenta. Dois motivos, segundo ele, explicam a derrota do projeto de confisco: primeiro, a crença de que as representações coletivas são indefinidamente maleáveis e, se eficientemente afrontadas pela pressão político-estatal, se prestam a qualquer tipo de manipulação; segundo, o menosprezo geral pela população e pelo sentido comum da sua dinâmica social.

Uma outra experiência semelhante é a do Terceiro *Reich*, sempre paradigmática. Porém, aqui interessa-nos uma situação diferente, a da reestruturação da sociedade no pós-guerra e o significado da fracassada desnazificação, no que diz respeito à reconstrução desse passado e à inserção da memória nessa experiência. Segundo Hans Mommsen (1989), o distanciamento do pós-guerra não diminuiu a dificuldade da opinião pública em se colocar diante da realidade e da dinâmica do período nazista. De facto, após a queda do nazismo, a sociedade alemã procurou esvaziar aspetos essenciais

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

do regime, visando reduzir as responsabilidades do mesmo a um pequeno grupo encastelado no poder, dissociando e desresponsabilizando assim dessa experiência as elites administrativas não nazificadas, dispostas a aceitar a política de revisão dos tratados de expansão inaugurada por Hitler. Durante algum tempo, pensadores do contemporâneo trabalharam a história recente alemã desde a perspectiva do corte radical instaurado pela “ditadura totalitária”. Entretanto, a interpretação pautada pelo entendimento de que a Alemanha teria sido a primeira vítima da ocupação do nazismo esvaziou-se com as pesquisas históricas realizadas a partir dos anos setenta. Surgiu de uma geração mais jovem o questionamento da atitude dos pais, imputando-lhes o facto de terem falhado e/ou mostrado indiferença, e acusando-os de oportunismo político diante dos desafios daquele tempo. Para Mommsen, o esquecimento que parte da sociedade tentou impor, foi trazido, repetidamente, à luz do dia, através de novas feridas expostas e de novos atores sociais, confrontando um passado que não quer desaparecer. As novas gerações, por vários motivos, querem passar a limpo as responsabilidades. Primeiro, porque não aceitam expiar uma culpabilidade que consideram pertença de outras gerações. Segundo, porque rejeitam compactuar com a postura de anestesiamento. Terceiro, porque desconsideram qualquer postura conivente com aquela experiência histórica. Trata-se de um caso típico em que abrir o baú das lembranças pode ser doloroso e delicado mas acaba sendo necessário para fomentar a reflexão que, definitivamente, permita resolver «[...] a relação dos alemães com a sua história; é um processo de longo fôlego e somente no seu final, e não no seu começo, pode nascer o esquecimento» (1989: 65).

Ou seja, esquecer após conhecer; esquecer, como opção, após refletir para amadurecer um esquecimento de consenso, coletivo. O silêncio, o não esclarecimento dessas questões, o desconhecimento desse passado, colocam uma outra problemática: a de servir de fermento para as argumentações que negam os acontecimentos (além da perda do potencial pedagógico que implicitamente possui o ato de lembrar). É nesta linha que se coloca o clássico debate de Vidal-Naquet (1995) sobre as teses negacionistas (revisionistas) do holocausto. Tomando emprestado de Yerushalmi (1982) o termo “assassinos da memória”, criado para identificar os revisionistas, o autor

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

mostra, na obra com o mesmo título, com que armas concretas se deve colocar o historiador diante dos defensores da mentira do holocausto, facto, apesar de tudo, amplamente documentado, testemunhado e lembrado. A veemência do posicionamento de Vidal-Naquet, fortemente engajado contra o esquecimento, não se distancia em nenhum instante de justificativas pautadas pelo conhecimento científico (histórico) e essas são as armas que lhe permitem desconsiderar os negacionistas como interlocutores no que respeita à revisão histórica da Segunda Guerra Mundial.

É evidente que a sonegação da informação, da experiência e a imposição do esquecimento são mecanismos necessários para consolidar o anestesiamiento geral e a *desresponsabilização* histórica. Na Espanha do pós-ditadura, as instituições do Estado (setores políticos e empresariais, as forças armadas e importantes segmentos da economia internacional) têm conspirado largamente contra *o lembrar*. Não fosse a resistência pelo resgate da memória e da história e a tendência vitoriosa teria sido a da imposição de um esquecimento prolongado. O não-dito e o silêncio oficial sobre todos os desaparecidos durante a guerra civil espanhola levam ao reconhecimento dos mesmos como uma categoria social que sofre o processo de exclusão histórica e a inscreve dentro do espaço das memórias subterrâneas e silenciadas. Os processos de amnistia não só pouparam os vencedores da *guerra suja*, como os recompensaram. E as “redemocratizações” fragilizaram-se diante da manutenção do entulho autoritário que ainda hoje permanece fortemente arraigado ao poder. Os efeitos perversos das diversas leis de impunidade que silenciaram a Espanha sobre o seu passado institucionalizaram um silêncio oficial sobre as práticas repressivas, tentando suprimir da memória coletiva as responsabilidades e a vontade de justiça das vítimas.

Não há memória sem esquecimento. Mas não se pode esquecer o que se desconhece. Não se trata do que fazer para lembrar, mas de como agir se os factos não são conhecidos até hoje. Nesse sentido, deve-se definir o que é, na realidade, a *desmemória*. Trata-se de esquecimento, de memórias recicladas ou de apagamento? Como esquecer, reciclar ou apagar o que não se conhece? Os relatos pulverizados e os fragmentos da sobrevivência esboçam um cenário que é um grande quebra-cabeças e onde faltam, ainda, muitas peças: Quem decidiu o desaparecimento? Onde? Quando?

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

Quem viu? Quem sabe? Quem participou? O problema colocado consiste no facto de que aquilo que foi apagado foi a própria história. Nestas condições, é literalmente impossível esquecer, reciclar ou apagar memórias, simplesmente porque não há o que apagar. Como apagar o que não é lembrado? Como lembrar ou esquecer o que não se conhece? Portanto, persiste a dúvida: a *desmemória* é sinónima de apagamento da memória? Ou ela é uma *não memória* impossibilitada de esquecer enquanto não existirem condições de aceder aos factos que permitam, realmente, elaborá-la como memória colectiva, concreta e que, com o tempo, possa ser esquecida? O voluntarismo que circunscreve o *Nunca Mais*² precisa encontrar raízes nessa memória que ainda deve ser construída. Uma memória que articule a história dos povos e imponha uma ética, que contribua para a formação de uma consciência histórica, que permita imaginar outras realidades, reconstituir e afiançar novas opções para a sociedade civil, a partir da crítica do legado do terror e das ausências.

Conclusão

O tempo que foi continua pulsando, vivo, dentro do tempo que é. O direito de lembrar não figura entre os direitos humanos consagrados pelas Nações Unidas, mas hoje, mais do que nunca, é necessário reivindicá-lo e pô-lo em prática: não para repetir o passado, mas para evitar que se repita; não para que os vivos sejam os ventríloquos dos mortos, mas para que sejam capazes de falar com vozes não condenadas ao eco perdido da insanidade e da desgraça. Quando está realmente viva, a memória não contempla a história, mas convida a fazê-la. Mais do que nos museus, onde o pobre se entedia, a memória está no ar que respiramos.

² O *Nunca Mais* é entendido aqui como uma declaração de princípios e atitudes de vigilância, repúdio e resistência diante de qualquer possibilidade de volta à barbárie do terror de Estado. *Nunca Mais* é também o nome dado aos registos sobre a violência contra os direitos humanos, patrocinada pelo Estado durante os regimes militares. O levantamento, a organização e a publicitação dos tais registos ocorreu durante as respectivas redemocratizações (“Nunca Más” – Argentina –, “Brasil Nunca Mais”, “Uruguay Nunca Más”, etc.) e visou resgatar aspetos civilizacionais imbricados com o respeito universal dos direitos humanos e do Estado de Direito.

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

A intenção do texto era discutir algumas questões vinculadas aos usos da memória e do esquecimento, à luz da experiência histórica. Assim, parece pertinente finalizar com duas ideias-força que mostram os limites nos quais pode ser pensado o papel da memória e o da sua relação com a história. A primeira, de Jacques Le Goff, na defesa que faz de uma memória coletiva que sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (1994). A Segunda, de Tzvetan Todorov ao afirmar que «O passado não tem direitos em si, deve ser colocado ao serviço do presente, assim como a memória deve manter-se submissa à justiça» (2000b: 19). A partir destas duas considerações sobre a memória e o seu resgate histórico pode concluir-se que não cabe à história julgar. Mas diante de casos de situações-limite, a produção histórica transforma-se em matéria-prima que, ao ser colocada à disposição da sociedade, contribui para que esta possa posicionar-se e decidir a respeito.

As memórias são elementos-chave nas reconstruções de identidades individuais e coletivas, seja pela continuação das lutas políticas proporcionadas, seja pela sua importância em outros contextos atuais e para outros indivíduos. Há uma constante tensão entre o receio do esquecimento e a presença do passado. A condenação do Terrorismo de Estado, realizada com as memórias e testemunhos das vítimas do regime, constituindo um campo de conflitos juridicamente aberto, revela que a justiça e a verdade se confundem e se misturam, porque o sentido sobre o que se luta é parte da demanda da justiça necessária do presente. O dever de memória não deve colocar em oposição binária as narrativas dos testemunhos e a história oficial. A memória informa o presente, mas quando se atrela a ela a questão traumática, o passado, mais que informar, invade o presente em todas as suas instâncias, colocando em cena e reconhecendo o torturador, os executores (indivíduos e/ou instituições) do Terrorismo de Estado e suas formas de atuação.

Uma coisa é certa: a memória exige o conhecimento do passado e de todas as suas consequências. Enquanto isso estiver encoberto e continuar a ser pressionado por um perdão sem justiça, a reconciliação, de facto tão necessária, é inviável. O repensar a história e reconstruir memórias subterrâneas, silenciadas, ocultadas, pode contribuir

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI: 10.21747/0871164X/hist8a6

para pensar outros futuros e construir uma sociedade onde os desaparecimentos e a tortura não estejam presentes.

Bibliografia:

BACZKO, Bronislaw (1999), *Los Imaginarios Sociales. Memorias y Esperanzas Colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión.

BURKE, Peter (2000). *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GIRON, Loraine Slomp (2000), “Da memória nasce a História”. In: LENSKIJ, T. & HELFER, N.E. (Org.) *A memória e o ensino de História*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: Anpuh/RS.

HALBWACHS, Maurice (2006), *A memória coletiva*. SP: Centauro.

LE GOFF, Jacques (1994), *História Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

LOWENTHAL, David (1998), *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal.

MOMMSEN, Hans (1989). *Von Weimar nach Auschwitz. Zur Geschichte Deutschlands in der Weltkriegsepoche*. Stuttgart.

NORA, Pierre (1993), “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. p. 07-28.

POLLAK, Michael (1989), “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Revistas de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15.

RICOEUR, Paul (2007), *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

SARLO, Beatriz (2007), *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. das Letras.

SCHACTER, Daniel L. (1999), *En busca de la memoria*. Barcelona: Grupo Zeta.

TODOROV, Tzvetan (2000 a), *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós.

— (2000 b), *A memória do mal*. Correio da Unesco, Brasil, nº 2, p. 18-19, fev.

VIDAL-NAQUET, Pierre (1995), *Les assassins de la mémoire*. Paris: Le Seuil.

Isabella Cortada – O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento –
História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2017. 93- DOI:
10.21747/0871164X/hist8a6

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

The future of the past - around the concepts of history and heritage: about the Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

Le futur du passé – autour des concepts d’histoire et de patrimoine : à propos de Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

El futuro do pasado – en torno a los conceptos de historia y patrimonio: a propósito de la Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

Hugo Ferreira
Universidade do Porto
hugosrferreira@gmail.com

Resumo: Considerando o conceito tempo na sua divisão tripartida – passado, presente e futuro – e o conceito de património enquanto classificação atribuída no presente a construções que podem ter sido criadas no passado e que se pretende transitarem para o futuro, o presente artigo tem como objetivo principal discutir a importância do conhecimento histórico como forma de conferir valor a uma materialidade, de a projetar no futuro, de lhe atribuir valor patrimonial. Os objetivos estendem-se ainda à discussão da opção pela ruína ou reconstrução dessa materialidade, tendo como estudo de caso o da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, situado na serra do Arestal (concelhos de Sever do Vouga e Vale de Cambra).

Palavras-Chave: Tempo; História; Património; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira.

Abstract: Considering the concept time in its tripartite division - past, present and future - and the concept of heritage as a classification attributed in the present to constructions that may have been created in the past and that are intended to transit to the future, this article has as main goal discuss the importance of historical knowledge as a way of conferring value to a materiality, of projecting it in the future, of conferring heritage value. The goals also extend to the discussion of the option for ruin or reconstruction of this materiality, having as case study the one of the Mamoa/Dolmen 1 of Cerqueira, located in the Arestal mountain range (Sever do Vouga and Vale de Cambr counties).

Key-words: Time; History, Heritage; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira.

Résumé: Considérant le concept de temps dans sa division tripartite - passé, présent et futur - et le concept de patrimoine en tant que classification attribuée dans le présent aux constructions qui ont pu être créées dans le passé et qui sont destinées à traverser le futur, cet article a comme objectif principal discuter de l'importance de la connaissance historique comme moyen de conférer valeur à une matérialité, de la projeter dans le futur, de l'attribuer valeur patrimoniale. Les objectifs s'étendent également à la discussion de l'option pour la ruine ou la reconstruction de cette matérialité, ayant comme cas d'étude celle de Mamoa/Dolmen 1 de Cerqueira, situé dans la chaîne de montagnes de l'Arestal (comtés de Sever do Vouga et de Vale de Cambra).

Mots-clés: Temps; Histoire; Patrimoine; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira-

Resumen: Considerando el concepto de tiempo en su división tripartita - pasado, presente y futuro - y el concepto de patrimonio como clasificación atribuida en el presente a construcciones que pueden haber

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

sido creadas en el pasado y que se pretende transiten hacia el futuro, el presente artículo tiene como objetivo principal discutir la importancia del conocimiento histórico como forma de conferir valor a una materialidad, de la proyectar en el futuro, de atribuirle valor patrimonial. Los objetivos se extienden aún a la discusión de la opción por la ruina o reconstrucción de esa materialidad, teniendo como estudio de caso el de la Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, situado en la sierra del Arestal (municipios de Sever do Vouga y Vale de Cambra).

Palabras-clave: Tiempo; Historia; Patrimonio; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

1. Introdução

A História foi definida por Marc Bloch (1965) como a ciência que estuda os homens no tempo, e se para muitas ciências representa apenas uma unidade de medida (em segundos, anos ou séculos), para a História o tempo significa mudança.

Ao contrário do tempo cronológico (o contável e registado nos calendários), normalizado, o tempo histórico varia consoante a organização, a mentalidade e as crenças de cada sociedade, que vive e organiza o seu tempo cronológico. O tempo situa-se, individualmente, entre o objetivo (mensurável) e o subjetivo, porque nas nossas vidas, os minutos, as horas e os dias, metricamente idênticos, parecem depender de percursos individuais, com maior ou menor espessura consoante o evocar de recordações (Pomian, 1993).

É nesta perspetiva de um tempo contínuo/descontínuo e em constante transformação que se apoia o presente artigo: um passado que corresponde a diferentes épocas e modos de viver, distintos dos atuais, mas cujo conhecimento é necessário para se compreender o presente (e vice-versa), por este ser, como diz Marc Bloch (1965), resultado dos acontecimentos do passado; um tempo composto por um presente que se não pode ser desligado do passado que o explica e molda, é que parece organizado em função do futuro “dado que, na sua grande maioria, as actividades de hoje só podem dar frutos amanhã, ou mesmo ainda mais tarde” (Pomian, 1993: 12).

Por isso, o tempo parece fixar-se em elementos que retêm a memória, que merecem ser guardados, porque servem “para materializar e simbolizar determinado acontecimento, determinado aspeto do passado, que [decidimos] reter e valorizar” (Guillaume, 2003: 72) e que explicam o nosso presente, memórias que definem a nossa identidade individual ou coletiva (Goff, 2000) e que asseguram o futuro, a continuidade de um tempo imaterial, porque para lá do tempo cronológico e mensurável - intemporal.

Assim sendo, entende-se o porquê de definições mais ou menos clássicas do conceito de património, como o conjunto de “elementos materiais e imateriais, naturais

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade” (Zanirato, 2009: 137) e que pretende transmitir às gerações futuras (Silva, 2000). É, sem dúvida, um conceito amplo, porque inclui não só aos objetos memoriais próximos, com os quais tivemos um contacto direto e que fomos guardando ao longo da nossa vida, mas todos aqueles que provêm do passado, das gerações anteriores e que poderão explicar as nossas sociedades atuais, mas apenas se forem conhecidos e compreendidos (Souza *et al.*, 2011), pois nada possui um valor intrínseco, por si só, mas um valor que individualmente ou socialmente lhe é atribuído no presente (Peralta *et al.*, 2006).

Como bem mostrou Marc Guillaume (2003), os objetos memoriais perdem o seu sentido original para as gerações seguintes quando partem os seus detentores, aqueles que possuíam as memórias que lhes estavam associadas. Se não for dada a conhecer aos herdeiros a história ligada a estes objetos o seu significado perde-se e muito dificilmente lhes continuarão a ser atribuídos valores ou a ver neles qualquer traço de identidade, deixam de ser património, pelo menos individual, fruto de uma cadeia geracional.

O mesmo acontece quando saímos da individualidade e falamos de elementos a uma escala maior. J. Ballart (2002) diz-nos que se o passado pode existir no presente apenas enquanto ideia, através da investigação histórica, à margem dos objetos que nos chegaram dos nossos antepassados, estes são uma porta muito mais direta para a compreensão das realidades do passado, mais do que apenas as histórias contadas e escritas, pois podem ser vistos e tocados. Esta afirmação é inegável. Contudo, por si só, os objetos ou construções do passado não revelam nada, só se contextualizados na linha da evolução temporal e associados a uma história se podem compreender. Tal como os objetos memoriais que cada um de nós guarda, só quem viveu diretamente com eles entende o seu significado (seja utilitário ou sentimental) apenas ao olhar para si, mas não assegura que no futuro alguém por eles se continue a interessar, a não ser que entrem na cadeia interpretativa social e cultural.

Deste modo, determinado elemento do passado pode até representar um momento fundamental na história da evolução humana, mas se apenas os especialistas o souberem corre o risco de ser desprezado pela sociedade. Contudo, se essa importância for dada a conhecer a todos, o mesmo pode vir a ser entendido e conseqüentemente valorizado como património, como um símbolo identitário que se quer preservar e

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

transmitir, impedindo-se que fique esquecido no passado e transite para o futuro. Assim, nesta lógica, falar em património histórico implica necessariamente ter presente a divisão tripartida do conceito de “tempo” de que acima falávamos: um passado em que surgiram determinadas práticas ou construções; um presente em que se levam a cabo as ações de identificação, estudo e divulgação com vista à valorização desses elementos; e um futuro para o qual se espera que transitem, pois é com vista à continuidade temporal desses bens e daquilo que representam que se tomam aquelas medidas.

E se os objetivos do presente artigo passam por discutir a importância do conhecimento histórico como meio de justificar e demonstrar esta existência de um património por aquilo que pode revelar e ensinar às gerações presentes e futuras sobre as sociedades que nos antecederam, estendem-se também à discussão de uma outra questão que lhe está diretamente relacionada e onde o conceito “tempo” é também central: a reconstrução daquilo que nos chegou do passado com base num determinado momento da história que representa ou apenas a consolidação do existente, para que não desapareça por completo, permitindo que revele as marcas que o tempo lhe imprimiu, ainda que o estado de degradação seja elevado.

Como apoio à discussão destas questões será tido em conta o caso da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo decreto nº 29/90 de 17 de Julho de 1990. Apesar de terem sido realizadas obras de restauro e consolidação há cerca de 30 anos, não foi efetuado, até hoje, qualquer outro projeto de conservação ou de valorização eficaz em torno deste dólmen. Encontra-se classificado como património pelo passado que representa, mas quem conhece esse passado se ele praticamente não é divulgado e o próprio monumento se encontra de novo em degradação? Se a sua história não é conhecida por todos, como se pode afirmar que é de interesse público? É possível estarmos interessados pelo que não conhecemos? Portanto, a história é, ou não, um suporte necessário para o património? Mas a questão também se pode colocar ao contrário: o património, enquanto meio de seleção e classificação, assim como de preservação e valorização é, ou não, também importante para a perpetuação da história? Todavia, por outro lado, têm ambas as variáveis história e património que se relacionar obrigatoriamente? E que impacto tiveram as obras de reconstrução na história que representa?

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

De forma a tentar dar resposta a estas questões, o presente artigo será dividido em cinco partes. Na primeira parte será apresentado e descrito o monumento em causa. Uma segunda narrativa será dedicada à apresentação de alguns dados históricos sobre o megalitismo, sem se pretender fazer uma análise detalhada ou exaustiva deste fenómeno, mas indicar apenas alguns aspetos genéricos que demonstram a importância deste imóvel, tendo em conta aquilo que nos pode contar sobre a sociedade que o construiu (a nível económico, cultural, artístico ou de organização social) e ainda apresentar algumas informações sobre a sua história mais recente. Uma terceira parte será dedicada à análise do seu percurso enquanto património, ou seja, o que foi feito tendo em conta a sua conservação, como foi estudado ou interpretado e gerido. Então, por fim, procurar-se-á apresentar uma reflexão global acerca destes aspetos ao encontro dos objetivos propostos.

2. Apresentação e Descrição da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

2.1. Definição de conceitos e descrição da estrutura

Os dólmenes ou antas inserem-se num vasto grupo de monumentos designados de megalíticos, ou seja, construídos com pedras ou lajes, geralmente de grandes dimensões, não trabalhados ou pouco afeiçãoados, e fincados no solo (Jorge, 1982). Embora existam inúmeras variantes por toda a Europa, os dólmenes consistem, geralmente, em câmaras fechadas ou de acesso limitado (com uma pequena abertura), dividindo-se em dólmenes de corredor, ou seja, com uma galeria de acesso à câmara e em dólmenes simples, ou seja, sem corredor. A câmara é ladeada por lajes verticais (ortostatos) e coberta por uma outra laje designada por tampa, mesa, ou chapéu, normalmente de grandes dimensões. Quando existe corredor, este é igualmente formado por lajes verticais e coberto com tampas mais pequenas. Alguns dólmenes possuem um corredor bem definido, chamados dólmenes de corredor clássico, enquanto noutros casos, a câmara pode ir estreitando de forma progressiva no sentido da entrada. Em termos de altura, a transição da câmara para o corredor pode ser abrupta (sendo o corredor bastante mais baixo), ou progressiva, diminuindo de forma gradual desde a câmara até ao início do corredor, apresentando uma disposição em escada (Jorge, 1982).

Geralmente, estas construções estão cobertas por um montículo artificial feito com terra ou pedras, ou com terra e pedras, designado por mamoa ou tumulus, de forma

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

circular ou subcircular. Contudo, convém ressaltar que uma mamoa não tem necessariamente que possuir uma estrutura megalítica no seu interior. Mas, para um monumento megalítico, Vítor Oliveira Jorge afirma que as mamoas tinham uma importância fundamental, uma vez que serviam para proteger e suportar o dólmen, podendo ter funcionado também, muito provavelmente, como uma rampa para a colocação da laje de cobertura sobre os esteios (Jorge, 1982).

O caso que aqui irá ser alvo de análise é composto por estas duas construções, de certa forma complementares.



Figura 1 – Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

O Dólmen 1 da Cerqueira é, pois, um dólmen de corredor clássico, ou seja, bem definido e diferenciado da câmara, diminuindo a sua altura de forma gradual desde a câmara até à entrada, estando coberto por uma mamoa de forma mais ou menos circular. A sua câmara, poligonal, mede cerca de 3,54 metros de largura por 3 metros de comprimento, sendo composta por nove esteios (em posição quase vertical) e uma tampa, de forma mais ou menos circular, com cerca de 3,76 metros de largura por 3,26 metros de comprimento, com uma espessura média de 0,45 metros (Bettencourt, 1989).

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

O seu corredor encontra-se voltado a nascente, tendo cerca de 4,40 metros comprimento, apesar de estar cortado por uma estrada que passa mesmo em frente e que eliminou também parte da mamoa (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

Existem dólmenes com gravuras e/ou pinturas nas suas lajes, contudo, o dólmen 1 da Cerqueira não possui estes vestígios.

2.2. Localização geográfica

Portugal possui um número bastante considerável de dólmenes no seu território (Oliveira *et al.*, 2012). Mas, ao contrário do Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, é na Beira e no Alentejo onde os dólmenes de corredor existem em maior número (Jorge, 1983/1984). É precisamente na Beira que se localiza o monumento aqui em análise.

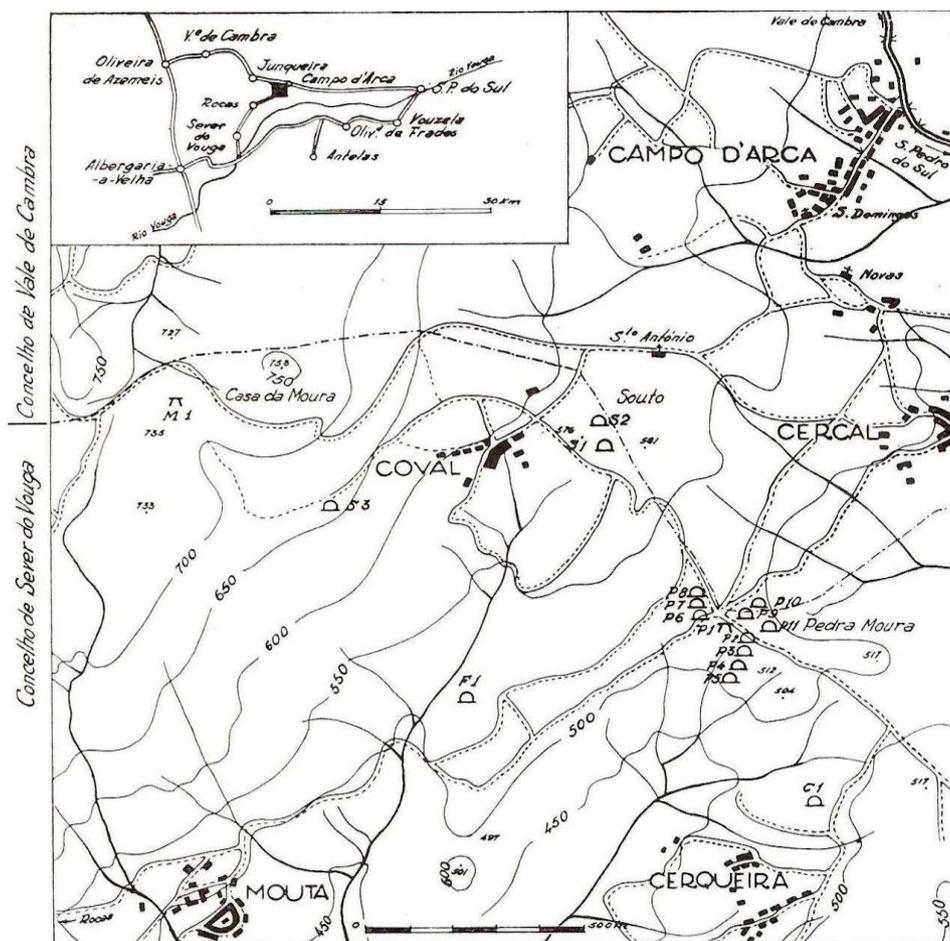


Figura 2 - Área dolmênica de Cercal, Cerqueira e Coval, com a Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira identificada no mapa como P1 (Pedra Moura 1).

Fonte: (Castro *et al.*, 1957: 474)

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

Este dólmen está situado na serra do Arestal, mais precisamente na aldeia de Cerqueira, que lhe deu o nome, onde é também conhecido por Pedra Moura (Girão, 1921). Esta aldeia, da freguesia de Couto de Esteves, concelho de Sever do Vouga, é vizinha das aldeias de Coval da mesma freguesia e das aldeias de Cercal e Campo de Arca da freguesia de Arões, concelho de Vale de Cambra. Em todas estas aldeias, assim como noutras da Serra do Arestal, foram identificados dólmenes e mamoaas, com ou sem estruturas deste tipo no interior (embora muitos tenham sido destruídos e apenas se saiba a sua localização geográfica) (Bettencourt *et al.*, 1988/1989). Estamos, pois, perante um dólmen identificado com o número 1, para que se possa distinguir de outros com o mesmo nome existentes na necrópole dolménica em que se insere, que reúne vários monumentos sepulcrais numa área de poucos hectares (Bettencourt *et al.*, 1988/1989), o que não é de todo incomum. É frequente os dólmenes estarem agrupados em espaços relativamente restritos, formando grandes necrópoles resultado destes vários monumentos que “se vão edificando, utilizando e encerrando, na longa duração” (Bettencourt, 2013: 15).

2.3. Cronologia

O megalitismo no território português parece ser mais antigo no norte do País, onde é possível encontrar monumentos construídos durante a segunda metade do V milénio a. C., ao contrário do que se verifica a sul do Tejo, tendo atingido a sua expansão máxima no decurso do IV milénio a. C. Já o final da sua expansão verificou-se, de uma forma geral, nos inícios do III milénio a. C. (Cardoso, 2012). A construção da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira terá ocorrido entre os finais do IV^o milénio a. C. (3000 a. C.) e a primeira metade do III^o milénio a. C. (2500 a. C.) (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

Mas, qual era o objetivo desta construção? Que função ou funções teria no seio da sociedade pré-histórica que a construiu? O que nos pode contar ou revelar sobre essa sociedade? E depois de perder essas funções? O que lhe aconteceu ou como foi utilizada até hoje? São estas questões, reveladoras da importância e do significado deste monumento, sobre as quais nos debruçaremos agora de uma forma breve.

3. História da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

Os séculos decorridos desde o aparecimento do megalitismo e a inexistência de registos escritos não nos permitem escrever uma história económica, social, religiosa e cultural específica e única sobre cada dólmen (exceto a da sua arquitetura), mas antes uma história coletiva, de âmbito mais geral, que os vários monumentos megalíticos, no seu conjunto, com este incluído, permitem conhecer e contar. Cada dólmen pode conter vestígios (gravuras, pinturas ou espólio arqueológico) e possuir técnicas de construção ou diferentes morfologias que, analisadas num conjunto mais vasto e comparadas com outros casos, podem permitir compreender importantes aspetos sobre as sociedades que os construíram. Portanto, cada dólmen é uma peça fundamental de um puzzle, que, longe de estar completo, já nos permite traçar um quadro, ainda que geral e sujeito a várias interpretações, de alguns aspetos de uma sociedade primitiva.

Segundo Vítor Oliveira Jorge, este monumento “é um túmulo, mas é também um santuário, um sítio onde se realizaram cultos, e em muitos casos também atividades profanas a eles associadas: consumos de alimentos, trocas de produtos, realizações de alianças, intercâmbio de informações, afirmação de líderes.” (Jorge, 1989: 409).

Enquanto construções de “âmbito, simultaneamente, sepulcral e religioso” (Bettencourt, 2013: 15), os dólmenes desempenham um papel fundamental na compreensão da religião das sociedades pré-históricas, ainda que apenas de uma forma genérica e comportamental, pois apenas temos acesso a estes atos em que se refletia e de que ficaram vestígios (Jorge, 1982).

Ao que tudo indica, a existência dos dólmenes estará associada à realização de cerimónias funerárias com vista à defesa da alma dos defuntos na sua viagem até uma nova terra que passariam a habitar após a morte, garantindo que os mesmos fossem integrados nesta comunidade. A fixação do homem ao solo e a consequente observação dos ciclos da natureza ao longo do ano em relação com as atividades agrícolas terá levado o homem primitivo a crer que, quando se morria, se voltava à terra e que, tal como as sementes, se nasceria para uma nova vida (Jorge, 1982).

Os dólmenes assegurariam a existência eterna dos defuntos para quem eram construídos, passando a estar associados à perpetuidade da pedra, que se tornaria o seu novo corpo, neste caso, sob a forma de dólmen, funcionando como o seu “cofre” (Jorge, 1982:138). No entanto, só alguns teriam o privilégio de ser sepultados neste local.

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

Os monumentos megalíticos estariam ligados, maioritariamente, a sociedades não igualitárias, cujas elites promoviam a construção de dólmenes como forma de prestígio (em proveito próprio) e de fortalecimento da coesão social, sendo somente os membros daquela elite fundadora aqueles que teriam direito a ser aí sepultados, mas entendidos por toda a comunidade como os seus antepassados (Jorge, 1982), embora seja provável que a sua utilização se pudesse generalizar, mais tarde, à descendência deste núcleo restrito de fundadores (Cardoso, 2012). Estas minorias promoviam ainda a realização de cerimónias vedadas a um público mais alargado no interior dos dólmenes, sublinhando o seu poder através da existência de um saber que apenas alguns possuíam (Jorge, 1989), ainda que seja possível que toda a comunidade pudesse participar em ritos realizados ao seu redor, como faz acreditar a existência de átrios no exterior dos corredores de acesso (Cardoso, 2012).

Neste sentido, os dólmenes funcionariam como marcas territoriais, delimitadores de fronteiras entre diferentes comunidades, situando-se, segundo alguns investigadores, no centro do território explorado por cada uma, mas, segundo outros, em áreas economicamente marginais ou de fronteira entre grupos, tendo em conta a sua posição proeminente e a sua localização em áreas por vezes pouco propícias para a agricultura (Jorge, 1989).

Acima afirmávamos que o conhecimento de cada dólmen é fundamental para a compreensão das sociedades pré-históricas e, neste caso, a localização do dólmen em estudo e de outros existentes na Serra do Arestal dão-nos algumas pistas. O facto destas construções se situarem junto a atuais lameiros e nascentes de água, ou seja, terreno fértil, pode ser um indicador de que os construtores destes monumentos viviam predominantemente nas áreas onde os construíram. Objetos encontrados no seu interior durante as escavações, como elementos móveis e fixos de moinho apontam também para esta hipótese (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

No entanto, apesar do grande número e dispersão de dólmenes e mamoas na paisagem, não é possível afirmar estarmos perante comunidades de grande densidade demográfica, tendo em conta, obviamente, a grande duração cronológica que este fenómeno pode ter tido no local, mas também a proximidade destas construções a afloramentos graníticos o que pode, pelo contrário, levar a crer que estamos perante pequenas comunidades humanas, com reduzidos recursos construtivos a nível de

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

transporte e possivelmente socioeconómicos, obrigando-as a construir junto a esses afloramentos (Bettencourt *et al.*, 1988/1989). Alguns autores dizem ainda que um elevado número de dólmenes não se traduz numa elevada densidade populacional porque uma mesma comunidade poderia ir edificando novos túmulos de forma recorrente, como meio de renovar os laços identitários e de união à terra que explorava (Cardoso, 2012). Mas, de toda a forma, seriam comunidades bem organizadas, capazes de canalizar parte da sua força de trabalho para estas atividades.

Sem uma tentativa de sermos exaustivos, estes são apenas alguns aspetos relativamente à primitiva história deste monumento, ou seja, a história da sua função e dos seus usos para a sociedade que o criou. Contudo, tal como em todos os períodos da história, a sociedade evoluiu, e os dólmenes perderam a sua funcionalidade, pelo menos em relação àquela que era a sua função original, uma vez que, a partir daí, nada mais se sabe, com a exceção de alguns aspetos pontuais mais recentes, e que levaram Aristides de Amorim Girão a afirmar, em 1921, que o dólmen 1 da Cerqueira era um privilegiado, uma vez que se encontrava num excelente estado de conservação, em comparação com outros existentes na necrópole dolménica do Arestal (Girão, 1921).



Figura 3 - Desenho da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira em 1921

Fonte: (Girão, 1921: 64a)

Segundo este autor, vários monumentos megalíticos foram danificados ao longo dos séculos de forma a serem aproveitadas as suas pedras para outras construções. Ainda nos inícios do século passado, no concelho de Vale de Cambra, teriam sido

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

aplicadas em lareiras, espigueiros e fornos algumas pedras de dólmenes. A circulação por esta zona, ainda nos inícios do século passado, do intitulado “Livro de São Cipriano”, que ensina a fazer e desfazer várias feitiçarias, rezas, cerimónias e rituais para desencantar objetos de ouro e prata, levou à destruição de vários dólmenes que o povo atribuía aos mouros, pois existia também a crença de que estes, quando abandonaram o território peninsular com o avanço da Reconquista, deixaram os seus bens escondidos em vários locais, como o interior de rochedos, com a esperança de os reaverem quando voltassem de novo para os seus domínios (Girão, 1921). Contudo, o dólmen 1 da Cerqueira escapou a este destino.

Escavações feitas ao local em 1956 revelaram também um aspeto interessante. O interior deste dólmen estava revolvido e possuía destroços não muito antigos, o que alguns moradores de meia-idade das aldeias próximas explicaram como possível resultado de, em pequenos, este monumento, que estava desentulhado, servir de local de abrigo e de recreio enquanto guardavam o gado (Castro *et al.*, 1957).

4. A Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira como Património

Este dólmen e mamoa foram alvo de duas intervenções e escavações: em abril e maio de 1956, por Luís de Albuquerque e Castro, Octávio Reinaldo da Veiga Ferreira e Abel Viana (Castro *et al.*, 1957) e mais tarde, em julho e agosto de 1988 pela arqueóloga Ana Bettencourt (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

No âmbito da primeira escavação e intervenção foi traçada a planta do dólmen e foram colocadas, naquele que se pensava ser o local primitivo, algumas tampas do corredor caídas, tendo-se procedido também à estabilização dos esteios. Um dos esteios da câmara (identificado na imagem seguinte com a letra A) encontrava-se tombado no seu interior, estando a sua parte superior partida, assim como o bordo da tampa, mas não foi colocado no lugar por falta de material necessário (Castro *et al.*, 1957).

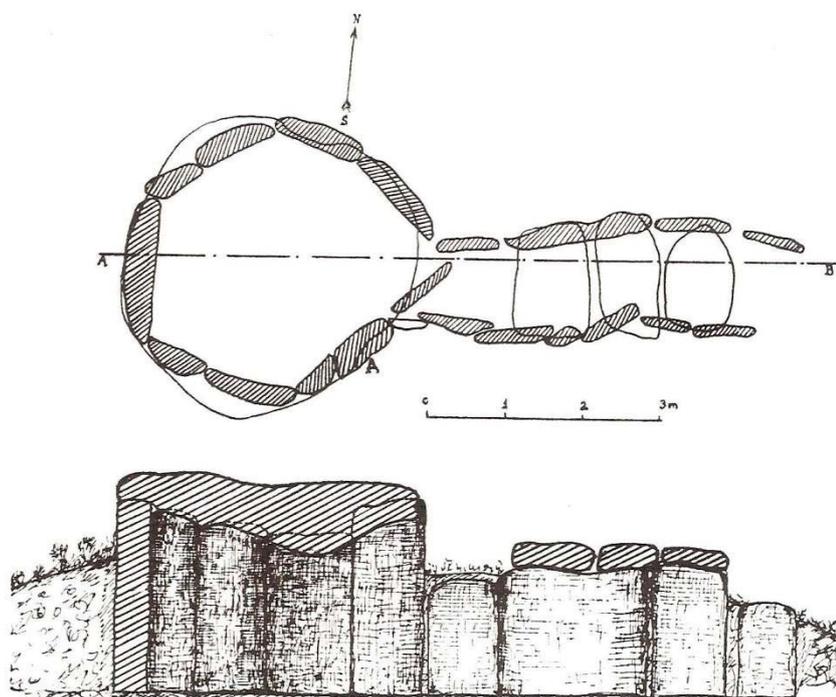


Figura 4 - Planta e Corte Longitudinal do Dólmen 1 da Cerqueira, delineada no âmbito da primeira intervenção ao monumento em 1956.

Fonte: (Castro *et al.*, 1957: 476)

Foram realizadas escavações no interior do dólmen, às terras da câmara e do corredor, tendo revelado a existência de algum espólio: uma pequena ponta de seta de sílex; três pequenas facas de sílex, completas e inteiras; algumas pedras com a função de pilões e mós, ou trituradores; uma rodela de xisto luzente; uma lasca de quartzite afeiçoada em ponta triangular; alguns restos de núcleos de sílex; um núcleo de quartzo; alguns fragmentos de cerâmica negra, bem cozidos; dois pequenos fragmentos de diadema de ouro (não contemporâneos do monumento) (Castro *et al.*, 1957).

Durante a segunda campanha de escavação e intervenção procedeu-se de novo à consolidação dos esteios da câmara e do corredor, com recurso a terra, pedra e cimento. Um dos esteios do corredor possuía apenas a base e outro estava tombado no seu interior, tendo sido colocado no sítio. No entanto, apenas se conseguiu erguer parte do esteio da câmara que estava partido, que a escavação anterior já tinha identificado. As tampas do corredor foram recolocadas no sítio, restauradas e coladas, pois algumas estavam partidas e de novo fora do seu presumível lugar de origem (Bettencourt, 1989).

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

O avançado estado de erosão em que se encontrava a mamoa e o corte nela provocado pela construção de uma estrada (como já antes se referiu) exigia uma consolidação da mesma, tendo para isso sido construído um muro de pedra granítica em frente à parte afetada, para a sua sustentação. À volta da restante mamoa, para delimitar a sua dimensão, foi construído um muro de pedra baixo, após conversações com os proprietários dos terrenos (Bettencourt, 1989).



Figura 5 - Vista da câmara, do corredor e do muro de suporte à Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, após a finalização dos trabalhos de restauro e consolidação de 1988.

Fonte: (Bettencourt, 1989: 102)

No âmbito desta segunda intervenção foram também realizadas novas escavações com o objetivo de se estenderem os estudos à área circundante da câmara e corredor e compreender a técnica de construção da mamoa. Apesar da escavação anterior ter revelado já algum espólio arqueológico, foram encontradas novas peças: seis micrólitos de sílex, sendo cinco de forma trapezoidal e um em forma de crescente; seis lâminas e lamelas, sendo cinco delas em sílex e uma em quartzo; cinco pontas de seta de sílex, quatro delas de base triangular e uma ponta de seta pedunculada; um objeto indefinido de forma arredondada; um raspador em quartzo, algumas lascas do mesmo material e em sílex e um seixo rolado de granito; um moinho manual fragmentado em

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

granito; material cerâmico que, com uma exceção, não é contemporâneo do monumento (Bettencourt, 1989).

As escavações a nível da mamoa, através da abertura de três colunas (norte, sul e oeste), permitiram obter cortes estratigráficos e perceber como foi edificada: por baixo da camada de terra visível é constituída por uma couraça pétrea, por terras compactadas sob essa couraça e por um anel lítico de contrafortagem em redor da câmara e corredor. Percebeu-se também que monumento foi construído sobre uma pequena elevação rochosa irregular, o que provocou a inexistência de um solo antigo nos setores sul e oeste e a sua ocorrência no sector norte (Bettencourt, 1989).

O espólio recolhido na escavação de abril e maio de 1956 encontra-se depositado na sala de Arqueologia e Pré-História do Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, em Lisboa, enquanto o restante se encontra no Museu de Aveiro (Bettencourt, 1989).

Após estes trabalhos de escavação, consolidação, conservação e restauro este monumento não foi alvo de mais nenhuma atividade ou projeto, apesar da sua classificação como Imóvel de Interesse Público em 1990, como se referiu acima. Possui apenas uma placa identificativa ao seu lado, mas ainda que a zona envolvente se encontre limpa, o monumento apresenta já sinais de degradação, como o desaparecimento de uma tampa do corredor, a derrocada de parte do muro de proteção da mamoa e a inclinação de alguns esteios, talvez devido às raízes de um pinheiro que cresce nas proximidades.



Figura 6 - Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira atualmente, com sinais de degradação

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

A placa identificativa apenas possui um mapa da região, identificando a necrópole dolménica da Cerqueira, a planta deste dólmen e uma muito breve explicação da arquitetura e função deste monumento (longe de as descrever na totalidade).



Figura 7 - Placa identificativa situada ao lado da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

5. Tempo, história e património: que relação?

Através das informações que aqui se tentaram condensar relativamente à história deste dólmen e da forma como foi “tratado” enquanto património, chegou o momento de procurar dar resposta às questões colocadas no início deste artigo. Assim, podemos começar esta reflexão final com a afirmação de que não tem necessariamente que existir uma relação entre história e património. Como já antes afirmamos, e bem sublinha Laurajane Smith (2006), a classificação de algum objeto material como património é sempre resultado de uma atribuição de valores por parte do ser humano, por tornar tangível certas memórias ou sentimentos, não por esta ser uma característica que lhe é inerente. Como tal, os valores atribuídos a um objeto em que vemos sinais da nossa identidade e queremos preservar não têm que ser necessariamente de índole histórica ou memorial, mas podem ser de carácter estético, monetário ou utilitário.

Por outro lado, muitos elementos representativos de acontecimentos e realidades passadas (ou presentes) não são considerados património. Como se viu através do caso aqui estudado, vários dólmenes foram destruídos num determinado período em busca de

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

ouro e prata que se pensava existir no seu interior, ou levadas as suas pedras para aplicar em construções contemporâneas, pois não lhes deve ter sido atribuído qualquer valor ou importância histórica. Contudo, será que se as pessoas conhecessem essa sua importância e a sua história o desfecho seria outro? É aqui que se torna fundamental a investigação e divulgação do seu percurso temporal e como este (na aceção da sua história) se pode relacionar com o de património.

Através do estudo deste caso da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, foi possível perceber que, para além das escavações, descrição da mamoa, do dólmen e do espólio recolhido, assim como das obras de conservação, consolidação e restauro, que tiveram como base aquela que seria a estrutura original deste monumento, nada mais se fez para promover a sua valorização. É certo que são várias as dificuldades em fomentar a valorização de um “património” tão antigo e sobre o qual, como já se referiu, é difícil sintetizar. Contudo, ainda que se possa contar apenas uma história geral e incompleta sobre os vários dólmenes conhecidos, existem aspetos e detalhes locais que podem ser criadores de interesse e ajudar a uma melhor compreensão destas construções por parte de muitos, e que não estão a ser corretamente utilizados.

Uma das formas de promover a valorização do património arqueológico é a sua musealização *in situ* (Morais, 2010). Esta opção tem sido tomada em diversas ocasiões¹, construindo-se um espaço onde é possível expor o material arqueológico encontrado, devidamente identificado e explicado de uma forma didática, facilitando a transmissão da sua história e a compreensão das comunidades humanas do passado (Veloso, *et al.*, 2007).

Neste estudo de caso, poderia ser criado um centro interpretativo, onde se pudesse também dar a conhecer a história dos dólmenes e mamoas com o auxílio do espólio recolhido nas escavações efetuadas, que se encontra disperso e descontextualizado do local onde foi encontrado. Não faria igualmente mais sentido procurar relacioná-lo, no próprio local, com esta e com as restantes construções aí existentes? As campanhas de escavação poderiam também ser estendidas aos restantes dólmenes e mamoas desta necrópole, onde poderão existir outros vestígios úteis para o

¹ Ainda que se trate de diferentes vestígios arqueológicos, esta forma de divulgação e valorização patrimonial foi a adotada, por exemplo, em Alcalar, concelho de Portimão (Faro), onde foi construído um centro interpretativo junto a túmulos megalíticos datados do Calcolítico, assim como em Cola, concelho de Ourique (Beja), onde se edificou um centro interpretativo junto dos 15 sítios arqueológicos datados do Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro e Medieval (Fidalgo, 2009).

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

entendimento deste espaço e das comunidades que o habitaram no passado. Como antes dizíamos, é importante não esquecer que a personificação material da narrativa que se quer contar é fundamental para aproximar o público do monumento e da sua história (Klekot, 2012).

Através dos dados apresentados anteriormente foi possível perceber, por exemplo, que os vestígios de moinho manual fragmentado, encontrados durante as escavações, são reveladores de possíveis práticas agrícolas das sociedades responsáveis por estas construções, assim como do facto de viverem junto delas. A paisagem envolvente é também reveladora de alguns aspetos importantes sobre estas sociedades, como também compreendemos. Mas, como pode, quem visita o local, perceber isto sem ter que realizar este trabalho de pesquisa que aqui se apresentou? A existência de um centro interpretativo, que conjugasse os aspetos mais gerais conhecidos sobre os monumentos megalíticos, com as características e alguns aspetos mais específicos deste caso particular, permitiria, sem dúvida, uma melhor compreensão da função e da existência desta construção, assim como da sociedade em que surgiu.

A acompanhar o espólio, este centro interpretativo poderia acolher, além de painéis informativos e explicativos, alguns vídeos em forma de “documentário” ilustrado, por exemplo, com recriações das possíveis práticas religiosas e sociais associadas, de forma a tornar mais claras as informações que se querem transmitir. Seria ainda útil apresentar fotografias aéreas da área dolménica ou fotografias do antes e depois das obras de consolidação e restauro efetuadas. Através do recurso às novas tecnologias, por exemplo, seria interessante dar algumas explicações sobre a técnica de construção destes monumentos, que as escavações efetuadas à mamoa no âmbito da segunda intervenção permitiram perceber.

Vários dólmenes desta necrópole foram, entretanto, destruídos, como vimos antes, sendo o aqui analisado o exemplar mais bem conservado, mas, em muitos casos, os sítios são conhecidos e seria ainda vantajoso a criação de uma rota que os associasse e conduzisse a uma interpretação do seu todo. Um percurso devidamente sinalizado permitiria ter uma perceção do local onde os vários dólmenes e mamoas foram construídos e, ao mesmo tempo, promover um passeio pela natureza, procurando assim outros atrativos como auxílio à valorização integrada deste espaço (Morais, 2010).

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

Uma simples placa identificativa, como a existente no local, não consegue transmitir sequer a história resumida que aqui foi apresentada. Portanto, neste caso, a classificação patrimonial não significou uma total valorização da história deste monumento, pois não basta escavar, descrever e conservar (ainda que sejam atos fundamentais, pois assinala-se a sua existência). É preciso que esta história seja transmitida e dada a conhecer a um público mais alargado. Caso contrário, quem o considerará como património? Reserva-se esse critério de classificação apenas para os especialistas? Sabendo nós que o património são bens a que as pessoas atribuem valor, o que importa pedir-lhes, através de sinalética local, para protegerem esta construção se não lhes é dada a conhecer a sua total importância? Se não entenderem o seu significado e as suas particularidades vão considerá-lo significativo ou atribuir qualquer valor? Não pode existir interesse pelo que não se conhece. Por este motivo, a história (e a sua divulgação) é fundamental para determinar a existência de um património. Assim, ainda que sejam variáveis diferentes, podem estar associadas, e quando tal acontece, necessitam uma da outra como suporte.

E se a história pode ser um fator de “patrimonialização”, este é, por sua vez, um processo e um estatuto que ajuda a garantir a perpetuação de elementos, construções ou objetos que nos recordam esse passado e a manter viva essa história. Mas, mais uma vez, para que tal aconteça, não basta apenas, como ocorreu neste caso em estudo, restaurar, conservar ou escavar e analisar os artefactos recolhidos. É necessário transmitir a história deste monumento e destes artefactos à sociedade, para que também ela o possa considerar como um património seu, que não quer ver desaparecer, que quer legar às gerações futuras, para que conheçam a história que também ela conheceu.

No entanto, convém também ressaltar que um elemento com um longo passado não tem que ser valorizado apenas pela sua história mais antiga, como o caso aqui analisado bem o demonstra. No âmbito da escavação de 1956, como se percebeu, alguns habitantes locais atribuíam um valor a este dólmen, que não associado à sua função ou história inicial, mas relacionado com a sua história recente, talvez, sobretudo, de cariz sentimental, por estar ligado a recordações de infância. Ou seja, para essas pessoas, esta construção seria até interpretada como património por outros motivos que não os dos especialistas. Talvez atualmente ainda fosse possível recolher junto de alguns indivíduos mais velhos algumas memórias ligadas a este dólmen ou até histórias que

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

tenham chegado às gerações mais novas, fundamentais para a sua valorização junto da comunidade local, que certamente se sentiria mais interessada em conhecer e perceber a importância e o significado de um espaço que fez também parte da vida e das memórias de familiares, vizinhos ou amigos, que o usaram também, muito certamente sem saber qual a sua origem.

Ao falar de um monumento com tantos séculos de história, com um passado mais antigo e mais recente, estamos perante um claro exemplo de que na relação história-património o tempo é também um conceito fundamental, na medida em que nos remete para a discussão entre a conservação da ruína ou o seu restauro. As intervenções de conservação têm apenas como objetivo estabilizar e prolongar a duração, já o restauro implica o melhoramento do aspeto ou a reconstrução da unidade potencial de determinada obra caso esta se tenha deteriorado, devendo procurar manter a sua autenticidade material e documental (González-Varas, 2005). Mas, neste último caso, que momento da linha temporal atravessado pela existência de determinado bem se deve considerar para essa recuperação (sobretudo quando as mudanças ao longo do tempo foram várias)? Este dólmen foi reconstruído de acordo com aquela que se pensava ser a sua forma original, com os materiais existentes no local, mas será que foi a opção mais correta? Há quem recuse a realização de intervenções no que chegou até nós por considerar que o valor de um monumento histórico reside, precisamente, nas marcas visíveis do seu passado, tanto naquelas deixadas pelos seus construtores, como também nas alterações decorrentes do uso que teve ao longo do tempo, incluindo as destruições. (Klekot, 2012).

No século XIX Ruskin defendia que os monumentos históricos não deveriam ser intervencionados, com a exceção da sua consolidação (de forma invisível), por considerar que as marcas do tempo e as alterações que lhes imprimiram as gerações do passado “fazem parte da sua essência”. Segundo Ruskin o restauro é até “a destruição mais total que uma construção pode sofrer”, sendo “uma mentira absoluta”. A verdadeira reconstrução de um monumento implicaria “quer reemergir no espírito do tempo em que o edifício foi construído, quer identificarmo-nos completamente com o artista” (Choay, 2015: 159-160).

Viollet-le-Duc, citado também por Françoise Choay, afirmava que “restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

momento” (Choay, 2015: 160). Embora a sua visão fosse oposta à de Ruskin, pois era favorável à reconstrução, esta afirmação sublinha um aspeto muito importante: ao reconstruir podemos estar a falsear ou deturpar as verdadeiras características do monumento, sobretudo quando não existe documentação segura sobre a sua forma anterior. Por outro lado, se optarmos pela ruína e pela permanência das marcas que o tempo lhe imprimiu, não corremos esse risco, e se não se torna visível a sua forma primitiva ou existente antes da sua destruição, são visíveis os sinais dessa destruição que espelham também os contextos em que ocorreram.

Também em relação a este dólmen a sua reconstrução poderia não ter sido levada a cabo, uma vez que as pedras tombadas, apesar de já não representarem aquela que se pensa ser a sua fase primitiva, eram sinal da passagem do tempo e do seu uso recente, representando épocas e sociedades posteriores a essa primeira etapa da sua existência.

É verdade que é mais fácil entender o passado através de uma construção mais próxima da realidade que se pretende transmitir, mas, quando existe uma história de vários séculos e o monumento se foi alterando, é necessário ter presente que optar pela reconstrução é selecionar um momento do passado que se pretende ver representado em detrimento de outros. Se a ruína tivesse sido mantida era possível reproduzir a ideia do que se pensa ser a estrutura original deste dólmen e mamoa através de maquetas ou com o apoio dos novos recursos tecnológicos. No entanto, o contrário também se pode aplicar. Não é impossível evitar que as memórias da sua destruição passada se desvançam, chamando a atenção para os testemunhos visíveis da destruição anterior, mostrar fotografias e contar a história da recuperação de alguns elementos ou como se fez a sua montagem. E o próprio processo de reconstrução pode também ser um aspeto atrativo e criador de interesse para quem visita o monumento (Klekot, 2012).

6. Conclusão

O estudo de caso que aqui seguimos foi, essencialmente, um pretexto para se desenvolver uma reflexão sobre conceitos e práticas. Se nem todo o património tem que ser histórico (embora todo contenha uma espessura temporal), procuramos com esta reflexão demonstrar que a história pode e deve ser um fator de “patrimonialização”, faz parte do processo de interpretação. Sobretudo, para se poder afirmar a existência de um

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

património designado como sendo de interesse público é necessário que essa história seja conhecida por um grupo mais vasto que não apenas o dos especialistas. Não basta dizer que determinada construção é património, muito menos, e apenas, classificá-lo do ponto de vista institucional. É preciso criar sentimentos de identificação e fomentar a valorização da mesma através de um processo de divulgação assente na interpretação histórica (de mais ou menos duração) que explica as suas transformações e opções de uso e reuso, de valorização e de desvalorização, porque todas ocorreram.

Ao propormos medidas de monitorização deste espaço apenas cumprimos um dos desideratos de qualquer reflexão sobre a valorização patrimonial, que confere tempo passado ao tempo futuro. Mesmo que medidas “ingénuas”, elas decorrem da transição entre memórias individuais, porque se enraízam numa vivência individual (porque vivi, visitei, brinquei em seu redor) e procuram ultrapassar o esquecimento, porque se transformou num dólmen sem mais tempo, do passado e do futuro. Embora exista sinalização e o espaço envolvente esteja relativamente cuidado, e até porque se integra num grupo mais vasto de construções, a verdade é que não são exploradas as particularidades deste monumento, que gradualmente se vai danificando e fragmentando, perdendo, cada vez mais, a possibilidade de revelar o passado que percorreu e que representa.

Bibliografia:

Fontes:

Decreto nº 29/90, de 17 de Julho, *Classifica diversos imóveis como monumentos nacionais e imóveis de interesse público*, [consulta em 29 de Janeiro de 2018].

Disponível em: <https://dre.pt/application/file/575792>.

Bibliografia:

BALLART, J. (2002), *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*, Barcelona, Ariel.

BETTENCOURT, Ana M. S. (1989), “Campanha de escavação e consolidação da Mamoa 1 da Cerqueira (Serra de Arestal) - Sever do Vouga”, *Arqueologia*, nº 19, pp. 85-113.

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013), “O Neolítico”, in Luiz Oosterbeek (dir.), *Territórios da Pré-História em Portugal*. II Vol., *A Pré-História do Noroeste Português*, Braga, CITCEM/CEIPHAR, pp. 13-18.

BETTENCOURT, Ana M. S.; REBELO, Teresa M. H. (1988/1989), “Monumentos Megalíticos da Serra do Arestal (Sever do Vouga – Vale de Cambra). Inventário Preliminar”, *Portugalia*, nova série, vol. IX/X, pp. 7-38.

BLOCH, Marc (1965), *Introdução à História*, Lisboa, Europa-América.

CARDOSO, João Luís (2012), “Megalitismo funerário do território português”, in Jorge de Alarcão; Mário Barroca (Coord.), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, pp. 210-214.

CASTRO, Luís de Albuquerque e; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel (1957), “Acerca dos Monumentos Dolménicos da Bacia do Vouga”, in *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências*, Coimbra, 1 a 5 de Junho de 1956, tomo VIII, pp. 472-481.

CHOAY, Françoise (2015), *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.

FIDALGO, Mafalda (2009), *Lugares culturais - intervenções em património cultural arqueológico: valorização de sítios arqueológicos em Portugal*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1921), *Antiguidades Pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da Arqueologia de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

GOFF, Jacques Le (2000), *História e Memória*. II Vols., Lisboa, Edições 70.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio (2005), *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, Historia, Principios y Normas*, Madrid, Ediciones Cátedra.

GUILLAUME, Marc (2003), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.

JORGE, Vítor Manuel de Oliveira (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto – Os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Tese de doutoramento em pré-história e arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

JORGE, Vítor Manuel de Oliveira (1983/1984), “Megalitismo do Norte de Portugal: Um Novo Balanço”, *Portugalia*, nova série, vol. IV/V, pp. 37-50.

Hugo Ferreira – O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 2018. 112-135 DOI: 10.21747/0871164X/hist8a7

JORGE, Vítor Manuel de Oliveira (1989), “Arqueologia Social dos Sepulcros Megalíticos Atlânticos: Conhecimentos e Perspectivas Actuais”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. 6, pp. 365-444.

KLEKOT, Ewa (2012), “Constructing a “monument of national history and culture” in Poland: the case of the Royal Castle in Warsaw”, *International Journal of Heritage Studies*, vol. 18, n.º 5, pp. 459-478 [consulta em 11 de Março de 2016]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13527258.2011.637944>.

MORAIS, Luís Fernandes (2010), “Contributos da Valorização do Património Arqueológico para o Desenvolvimento Local”, in *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, 6 a 9 de Outubro de 2010, pp. 1-14.

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2012), “A Morte no Neolítico no Norte-Alentejo – Portugal”, in *Actas Del III Simposium Internacional De Arte Rupestre De Havana*, Havana, 19 a 23 de Novembro de 2012, pp. 52-69.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (2006), “Introdução”, in Elsa Peralta; Marta Anico (org.), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-11.

POMIAN, Krzysztof (1993), “Tempo/temporalidade”, in Ruggiero Romano (dir.), *Enciclopédia Einaudi. XXIX Vol., Tempo/Temporalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-91.

SILVA, Elsa Peralta da (2000), “Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural”, *Antropológicas*, nº 4, pp. 217-224.

SMITH, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*, Abingdon, Routledge.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia (2011), “O património como processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial”, *Em Questão*, vol. 17, nº 2, pp. 241-255.

VELOSO Tânia; CAVALCANTI, José (2007), “Turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do património arqueológico”, *Revista de Arqueologia*, vol. 20, nº 1, pp. 155-168.

ZANIRATO, Sílvia Helena (2009), “Usos Sociais do Património Cultural e Natural”, *Património e Memória*, vol. 5, nº 1, pp. 137-152.

Memórias do Café e da Imigração Italiana

Coffee Memories and Italian Immigration

Mémoire du café et de l'immigration italienne

Memorias del Café y de la Inmigración Italiana

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth
 Universidade do Porto
 nicoleasg@gmail.com

Resumo: A cidade de Ribeirão Preto, localizada no Estado de São Paulo, como outras cidades do Brasil, tem, entre as suas riquezas, um forte capital humano. A região foi a que teve o maior crescimento populacional entre os séculos XIX e XX, justificado pela forte imigração vinda para o trabalho na lavoura do café. Neste contexto, apresenta-se a Casa da Memória Italiana, uma casa de família, cuja história remete para a imigração italiana e o período do café. Este artigo tem o objetivo de analisar como um patrimônio individual torna-se coletivo ou como a memória individual é transformada em memória social. Ou seja, de que forma ocorre a patrimonialização da Casa da Memória Italiana, patrimônio cultural este que, através de seus espaços, objetos e circuitos vivenciais, nos permite criar formas de identificação, dando-lhes um sentido nos tempos passado, presente e futuro.

Palavras-chave: patrimônio cultural, imigração italiana, Casa da Memória Italiana, Ribeirão Preto.

Abstract: The city of Ribeirão Preto, located in the State of São Paulo, like other cities in Brazil, has among its riches a strong human capital. The region was the one that had the greatest population growth between the nineteenth and twentieth centuries, justified by the strong immigration coming to work on coffee plantations. In this context, the Italian Memory House is, a family house whose history is associated with Italian immigration and the coffee period. This article aims to analyze how an individual heritage becomes collective or how individual memory is transformed into a social memory. In other words, in what way is the patrimonialisation of the Italian Memory House through its spaces, objects and circuits, allows us to create forms of identification, giving them a sense of past, present and future times.

Keywords: cultural heritage, Italian immigration, Italian Memory House, Ribeirão Preto.

Résumé: La ville de Ribeirão Preto, située dans l'État de São Paulo, comme d'autres villes du Brésil, possède parmi ses richesses un capital humain fort. La région a été celle qui a connu la plus forte croissance démographique entre le XIXe et le XXe siècle, justifiée par la forte immigration qui viennent travailler dans les plantations du café. Dans ce contexte, la Maison de la mémoire italienne est présentée comme une maison de famille associée à l'immigration italienne et à la période de la production du café. Cet article vise à analyser comment un patrimoine individuel devient collectif ou comment la mémoire individuelle est transformée en mémoire sociale. En d'autres termes, de quelle manière la patrimonialisation de la Maison de la mémoire italienne est un patrimoine culturel qui, à travers ses espaces, objets et circuits, nous permet de créer des formes d'identification, en leur donnant un sens du passé, du présent et du futur.

Mots-clés: patrimoine culturel, Immigration italienne, Maison de Mémoire Italienne, Ribeirão Preto.

Resumen: La ciudad de Ribeirão Preto, ubicada en el Estado de São Paulo, como otras ciudades de Brasil, tiene entre sus riquezas, un fuerte capital humano. La región fue la que tuvo el mayor crecimiento de la población entre los siglos XIX y XX, justificado por la fuerte inmigración venida para el trabajo en la labranza del café. En este contexto, se presenta la Casa de la Memoria Italiana, una casa de familia, cuya historia remite a la inmigración italiana y al período del café. Este artículo tiene el objetivo de

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

analisar cómo un patrimonio individual se vuelve colectivo o cómo la memoria individual se transforma en memoria social. Es decir, de qué forma ocurre la patrimonialización de la Casa de la Memoria Italiana, patrimonio cultural este que, a través de sus espacios, objetos y circuitos vivenciales, nos permite crear formas de identificación, dándoles un sentido en los tiempos pasados, presente y futuro.

Palabras clave: patrimonio cultural, inmigración italiana, Casa de la Memoria Italiana, Ribeirão Preto.

1. Introdução

Este artigo procura estabelecer, do ponto de vista teórico e analítico, a relação entre o tempo, o património cultural e a criatividade, considerando-se o estudo da Casa da Memória Italiana, na cidade de Ribeirão Preto – Estado de São Paulo, Brasil. Nesse sentido, serão apresentados alguns resultados explorados anteriormente e que merecem, agora, uma reflexão (Toth, 2016). Durante o percurso investigativo, a partir de um objetivo mais amplo, que buscava identificar as possibilidades culturais em Ribeirão Preto que permitissem denominá-la cidade criativa, chegou-se à análise daquela Casa, cuja trajetória remete à contextualização histórica da cidade, caracterizada pela imigração italiana e pelo período do café.

Importa compreender que conceitos e práticas relacionados com as cidades criativas desenvolvem-se pelo mundo e também em Ribeirão Preto ocorrem iniciativas para nomeá-la cidade criativa, pelo Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC)¹ e em reavivar a história, memória e identidade da população.

Metodologicamente, procedeu-se a uma investigação documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e participação em eventos na Casa da Memória Italiana, considerando os conceitos associados à cidade, criatividade e património. A informação primária foi disponibilizada pela Casa da Memória Italiana (como sejam, entre outros, o Estatuto Social de criação do Instituto (2013); o projeto de arquitetura e ocupação; levantamento de mobiliário, objetos e fotografias; livros de presença e materiais das atividades educativas realizadas, entre outros). Os entrevistados foram-no por exercer importante função nas instituições que contribuíram diretamente ao estudo, são elas: Adriana Silva, Presidente, à época, do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais e, também, Diretora Administrativa da Casa da Memória Italiana; Maurílio Biagi Filho, Primeiro Vice-Presidente da Casa da Memória Italiana; e Antônio Henrique Sartore, Assessor da Diretoria da entidade étnica italiana *Società Dante*

¹ Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, [Consulta em: 26.05.2018]. Disponível em: <<https://www.ipccic.com/>>.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

Alighieri de Ribeirão Preto até 2016, a seguir foi eleito Diretor Presidente para o período 2016-2020.

A partir dos recursos primários coletados, documentos e entrevistas acima indicados, foi realizada uma análise crítica concatenada aos referenciais teóricos selecionados, dentre os quais, alguns serão pormenorizados abaixo.

Ao estudar o fenômeno de transformação ou reconhecimento dos lugares como potencialmente criativos, a ocorrer nas últimas décadas, descobrimos que a dinamização económica e cultural explora as potencialidades encontradas em fatos históricos, recursos materiais e imateriais, muitas vezes já identificados como patrimónios culturais, mas que exigem uma releitura do passado.

“[...]. Culture and creativity are intertwined. Culture is the panoply of resources that show that a place is unique and distinctive. The resources of the past can help to inspire and give confidence for the future. Even cultural heritage is reinvented daily whether this be a refurbished building or an adaptation of an old skill for modern times: today’s classic was yesterday’s innovation. Creativity is not only about a continuous invention of the new, but also how to deal appropriately with the old. [...]. Cultural resources are the raw materials of the city and its value base; its assets replacing coal, steel or gold. Creativity is the method of exploiting these resources and helping them grow. The key problem was not how to identify them, but how to limit the imagination, as the possibilities were endless” (Landry, 2008: 7)².

A criatividade torna-se uma estratégia porque é o método ou ferramenta para fomentar os recursos culturais. Como afirma Landry, ser criativo não significa estar apenas preocupado com o que é novo, mas abrir-se a todas as possibilidades, entre as quais a História e a criatividade podem ser grandes parceiras, “[...] often, great achievements are combinations of the old and new” (Landry, 2008: XXIV)³.

² “[...]. Cultura e criatividade estão entrelaçadas. Cultura é a panóplia de recursos que mostram que um lugar é único e distintivo. Os recursos do passado podem ajudar a inspirar e dar confiança para o futuro. Mesmo o património cultural é reinventado diariamente se este é um edifício remodelado ou uma adaptação de uma habilidade antiga para os tempos modernos: clássico de hoje foi a inovação de ontem. Criatividade não é apenas sobre uma invenção contínua do novo, mas também como lidar adequadamente com o velho. [...]. Os recursos culturais são a matéria-prima da cidade e sua base de valor; Substituindo carvão, aço ou ouro. Criatividade é o método de explorar esses recursos e ajudá-los a crescer. O problema-chave não era como identificá-los, mas como limitar a imaginação, pois as possibilidades eram infinitas” (Landry, 2008: 7, Tradução de Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth).

³ “[...] muitas vezes, as grandes realizações são combinações do antigo e do novo” (Landry, 2008: XXIV, Tradução de Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth).

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

Para Dennis Rodwell (2013: 14), a cultura é um componente do desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos e os patrimónios culturais, principalmente aqueles que não são reconhecidos oficialmente (classificados), são as riquezas das histórias humanas, das memórias das comunidades, os verdadeiros patrimónios. São estes que determinam o senso de identidade, de lugar e de pertença. E, ainda, são o “coração” das comunidades sustentáveis. O autor afirma que para as cidades criativas, de muito maior interesse deve ser uma visão antropológica, que foca nos processos de salvaguarda da identidade geo-cultural e assegura a sua continuidade criativa, juntamente com as aspirações das pessoas e comunidades.

O conceito de cidades criativas emergiu no final do século XX, por volta de 1980, no contexto de transformação industrial, no seio dos debates sobre a economia criativa, quando a comunidade artística buscava justificar o valor económico da arte, a importância da criatividade para a economia e a cidade. Isto progrediu nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Europa e outros lugares, ao longo dos anos. Além da abordagem económica, o conceito adquiriu aspectos mais diversificados, centralizando-se em análises académicas e agendas políticas, cujo foco se centrava no papel das atividades criativas no desenvolvimento dos territórios, renovação urbana, crescimento económico, competitividade, regeneração e qualidade de vida. As características destas cidades pautavam-se no conhecimento, inovação, conectividade, sustentabilidade, cultura e criatividade, associados a novos produtos e serviços, pessoas e instituições, organizações e governança (Landry, 2011: 7-15).

Em 2004, a UNESCO⁴ criou a Rede de Cidades Criativas⁵, cujos objetivos são fundamentados na promoção e cooperação entre as cidades que identificaram a criatividade como uma estratégia para o desenvolvimento urbano sustentável. As experiências são compartilhadas e baseadas na economia criativa, no turismo criativo e no conceito de cidades criativas. As cidades integrantes da Rede são nomeadas de acordo com suas afinidades culturais: literatura, cinema, música, artesanato e artes folclóricas, design, artes de mídia e gastronomia.

Rodwell (2013: 18), por seu lado, analisa o património como um direcionador para as cidades criativas e acredita que as cidades e as pessoas não podem estar dissociadas.

⁴ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁵ *Creative Cities Network*, [Consulta em: 27.06.2018]. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/>>.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

Para que as cidades “históricas” (e não somente elas) sejam bem sucedidas, neste mundo competitivo, elas precisam “tirar vantagem” de suas individualidades e distinguir as suas qualidades. Sendo assim, a boa gestão do património cultural é fundamental.

Do ponto de vista aplicado, a questão da criatividade na área da cultura e dos museus tem sido abordada em diversas partes do mundo. Cita-se a reportagem “Um museu gera mais emprego e riqueza que um negócio?” (Falcão, 2016), na qual se afirma que a cultura pode contribuir para a revitalização económica das cidades e reconstrução da malha urbana, além de favorecer a identidade e inclusão das pessoas. Menciona-se, também, a conferência promovida pelo Conselho Económico e Social Europeu, “*A Hope for Europe! Culture, Cities and New Narratives*”, realizada em Bruxelas em 20 e 21 de junho de 2016, onde foram apresentadas cidades que através da cultura proporcionaram uma maior coesão social, acrescentaram valor à economia, regeneração urbana e desenvolvimento sustentável. Entre os exemplos estão Manchester (com a revitalização da Galeria *Withworth*); Estrasburgo (associação *Apollonia – Echanges Artistiques Européens*); Lisboa (rica oferta cultural e eventos internacionais); e Castelo de Vide (turismo religioso).

No Brasil, o ex-secretário da extinta Secretaria da Economia Criativa do Governo Federal, Marcos André Carvalho, quando participou de uma conferência no 6º. Fórum Nacional de Museus sobre Museus Criativos, em 2014, afirmou que “As cidades e seus equipamentos culturais, incluindo os museus, estão sendo reinventados. Nesse contexto, o museu deixa de ser visto como ‘depósito de coisas antigas’ para ser um espaço de interação com o território, transformação social e criação de novas narrativas” (Santos, 2014).

No mesmo sentido, “Encontros com o Futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do Século XXI”, complementa que as tendências para os museus e para o processo educativo nos mesmos deve considerar a formação crítica e reflexiva do indivíduo e sua relação aos valores e sentidos do património cultural (Silva *et al.*, 2014: 83).

Sendo assim, particularmente ao contexto museológico e criativo brasileiro, o Instituto Brasileiro de Museus, por meio do Plano Nacional Setorial de Museus (2010), propõe um planejamento e uma agenda política do setor museológico, abordando em

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

um dos seus pontos de ação a “Cultura e Economia Criativa”, pela qual recomenda o fomento entre a relação museu-comunidade, que considera sua relação social e produz perspectivas para a geração de renda mediante novos produtos e serviços baseados nas potencialidades, nos saberes e fazeres (Morais, 2012: B5).

Muitos museus têm desenvolvido projetos criativos e adquirido a função de articuladores de significados, educadores e formadores, através da promoção do diálogo entre a memória dos lugares e da identidade da população, possibilitando experiências simbólicas e sociais.

Por isso, respaldados em tais conceitos e experiências, o objetivo, neste artigo, é delimitado pela compreensão do processo criativo e de patrimonialização da Casa da Memória Italiana, em Ribeirão Preto, ao identificar e ilustrar a instituição criada em 2013, que será abordada mais adiante, como uma potencialidade criativa, que ultrapassa a materialidade contida em seu espaço para a imaterialidade histórica, temporal, da casa, da cidade de Ribeirão Preto e, até mesmo, do Brasil. A questão a ser refletida é a relação entre o património histórico e as possibilidades criativas identificadas, na história, memória e identidade da cidade e população. De que modo o processo de patrimonialização da Casa da Memória Italiana consegue transformar uma memória/património familiar em memória/património social ou coletivo.

Assim sendo, o texto procurará contextualizar as potencialidades históricas da Casa da Memória Italiana, que dialogam com a própria história da cidade de Ribeirão Preto (imigração e período cafeeiro), percorrendo uma escrita que segue a descoberta do sentido de uma casa que se identifica com uma memória coletiva, cujas marcas, materiais e imateriais ativam a função, vivida, de um Museu.

2. A Casa da Memória Italiana

A história desta Casa está associada à história da cidade de Ribeirão Preto, porque conta o desenvolvimento económico, social e cultural, através da produção do café e da imigração, particularmente, a italiana, entre os séculos XIX e XX. Foi propriedade de duas famílias de imigrantes, das quais é impossível não apresentar as histórias de vida. A primeira – Meirelles, de ascendentes portugueses que se transformaram em grandes cafeicultores no Brasil, e a segunda – Biagi, de imigrantes italianos que se tornaram, posteriormente, empresários do setor sucroalcooleiro.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

“A cultura cafeeira chegou na década de 1870, devido ao interesse dos fazendeiros que verificaram o melhor momento para o seu cultivo. No Brasil, as plantações de café aconteceram no século XIX no Rio de Janeiro, atingindo o Vale do Paraíba e o interior de São Paulo. As condições favoráveis do solo, clima e relevo, agregadas ao trabalho escravo, aumento do consumo do café, seu elevado preço no mercado internacional e o decadente cultivo no Vale do Paraíba – que havia se iniciado em 1825 – fizeram crescer o café do tipo Bourbon na região. As plantações firmaram o café como fonte de renda e principal atividade econômica do Estado de São Paulo, transformando Ribeirão Preto no maior centro produtor de café do mundo. Esta realização deu à cidade o título de “Eldorado do Café”” (Haddad, 2011: 15).

Juntamente ao processo econômico do café, Ribeirão Preto recebeu a ferrovia, em 1883, o que permitiu o transporte da produção ao Porto de Santos e a promoção da migração e imigração, favorecendo o crescimento demográfico e uma mudança do perfil da cidade (Haddad, 2011: 15). A imigração foi a solução para o problema da falta de mão de obra nas lavouras, causada pela abolição da escravidão no Brasil, sendo que, antes mesmo da homologação da Lei Áurea, a Assembleia da Província de São Paulo decretou uma lei, em março de 1871, que autorizava esta Província a subsidiar os fazendeiros que quisessem empregar imigrantes (Heflinger & Levy, 2010: 77).

Foi nesse contexto que Ribeirão Preto recebeu uma grande parcela de imigrantes. De entre as cidades da sua região, foi a que teve o maior crescimento populacional: saiu de 5.552 habitantes em 1874 para 68.838 em 1920 (Bacellar & Brioschi, 1999: 153) e, com dados mais recentes, em 2017, a população estimada era já de 682.302 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018: s/p). A diversidade étnica e cultural da população também era e é ampla. Constata-se que a quantidade de italianos na cidade era, em 1912, muito superior às outras etnias, correspondendo a 25,01% do total de habitantes (brasileiros e estrangeiros) e 59,77% do total de estrangeiros e muito embora tenha diminuído ao longo do século XX, continuou a ser uma percentagem expressiva em relação aos outros estrangeiros (Walker & Barbosa, 2000: 46).

Neste cenário, a casa, sede do Instituto Casa da Memória Italiana, foi o resultado de uma história de famílias, construída a pedido de Joaquina Evarista Meirelles e seu filho Joaquim, no centro de Ribeirão Preto, ao lado da Catedral de São Sebastião, na Rua Tibiriçá. Foi projetada por arquiteto, Arnaldo Maia Lello, em 1923, e sua construção

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

finalizada entre 1925 e 1926 (Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto [AEAARP], 2015: 8); (Escritura de doação lavrada em 14 de fevereiro de 1925, transcrita sob nº. de ordem 15.509. Arquivo do 1º. Registro de Imóveis, Certidão Protocolo nº. 549.683, 2014).

A família Meirelles tem as suas raízes na família dos Chacins, originários de Trás-os-Montes, da comarca da Torre de Moncorvo (Santos & Meirelles, 1992: 20). Entretanto, a linhagem de Joaquina Evarista Meirelles, primeira proprietária da casa, é proveniente de uma ilha do arquipélago de Açores (Ilha de Faial), de Antónia da Graça, bisavó do bisavô de Joaquina, e a primeira a chegar ao Brasil em 1722. *A posteriori*, seu bisavô inicia a vida familiar no Brasil (Santos & Meirelles, 1992: 31). Joaquina nasceu na Fazenda Campo Grande, em Baependi, Minas Gerais, Brasil, foi a décima primeira filha de um total de quinze de Joaquim Victor de Souza Meirelles (1831-1916) e Blandina Laura de Souza Meirelles (1837-1905). Por volta de 1887, a família mudou-se para Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo, onde Joaquina cresceu e casou-se com Francisco Machado de Souza. Ela, de família abastada, recebeu como dote de casamento uma gleba de terra na Villa Bonfim, atual Bonfim Paulista, distrito do município de Ribeirão Preto, da Fazenda Santa Rita, onde ela e o marido construíram as edificações⁶.



Figura 1 - Joaquina Evarista Meirelles e família na casa da Rua Tibiriçá, em 1925/1926.

Fonte: Instituto Casa da Memória Italiana.

⁶ Entrevista realizada pelo Instituto Casa da Memória Italiana, em 19 de maio de 2014, com Francisco Machado de Souza Neto (neto de Joaquina Evarista Meirelles), sua esposa Regina Maria Carvalho e filhas Maria Marta e Carmem Rita. A transcrição foi cedida, amavelmente, pela Casa da Memória Italiana em: 08 de abril de 2016.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

A genealogia está bem presente e documentada, e o património fotográfico, assim como as recordações orais permitem reconstituir a linhagem. Com efeito, segundo sua família, em entrevista, Joaquina Evarista Meirelles foi a segunda maior exportadora de café da região de Ribeirão Preto e teve posição de destaque, à sua época, por ser mulher fazendeira. Joaquina ficou viúva muito cedo e seu filho mais velho, Joaquim Machado de Souza, ajudou na administração dos negócios.

A casa da Rua Tibiriçá (atual Casa da Memória Italiana) tornou-se o centro da família, porque além de receber os parentes que viviam em fazenda, era um lugar de muita festa e criação de uma identidade. A casa ganha importância na medida em que faz parte da memória ou herança histórica desta família, constituindo, assim, um elo entre o seu passado e futuro.

Joaquina faleceu em 1941 e, neste mesmo ano, os habitantes mudam. A casa foi vendida ao casal de imigrantes italianos Pedro Biagi e Eugenia Viel Biagi que dela fez residência de família até 2012, quando a última filha solteira do casal faleceu (AEAARP, 2015: 8).

Pedro Biagi foi o segundo filho de um total de oito. Nasceu em 31 de maio de 1881, na aldeia de Campagnola na localidade de Brugine, província de Padova, região do Vêneto, na Itália. Batizado com o nome de “Silvio Pietro” chegou ao Brasil com seis anos de idade, em 18 de janeiro de 1888, acompanhado pelos pais, Natale Biagi e Elisabetta Ferin Biagi (Biagi, 1987: 67).

Assim que chegou ao Brasil, a família seguiu do Porto de Santos ao município de Itatiba (região de Campinas), onde Natale trabalhou na Fazenda Itatiba no fabrico de tijolos. Em 1890, a família seguiu para a região de Ribeirão Preto e continuou trabalhando em fazendas até que, em 3 de fevereiro de 1899, em sociedade com Sante Barbieri, comprou terras em Campo de Itararé, em Sertãozinho, município vizinho de Ribeirão Preto. Esta foi a primeira aquisição de terras pela família Biagi no Brasil (Biagi, 1987: 54), sinal de uma prometedora ascensão social.

Pedro Biagi casou-se em 10 de setembro de 1904 com Eugenia Viel Biagi, italiana nascida em 27 de agosto de 1884, na província de Udine, região de Friuli-Veneza Giulia, ao norte da Itália. Ela chegou ao Brasil com a família, aos doze anos de idade, em 1º de março de 1896. Após o casamento, conforme tradição italiana, quando os filhos casavam, estes continuavam a residir com os pais e as filhas seguiam os maridos.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

Pedro permaneceu na fazenda do pai, trabalhando com o cultivo da lavoura, na fabricação de aguardente e na olaria. Mas, devido ao seu espírito empreendedor e vocação para a comercialização, em 1909, conseguiu adquirir sua primeira propriedade, um sítio na Vila de Pontal, que o fez sair, definitivamente, da casa de seus pais e renunciar a parte de sua herança para um de seus irmãos (Biagi, 1987: 67-68).

Pedro Biagi foi um homem determinado e dedicado, e com muito trabalho adquiriu diversas terras. Em 1917 comprou a Fazenda Barbacena, onde iniciou sua primeira plantação de cana-de-açúcar. Em 1931 fundou a Usina da Pedra, em Serrana, e em 1936 seus filhos compraram a Usina Santa Elisa, em Sertãozinho. As fazendas ficavam em municípios próximos à Ribeirão Preto, mas transferiu-se para esta cidade, em 1924, pois como era um homem de visão, matriculou seus filhos na melhor escola que havia na região, o Colégio Santa Úrsula. A família viveu durante dezoito anos numa outra casa, na Rua Visconde de Inhaúma e, em 1941, comprou a casa na Rua Tibiriçá, como mencionado. Pedro Biagi faleceu em 27 de setembro de 1973 e sua esposa, Eugenia Viel Biagi, a 2 de julho de 1974, ambos nesta residência (Biagi, 1987: 70-75).

Em entrevista, o neto de Pedro Biagi, Maurílio Biagi Filho⁷, relatou sobre suas memórias com relação à casa da Rua Tibiriçá e comentou que na casa do avô aconteciam festas muito alegres e reuniões de família, “o centro da família era a casa dele”. No acervo fotográfico da Casa da Memória Italiana encontram-se registros das festas realizadas na casa, por exemplo, festas de finais de ano, aniversários e cafés.

O convívio familiar marca a formação acadêmica ou, pelo menos, uma vida cultural que lhes dava um pendor de caráter burguês. Por isso, dos hábitos culturais da família Biagi fazia parte o gosto musical, tanto pelo popular como pelo clássico, com preferência às óperas. As filhas de Pedro, Angela e Osônia, tocavam instrumentos como o acordeão e piano, na sala de música da casa. As mulheres dedicavam-se a atividades manuais como o tricô e o crochê, jogavam damas, torrinha, escopa simples e XV, este último com o baralho. Pedro Biagi jogava bocha, jogo tradicional italiano⁸.

⁷ Entrevista realizada com Maurílio Biagi Filho, em 02 de maio de 2016, por Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.

⁸ Memórias escritas, em 2014, pela neta de Pedro Biagi, Maria Augusta Scatena Lopes, apelidada de Piccina, pertencentes ao acervo do Instituto Casa da Memória Italiana. Informação também encontrada no livro Hasse, 2003: 149.



Figura 2 - O casal, Pedro Biagi e Eugenia Viel Biagi, e filhos, na casa da Rua Tibiriçá, nº. 776, em 1942. Fonte: Instituto Casa da Memória Italiana.

Sobre a alimentação da família, a neta de Pedro Biagi, Maria Augusta Scatena Lopes, cita receitas da região do Vêneto, na Itália, como a polenta, verduras como almeirão e escarola, sopas e caldos, o brodo de galinha e de carne bovina, sopa de feijão, cozidos de galinha e carne bovina, massas, rabanadas, crustole, roscas, balas de coco, etc. Dentre as bebidas, destacam-se os vinhos, licores e o cowboy – wisk sem gelo e puro.

A Casa da Rua Tibiriçá, como era inicialmente denominada, foi importante para as duas famílias, cenário para momentos alegres como as festas, e tristes como os velórios de membros das famílias. Também revela a história de Ribeirão Preto, caracterizada pela cafeicultura e imigração, que trouxe hábitos e tradições de diversos lugares do mundo, neste caso, a portuguesa e a italiana.

Além de fatos recordados pelas famílias e contados em depoimentos e entrevistas, a casa carrega em sua arquitetura e móveis, preservados, a riqueza material e imaterial.

2.1. O património material

Denominada *Bungalow* na planta original, a casa possui varandas e ornatos que refletem os ideais europeus, mesclados com estilos modernos, como a *Art Nouveau*. Muitos dos materiais utilizados na sua construção são importados, o que demonstra a influência estrangeira exercida nas casas da elite brasileira, especialmente a cafeeira. Alguns exemplos são as louças dos banheiros (casas de banho) e da cozinha, que são inglesas, o revestimento de azulejos, alemães, a parte elétrica (tomadas e espelhos) e a parte hidráulica (torneiras e chuveiros) são materiais americanos. Os materiais nacionais (brasileiros) se resumem aos tijolos e a revestimentos de madeira e piso, tendo em vista que, no início do século XX, a importação era justificada pela falta de fabrico no Brasil (AEAARP, 2015: 8-9).

As paredes e o teto dos cômodos são decorados com pinturas e o mobiliário é formado por três grupos, segundo o estilo, artesão e época de aquisição. O maior conjunto provém da Fábrica de Móveis Miguel Nardella, em São Paulo, constituído por móveis da sala de jantar e quartos, cujos detalhes são em marchetaria e metal. O segundo conjunto é o da sala de visitas, com influência do estilo Luís XIV, referindo-se ao refinamento da realeza francesa, produzido por Gino e Renato Ghilardi, mestres da Oficina de Tapeçaria do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Esses dois conjuntos foram adquiridos pela família Meirelles e comprados juntamente com o imóvel pela família Biagi. O terceiro e último conjunto foi trazido pela família Biagi e produzido pela fábrica de móveis Delloiagono & Cia, oficina sediada em Ribeirão Preto (AEAARP, 2015: 9).



Figura 3 - Fachada Casa da Memória Italiana, casa da Rua Tibiriçá, nº. 776. Fonte: Fotografia de Alice Registro Fonseca, 2015, acervo do Instituto Casa da Memória Italiana.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

A casa constitui um património cultural muito preservado e carece de um estudo mais aprofundado sobre seu património arquitetónico que apresenta traços originais (ver figura 3). Todas as informações apresentadas, desde a história da casa e das famílias proprietárias, que percorrem a história da cidade de Ribeirão Preto e, principalmente, sua conservação, justificam a sua doação e transformação no Instituto Casa da Memória Italiana. Nesse sentido, a questão a ser refletida, a seguir, é como um património individual se torna património coletivo ou como a memória individual se torna memória social.

2.2. A Gestão e a Mediação Patrimonial de um bem passado, no presente e para o futuro

O desejo do neto de Pedro Biagi, Maurílio Biagi Filho, em entrevista⁹, foi o de registrar a gênese do Instituto Casa da Memória Italiana, uma ideia que não estava totalmente pronta, mas que pela vontade e esforço de diversas pessoas pôde ser concretizada. O que se nota é o estabelecimento de um processo de patrimonialização, que o próprio, pelo olhar de outros, acrescentou valor ao que viveu e busca uma forma de convencer que não se trata, somente, de um património individual, familiar ou privado mas de um património social.

Assim, Maurílio comenta que sua família decidiu doar a casa e seus objetos para a criação de algo que, de início, não sabiam o que viria a ser. Conforme as ideias foram sendo estabelecidas, a intenção era criar uma casa da memória do imigrante, de uma forma mais ampla, para envolver todos os imigrantes e seus descendentes e, independentemente de ter sido nomeada Casa da Memória Italiana, Maurílio explica que o intuito é o de incluir todos, para que floresça um sentimento de pertença. Ele acrescenta que acredita que a Casa possa ser um centro de referência para todos os imigrantes, não só os italianos, de preservação de memórias das famílias, o que culmina num processo de preservação de um conjunto de memórias do país, dentro da comunidade de uma cidade, que, neste caso, é Ribeirão Preto e região.

⁹ Entrevista realizada com Maurílio Biagi Filho, em 02 de maio de 2016, por Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

Formalmente, o Instituto Casa da Memória Italiana¹⁰ foi criado em 07 de dezembro de 2013, instituído na forma de Associação, regido por um Estatuto Social e por dispositivos próprios. Tornou-se uma entidade privada, sem fins lucrativos e, conforme o artigo 3º do Estatuto, seus objetivos são “promover a cultura, a defesa, a conservação e a difusão do patrimônio histórico, artístico e cultural, alusivo à história e memória da imigração italiana no Brasil, com ênfase na região de Ribeirão Preto” (Estatuto do Instituto Casa da Memória Italiana, 2013: 1-2).

Em entrevista com Adriana Silva, Diretora Administrativa da Casa da Memória Italiana, acrescenta algo mais, porque afirma que o projeto do Instituto está dentro da lógica de gestão de economia criativa para manutenção e sustentabilidade da Casa. O primeiro objetivo é o da preservação do edifício e, por isso, a melhor proteção decorre do seu uso, e por isso a justificativa para a criação do Museu. Refere-se, também, à relação arquitetônica da casa com o centro da cidade de Ribeirão Preto, pois, ao preservá-la, há uma contribuição à preservação do centro. Menciona, ainda, que a casa tem uma linguagem bastante diversificada e trará ideias relacionadas com a gastronomia, língua e arte italiana, de forma abrangente e capaz de atrair o público a visitá-la mais de uma vez, além de que poderá expandir as suas atividades a outros imigrantes¹¹. Por isso, para Adriana Silva, o papel da Casa da Memória Italiana é guardar a memória e difundir a sua história às gerações futuras, para ser contada e reproduzida.

De forma a ampliar a inclusão de muitos na consecução de ideias relacionadas com a Casa da Memória Italiana, foram discutidas parcerias com entidades como o Governo Italiano, presente em Ribeirão Preto, através do Vice-Consulado e associações como a *Società Dante Alighieri*. Esta última, fundada em 08 de junho de 1910, por um grupo de italianos, teve por objetivo o de criar um ambiente no qual houvesse a integração entre os italianos, ajudando-se uns aos outros na solução de problemas e na promoção da cultura italiana, recordando a Itália através da língua, música, gastronomia, entre outros¹².

¹⁰ Instituto Casa da Memória Italiana, [Consulta em: 26.05.2018]. Disponível em: <<https://www.casadamemoriaitaliana.com.br/sobre-nos/>>.

¹¹ Entrevista realizada com Adriana Silva, em 14 de março de 2016, por Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.

¹² Entrevista realizada com Antonio Henrique Sartore, em 09 de maio de 2016, por Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

A Casa da Memória Italiana, desde sua institucionalização, mencionada acima, tem desenvolvido ações de mediação patrimonial/educativa como: visitas agendadas; visitas por escolas; atividades nas Férias; recitais de Natal (com a apresentação do *Coro Memorie d'Italia*); participação na Semana de Museus 2015, 2016, 2017 e 2018; promoção de exposições de Arte Contemporânea, entre outras. Estas atividades, a princípio, eram desenvolvidas pela Instituição de forma pontual, sem um planejamento prévio, mais concreto, de mediação patrimonial, mas foram implantadas de forma regular na agenda da Casa, conforme se verifica na programação divulgada no seu *website*¹³.

Foram realizados alguns projetos, como o Projeto 2015-2016, por meio de captação de recursos, pelo PROAC – Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, que possuía quatro vertentes: o desenvolvimento de um Plano Diretor, cujo objetivo era abrigar, na casa, sede do Instituto Casa da Memória Italiana, um Museu-Casa; a realização de pesquisa e a recolha de registos orais sobre a imigração italiana em Ribeirão Preto e região, o que possibilitou a produção de onze videodocumentários¹⁴; a elaboração de um programa de ocupação física da casa; e, por fim, a criação de uma página na *internet*, onde seriam divulgados estes videodocumentários e que possibilitaria uma visita virtual à casa¹⁵. Os resultados deste Projeto podem ser vistos no *website* da Casa da Memória Italiana¹⁶.

Outro projeto foi o Plano Anual 2017, com captação de recursos pelo PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura, que incentivava projetos culturais, a nível federal. A proposta do plano incluía a criação de programas nas áreas: Institucional; Educativo e Cultural; Pesquisa e História¹⁷.

Ao reconhecer a Casa da Memória Italiana como uma potencialidade criativa e a possibilidade de transformá-la num Museu-Casa, educador e formador, capaz de proporcionar experiências simbólicas e sociais, aos seus visitantes, percebemos que

¹³ Ações Culturais da Casa da Memória Italiana, [Consulta em: 26.05.2018]. Disponível em: <<https://www.casadamemoriaitaliana.com.br/eventos/>>.

¹⁴ Projeto Memória Italiana, [Consulta em: 08.02.2018]. Disponível em: <<https://www.casadamemoriaitaliana.com.br/projeto-memoria-italiana/>>.

¹⁵ Informações encontradas em Fôlderes informativos da Casa da Memória Italiana.

¹⁶ *Website* da Casa da Memória Italiana, [Consulta em: 08.02.2018]. Disponível em: <<https://www.casadamemoriaitaliana.com.br/>>.

¹⁷ Informações obtidas com a Gestora Executiva da Casa da Memória Italiana, Alice Registro Fonseca, durante o período de pesquisa na Casa, de janeiro a julho de 2016.

existe a intenção em torná-lo um Museu vivo. Um Museu vivo é aquele que dialoga com o passado, o presente e o futuro. É aquele que se adapta às mudanças, à diversidade de identidades culturais, capaz de desenvolver práticas inovadoras na área de gestão e mediação, e buscar soluções para a sustentabilidade económica, social e cultural, transformando o seu entorno.

“[...]. Um Museu vivo será aquele que for capaz, não só de olhar para além das suas colecções materiais, mas também de as equacionar, não apenas em termos do passado, em alternativa deixando-se implicar pelas realidades contemporâneas e identidades em mudança das respectivas comunidades. Levando as pessoas a confrontarem-se não apenas com os materiais históricos da sua identidade, mas também, e de forma renovada, a conectarem-se com as facetas mais contemporâneas das suas identidades culturais, esse Museu vivo será capaz de auxiliar as próprias pessoas a descobrirem quem são e a desenvolverem sentimentos de pertença e comunhão” (Duarte, 2010: 55).

Ao utilizar a casa como um espaço de memória, ultrapassando o aspecto material e atingindo a imaterialidade para recordar e identificar ou possibilitar identificar-se, não somente as famílias que ali viveram, mas a comunidade na qual está inserida, estaremos a utilizar a criatividade. O cenário criativo com possibilidades de sucesso é aquele que relaciona a criatividade e as singularidades dos locais, utilizando o património cultural, seja o material ou imaterial, como uma potencialidade que permita a criação de experiências transformadoras. O visitante muda de uma posição passiva para uma ativa, ou seja, torna-se tanto o consumidor como o produtor da experiência (Richards & Wilson, 2007: 16-24).

Podemos compreender, então, que a Casa da Memória Italiana, desde o início de sua atuação em 2013, tem consciência de seu papel e busca interagir e incluir a população em suas ações através de projetos e atividades que valorizem e tragam ao conhecimento a história e memórias da Casa, da cidade de Ribeirão Preto e do próprio país Brasil. Ou seja, cumpre a função de um património cultural que, ao serem reconhecidas suas potencialidades culturais, transforma uma simples casa, residência de família, em um património social ou coletivo, através da apresentação de sua história, seu património material e imaterial, que identifica um coletivo.

3. Considerações Finais

Nas últimas décadas, o património cultural tem sido reconhecido como um direcionador cultural e identitário dos lugares, encontrando, nos factos históricos, recursos materiais e imateriais, a essência e motivação ao desenvolvimento de cidades e comunidades. A criatividade surge como uma estratégia capaz de potencializar o património cultural, uma forma de fazer uma releitura do passado e aplicá-lo ao contexto contemporâneo. Nesse sentido, encontram-se os museus que buscam formas criativas, por meio de projetos e atividades de mediação patrimonial, para cumprirem a função de articular o tempo presente, passado e futuro, promovendo a participação e identificação aos seus visitantes.

“Cultural heritage and contemporary expressions of it have provided a worldwide focus for urban renewal. In the midst of economic development we find inspiration in the buildings, artefacts, traditions, values and skills of the past. Culture helps us to adapt to change by anchoring our sense of being; it shows that we come from somewhere and have a story to tell; it can provide us with confidence and security to face the future. Cultural heritage is more than buildings – it is the panoply of cultural resources that demonstrate that a place is unique and distinctive. Culture lies at the core of creative invention. Culture is thus, ironically, about a living way of life that is reinvented daily” (Landry, 2008: 39)¹⁸.

À luz desta base teórica, originou-se a Casa da Memória Italiana, cuja trajetória é descrita neste artigo, que objetivou a compreensão e o (re)conhecimento de um bem histórico e a sua patrimonialização através de um processo de identificação cultural.

A edificação da Casa da Memória Italiana foi construída na primeira metade do século XX, entre 1923 e 1926, e carrega as memórias de um passado, caracterizado pela imigração e pelo período cafeeiro, componentes históricas da cidade de Ribeirão Preto, onde está localizada. Foi propriedade de duas famílias imigrantes, a primeira portuguesa e a segunda italiana, que contribuíram para a composição cultural da cidade, através de

¹⁸ “O património cultural e as suas expressões contemporâneas têm proporcionado um foco mundial para a renovação urbana. No meio do desenvolvimento económico encontramos inspiração nos edifícios, artefatos, tradições, valores e habilidades do passado. A cultura ajuda-nos a adaptar-nos à mudança ancorando o nosso sentido de ser; Mostra que viemos de algum lugar e temos uma história para contar; Ele pode nos fornecer confiança e segurança para enfrentar o futuro. O património cultural é mais do que edifícios - é a panóplia de recursos culturais que demonstram que um lugar é único e distintivo. A cultura está no cerne da invenção criativa. A cultura é, assim, ironicamente, um modo de vida vivo que é reinventado diariamente” (Landry, 2008, 39, Tradução por Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth).

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

costumes e tradições. Em 2013, a casa foi transformada numa instituição denominada Casa da Memória Italiana, ao ser reconhecida a sua preservação e promissora contribuição cultural, cujo percurso museológico é incipiente.

O Instituto Casa da Memória Italiana, conforme seu Estatuto Social, configura-se numa associação com a finalidade de difundir e preservar a memória, a cultura e os costumes dos imigrantes italianos em Ribeirão Preto e no Brasil, porém não se institucionalizou ainda como Museu-Casa, embora cumpra seus objetivos como tal.

Nota-se que os projetos e atividades de mediação patrimonial, ali desenvolvidos, buscam valorizar e transmitir o conhecimento aos visitantes, alusivos à história e às memórias da Casa, conseqüentemente, da cidade e do país. Tais ações percorrem os princípios criativos ao relacionarem as mais diversas áreas como, por exemplo, a arte e a música, através de Recitais e Exposições de Arte Contemporânea. Conforme entrevista com a Diretora Administrativa do Instituto, Adriana Silva, os gestores buscam uma linguagem diversificada com ideias relacionadas à gastronomia, língua, arte italiana, entre outros.

Tendo em vista estas atividades, no que tange à abrangência cultural ou étnica do Instituto, vale uma ressalva. De acordo com as declarações do Vice-Presidente da Casa da Memória Italiana, Maurílio Biagi Filho, e da Diretora Administrativa, Adriana Silva, quando entrevistados, a Casa teria a finalidade de preservar a cultura e a memória, não só dos italianos, mas também de outros imigrantes, embora tal abrangência não conste no Estatuto Social da instituição, que se restringe à história e cultura dos imigrantes italianos.

Observa-se, também, que a Casa da Memória Italiana, apesar da nacionalidade da segunda família proprietária, oscila entre uma ligação à imigração italiana e imigração de outra origem, como a portuguesa. Este facto decorre da história das migrações, brasileira, que trouxe a Ribeirão Preto um grande contingente de imigrantes, de diversas nacionalidades, como mencionado na seção 2. Por este motivo, seria aconselhável uma abrangência cultural maior ao pensar e planificar os projetos e atividades futuras da Instituição. Assim como se ressalta a importância de abordar a mesma como um Museu vivo, capaz de incluir e motivar os visitantes a participarem de forma ativa das experiências e, conseqüentemente, estabelecerem vínculos identitários, a fim de perpetuarem a história e as memórias às gerações futuras.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

Por fim, pelas potencialidades criativas, económica, social e cultural, no contexto da história da cidade de Ribeirão Preto e região, a Casa da Memória Italiana apresenta-se como um elemento vivo capaz de preservar, cultuar e desenvolver esses pressupostos, para além de sua importância meramente material, transpondo-se em património imaterial, erigindo-se como um bem coletivo para a região e o país.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE RIBEIRÃO PRETO [AEAARP] (2015), “Resgatando Patrimônios”, *Revista Painel*, ano 18, nº. 243. [Consulta em: 19.07.2016]. Disponível em: <http://www.aeaarp.org.br/images/revista/20160112_143225_painel-243.pdf>.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (1999), *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*, São Paulo, Humanitas/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BIAGI, Luiz Lacerda (1987), *A família Biagi: os primeiros cem anos, 1888-1988*, São Paulo, Laserprint.

DUARTE, Alice (2010), “O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial”. *Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola* [recurso electrónico], vol. 1, 2010, p. 42-61, Porto, Universidade do Porto [Consulta em: 05.08.2016. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/23630?locale=pt>>.

EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE (2016), Conference *A hope for Europe! Culture, Cities and New Narratives*. [Consulta em: 09.08.2016]. Disponível em: <<http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.events-and-activities-europe-culture-cities>>.

FALCÃO, Catarina (2016), “Um museu gera mais emprego e riqueza que um negócio?” *Observador*. [Consulta em: 09.08.2016]. Disponível em: <<http://observador.pt/2016/06/21/um-museu-gera-mais-emprego-e-riqueza-que-um-negocio/>>.

HADDAD, Gisele Laura (2011), *Orquestra sinfônica de Ribeirão Preto – representações e significado social*. (Coleção Nossa História, n. 5), Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

HASSE, Geraldo (2003), *Maurílio Biagi: o semeador do sertão*, São Paulo, Editora Ceu e Terra.

HEFLINGER, José Eduardo Jr.; LEVY, Paulo Masuti (2010), *E os italianos chegaram*, Limeira, Unigráfica.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (2010), *Plano nacional setorial de museus – 2010-2020*, Brasília, Ministério da Cultura (MinC), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) [Consulta em: 29.06.2018]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>>.

LANDRY, Charles (2008), *The Creative City: a toolkit for urban innovators*. (2nd ed.). London, Comedia/Earthscan.

LANDRY, Charles (2011), “Cidade Criativa: a história de um conceito” in REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Orgs.), *Cidades Criativas – Perspectivas*, São Paulo, Garimpo de Soluções. [Consulta em: 29.06.2018]. Disponível em: <http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf>.

MORAIS, Isabela (2012), Economia criativa dos museus. *Diário de Pernambuco*, p. B5. [Consulta em: 10.08.2016]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=4692:economia-criativa-dos-museus&catid=212&Itemid=228>.

RODWELL, Dennis (2013), “Heritage as a driver for Creative Cities” in EUROPE AS SCIENTIFIC INSTITUTE (ESI). *The idea of Creative City/ The urban policy debate*. Cracow, Dobrosława Wiktor-Mach and Piotr Radwanski [Consulta em: 23.06.2016]. Disponível em: <<http://eujournal.org/files/journals/1/books/Cracow2013.pdf>>.

RICHARDS, Greg; WILSON, Julie (Eds.) (2007), *Tourism, Creativity and Development*. New York, Routledge (Taylor & Francis Group).

SANTOS, Bruno (2014), Conferência aborda economia criativa e museus no 6º. FNM. *6º. Fórum Nacional de Museus: Museus Criativos*. [Consulta em: 09.08.2016]. Disponível em: <<http://fnm.museus.gov.br/noticias/conferencia-aborda-economia-criativa-e-museus-no-6o-fnm/>>.

SANTOS, Ruy Antonio Meirelles dos; MEIRELLES, Maria Zuleika (1992), *Família Souza Meirelles – Estudo Genealógico*, Valinhos, Gráfica São José.

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

SILVA, Frederico Barbosa da et al. (2014), *Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI*, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus. [Consulta em: 09.08.2016]. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/EncontrosFuturo_Ibram2014.pdf>.

TOTH, Nicole Ap. S. A. (2016). *A cidade criativa e o patrimônio cultural: a Casa da Memória Italiana em Ribeirão Preto – SP, Brasil*, Dissertação de Mestrado em História e Patrimônio, Porto, Universidade do Porto. Disponível em: <http://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=166083>.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa (2000), “*Dos coronéis à metrópole*”, *fiões e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*, Ribeirão Preto, Palavra Mágica.

Sítios eletrônicos:

CASA DA MEMÓRIA ITALIANA, [Consulta em: 08.02.2018]. Disponível em: <<https://www.casadamemoriaitaliana.com.br/>>.

CREATIVE CITIES NETWORK, [Consulta em: 27.06.2018]. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE] (2018), *Ribeirão Preto*. [Consulta em: 07.02.2018]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>>.

INSTITUTO PAULISTA DE CIDADES CRIATIVAS E IDENTIDADES CULTURAIS, [Consulta em: 26.05.2018]. Disponível em: <<https://www.ipccic.com/>>.

Arquivo do Instituto Casa da Memória Italiana:

Estatuto Social de criação do Instituto Casa da Memória Italiana, 2013;

Fotografias;

Dossiers;

Levantamento completo do mobiliário, objetos e fotografias (3 volumes não publicados, para uso interno do Museu-Casa), 2013-2014;

Livros de presença (visitas e eventos);

Materiais utilizados nas atividades educativas;

Material sobre Arte Decorativa do Bungalow: Alice Registro Fonseca, 2014;

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth – Memórias do Café e da Imigração Italiana – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 136-157. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a8

Memórias de Maria Augusta Scatena Lopes, 2014;

Projeto de arquitetura e ocupação dos espaços da Casa da Memória Italiana, 2015;

Transcrição da entrevista com Francisco Machado de Souza Neto (neto de Joaquina Evarista Meirelles), sua esposa Regina Maria Carvalho e filhas Maria Marta e Carmem Rita – 19 de maio de 2014;

1º. Registro de Imóveis. Escritura de doação. Lavrada em 14 de fevereiro de 1925, transcrita sob nº. de ordem 15.509. Certidão Protocolo nº. 549.683, 2014. Acervo do Instituto Casa da Memória Italiana.

Entrevistas:

Adriana Silva: Presidente do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais e Diretora Administrativa da Casa da Memória Italiana, realizada em 14 de março de 2016.

Maurílio Biagi Filho: 1º. Vice-Presidente da Casa da Memória Italiana, realizada em 02 de maio de 2016.

Antonio Henrique Sartore: Ex-Assessor da Diretoria da Società Dante Alighieri de Ribeirão Preto, atual Diretor Presidente para o período 2016-2020, realizada em 09 de maio de 2016.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

“Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico

“Tout a commencé avec D. Afonso Henriques”: le temps historique dans les récits des élèves de l'école primaire

“Todo comenzó con Don Afonso Henriques”: el tiempo histórico en las narrativas de alumnos de la Enseñanza Básica

“Everything started with D. Afonso Henriques”: historical time in the narratives of Basic Education students

Ana Isabel Moreira
Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»
(CITCEM)-FLUP
ana_m0reira@hotmail.com

Xosé Armas Castro
Universidade de Santiago de Compostela.
xose.arms@usc.es

Resumo: Aquilo que o tempo é pode suscitar entendimentos vários, também por consequência das experiências de aprendizagem que se vivenciam. Este artigo tem por objetivo principal apresentar as representações de estudantes de 10/11 anos, a frequentarem o Ensino Básico português, sobre o tempo histórico e os seus múltiplos sentidos. Pela redação de uma narrativa breve sobre a história de Portugal, e de acordo com as suas perceções, o tempo é componente do pensamento histórico, memória ou identidade. Pensa-se, depois, a leitura da experiência temporal no seio do desenvolvimento da consciência histórica dos alunos proporcionado por situações significativas no ensino da história.

Palavras-chave: tempo (histórico), consciência histórica, narrativas, Ensino Básico.

Abstract: The notion of time may evoke different understandings, also as a consequence of the learning experiences that each student undergoes. This article's main goal is to present the representations of 10 and 11 years old students, attending Portuguese Basic Education, about historical time and its multiple meanings. Through the writing of a brief narrative about the history of Portugal, based on their perceptions, time is a component of historical thought, memory or identity. Afterwards, the analysis focalizes on the reading of the experience of time but within the development of student's historical consciousness, provided by significant situations in history teaching.

Keywords: (historical) time, historical consciousness, narratives, Basic Education.

Résumé: Ce que le temps est peut susciter plusieurs interprétations, surtout à cause des expériences d'apprentissage vécues. Cet article a pour but principal de présenter les représentations des étudiants de dix/onze ans, qui fréquentent l'école primaire portugaise, sur le temps historique et ses multiples sens. A travers d'un bref récit sur l'histoire du Portugal, et selon leurs perceptions, le temps est un constituant de la pensée historique, de la mémoire ou de l'identité. On pense, alors, à la lecture de l'expérience

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

temporelle au sein du développement de la conscience historique des étudiants grâce aux situations significatives de l'enseignement de l'histoire.

Mots-clés: temps (historique), conscience historique, récits, école primaire

Resumen: El tiempo puede suscitar distintas comprensiones, también como consecuencia de las experiencias de aprendizaje vividas. Este artículo tiene como objetivo principal presentar las representaciones de estudiantes de 10/11 años que frecuentan la Enseñanza Básica portuguesa sobre el tiempo histórico y sus múltiples sentidos. A través de la redacción de una narrativa breve sobre la historia de Portugal, y de acuerdo con sus percepciones, el tiempo es componente del pensamiento histórico, memoria o identidad. Se aborda después la lectura de la experiencia temporal en el marco del desarrollo de la conciencia histórica de los estudiantes proporcionado por las situaciones significativas en la enseñanza de la historia.

Palabras-clave: tiempo (histórico), conciencia histórica, narrativas, Enseñanza Básica.

1. Introdução

Foi “há muitos anos”, “naquela época” não era assim, no “tempo dos senhores” a vida acontecia de outro modo, o “tempo presente” são só os dias de hoje, sem história para relatar. No discurso de quem aprende, também formalmente, a história, o tempo é, às vezes, sinónimo daquelas palavras. É, talvez, uma diversidade de ideias e perspetivas que se vão construindo desde sempre, porque tal aspeto, nas suas várias facetas, emerge recorrentemente por esta ou aquela razão, até mesmo na banalidade do dia a dia.

Para lá do meteorológico, do tecnológico, do de lazer, entre tantos outros, conta-se o tempo do acontecido numa sociedade qualquer, que a foi, ou vai, modificando e que, ao perpassá-la, deu forma a contextos vivenciais inúmeros e distintos nas suas especificidades. Realidades “daquele tempo”, de cada um deles, e que assim se podem, e devem, perceber. Temporalidades relativas aos ambientes sociais e às inter-relações aí vividas. Porque há, entre séculos, décadas, ou mesmo anos, uma história que ganha contornos diferentes e são essas tais diferenças que se têm de marcar ao longo do tempo. Há, pois, um tempo vivido que, depois, se retrata numa narrativa logicamente construída, com sentido, enquanto condição da existência temporal (Ricoeur, 1983). Entendem-se ações sucessivas, pensamentos, sentimentos, num retorno do acontecido que não se abstrai do ser humano, mas que, a partir da temporalização de estruturas históricas, evita generalizações ou extrapolações entre épocas distintas (Koselleck, 2000). Os tempos diferentes, de facto, podem cruzar-se, até relacionar-se, sendo também desta forma que se define a historicidade da existência humana e a temporalidade do ser.

Aquele tempo histórico, assim como outros tempos, é progressivamente compreendido por cada indivíduo de modos distintos. Estes não têm de ser

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

entendimentos mais ou menos válidos, melhores ou piores, mais ou menos científicos. São representações individuais que vão sendo construídas ao longo de um percurso pessoal e de acordo com as oportunidades experimentadas, as interações protagonizadas, as informações apreendidas e provenientes de diferentes meios de comunicação.

Crianças de 10 ou 11 anos de idade, que são também sujeitos em formação no âmbito do saber sobre história, vão percebendo o tempo histórico de modo particular e interpretável à luz daquela que é a sua experiência de aprendizagem de tal conceito de segunda ordem.

Ao longo das próximas linhas, temos por intenção evidenciar as representações construídas por estudantes daquelas idades, a frequentarem o Ensino Básico português, sobre aquilo que é o tempo histórico. No total, 90 alunos, oriundos de instituições de ensino públicas e privadas, do distrito do Porto, responderam a um inquérito por questionário no âmbito de um trabalho de investigação mais amplo alusivo às representações e narrativas de estudantes e docentes do 2.º ciclo sobre a história e o seu ensino. A partir de catorze perguntas incluídas em tal instrumento de recolha de dados pretendeu-se analisar as representações elaboradas pelos alunos sobre a história como saber científico, como área disciplinar estudada na sala de aula e presente no quotidiano e sobre personagens e acontecimentos que compõem a história de Portugal. Sem que se esquecesse, naturalmente, que há discursos sociais, tradições escolares e políticas educativas que influenciam as representações elaboradas por cada um.

Pelas suas narrativas, escritas ao longo de vinte minutos, os estudantes manifestaram, também, um particular sentido conferido ao tempo que enforma a história de Portugal. Um tempo que não assume, com efeito, um só significado.

2. Contexto e metodologia

Na nossa perspetiva, o tempo histórico aprendido pelos estudantes foi considerado, de alguma forma, na sua manifestação em diferentes níveis de progressão, desde um mais elementar até ao mais complexo. Por outras palavras, distinguiram-se as interpretações que somente listam factos históricos sem qualquer lógica cronológica ou as que olham para a história como um processo linear, daquelas que já evidenciam o reconhecimento de situações de mudança e continuidade como reflexos de progresso e

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

declínio e, ainda, das diferentes visões que podem dar forma ao entendimento de avanços ou retrocessos face a ações concretizadas ou factos acontecidos.

Porque o tempo é, também, componente do pensamento histórico, na perspetiva estabelecida por autores como Seixas e Morton (2013). Associa-se, então, às mudanças e às continuidades ocorridas durante uma história que não se faz, apenas, de nomes, datas ou factos listados; e relaciona-se, ainda, com as ideias de progresso e declínio. Além disso, é um tempo percebido coletivamente, racionalizado e orientado para o passado (Domínguez, 2015); objetivo, porque medido cronologicamente e subjetivo, sendo uma construção socialmente mediada, porque variável e heterogêneo de acordo com os grupos humanos e as épocas. De facto, e na opinião daquele mesmo autor (Ibid.: 171):

Situar los hechos del pasado en el tiempo, y relacionarlos con su contexto histórico, comprender cómo y por qué cambian de manera rápida o lenta, o si se mantienen sin variación por largo tiempo, valorar si los cambios han traído progreso o retroceso... son sin duda aspectos esenciales del pensamiento histórico.

Todavía, tempo também pode ser sinónimo de memória e, mais ainda, de identidade. Porque em redor de qualquer sujeito se vai destacando, desde uma apreensão precoce, a presença da memória histórica. Mas a abordagem da mesma pode denotar a existência de uma memória neutra e objetiva, de um passado em termos absolutos ou sagrados (Carretero e Borrelli, 2008) ou, num outro sentido, a prevalência da perceção de que a história, que não deixa de ter sempre o passado como referente, pode ser mais do que uma só memória ou mais do que uma particular via para a manipulação ideológica e para o apagamento de alguns momentos que ainda contam o realmente acontecido. Porque pode incluir diferentes pontos de vista, explicações que são plurais, o questionamento das representações tidas como hegemónicas, a aceitação de um pretérito que é, intrinsecamente, diverso (Barca, 2015).

Para além de ser “[d]aquilo com que se constroem os discursos sobre o passado” é, também, aquilo “de que se alimentam as visões atuais” (Rosas, 2009: 19). Por outras palavras, a memória é sinónimo de tempo presente. E pode ser, ou nem tanto assim, o percurso para que progressivamente se reconheça, nos conteúdos históricos do passado, uma utilidade para uma atualidade da qual os sujeitos de hoje fazem parte e onde podem ser atores interventivos. Analisando, historicamente, o que diferencia a sociedade atual e

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

as sociedades de tempos idos, talvez vivenciem a oportunidade de, ao longo de um processo de desenvolvimento de percepções e entendimentos, compreenderem de modo mais claro a realidade, os conflitos, as dinâmicas, as posições assumidas por diferentes personalidades políticas, sociais ou culturais.

A compreensão do tempo histórico por aqueles supracitados sujeitos de 10 ou 11 anos, portanto a frequentarem o 6.º ano de escolaridade, foi detetada pelas suas redações sob a forma de narrativas históricas. Escreveram sobre a história do país onde vivem, como se a contassem a um desconhecido portador de outra nacionalidade, e incluíram nos seus textos os factos, personalidades, tempos ou circunstâncias que consideraram mais relevantes no relato da história de Portugal. Fizeram-no a partir da seguinte questão, a última do inquérito por questionário aplicado: *Imagina que o Andras, um rapaz húngaro da tua idade, vem visitar Portugal pela primeira vez. Tu tens a oportunidade de o conhecer e de lhe falar um pouco sobre o teu país. O que lhe contas sobre a História de Portugal? Escreve-o num pequeno texto (8 a 10 linhas).*

Com base numa análise textual sistemática, e no contraste com estudos internacionais e nacionais sobre narrativas e pensamento histórico (Domínguez, 2015; Seixas e Morton, 2013; Barca, 2010; Solé, 2009), os textos produzidos pelos 90 estudantes foram classificados em níveis progressivos de compreensão do tempo histórico. Assim, utilizando os procedimentos inerentes à *grounded theory* (Glaser e Strauss, 1967), para a definição categorias a partir de dados coligidos, identificamos, nos relatos dos estudantes, quatro distintos níveis de análise:

Nível 1: Relata acontecimentos da história de Portugal em forma de listagem, sem referências à cronologia histórica nem a processos de mudança.

Nível 2: Situa cronologicamente acontecimentos e personagens da história de Portugal, apresentando-os como parte de um processo linear.

Nível 3: Utiliza adequadamente a cronologia relativa à história de Portugal. Identifica situações de mudança e de continuidade como expressões de progresso ou declínio.

Nível 4: Utiliza adequadamente a cronologia relativa à história de Portugal e alguns conceitos temporais. Identifica situações de mudança e/ou continuidade que podem ser entendidas como avanços ou retrocessos desde diferentes perspetivas.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

A interpretação das narrativas dos estudantes contemplou, ainda, duas outras dimensões aí plasmadas. Por um lado, as mesmas foram analisadas enquanto ferramentas culturais que, pela lógica da sua trama textual, não raras vezes contribuem para reforçar identidades nacionais fechadas e se caracterizam pela dicotomia entre “nós” e os “outros”, pela simplificação dos processos históricos e por uma mitificação de personagens e acontecimentos que surgem como sinónimo de glórias nacionais (Carretero, 2017; VanSledright, 2008; Wertsch, 2004). Por outro lado, os noventa textos redigidos permitiram que se entendesse a consciência histórica desenvolvida por cada um (Rüsen, 2010; Seixas, 2005) e que se associa, em parte, à compreensão dos contextos sociais, culturais, intelectuais e emocionais que moldaram a vida, as atuações, os pontos de vista dos protagonistas do passado. Aquele passado que é feito de um tempo diferente do presente. De forma mais ou menos explícita, nas narrativas históricas construídas, distinguiram-se, pois, os modos de raciocínio moral perfilhados por cada um dos indivíduos, bem como as relações estabelecidas entre passado, presente e futuro.

Tomou-se em consideração, portanto, o conteúdo de cada narrativa que denota, de modo mais ou menos claro e burilado, as diferentes dimensões do pensamento histórico. Porém, olha-se com maior atenção, neste artigo, para o modo como o tempo (histórico) foi olhado, pensado, contado. Se como mera cronologia de factos, se como memória que influencia uma identidade construída, se como lições passadas que precisam de orientar o presente, se como diferenças várias que moldam contextos históricos que, assim, são justificadamente distintos, ou se como qualquer outra perspetiva assumida.

3. O tempo histórico nas narrativas dos estudantes

Recorrendo aos níveis de análise antes explicitados, as narrativas elaboradas pelos estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico foram a cada um deles devidamente associadas.

No **nível 1** agrupamos um pouco mais de metade das mesmas (49 de 90). Em tais relatos, o tempo histórico apresentou-se como uma lista de nomes e datas, elencados de uma forma aleatória, ainda que por vezes tenha sido respeitada a ordem cronológica dos mesmos, mas sem marcas de uma intencionalidade inerente. Esqueceram-se processos de mudança e/ou de continuidade e a seleção dos elementos inclusos naquela

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

enumeração refletem a sua valorização acontecida nos diversos contextos sociais, sejam eles a sala de aula, os manuais escolares ou os meios de comunicação.

Nessas narrativas não se evidenciaram referências distintas aos anos, às décadas ou aos séculos em que os eventos ocorreram e as personalidades atuaram e, por sua vez, os conceitos temporais simples não foram mobilizados de modo significativo:

Eu dizia-lhe o 1.º rei de Portugal (D. Afonso Henriques), contava-lhe dos descobrimentos, das invasões francesas, do terramoto de Lisboa, do princípio e do fim da monarquia, da República, de Salazar e do 25 de abril. (aluno 1, 10/11 anos)

Cerca de um terço das narrativas (28 de 90) associaram-se ao nível 2 de compreensão do tempo histórico. Assim, contaram-se os acontecimentos e as personalidades numa linearidade temporal, situados cronologicamente, e com uma intenção mais clara sucederem-se os conceitos temporais simples, mas sem que ainda se distingam aqueles que são os factos de curta ou de longa duração. Tome-se como exemplo, a narrativa que se segue:

A História de Portugal é muito grande e tudo começou com D. Afonso Henriques ao fundar o país. Seguiu-se com os Descobrimentos, onde ficámos com muitas colónias e enriquecemos. Mas os espanhóis dominaram Portugal e governaram durante 60 anos! Mas recuperamos o país. Passámos por reis, uma 1.ª República, Ditadura Militar, Estado Novo e agora uma democracia. E esta é a História de Portugal resumida. (aluno 2, 10/11 anos)

Há uma espécie de movimento pendular (Barca e Schmidt, 2013) que denuncia a transformação histórica ao longo dos tempos, por via de períodos cronologicamente ordenados. Enumeram-se diferentes formas de governo e regimes políticos –monarquia, república, ditadura, democracia– que marcam a diferença entre os distintos momentos históricos. E ainda por via de outras narrativas incluídas no supracitado nível de análise, contam-se uma monarquia durante a qual D. Dinis investiu em obras públicas, os Descobrimentos trouxeram muita riqueza ao país e o Marquês de Pombal reconstruiu a cidade de Lisboa; uma república que, pela sua instabilidade, não se prolongou no tempo; uma ditadura (salazarista) que condicionou liberdades, mas que também ocasionou a estabilidade financeira; uma democracia atual que, a par da inovação tecnológica, orienta a mudança do hoje no sentido de um progresso moderado.

Um reduzido grupo de estudantes (11 dos 90 participantes) puderam incluir-se, pelos seus textos apresentados, num **nível 3** de compreensão do tempo histórico. Desta

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

forma, não se limitaram a uma sequência cronológica de factos, mas identificaram, ainda, situações de progresso ou declínio e momentos de rutura. Em simultâneo, foram capazes de, implicitamente, e apenas em alguns exemplos, distinguir os eventos históricos de curta duração e aqueles que, de um outro modo, se prolongaram na sua singularidade. Uma sucessão de reis portugueses permitiu a continuidade da monarquia, mas que foi interrompida, num determinado período de tempo, pela perda da independência do reino português para Espanha, em 1580, numa situação de evidente declínio. A 1.^a república, pese embora os seus poucos anos de vigência, favoreceu algum progresso no âmbito educativo e da saúde. Um outro regime político, desta vez a ditadura (do Estado Novo), significou a perda de liberdades individuais e, por isso, um retrocesso social e cultural, mas menos significativo face à estabilidade económico-financeira alcançada, com a resolução “de todos os problemas económicos de Portugal”. No entanto, a Revolução dos Cravos (em 25 de abril de 1974) conta-se como um momento de rutura, que “tornou Portugal um país novo” e num período de reconhecida evolução, uma vez que a democracia “trouxe coisas novas”, como uma Constituição que veiculou a recuperação daqueles direitos antes anulados. Aspetos que surgem evidentes no seguinte relato:

O nosso primeiro rei foi D. Afonso Henriques. A Monarquia durou muitos séculos em Portugal. Deu-se a revolta republicana instaurando-se a República. Mas esta não durou muito tempo pois passado alguns anos deu-se o golpe militar de 28 de maio de 1926. Salazar convidado para ser ministro das finanças acabou com a crise económica, financeira e social do país. Para acabar com este regime político, Estado Novo, os militares em 25 de abril de 1974 realizaram uma revolta. (aluno 3, 10/11 anos)

O olhar dos sujeitos que narraram a história de Portugal, impregnado de um tempo que é presente, de alguma forma os distanciou das razões e intenções das gentes do passado, atuantes noutros contextos sociais, culturais, intelectuais e emocionais. Por isso, não evidenciaram, nas suas narrativas, terem sido capazes de entender as mudanças e as continuidades, acontecidas no país, a partir de diferentes perspetivas ou olhares ou mesmo se aquelas transformações foram rápidas ou, pelo contrário, mais lentas e estendidas no tempo. Embora façam uso de conceitos temporais complexos, quando se referem “à época dos Descobrimentos” ou ao que se verificou “durante a ditadura de Salazar”, não os incluem num discurso argumentativo que denuncie um domínio realmente consciente e uma utilização deliberada dos mesmos.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

Naquele que definimos como o **nível 4** da compreensão do tempo histórico não incluímos nenhuma narrativa sobre a história de Portugal produzida pelos estudantes. Pensar historicamente não se limita ao conhecer e saber utilizar as convenções cronológicas, mas será sobretudo reflexo de um entender, com significado, as noções temporais e ser capaz de mobilizá-las adequadamente quando associadas à cronologia histórica (Blow, Lee e Shemilt, 2012; Domínguez, 2015). Porque em relação a tal dimensão específica, nenhum texto denotou uma apropriação individual e adequada da cronologia relativa à história de Portugal e de, pelo menos, alguns conceitos temporais essenciais, assim como não retratou a assunção de diferentes perspetivas na identificação de situações de mudança e/ou continuidade que podem ser percebidas como avanços ou retrocessos.

Face a uma história que é antinatural (Wineburg, 2001), cada indivíduo tem de tomar consciência da sua própria perspetiva para, só depois, entender aquela que pertenceu aos sujeitos que fizeram o passado. Ao vivenciar a oportunidade de, na sala de aula, desenvolver, com clarividência, a empatia histórica, poderá, então, pensar o tempo de um modo mais complexo. Porque quando se assume como capaz de se colocar no lugar do outro, considerando sentimentos e ações possíveis, aquele indivíduo confronta diferenças reais e, assim, vai compreendendo razões, emoções e intervenções de sujeitos outros que viveram uma realidade temporal diferente da de hoje. Progressivamente, a redação de narrativas sobre a história de Portugal poderá contribuir para que mesmo os mais novos, porventura com 10 ou 11 anos de idade, disponham de um marco global mínimo da evolução histórica, ou seja, que vão vivenciando o real desenvolvimento da sua consciência histórica, ao mesmo tempo que vão reconhecendo que os relatos sobre o passado não são únicos, destacam, cada um deles, aspetos distintos e podem refletir diferentes pontos de vista.

4. Entre as narrativas históricas e a identidade nacional

As narrativas podem surgir, também, sob a forma de relatos da história própria de um país e, subjacente a essa sua dimensão nacional, caracterizadas, não raras vezes, pela mitificação de acontecimentos do passado ou pela recuperação acrítica de atuações de personagens, pela conceção romântica e de valorização das ações do próprio grupo em detrimento dos demais, pelas fundamentações essencialistas que ocasionam uma

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

interpretação do passado assente em orientações morais básicas (Carretero *et al.*, 2013; VanSledright, 2008). São, tais narrativas nacionais, uma memória gerada por uma comunidade concreta, difundida por mecanismos vários, como os manuais escolares ou as práticas docentes, que medeia a interpretação do passado concretizada por tal grupo (Wertsch, 2004).

De alguma forma, a reabilitação da memória, nomeadamente social, enquanto base identitária, é pois estruturante na construção da cidadania requerida pelos tempos presente e futuro.

Pensar sobre os conteúdos da história recente, ou seja, aqueles factos primordiais no impacto social, como a ditadura salazarista ou a Revolução dos Cravos, cujas consequências nas várias dimensões da vida humana ainda se refletem no presente (Carretero e Borrelli, 2008), pode ser um caminho para se recuperar tal memória social. E, talvez assim, os sujeitos conheçam, de facto, o tempo passado para entenderem depois o presente em que vivem. Nas suas diferenças e semelhanças, nas consequências que tiveram causas, nos exemplos de progressos e declínios, nas ações de ontem e nas intervenções de hoje das várias personalidades históricas, no que foi e no que vai acontecendo.

Numa espécie de memória coletiva genérica evidenciada por aqueles sujeitos leitores de períodos históricos que, com maior ou menor clareza, se definem, a mensagem nuclear, sob a forma de um esquema narrativo, conta uma história que “começou em 1143 com a grande ajuda do rei D. Afonso Henriques”, que passa pela época dos Descobrimentos “em que o nosso país foi essencial e muito honrado”, à qual se segue a ditadura salazarista, uma época em que o país se desenvolveu, em que houve riqueza e emprego, em que se investiu nas obras públicas e no bem-estar, quase se esquecendo as restrições às liberdades individuais impostas e que culmina com a revolução de 25 de abril de 1974, “que deu a liberdade a todos os portugueses”.

Há, então, na recordação construída por cada um, tempos que parecem ocasionar conotações indubitáveis, sentimentos mais positivos, intenções de viagens ao passado, representações potenciadoras do orgulho. Destacam-se como períodos e/ou acontecimentos com presença denotada na cultura histórica dos sujeitos: o “25 de abril”, os “Descobrimentos”, a “Época de Salazar” e a “Monarquia”.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

Pelos trajetos da sua memória, se a viagem acontecesse até à época dos Descobrimentos, aí podiam “entrar em grandes naus e viajar pelo mundo fora”; se terminasse na época da monarquia, talvez permitisse a alguém “ser rei”; ou se alcançasse aquele “dia [25 de abril] muito bonito para Portugal”, ver-se-iam as ruas de Lisboa pejudadas de cravos vermelhos.

Porém, e de forma mais significativa, reconhece-se, subentendida nas palavras redigidas, a lembrança prevalente dos momentos históricos aos quais se atribui, tradicionalmente, um carácter heroico ou glorioso.

Afirmam-se, assim, as representações da história de Portugal muito particulares, porque assentes nas estórias e nos mitos patrióticos que, maioritariamente sobre outrora, se contam no seio dos diferentes espaços sociais. Às referidas características nada violentas e em prol da conquista da liberdade inerentes à revolução do 25 de abril de 1974 ou à descoberta de novos territórios e à riqueza alcançada pela expansão marítima iniciada no século XV, acresceram outras alusões emotivas e que, inevitavelmente, se associam a uma orgulhosa constituição da identidade nacional. Por isso, houve relatos referenciadores da “época de D. Afonso Henriques”, onde se pôde “sentir a emoção de nos tornarmos oficialmente um país” ou da Batalha de Aljubarrota, durante a qual “os soldados portugueses que eram $\frac{1}{4}$ dos espanhóis ganharam”.

Mas estes diferentes discursos da memória, intervenientes na luta simbólica pela reconstrução do passado, são também testemunhos de uma condicionada compreensão histórica do acontecido, nomeadamente pelos mais novos. E, conseqüentemente, as perceções mais positivas e potenciadoras de sentimentos de exaltação assentam, não raras vezes, na desconsideração de processos, especificidades e contextos históricos particulares.

Por exemplo, os jovens respondentes parecem ter esquecido, eventualmente porque aquando das aulas de história não entenderam de facto, a opressão ocorrida durante o Estado Novo e que ganhou contornos de crimes sistemáticos cometidos contra o povo, ações arbitrárias e desumanas para o enquadramento das massas populares, uma guerra com inequívocas conseqüências nefastas. A ação bem-sucedida no domínio financeiro, protagonizada pelo ditador português, surge, assim, como uma justificação que faz quase desaparecer dos relatos as vilanias também encetadas, “porque apesar de Salazar nos ter tirado direitos, conseguiu o equilíbrio financeiro”. Estas interpretações

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

que, em parte, branqueiam os reais contornos da ditadura salazarista, também parecem retratar uma espécie de aceitação natural de um regime ditatorial e a consequente banalização das suas dimensões mais controversas, mas reais, como a censura, a repressão ou a dominação colonial. A narrativa a seguir apresentada é, em algumas das suas palavras, exemplo desse discurso elaborado:

Na época de Salazar não se podiam fazer greves, nem criticar os governantes. Mas ele também teve coisas boas, como, por exemplo, mandou construir a ponte 25 de abril, em Lisboa. Também conseguiu aumentar os impostos para conseguir pagar empréstimos que Portugal pedia a outros países. (aluno 5, 10/11 anos)

Aquele foi o período da estabilidade e do crescimento económico, numa ‘história oficial’ que ainda hoje se vai dizendo, numa cultura política que assim perdura. Estas imagens algo distorcidas de um tempo pretérito, que dão forma a uma memória atual, são, aqui, elaborações de jovens no início da sua formação académica e no começo de uma consciente vivência sociocultural. Mas que resultaram, também, da apreensão de perspectivas idênticas que se manifestam, por exemplo, nos discursos sociais que pululam nos meios de comunicação ou pela voz de sujeitos do quotidiano que viveram num tempo passado, e diferente, do país que hoje continua a ser Portugal (Loff, 2008).

Por sua vez, e sobre um período histórico anterior, Bartolomeu Dias, que “dobrou o Cabo das Tormentas” e Gil Eanes, que “dobrou o Cabo Bojador” ou acontecimentos como a descoberta do Brasil, são referidos nas narrativas, porém, na maioria dos casos, os Descobrimentos portugueses, iniciados naquele século XV, são repetidamente salientados como um feito dos portugueses, em geral. Surge, assim, um discurso eufórico sobre “uma época boa para Portugal”, em que o país “foi muito”, pelos territórios conquistados em África, na América e na Ásia e pela riqueza acumulada com a exploração e comercialização dos produtos disponíveis naqueles continentes:

Portugal foi muito, principalmente nas descobertas e conquistas pelo mundo através do mar. Foram muito corajosos, porque nunca ninguém tinha navegado pelos mares perigosos sem saber o que iria encontrar do outro lado dos cabos, pensando que iriam enfrentar monstros. Mas, apesar dos medos, uniram os quatro cantos do mundo. (aluno 6, 10/11 anos)

As suas palavras não refletem exclusivismos xenófobos, mas o pensamento intercultural também não faz parte dos relatos e, sobre um outro assunto parece,

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

novamente, branquear-se o tempo passado e omitir-se, de alguma forma, aquelas informações negativas em relação aos elementos do seu grupo, os portugueses, e que podem beliscar o orgulho nacional. Naquela época “de conquistas (...) através do mar”, os portugueses “uniram os quatro cantos do mundo”, numa narrativa em que os sujeitos, desta vez, esqueceram as populações locais que foram subjugadas e uma colonização que realmente aconteceu. Testemunhos, pois, de uma orientação moral básica, de um não reconhecimento do outro que foi dominado, escravizado, subalternizado, daquele que ‘não sou eu’, mas que também, e naturalmente, apresenta gostos, sentimentos, uma personalidade, uma forma de pensar que só lhe pertencem a ele (Brenifier e Després, 2007; Todorov, 1987).

Para metade dos inquiridos, a perceção dos tempos idos emerge, deste modo, incompleta, parcialmente narrada e assentando na dimensão positiva para aquele que escreve e para quem a história é, então, “relato triunfal de construcción de la nación [que] alcanza su clímax en el ideal de «unificación»” (Carretero e Kriger, 2006: 16).

Os sujeitos não evidenciaram uma efetiva capacidade para se colocar no lugar do outro e sentir o que esse outro, diferente de si, terá sentido (László e Liu, 2007), por exemplo identificando os direitos e as liberdades inalienáveis das populações locais que, em parte, foram anuladas pela dominação portuguesa (e europeia). Mas, contraditoriamente, e com traços de alguma curiosidade, entenderam que a ação ‘gloriosa’ de D. João I e dos muito menos soldados portugueses face aos espanhóis, aquando da Batalha de Aljubarrota, foi legítima e determinante para que Portugal não perdesse a sua independência e, por isso, “continuámos Portugal”.

‘Nós’, os portugueses, na verdade, apenas “somos um povo humilde que lutou pelos seus direitos até ao fim”. Há, assim, um imperativo da identidade nacional que, evidentemente, limita a perceção das diversas ações e intervenções que, em distintas etapas, foram dando forma à história portuguesa, nem sempre positivas, legítimas ou dignas de um realce impoluto. Na verdade, são aquelas opiniões que se constatarem, repetidamente, nos discursos sociais, nos meios de comunicação, às vezes pela narrativa dos professores ou nas páginas dos manuais escolares, que também se materializam, simbolicamente, em efemérides públicas e que, por isso, detêm notórias consequências na compreensão histórica dos mais jovens, levando-os “a aplicar al pasado algunos

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

esquemas presentes” (Castorina, 2005: 244) ou, eventualmente, a olhar o presente pelas lentes do passado.

5. O passado e a consciência histórica dos mais novos conhecedores da história

De uma forma geral, os narradores daqueles textos que se redigiram sobre a história de Portugal fizeram os tempos dessa mesma história. Tiveram como referentes, em parte, os assuntos que se sabem abordados nas aulas da disciplina, nos manuais escolares, pela voz dos professores e, como tal, tacitamente os entenderam como épocas históricas. Também porque esta especificidade histórica, com jovens de 10 ou 11 anos de idade, tendo em conta o nível de escolarização desses sujeitos, não é estudada explicitamente, antes surge imiscuída num discurso cronológico que se constrói paralelamente às aprendizagens históricas que vão acontecendo. Esse estudo explícito da periodização acontecerá, então, em situações de ensino e de aprendizagem mais tardias.

Depois, no seio das narrativas elaboradas, o carácter histórico dos processos passados perdeu representatividade e o tempo de hoje assumiu-se como igual ao tempo de outrora, num testemunho de uma identidade nacional que é atemporal. De facto, a utilização daquela primeira pessoa do plural nas formas verbais aplicadas ou do pronome pessoal 'nós' em quase metade dos textos escritos evidencia a explícita identificação dos estudantes com as personalidades históricas, ou seja, “... una nacionalidad común o bien una continuidad entre los protagonistas históricos y los participantes del estudio” (Carretero *et al.*, 2013: 10).

A voz principal em cada uma das narrativas representa um sujeito histórico simplificado e idealizado que, numa lógica de inclusão de uns e de exclusão de outros, é portador de características particularmente positivas e distintivas: 'nós', os portugueses, “somos um povo humilde”, um país “de muita cultura” e “um dos países mais determinados do mundo”, com “uma história fascinante”. Há, como tal, exemplos de um olhar ingénuo, ou enviesado, face aos factos históricos, quase como uma incontornável leitura otimista dos tempos vividos, muitas vezes caracterizada pelo modo acrítico, pela suavização do passado ou pelo silêncio que desvaloriza.

Os sujeitos olharam, ainda e sem diferenciação, para o ontem e para o hoje e conceberam a nação, os cidadãos, a identificação com ambos de forma romântica e

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

essencialista, talvez porque sejam “entidades políticas preexistentes, com uma espécie de natureza eterna e «ontológica»” (Ibid., p. 8). A nação é algo tão presente, o imaginário cultural reforça constantemente essa identificação nacional banalizada e, como tal, a voz coletiva vai emergindo. Depois, o sentimento nacionalista quase que espontaneamente desperta e os diferentes atos da comunidade que é aquele país, acontecidos ao longo de vários séculos até à atualidade, são legitimados tautologicamente, enquanto direitos essencialistas.

Num outro sentido analítico, porém, a orientação temporal dos indivíduos associa-se à simples herança das intervenções das gentes do passado, e aqueles sujeitos assumem-se como apenas espectadores da história e não apresentam pistas concretas sobre a eventual criação de condições favoráveis a um futuro coletivo. Como se a história, que também conta a trajetória daquela nação decorrida no tempo, não fosse provisória e passível de acréscimos presentes (Létourneau, 2017). Ou como se aquele Portugal pudesse ser somente reconhecido como uma realidade passada incontestável ou uma memória fechada e impenetrável pela crítica e pelo contraditório.

É, desta forma, que parece ser viável a construção de uma identidade nacional forte, influenciada por uma espécie de carga emocional. Mas particularmente marcada pela nação iniciada “em 1143”, que se caracteriza pela estabilidade, quase imutabilidade, das suas propriedades enquanto nação ou, talvez, enquanto grupo “que mantém a sua coerência, que é capaz de vencer ataques externos ou dificuldades internas, de se subsistir como suporte dos indivíduos que o compõem” (Mattoso, 2006: 20).

As narrativas apresentadas, como qualquer outra simplificação da história, tenderam a omitir, de forma generalizada, as personagens menos conhecidas, ou mesmo anónimas. Quase como se não fossem reais, e possíveis, as histórias alternativas, as outras perspetivas do acontecido ou outros protagonistas diferentes daqueles que são os habituais (Carretero, 2017). Quase como se a história que se conta se tivesse feito, apenas, porque as personagens de nome mais repetido, ao longo do tempo, atuaram desta ou daquela forma. Ou como se naqueles períodos considerados históricos não houvessem existido sujeitos comuns, iguais a cada narrador de agora, ou momentos sem batalhas, guerras e conquistas, somente retratos do rotineiro quotidiano daquele tempo, sendo este, na verdade, vários.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

Além disso, as figuras da atualidade não são, em caso algum, referenciadas, sobretudo porque, e na voz de um dos sujeitos, “depois já não há história, porque são os dias de hoje”. O presente, portanto, não continua a dar forma à história de Portugal. É o hoje, o vivido, o conhecido logo à partida, por isso, não detém a mesma dimensão histórica do ontem, ouvido pelas palavras dos muito mais velhos, sabido apenas pelas páginas de livros e enciclopédias digitais. O presente, portanto, não se conta.

Assume-se, todavia, a existência de um Presidente da República em detrimento de um rei, numa democracia herdada da Revolução dos Cravos, mas numa história que, de facto, não é participada. Em relação aos pontuais marcadores históricos apontados, a contemporaneidade caracteriza-se, em poucas linhas, desta forma: “agora vivemos numa República, onde as tecnologias são mais avançadas”, como se pode ler na narrativa abaixo transcrita. A crise económica “que começou em 2008”, também surge de modo fortuito referida, naturalmente decorrente da sua divulgação constante nos meios de comunicação e da sua presença na realidade social portuguesa de hoje.

Há muitos anos, Portugal só tinha nómadas, pessoas pobres que não conheciam quase nada. Os reis mudaram tudo. Os reis mandavam em Portugal. Na ditadura muitos políticos que tinham opinião diferente de Salazar iam presos. Na guerra colonial morreram muitas pessoas, por esse motivo aconteceu a revolução de 25 de abril. Agora vivemos numa República, onde as tecnologias são mais avançadas. (aluno 7, 10/11 anos)

6. Tempo de conclusões: (re)pensar o ensino da história de Portugal

O tempo histórico, neste artigo pensado a partir das representações de estudantes do Ensino Básico, integra, sob a forma de uma das suas dimensões, aquele que tem vindo a ser denominado como pensamento histórico. De formação gradual, pode traduzir-se na construção de conhecimentos históricos para pensar a realidade do hoje, particularmente com a intenção de uma orientação prática da vida mundana (Rüsen, 2010). São, por outras palavras, destrezas estratégicas (Domínguez, 2015; Seixas e Morton, 2013; Wineburg, 2001), ou, para alguns, conceitos de segunda ordem, que permitem conferir significado e sentido àqueles que são, por sua vez, os conhecimentos substantivos (Saíz e Gómez, 2016), isto é, os nomes, datas ou factos. Contemplando outras dimensões, além do tempo histórico, como a relevância, a causalidade ou a valoração ética, em níveis progressivamente mais elevados, o pensamento histórico que

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

assim se desenvolve adquire contornos de competências que permitem pensar, ler, escrever e argumentar no âmbito da história, também do tempo presente.

É expectável, deste modo, que vivenciando outras, e diversas, aprendizagens significativas, experiências que entrecruzam tempos vários, oportunidades de saber que não se concretizam “in the form of disjointed, boring and abstract historical matters of fact” (Kölb e Straub, 2001: 30), cada um daqueles sujeitos, narradores da história de Portugal, possa vir a posicionar-se em níveis de compreensão histórica (ainda) mais elevados e “comprender y apreciar el papel y la relevancia que el pasado tiene en el presente y, en último extremo, cómo nos condiciona también el futuro” (Domínguez, 2015: 171).

A escrita é forma duradoura que tem permitido o registo cumulativo do ocorrido e experienciado aqui e além. Relatar causas e consequências, relevâncias sob a forma de eventos e personagens ou questões morais, tempos curtos e tempos longos, estruturas ou conjunturas faz-se em relação ao passado, mas não só. Sobre o presente, o que agora se vivencia, numa sociedade repleta de inúmeras dimensões inerentes à vida humana, também se pode narrar com contornos históricos. E enquanto o olhar para o passado tem de ser redigido com as palavras de antigamente, o olhar para o presente apenas requer que cada um dos narradores encare e se comprometa com o hoje, um tempo no qual pode interpelar os factos, atuar na realidade envolvente, questionar intervenções de outros atores da história.

Em parte, para que tal aconteça de facto, a educação histórica dos estudantes portugueses precisa, segundo a nossa perspetiva, de beneficiar de algumas mudanças, a começarem ainda no Ensino Básico.

Desde logo, a distanciação dos currículos oficiais face a metas e indicadores de aprendizagem detalhados e minuciosos, que podem ser medidos e avaliados fácil e objetivamente, antes se aproximando daqueles que serão os fins primeiros da educação histórica e que se orientam no sentido da formação de cidadãos informados e capazes de pensar criticamente o passado e o presente da sociedade portuguesa (Alves, 2001). O ensino da história pode direccionar-se, assim, para uma leitura do tempo subjacente ao desenvolvimento da consciência histórica de cada um. Porque, deste modo, é possível que os sujeitos detetem meios e modos para se posicionarem no contexto da vida prática, relacionando, com sentido, os valores e intenções característicos dos diferentes

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

ambientes sociais que se foram sucedendo (Rüsen, 2010; Seixas, 2005). Fazendo-o em detrimento da mera repetição de perspetivas estereotipadas, de visões distorcidas ou de opiniões, apenas, individuais. Percebendo a história intrinsecamente ligada à experiência temporal. Conferindo significados a um fluxo, ininterrupto e que não se domina, com contornos de fenómeno humano e quotidiano, num aprimoramento progressivo de tal consciência histórica.

Depois, as narrativas sobre o passado de Portugal que se utilizam nas classes de história não podem surgir, maioritariamente, sob a forma de relatos fechados e lineares, centrados nos grandes acontecimentos e personagens da história do país e destinados a desenvolver uma identidade nacional uniforme. Num outro sentido, os estudantes, na sala de aula, podem dar forma a, ou discutir, narrativas várias, promotoras de leituras diversas, reveladoras de diferentes perspetivas sobre valores como a liberdade e os direitos humanos ou problemas socialmente vivos (Legardez e Simonneaux, 2006), como a escravatura, as guerras, a democracia, o meio ambiente.

A prática de ensino da história, por sua vez, tem de ser mais do que as recorrentes exposições orais dos professores, a leitura habitual do manual escolar ou as provas de avaliação de carácter memorístico e repetitivo. Pode, por outro lado, centrar-se na pesquisa e indagação e nos métodos interativos (Domínguez, 2015; Levstik e Barton, 2011; Seixas e Morton, 2013; Wineburg, 2001), ou seja, numa atuação realmente ativa e envolvida por parte dos alunos, na aula, enquanto contributo para o desenvolvimento das suas destrezas no âmbito da história, como a compreensão da dimensão temporal ou a competência narrativa.

Contar a história de Portugal implica, pois claro, um sem número de analepses. Ir ao tempo pretérito e aí encontrar contextos diferentes, outras intenções, formas de vida distintas. Mas é, também, e pelo aprimoramento da empatia histórica, entendê-lo à luz desse mesmo tempo. Passado, enformado noutros valores e pensamentos, decorrente das aprendizagens paulatinas do ser humano. Depois, exige ainda que se olhe o presente. O tempo que se vive agora e que pode ser desenhado por cada sujeito que se quer cidadão participativo, responsável, crítico. Por isso, atual, que se pode entender quase sem ser necessário afinar o olhar, que se faz no dia a dia de todos os dias. Até porque, e de acordo com perspetivas várias e transversais (Guedes e Duarte, 2015; Lipman, 2003; Roldão, 1999), desde os primeiros níveis de ensino, em contexto escolar, é possível

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

desenvolver o espírito analítico, criativo, eticamente cuidado dos alunos. Pela reflexão sobre aspetos reconhecidamente sociais, como a justiça, a igualdade ou a liberdade, aqueles futuros cidadãos podem iniciar a sua construção de um posicionamento individual, ao longo do tempo medrado, em relação à sociedade e aos seus valores. Por fim, há as prolepses. As viagens rumo ao tempo futuro. O pensar adiante, sem levitações, o perceber que ‘as coisas’ se ligam e que as ações concretizadas e que, às vezes, parecem ‘tempo perdido’ não o são, porque ainda se espera um amanhã.

Bibliografia:

ALVES, Luís Alberto (2001), “O Estado da História – o Ensino”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, III série, vol. 2, pp. 23-31.

BARCA, Isabel (2010), “Narrativas e consciência histórica dos jovens”, *Enseñanza de las Ciencias Sociales*, 10, pp. 22-28.

BARCA, Isabel; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (2013), “La consciencia histórica de los jóvenes brasileños y portugueses y su relación con la creación de identidades nacionales”, *Educatio Siglo XXI*, vol. 31, n.º 1, pp. 25-46.

BARCA, Isabel (2015), A formação da consciência social dos jovens no horizonte da Educação Histórica, *Educação Santa Maria*, v. 40, n.º 3, pp. 591-604.

BLOW, Frances; LEE, Peter; SHEMILT, Denis (2012), “Time & Chronology: conjoined twins or distant cousins?”, *Teaching History*, núm. 147, pp. 26-34.

BRENIFIER, Oscar; DESPRÈS, Jacques (2007), *O Livro dos Grandes Opostos Filosóficos*, Lisboa, Edicare.

CARRETERO, Mario; KRIGER, Miriam (2006), “La usina de la patria y la mente de los alumnos: un estudio sobre las representaciones de las efemérides escolares argentinas” in Mario Carretero; Alberto Rivero; Maria Fernanda González (coords.), *Enseñanza de la historia y la memoria colectiva*, Buenos Aires, Paidós, pp. 169-196.

CARRETERO, Mario; BORRELLI, Marcelo (2008), “Memorias recientes y pasados en conflicto: cómo enseñar historia reciente en la escuela”, *Cultura y Educación*, 20(2), pp. 201-215.

CARRETERO, Mario *et al.* (2013), “La construcción del conocimiento histórico”, *Propuesta Educativa*, 39, pp. 1-18.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

CARRETERO, Mario (2017), “Teaching History Master Narratives: Fostering Imaginations” in Mario Carretero; Stefan Berger; Maria Grever (eds.), *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*, United Kingdom, Palgrave Macmillan, pp. 511-528.

CASTORINA, José António (coord.) (2005), *Construcción conceptual y representaciones sociales. El conocimiento de la sociedad*, Madrid/Buenos Aires, Miño y Dávila.

DOMÍNGUEZ, Jesús (2015), *Pensamiento histórico y evaluación de competencias*, Barcelona, Graó.

GLASER, Barney; STRAUSS Anselm (1967), *The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research*, New Brunswick/London, Aldine Transactions.

GUEDES, António; DUARTE, Pedro (2015), “Filosofia para Crianças no 1.º ciclo do Ensino Básico: potencialidades da articulação curricular”, *Ensinar e Aprender com Criatividade dos 3 aos 12 anos – Atas*, pp. 106-115.

KÖLB, Carlos; STRAUB, Jürgen (2001), “Historical Consciousness in Youth. Theoretical and exemplar empirical analyses”, *Forum: Qualitative Social Research*, 2(3), pp. 1-48.

KOSELLECK, Reinhart (2000), *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, Barcelona, Paidós.

LÁSZLÓ, János; LIU, James (2007), “A narrative theory of history and identity: social identity, social representations, society and the individual” in Gail Moloney; Iain Walker (eds.), *Social representations and identity: content, process and power*, London, Palgrave Macmillan, pp. 85-107.

LEGARDEZ, Alain; SIMONNEAUX, Laurence (2006), *L'école à l'épreuve de l'actualité: Enseigner les questions vives*, Paris, ESF Éditeurs.

LÉTOURNEAU, Jocelyn (2017), “Teaching National History to Young People Today” in Mario Carretero; Stefan Berger; Maria Grever (eds.), *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*, United Kingdom, Palgrave Macmillan, pp. 227-242.

LEVSTIK, Linda; BARTON, Keith (2011), *Doing history: Investigating with children in elementary and middle schools*, London/New York, Routledge.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

LIPMAN, Matthew (2003), *Thinking in Education*, New York, Cambridge University Press.

LOFF, Manuel (2008), “As duas Primaveras: o Marcelismo e o 25 de Abril” in Fernando Catroga (coord.), *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri.

MATTOSO, José (2006), *A Função Social da História no Mundo de Hoje*, Lisboa, Associação de Professores de História.

RICOEUR, Paul (1983), *Temps et récit*, Paris, Editions du Seuil.

ROLDÃO, Maria do Céu (1999), *Gestão Curricular: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Ministério da Educação.

ROSAS, Fernando (2009), “Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política”, *Vírus*, 5, pp.18-20.

RÜSEN, Jörn (2010), *Jörn Rüsen e o Ensino da História*, Curitiba, Editora UFPR.

SAÍZ, Jorge; GÓMEZ, Cosme (2016), “Investigar el pensamiento histórico y narrativo en la formación del profesorado: fundamentos teóricos y metodológicos”, *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 19(1), pp. 175-190.

SEIXAS, Peter (2005), “Historical Consciousness. The progress of knowledge in a Postprogressive Age” in Jürgen Straub (coord.), *Narration, Identity and Historical Consciousness*, New York, Berghahn Books, pp. 141-159.

SEIXAS, Peter; MORTON, Tom (2013), *The Big Six Historical Thinking Concepts*, Toronto, Nelson.

SOLÉ, Glória (2009), *A História no 1.º ciclo do Ensino Básico: a conceção do tempo e a competência histórica das crianças e os contextos para o seu desenvolvimento*, Tese de Doutoramento em «Estudo do Meio Social», Braga, Universidade do Minho.

TODOROV, Tzvetan (1987), *La conquista de América. El problema del otro*, México, Siglo XXI.

VANSLEDRIGHT, Bruce (2008), “Narratives of Nation-State, Historical Knowledge and School History Education”, *Review of Research in Education*, 32(1), pp. 109-146.

WERTSCH, James (2004), “Specific narratives and Schematic narrative templates” in Peter Seixas (ed.), *Theorizing historical consciousness*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 49-62.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

WINEBURG, Sam (2001), *Historical thinking and other unnatural acts*, Philadelphia, Temple University Press.

Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico

How to work the notion of time in History with elementary students

Comment travailler la notion de temps dans l'histoire avec les élèves du primaire

Cómo trabajar la noción de tiempo en Historia con alumnos de la enseñanza básica

Helena Isabel Almeida Vieira

Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória» (CITCEM)
vieira.helenaisabel@gmail.com

Resumo: A noção de tempo é uma das mais abstratas e de mais difícil compreensão pelos alunos no ensino básico, mas também é uma das mais necessárias para a aprendizagem da História, dos acontecimentos históricos, da sua localização e ordenação, assim como para a compreensão das relações que se estabelecem entre eles. Este trabalho apresenta um estudo de caso realizado durante o primeiro período do ano letivo de 2017/2018, com duas turmas do 8º ano do 3º ciclo do ensino básico, no qual foram aplicados jogos didáticos e aplicações móveis para desenvolver a noção de tempo dos alunos e melhorar o seu desempenho em exercícios específicos de ordenação temporal no âmbito do estudo da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI.

Palavras-chave: Noção de Tempo, Ensino da História, Jogos Didáticos.

Abstract: The notion of time is one of the most abstract and difficult to understand by students in elementary education, but it is also one of the most necessary for the learning of History, historical events, their location and ordering, as well as for understanding of the relations established between them. This paper presents a study case carried out during the first period of the 2017/2018 school year, with two classes from the 8th grade of the 3rd cycle of basic education, in which didactic games and mobile applications were applied to develop students' notion of time and to improve their performance in specific exercises of temporal ordering in the scope of the study of portuguese expansion in the fifteenth and sixteenth centuries.

Key words: Notion of Time, History Teaching, Didactic Games.

Résumé: La notion de temps est l'une des plus abstraites et difficiles à comprendre pour les élèves de l'enseignement primaire, mais aussi l'une des plus nécessaires à l'apprentissage de l'histoire, des événements historiques, de leur localisation et de leur compréhension. des relations établies entre eux. Cet article présente une étude de cas réalisée durant la première période de l'année scolaire 2017/2018, avec deux classes de la 8ème année du 3ème cycle de l'éducation de base, dans laquelle des jeux didactiques et des applications mobiles ont été utilisés pour développer la notion de temps et d'améliorer sa performance dans des exercices spécifiques d'ordre temporel dans le cadre de l'étude de l'expansion portugaise aux XVe et XVIe siècles.

Mots Clés: Notion de Temps, Enseignement de l'Histoire, Jeux Didactiques.

Resumen: La noción de tiempo es una de las más abstractas y de más difícil comprensión por los alumnos en la enseñanza básica, pero también es una de las más necesarias para el aprendizaje de la historia, los acontecimientos históricos, su ubicación y ordenación, así como para la comprensión de las relaciones que se establecen entre ellos. Este trabajo presenta un estudio de caso realizado durante el primer período del año escolar de 2017/2018, con dos clases del 8º año del 3º ciclo de la enseñanza básica, en el cual se aplicaron juegos didáticos y aplicaciones móviles para desarrollar la noción de tiempo de los alumnos y mejorar su rendimiento en ejercicios específicos ordenación temporal en el estudio de la expansión portuguesa en los siglos XV y XVI.

Palabras clave: Noción de Tiempo, Enseñanza de la Historia, Juegos Didácticos.

1. Introdução

A noção de tempo está para a História como os algarismos estão para a Matemática ou como o alfabeto está para a aprendizagem das línguas. Porém, a noção de tempo histórico não pode ser apenas entendida na sua dimensão cronológica de mera sucessão de datas e acontecimentos. Em sala de aula, o objetivo não é só saber quando algo aconteceu, mas entender por que motivo tal aconteceu em determinada época e como chegou até nós, ou seja, não se pretende que os alunos saibam apenas identificar quando se deu determinado acontecimento, mas compreender as relações de causa-efeito que o enquadram.

Em História, o tempo é um conceito meta-histórico, que alicerça a disciplina e dá sentido ao passado (Chaves et al., 2016: 310). No entanto, este encerra um elevado nível de abstração e complexidade devido à existência de diferentes temporalidades (tempo curto, médio e longo) que, por vezes, provoca a apreensão dos alunos, gerando dificuldades de aprendizagem em alguns casos e noutros desmotivação para a disciplina. Segundo Andrea Rahmeier é muito comum que os alunos não consigam compreender que existem diferentes temporalidades, mas esta autora relembra que quando tal acontece é preciso propor aos alunos um trabalho mais focado para ampliar a noção tempo, dada a sua importância para o desenvolvimento de noções de simultaneidade, sucessão, permanências e mudanças (Rahmeier, 2016: 89-90)

Por outro lado, apesar de parecer objetiva e concreta, a noção de tempo é dotada de uma grande subjetividade, pois cada pessoa compreende o tempo de uma forma diferente (Rahmeier, 2016: 89). Os 50 minutos de uma aula para uns alunos podem parecer uns segundos, enquanto para outros podem parecer uma eternidade, dependendo do interesse de cada um nos temas em estudo e nas atividades desenvolvidas.

Em História, a noção de tempo é importante para que os alunos entendam por que motivo algumas coisas permanecem no tempo; por que motivo outras se transformam; e por que motivo algumas se transformam mais lentamente ou mais rapidamente que outras. A noção da sucessão do tempo, das eras e das épocas históricas, também é importante para dar sentido aos factos, ao ajudar os alunos a entender em que contexto se deu determinado acontecimento, o que o despoletou e o que ele provocou; o

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

que acontecia noutras partes do mundo enquanto decorria esse acontecimento; e a compreender as relações que se podem estabelecer entre diversos acontecimentos.

No entanto, apesar da importância da noção de tempo, este é um conceito demasiado complexo para uma grande generalidade dos alunos do ensino básico. A localização e ordenação temporal de acontecimentos históricos são duas competências essenciais na aprendizagem da História, mas também são das mais abstratas e de difícil compreensão pelos alunos, que, por vezes, vivem “atormentados” com a ideia errada de que precisam de decorar datas para resolver os exercícios específicos de localização e ordenação temporal que são propostos nos manuais escolares, ou os que são apresentados pelos professores nas fichas de avaliação, ou ainda os que surgem em provas de aferição, testes intermédios ou exames nacionais de História.

A ideia errada dos alunos de que “estudar História é decorar datas” é um problema antigo e que ainda se reflete nos dias de hoje, constituindo um dos principais fatores de desmotivação dos alunos para a aprendizagem da História.

No sentido de desmistificar esta ideia junto dos alunos, procuramos desenvolver uma estratégia motivadora que acabasse com esta ideia errada e melhorasse o seu desempenho na realização de exercícios específicos de localização e ordenação temporal em História.

No início do ano letivo de 2017/2018, na sequência da realização de um teste diagnóstico a duas turmas do 8º ano de uma Escola Básica e Secundária do concelho da Maia, distrito do Porto, contemplando um exercício específico de ordenação temporal com acontecimentos relativos à História de Portugal, verificamos que nenhum aluno destas turmas foi capaz de o resolver com sucesso total. Mais tarde, aquando da inclusão de um exercício da mesma tipologia na primeira ficha de avaliação do primeiro período sobre acontecimentos marcantes da revolução de 1383-1385, a percentagem de alunos que o resolveu com sucesso foi muito diminuta.

Perante esta realidade, encetamos um estudo para tentar perceber o porquê desta realidade e tentámos delinear uma estratégia motivadora e eficaz para os alunos melhorarem o seu desempenho, pois acreditamos nas palavras de Glória Solé quando esta afirma que:

“A aquisição e desenvolvimento do conceito de tempo e a compreensão histórica desenvolve-se gradualmente e pode ser encorajada através de estratégias e metodologias específicas associadas

ao ensino da História” (Solé, 2015: 173)

Num primeiro momento, em diálogo direto com os alunos e a partir da autoavaliação feita pelos mesmos no final da primeira ficha de avaliação, percebemos que estes tinham muita dificuldade na localização e ordenação temporal de acontecimentos e factos históricos essencialmente devido a uma ideia pré-concebida de que para realizarem este tipo de exercícios teriam de decorar muitas datas, tarefa que para eles era quase impossível. No sentido de desmontar esta ideia, planeámos e aplicámos um conjunto de atividades, recorrendo à utilização de jogos didáticos e aplicações móveis, que considerámos serem motivadores e eficazes para desenvolver a capacidade de localização e ordenação temporal dos alunos em História.

2. Metodologia

Este estudo, conforme foi referido anteriormente, partiu da identificação de um problema real em contexto de ensino aprendizagem que nos fez questionar: Como se pode desenvolver com os alunos a noção de tempo em História de uma forma eficaz e motivadora?

Na didática da História existem diferentes estratégias e recursos que podem ser adotados para motivar os alunos, tais como a visualização de filmes, a audição de músicas, a exploração de bandas desenhadas, a realização de dramatizações, o recurso às novas tecnologias da informação e comunicação ou a realização de visitas de estudo. Para o fim a que nos propúnhamos, optámos pela utilização, em contexto de sala de aula, de aplicações móveis e de jogos didáticos.

Depois de determinada a questão de partida para este estudo estabelecemos como principais objetivos:

- a) Utilizar aplicações móveis em contexto de sala de aula para desenvolver a noção de tempo em História;
- b) Construir e aplicar dois tipos de jogos, um tradicional de cartas e um jogo digital, para desenvolver a localização e ordenação temporal dos alunos em História;
- c) Verificar a eficácia do uso de jogos e aplicações móveis no ensino da História, especialmente no desenvolvimento da localização e ordenação temporal de acontecimentos históricos.

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

Para concretizar estes objetivos, realizámos um estudo de caso envolvendo duas turmas do 8º ano do terceiro ciclo do ensino básico, durante o primeiro período do ano letivo de 2017/2018, numa Escola Básica e Secundária do concelho da Maia, distrito do Porto. A turma 1 era constituída por 26 alunos, 17 raparigas e 9 rapazes, com uma média etária de 13 anos e idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos, incluindo dois alunos com uma retenção. A turma 2 era constituída por 21 alunos, 8 raparigas e 13 rapazes, incluindo dois alunos com necessidades educativas especiais, com uma média etária de 13 anos e idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, incluindo 2 alunos com uma retenção e 3 alunos com mais de uma retenção.

Antes de iniciar este estudo de caso, começámos por fazer uma breve revisão da literatura sobre a importância da noção de tempo para a disciplina de História e sobre estratégias eficazes para a desenvolver em contexto de sala de aula. De seguida, planificámos duas aulas em que utilizaríamos aplicações móveis e jogos didáticos com o intuito de melhorar a noção de tempo dos alunos, especialmente no contexto específico da aprendizagem do tema da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI. A avaliação da eficácia da estratégia desenvolvida foi feita a partir da observação direta do funcionamento das aulas e do desempenho dos alunos, numa primeira fase, pela avaliação dos trabalhos realizados pelos alunos ao longo das aulas e, numa segunda fase, pela avaliação dos resultados dos alunos na realização de um exercício específico de ordenação temporal aplicado na segunda ficha de avaliação.

3. A noção de tempo em História

A palavra tempo é notoriamente polissémica e evolutiva (Scaldeferri, 2008: 54). Esta contém diferentes aceções consoante o contexto em que é empregue e consoante a corrente histórico-filosófica que o percebe.

Na conceção positivista, o historiador, na tentativa de narrar os acontecimentos tal como eles aconteceram, procura manter uma neutralidade na qual o tempo é uma variável obrigatória do pensamento histórico, sendo entendido como homogéneo, linear, contínuo e progressivo (Nascimento, 2012: 28-29). Na conceção Marxista surge um tempo dividido, no qual as explicações históricas são articuladas, mantendo-se forte a visão evolutiva da História (Nascimento, 2012: 33).

Em contrapartida, na conceção dos Annales, surge um tempo plural, múltiplo e

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

descontínuo, pelo que recusa a hipótese de um tempo linear, objetivo e global. Esta conceção reconhece que o tempo pode ser objetivo, mas não progressivo nem cumulativo (Nascimento, 2012: 36). Já para Braudel existem diferentes tipos de temporalidade: o tempo curto dos acontecimentos; o tempo médio das conjunturas e o tempo longo das estruturas.

Nos últimos dez anos, alguns autores têm-se debruçado sobre a questão do ensino da noção de tempo no âmbito da educação histórica, sendo que todos confluem na mesma ideia de que esta noção é da mais abstratas e das mais difíceis de trabalhar em História.

“É consensual pelos investigadores em Educação Histórica que a compreensão do tempo é crucial para a compreensão histórica [...] o tempo é um conceito complexo que abrange uma diversidade de concepções e formas. É uma construção do Homem para se situar no mundo e ajudar a estruturar-se e a viver em sociedade” (Solé, 2015: 147)

A aprendizagem da noção de tempo não é fácil para os alunos (Solé, 2015: 147), pois existem diferentes tipos de tempo: o tempo pessoal, o tempo físico, o tempo social, o tempo psicológico, o tempo geológico, o tempo astronómico e o tempo histórico, sendo que este último implica a representação de uma pessoa, lugar, objeto ou acontecimento no tempo e está diretamente relacionado com três áreas conceptuais: a cronologia; a duração e a passagem do tempo; e a contagem e medição do tempo (Solé, 2015: 148).

A noção de tempo é intrínseca no processo do raciocínio representacional e é essencial à análise da realidade histórica, uma vez que permite ao sujeito organizar o seu pensamento num todo simultaneamente coerente e contínuo, mas também reversível. Para Glória Solé (2015: 147) o tempo é uma componente importante para a compreensão histórica, mas complexa pois exige o domínio da matemática, da lógica e da linguística. Para esta autora, além destes domínios, o entendimento do tempo histórico exige um outro conjunto de pré-requisitos, nomeadamente:

- a compreensão do tempo relógio – que implica a utilização de um sistema numérico que apresenta unidades de tempo num relógio;
- a compreensão do tempo calendário – que implica a utilização de linguagem de tempo, usando expressões como dias, semanas, meses e anos;
- a compreensão do tempo cronológico – que implica a associação de datas a

acontecimentos.

Piaget também estudou a noção de tempo na criança (Piaget, 2002) e, em 1933, em Haia, na Conferência Internacional para o Ensino da História concluiu que o tempo acompanha as estruturas do conhecimento, mas também é relativo, uma vez que é marcado pelas características e interesses próprios das crianças, assim como pelo momento de desenvolvimento em que se encontram (Borges, 2009: 5). Para Piaget, no estágio sensorio motor, a criança desconhece a noção de tempo, pelo que para ela não existe representação do passado, nem do futuro. A sequência temporal apenas é percebida pelo que vem antes e depois. No estágio seguinte, caracterizado por ser uma fase mais simbólica, a centração da criança em si própria é tanta que ela ainda não é capaz de desenvolver a reversibilidade. A reversibilidade do pensamento só surge na fase operatória, quando a criança desenvolve a capacidade de descentração. A partir daqui, segundo Piaget, já é possível desenvolver duas operações específicas relacionadas com o tempo:

- a ordem dos acontecimentos, que permite compreender a sua sucessão ao perceber que depois de A vem B e depois de B vem C.

- a duração dos acontecimentos, que permite compreender os intervalos entre eles e perceber o tempo decorrido entre A e B.

A ordem/sucessão dos acontecimentos e os ritmos de duração temporal permitem identificar a velocidade das mudanças ocorridas e podem ser entendidas como breves, conjunturais ou estruturais (Ferreira, 2005: 4). Por outro lado, compreender a noção de tempo linear possibilita a preparação para que os alunos deixem de perceber a História como “momentos de relatos de factos isolados” (Rahmeier, 2016: 89) dando-lhes uma base conceptual para que possam abordar as conjunturas ou estruturas históricas, ampliando assim a sua noção de tempo.

4. Como desenvolver a noção de tempo em História

A localização de acontecimentos no tempo (o desenvolvimento concreto da operação da ordem e da sucessão dos acontecimentos apresentado por Piaget), é uma das competências mais abstratas no ensino da História e que mais dificuldades coloca aos alunos. Para desenvolver com eles esta competência é necessário que, em contexto de sala de aula, o professor providencie e explore um conjunto de recursos que lhes

permita estabelecer uma lógica entre os acontecimentos históricos, para que dessa forma eles possam avançar depois para a compreensão e explicação da realidade.

Segundo Bianca Bibiano (2010), para que os alunos possam compreender os factos históricos é necessário desenvolver o tempo cronológico e explicar as implicações da passagem dos anos, das décadas, dos séculos e dos milénios. No sentido de desenvolver essas aprendizagens e ampliar a noção de anterioridade e posterioridade, de maneira a que os alunos reconheçam a História como um processo, os professores podem desenvolver, em contexto de sala de aula, três situações de aprendizagem em torno dos conteúdos históricos:

- primeira, a leitura de mapas históricos – no sentido de os alunos perceberem como os aspetos geográficos, locais e globais, são modificados ao longo do tempo. O uso de mapas de diferentes períodos e a sua comparação ajudam os alunos a compreender os conceitos de mudança e permanência. Neste tipo de situação de aprendizagem, “não se trata apenas de visualizar um mapa antigo, mas colocá-lo também ao lado de outros, considerando o contexto histórico de cada momento” (Baratz, citado por Bibiano, 2010), sendo importante estudar o contexto em que os mapas foram construídos;

- segunda, a análise e construção de frisos cronológicos – no sentido de os alunos construírem noções temporais básicas para se localizarem num determinado período histórico. Os frisos cronológicos são, igualmente, “um recurso útil para analisar como os factos estudados estão localizados no contexto de uma época e para perceber e avaliar quais outros eventos ocorriam simultaneamente” (Bergamaschi, citada por Bibiano, 2010);

- terceira, a identificação de marcadores temporais – no sentido de os alunos, a partir da leitura e análise de textos históricos, observarem como o tempo é organizado e expresso. Nesta situação é preciso salientar que o objetivo não é apenas destacar datas específicas, mas identificar também expressões temporais significativas como “depois de”, que indica uma sucessão de factos, “enquanto”, que aponta a duração ou a sincronia entre os acontecimentos, e “ao mesmo tempo que”, que destaca a sincronia e simultaneidade. No entanto, é necessário ter em consideração que apesar de inicialmente ser importante que os alunos atentem nestes marcadores, “ao longo do estudo dos conteúdos, os marcadores podem ser retomados com perguntas mais amplas,

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

que exijam que a turma interprete o texto e relacione-o com fatos revelados em outros materiais” (Baratz, citado por Bibiano, 2010). Para tal, no decorrer deste tipo de atividades, o professor pode colocar questões que estimulem a reflexão, tais como “Quando, ou, em que momento se deu este acontecimento?” e “Existe alguma relação entre os factos/acontecimentos citados? Qual?”

Por outro lado, o conceito de tempo também pode ser trabalhado em contexto de sala de aula através das narrativas históricas, podendo o tempo constituir-se como uma ponte para a compreensão do que se tem hoje que não se tinha no passado e do que se tinha no passado e já não existe hoje (Chaves *et al.*, 2016: 310). Não obstante, o professor deverá levar os alunos a ver o tempo não como uma dicotomia presente-passado, mas antes como um conjunto de permanências e mudanças que ocorrem no decorrer dos períodos históricos (Chaves *et al.*, 2016: 310) daí a importância da localização e ordenação temporal dos acontecimentos em História.

5. Desenvolver a noção de tempo através de jogos e aplicações móveis

O estudo de caso que serviu de base a este trabalho começou depois da realização da primeira ficha de avaliação do primeiro período do ano letivo de 2017/2018, com um breve diálogo com os alunos no sentido de perceber por que motivo falhavam tanto nos exercícios de localização e ordenação temporal. Em ambas as turmas, a resposta coletiva foi praticamente unânime – a elevada dificuldade em decorar as datas dos acontecimentos. Seguidamente, explicámos aos alunos que iríamos desenvolver uma abordagem diferente para ajudá-los a compreender melhor a noção de tempo e a sua importância em História, para que pudessem responder com um maior sucesso àquele tipo de exercícios. Explicámos igualmente que essa abordagem passaria por utilizar aplicações móveis, construir jogos e jogá-los em contexto de sala de aula. Esta informação foi muito bem-recebida pelos alunos, funcionando esta primeira abordagem como uma motivação para as aulas seguintes.

Perante esta realidade, planificámos duas aulas com diversas atividades em que, recorrendo a jogos e aplicações móveis, os alunos pudessem desenvolver competências de localização e ordenação temporal. Optámos por planificar e realizar duas aulas de síntese e de revisão, que se realizaram antes da segunda ficha de avaliação do primeiro período, centrando-se as mesmas nos conteúdos da unidade – O Expansionismo

Europeu nos séculos XV e XVI.

5.1 Planificação das aulas

As duas aulas que serviram de base a este estudo de caso estruturaram-se em torno de seis atividades. Seguindo a proposta de Baratz e de Bibiano, a primeira aula iniciou-se com a análise de três mapas do império português – um referente aos finais do século XV; outro referente a inícios do século XVI e o último de meados do século XVI, com o intuito de os alunos percecionarem a evolução do império português no espaço ao longo do tempo como um processo contínuo.

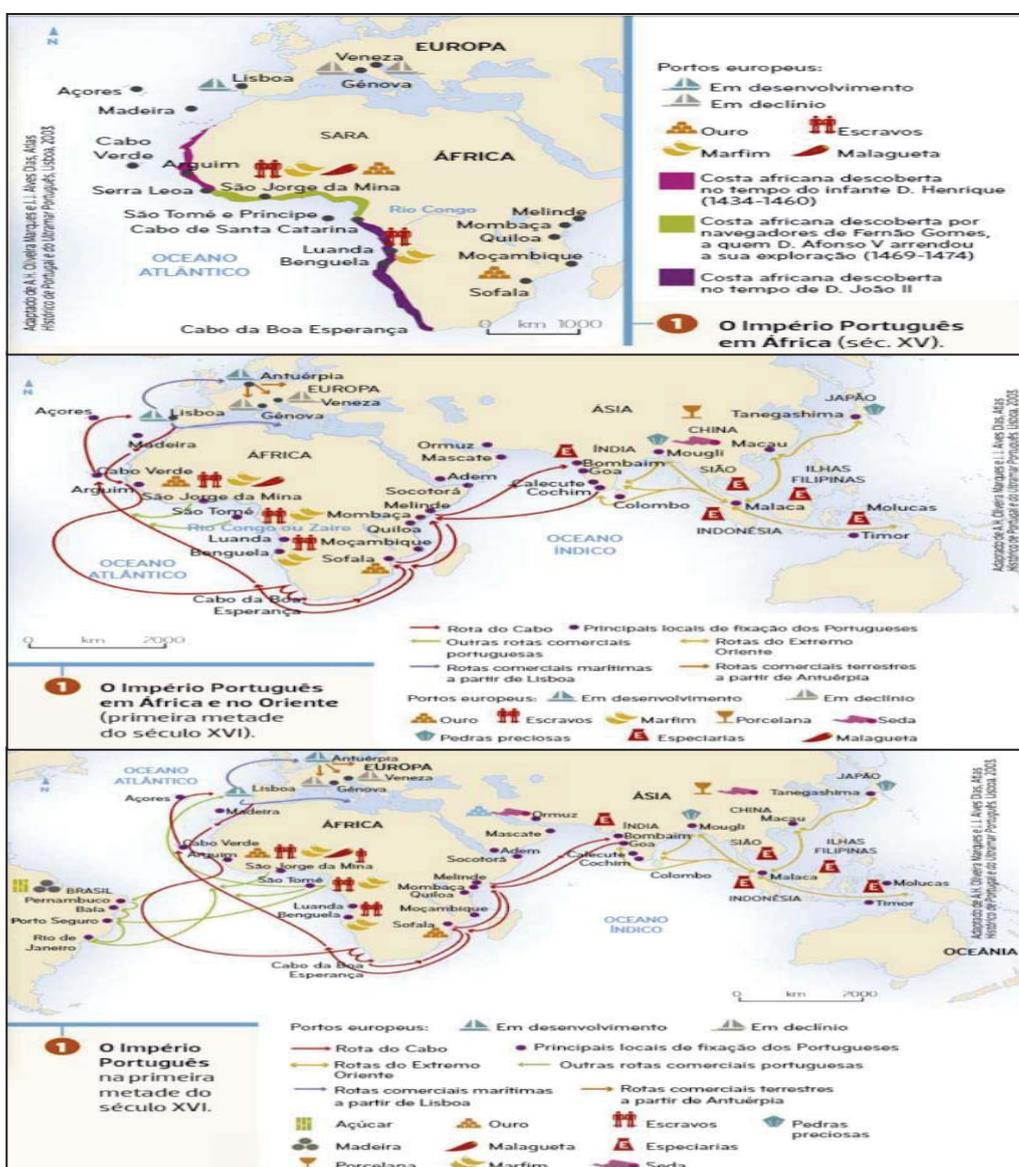


Figura 1 – Mapas utilizados na primeira atividade

Fonte: *O Fio da História 8* – Texto Editora, 2017

Seguindo depois as propostas de Bergamaschi e Bibiano, a segunda atividade realizada nesta aula, em trabalho de grupo, consistiu na construção de uma cronologia dos principais acontecimentos que marcaram a expansão portuguesa nos séculos XV e XVI, entre 1415 e 1548, tendo por base o caderno diário e o manual adoptado. De seguida, os alunos, com recursos aos seus dispositivos móveis e à aplicação *RWT Timeline*, deveriam construir um friso cronológico onde incluisse os acontecimentos constantes na sua cronologia, devendo a mesma ser enviada, através da aplicação, para a docente da disciplina, a fim de ser avaliada. Os alunos foram igualmente informados que deveriam proceder à apresentação da mesma no início da aula seguinte aos restantes colegas da turma.

No final da primeira aula, recorrendo novamente aos dispositivos móveis dos alunos, jogou-se, através da aplicação do *Kahoot*, o jogo *Jumble*, um jogo de competição e de ordenação de acontecimentos construído pela docente das turmas.



Figura 2 – Desafio do jogo *Jumble* criado para este estudo de caso

A quarta atividade foi realizada em ambiente extra-aula, de forma autónoma pelos alunos e consistiu na construção de um jogo de cartas, que se chamaria “O Tempo da Expansão”. Para que os alunos pudessem proceder a esta atividade, foi-lhes fornecido um guião muito específico, com instruções claras e diretivas sobre como proceder à sua construção e montagem.

A segunda aula iniciou-se com a apresentação e exploração dos frisos cronológicos construídos pelos alunos na aula anterior, tendo esta apresentação dois intuitos: o desenvolvimento de competências de análise e comunicação em História a partir de frisos cronológicos e rever os principais conteúdos aprendidos nas aulas anteriores, esclarecendo eventuais dúvidas que os alunos ainda pudessem ter.

No seguimento desta atividade, os alunos, novamente em grupo, puderam jogar o jogo que tinham construído em casa.



Figura 3 – Exemplo de cartas construídas pelos alunos da turma 2

Estas atividades foram realizadas em trabalho de grupos de 4 e/ou 5 alunos e a sua avaliação foi feita através da observação direta do empenho e desempenho dos alunos nas várias atividades, assim como a qualidade dos trabalhos apresentados – o friso cronológico, as respostas ao jogo *Jumble* e o jogo “O Tempo da Expansão”.

5.2 Análise dos resultados

Na primeira aula deste estudo de caso, depois de observarem a construção e a evolução do império português a longo do tempo através de três mapas históricos, os alunos construíram um friso cronológico recorrendo a uma aplicação móvel – *RWT*

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

Timeline. Nesta atividade, realizada em grupo, os alunos tiveram de construir nos seus *smartphones* um friso cronológico onde incluíssem os principais acontecimentos que tinham destacado na cronologia que já tinham criado anteriormente. Esta atividade começou por suscitar algumas dúvidas, pois os alunos de ambas as turmas nunca tinham utilizado esta aplicação. Não obstante, como esta é bastante simples e intuitiva, após a explicação inicial da docente sobre o seu funcionamento e o acompanhamento contínuo da mesma para os ajudar na realização da tarefa, todos os grupos conseguiram concluir a tarefa e enviar o trabalho final para a docente no tempo proposto (25 minutos).

Ao longo desta atividade foi possível verificar que a maioria dos alunos nunca tinha construído um friso cronológico e não tinha noção sobre como situar corretamente os acontecimentos na linha do tempo cronológico, colocando-os uns a seguir aos outros sem atender ao tempo decorrido entre eles.

Neste contexto, o auxílio da docente ao longo da atividade também foi dirigido para a explicação da importância de situar corretamente os acontecimentos no friso. Desta forma, através desta atividade prática, perante o erro e a sua correção imediata, os alunos começaram a perceber melhor a noção de tempo, a localização temporal de acontecimentos e a existência de intervalos temporais entre eles, uns mais longos e outros mais curtos, tendo daí resultado a construção de frisos mais corretos e mais interessantes.

No seguimento desta atividade, os alunos jogaram *Jumble*, um jogo de ordenação integrado na aplicação *Kahoot*. Este foi construído pela docente da disciplina e era constituído por 6 questões todas com o mesmo objetivo: ordenar quatro acontecimentos marcantes da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI.

Na turma 1, o jogo decorreu com normalidade. A partir da observação direta da mesma verificou-se que muitos alunos tiveram dificuldade em ordenar os itens, sendo que muitos, nitidamente, responderam já no final do tempo sem confiança. A motivação destes alunos foi claramente inferior à dos alunos que conseguiram responder prontamente aos desafios e que disputaram os primeiros lugares no jogo.

Na turma 2, devido à fraca rede de internet, o jogo teve alguns problemas técnicos. Alguns alunos, que não tinham dados móveis próprios, perderam a sua ligação durante o jogo e não puderam regressar ao mesmo, motivo pelo qual ficaram bastante desmotivados. Não obstante, esta turma, de um modo geral mostrou-se muito mais

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

confiante na realização dos desafios do jogo, demonstrando maior segurança na ordenação temporal dos acontecimentos.

No final da primeira aula, propôs-se aos alunos que construíssem, em grupo, um jogo de cartas, intitulado “O Tempo da Expansão”, mediante um guião previamente preparado pela docente da disciplina. Neste jogo, cada carta deveria ter de um lado um acontecimento marcante da expansão portuguesa, preferencialmente os que os alunos haviam colocado na cronologia e no friso cronológico que tinham construído anteriormente, com uma imagem com ele relacionada em tons de cinza ou em marca de água. Já no verso da carta, deveriam colocar o mesmo acontecimento, mas com a respetiva data e com a mesma imagem na sua tonalidade real. A par destas instruções, foram dadas indicações específicas sobre como fazer esta construção utilizando o software *Microsoft Word*, aquele que estava acessível à totalidade dos alunos, quer em casa, quer nos computadores da escola.

No início da segunda aula verificou-se que na turma 1, dos 6 grupos formados, apenas 3 construíram o jogo. Por este motivo, os alunos dos grupos que não o fizeram foram distribuídos pelos grupos que construíram o jogo. Já na turma 2, todos os 5 grupos formados construíram o jogo. Os alunos desta turma chegaram à aula já automotivados e ansiosos para saber as regras do jogo e jogarem-no na aula.

Depois da docente apresentar as regras do jogo, os alunos começaram de imediato a jogá-lo e mostram-se muito empenhados na atividade, de tal forma que depois de todos os grupos o finalizarem, pediram à docente para jogar novamente, motivo pelo qual se realizou, nessa aula, uma segunda partida.



Figura 4 – Alunos da turma 2 a jogar “O Tempo da Expansão”

A primeira avaliação realizou-se ainda durante as aulas que constituíram este estudo de caso. Esta foi feita a partir da observação direta do comportamento, do empenho e do desempenho dos alunos nas várias atividades. A partir desta foi possível concluir que a maior parte dos alunos gostou das atividades desenvolvidas nas aulas, tendo revelado mais motivação e empenho durante a realização dos jogos, confirmando-se, assim, a hipótese de que estes são um bom instrumento não só para motivar os alunos para as aprendizagens, mas também para consolidar conhecimentos já adquiridos.

Porém, para aferir se os jogos e as aplicações móveis utilizadas foram eficazes na consolidação de conhecimentos e da noção de tempo, na segunda ficha de avaliação inseriu-se, novamente, um exercício de ordenação temporal. Os resultados foram substancialmente melhores em ambas as turmas, conforme se pode verificar no gráfico que se segue:

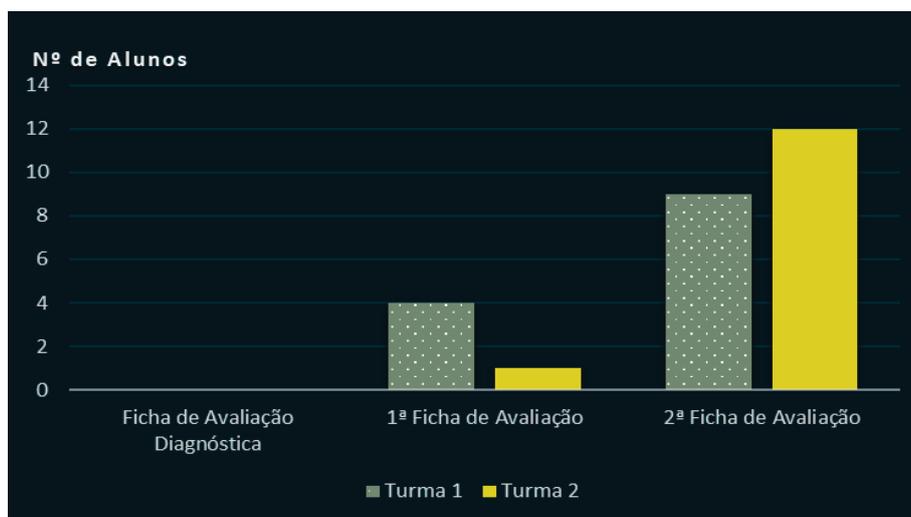


Gráfico 1. Número de alunos que resolveram com sucesso os exercícios de ordenação temporal propostos

Conforme se pode constatar a partir do gráfico anterior, e conforme já tinha sido referido anteriormente, na ficha de avaliação diagnóstica aplicada a ambas as turmas no início do ano letivo, nenhum aluno resolveu com sucesso o exercício de ordenação temporal proposto, salientando-se que na turma 1, em 26 alunos, 14 (54%) não responderam ao exercício, e na turma 2, em 21 alunos, 5 (24%) também não responderam ao exercício. Mais tarde, na primeira ficha de avaliação, na turma 1,

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

apenas 4 alunos (16%) resolveram com sucesso este exercício, sendo que 10 alunos (38%) da turma não o realizaram. Já na turma 2, na primeira ficha de avaliação, apenas 1 aluno (5%) resolveu com sucesso este exercício, sendo que 3 alunos (14%) não o realizaram.

Na segunda ficha de avaliação, realizada após as duas aulas de consolidação de conhecimento recorrendo à utilização de jogos e aplicações móveis, em ambas as turmas verificou-se uma melhoria significativa, o que evidencia que as estratégias desenvolvidas tiveram alguma eficácia. Na turma 1, 9 alunos (35%) resolveram com sucesso este exercício, sendo que dos restantes, 10 (35%) não o realizaram. Já na turma 2, todos os alunos responderam à questão e 12 (57%) resolveram o exercício com sucesso. Nota-se, portanto, que a maior melhoria se deu no desempenho dos alunos da turma 2, correspondendo à turma que revelou mais empenho e interesse na realização dos jogos durante as aulas.

6. Conclusão

Com este estudo de caso foi possível concluir que o desenvolvimento da noção de tempo nas aulas de História e o desenvolvimento da competência mental e abstrata de ordenação temporal de acontecimentos históricos são, de facto, alguns dos aspetos mais difíceis de trabalhar com os alunos em contexto de sala de aula.

Não obstante, este estudo também revelou que é possível, de uma forma diferente e motivadora, trabalhar com os alunos, em contexto de sala de aula, a noção de tempo em História de uma forma eficaz. Neste contexto, utilizámos aplicações móveis e dois jogos didáticos, criados especificamente para este fim.

Para promover o desenvolvimento da noção de tempo e de evolução histórica, a primeira atividade realizada foi a análise de mapas históricos retratando a evolução no tempo e no espaço da construção do império português ultramarino, seguindo assim as diretrizes apontadas por Bibiano (2010), algo que se revelou bastante eficaz. Seguindo a sugestão da mesma autora, os alunos também construíram, em trabalho de grupo, uma cronologia com os principais marcos históricos da época, refletindo-os depois num friso cronológico a partir de uma aplicação e com os seus próprios dispositivos móveis. A aplicação *RWT Timeline* mostrou-se eficaz não só para motivar os alunos, mas sobretudo para criar uma atividade prática, na qual os alunos depois de se depararem

com dificuldades, conseguiram ultrapassá-las. De um modo geral, todos os grupos de ambas as turmas aprenderam a construir um friso cronológico corretamente, embora o mais importante tenha sido o facto de eles compreenderem as ideias de linearidade, sequencialidade e duração do tempo em História. Estes frisos cronológicos foram depois apresentados aos restantes colegas/grupos, desenvolvendo ao mesmo tempo competências de comunicação.

Os jogos que se realizaram posteriormente resultaram como momentos de verificação de conhecimentos e, ao mesmo tempo, de avaliação formativa. A sua componente lúdica foi motivadora para os alunos e não os distraiu do seu objetivo principal e, nesse sentido, pode dizer-se que foram bons recursos para o desenvolvimento de localização e ordenação temporal de acontecimentos históricos.

O primeiro jogo – “*Jumble*” – realizou-se em formato de competição, envolvendo todos os alunos, recorrendo aos seus dispositivos móveis, maioritariamente *smartphones*. O segundo – “O Tempo da Expansão” – foi um jogo de cartas proposto pela docente e construído pelos próprios alunos, aspeto que os motivou duplamente. O objetivo de ambos os jogos de consolidação de conhecimentos era o mesmo – ordenar acontecimentos históricos sem recorrer exclusivamente à memorização de datas, mas atendendo à lógica da realidade e da evolução histórica. Por outro lado, depois da aplicação destes dois tipos de jogos em contexto de sala de aula, verificou-se que ambos cumpriram o seu fim, pois permitiram trabalhar e desenvolver com os alunos as noções de tempo histórico, a localização e a ordenação temporal em História. Curiosamente, de todas as atividades realizadas, os alunos mostraram uma maior preferência pelo jogo “O Tempo da Expansão”.

A eficácia da utilização de aplicações móveis e de jogos didáticos para o desenvolvimento da localização e ordenação temporal em História foi não só evidente na observação direta das aulas e no desempenho concreto dos alunos nos jogos, mas também na melhoria significativa dos resultados obtidos pelos alunos na realização do exercício específico de ordenação temporal na segunda ficha de avaliação.

Foi igualmente perceptível que, quer na utilização de aplicações móveis, quer na realização de jogos em contexto de sala de aula, o professor deve ter um papel ativo e assertivo, não deixando os alunos utilizar os dispositivos móveis livremente sem controlo, nem jogar por jogar. O professor deve selecionar as aplicações móveis e os

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

jogos que considera mais pertinentes para os fins didáticos a que se destinam, enquadrá-los com outras atividades de aprendizagem significativas, sempre que possível com fontes históricas, garantindo que as atividades propostas e a ordem na sala de aula são cumpridas. Simultaneamente, deve, sistematicamente, contextualizar os conteúdos abordados, esclarecendo toda e qualquer dúvida dos alunos que possa surgir.

Com este estudo de caso verificamos que com atividades práticas e diferentes, é possível desmistificar a ideia de que a História é uma disciplina que recorre exclusivamente à memorização de acontecimentos. Verificámos igualmente que, com este tipo de atividades, é possível simplificar conceitos complexos e abstratos como a noção de tempo histórico e, ao mesmo tempo, tornar o ensino História mais motivador e até mais eficaz.

Bibliografia:

BIBIANO, Bianca (2010), *Como trabalhar a noção de tempo em História*, [Consulta em 03.03.2018]. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/2370/como-trabalhar-a-nocao-de-tempo-em-historia>.

CHAVES, Margarida; GAGO, Marília; FARINHO, Paula (2017), “O jogo como estratégia no desenvolvimento do conceito de tempo em História”, in Ribeiro, Cláudia *et al.* (coord.) *Epistemologias e Ensino da História*, Porto, CITCEM.

OLIVEIRA, Sandra (2005), “O tempo, a criança e o ensino de História”, in Rossi, Vera Rossi; Zamboni, Ernesta (org.), *Quanto tempo o tempo tem!*, Campinas, Editora Alínea.

PIAGET, Jean (2002), *A noção de tempo na criança*, São Paulo, Record.

SIMAN, Lana (2005), “A temporalidade histórica como categoria central do pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem”, in Rossi, Vera Rossi; Zamboni, Ernesta (org.), *Quanto tempo o tempo tem!*, Campinas, Editora Alínea.

SCALDAFERRI, Dilma (2008). “Conceção de tempo e ensino da História”, *Revista História & Ensino*, v. 14, pp. 53-70.

NASCIMENTO, Regina (2002), *O Conceito de tempo na formação inicial de professores de História*, Tese de Mestrado em Educação, Florianópolis, UFSC.

RAHMEIER, Andrea (2016) “Tempo histórico – como trabalhá-lo?”, *Revista Acadêmica Licencia&acturas*, v.4, nº1, pp. 84-92.

BORGES, Thelma (2009), “Desenvolvimento da noção de tempo e ensino de História”,

Helena Isabel Almeida Vieira – Como trabalhar a noção de tempo em História com alunos do ensino básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 180-198. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a10

in *Atas do XXV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Fortaleza.

FERREIRA, Carlos (2005), “Espaço e tempo: implicações no ensino de História”, in *Atas do XXIII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Londrina.

SOLÉ, Glória (2015), “A compreensão do tempo e do tempo histórico pelas crianças: um estudo de caso com alunos portugueses do 1º CEB”, *Revista Diálogos*, v. 19, pp. 143-179.

Artigos:

A legislação ferroviária portuguesa (1845-1892)

The Portuguese railway legislation (1845-1892)

La législation ferroviaire Portugaise (1845-1892)

La legislación ferroviaria portuguesa (1845-1892)

Hugo Silveira Pereira¹

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia
(Universidade NOVA de Lisboa)
Institute of Railway Studies (University of York)
hugojose.pereira@gmail.com

Resumo: Quando Portugal começou a construir caminhos de ferro em meados da década de 1850 não existia nenhuma lei que servisse de enquadramento geral à nova atividade económica. O texto que se segue analisa de que modo a produção legislativa acompanhou o novo sector de atividade e até que ponto foi respeitada e importante no desenvolvimento da política ferroviária nacional. Para tal recorri às compilações de legislação (ferroviária e geral) disponíveis aos investigadores, comparando-as com o que se passava além-fronteiras, nomeadamente em Espanha, França e Bélgica, países que normalmente serviam de modelo à política ferroviária nacional.

Palavras-chave: caminhos de ferro, legislação, Regeneração, Fontismo

Abstract: When Portugal began building railroads, no general railway law was decreed. This paper describes the way the legislator met the demand for laws regulating the building and operation of railways. Then I determine to what extent this legal framework was respected and how important was it to the national railway agenda. To do so, I used the legislation compilations (of railways and otherwise) available to the researchers. Simultaneously, I kept in mind what was being done in Spain, France and Belgium, countries with which Portugal was usually compared to.

Keywords: railways, legislation, Regeneração, Fontismo.

Résumé: Lorsque le Portugal a commencé à construire les chemins de fer au milieu de la décennie de 1850, il ne possède aucune loi générale qui servait à l'encadrement de la nouvelle activité économique. Le texte qui suit analyse précisément de quel manière législative a accompagné le nouveau secteur d'activité et jusqu'à quel point a été respecté et a été important pour le développement de la politique ferroviaire nationale. Pour cela ont à recours surtout aux compilations des législations (ferroviaire et général) disponible aux investigateurs. Au même temps, je fait aussi quelques comparassions avec ce qui se passait de l'autre côté des frontières, plus précisément en Espagne, France et Belgique.

Mots-clés: chemins de fer, législation, Regeneração, Fontismo.

Resumen: Cuando Portugal comenzó a construir ferrocarriles, no se decretó ninguna ley ferroviaria general. Este artículo tiene como objetivo describir la forma en que el legislador cumplió con la demanda de leyes que regulan la construcción y operación de ferrocarriles. Luego determinaré en qué medida se respetó este marco legal y cuán importante fue para la agenda ferroviaria nacional. Para hacerlo, utilicé las compilaciones de legislación (de ferrocarriles y de otro tipo) disponibles para los investigadores. Simultáneamente, tuve en cuenta lo que se estaba haciendo en España, Francia y Bélgica, países con los que se suele comparar a Portugal.

Palavras-llave: ferrocarriles, legislación, Regeneração, Fontismo.

¹ Financiado por Fundos Nacionais Ref.^a SFRH/BPD/95212/2013.

1. Introdução

A vida política portuguesa na primeira metade de Oitocentos foi marcada por uma enorme instabilidade sociopolítica. Se “as principais reformas institucionais foram implementadas em meados da década de 1830, as obras públicas tiveram de esperar quase uma década pelas primeiras realizações práticas” (Mata, Valério 1993: 142; ver também Serrão, Marques 2002: 552-621).

Nos anos 1840, com Costa Cabral no poder, conseguiu-se finalmente a necessária estabilidade para se assinar o primeiro contrato para a construção de uma linha-férrea em Portugal, com a Companhia das Obras Públicas de Portugal. É nesta época que se passa a entender que “não basta que o espírito da mais severa economia presida aos actos do Governo [...]. Não é menos essencialmente preciso que estes recursos procedam do mais pleno desenvolvimento das faculdades productivas”², entendimento que seria prosseguido pelos governos da Regeneração que construíram a base da rede férrea nacional na segunda metade do século XIX.

Nas linhas seguintes analiso de que modo esta construção foi acompanhada do ponto de vista legislativo, comparando com o que se fez com alguns países amiúde mencionados no parlamento (Bélgica, França e Espanha) e verificando se o exemplo estrangeiro foi emulado em Portugal. Importa-me saber que moldura legal subjazeu à decisão de conceder caminhos de ferro e à sua construção e até que ponto ela foi respeitada e cumprida. Interessa-me ainda conhecer em que extensão a (in)existência de uma moldura legislativa específica foi importante para o desenvolvimento ferroviário nacional. Para tal recorri às compilações de leis disponíveis e também algumas interpretações feitas por autores da primeira metade do século XX (usando a metodologia da análise de conteúdo), as quais serão comparadas com aquilo que realmente era feito pelas companhias ferroviárias privadas e/ou pelo governo (recorrendo à bibliografia existente sobre este mesmo tema). Pretendo com este estudo analisar um campo pouco conhecido da história do caminho de ferro em Portugal (para um recente estado da arte, ver Pereira 2015).

As compilações de leis usadas foram a *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, (adiante *COLP*) coordenada por vários editores, e a *Legislação e Disposições Regulamentares sobre Caminhos de Ferro*, organizada por Gaspar Cândido

² Biblioteca da Assembleia da República, *Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884*, compil. Clemente José dos Santos, n.º 174, p. 1.

da Graça Correia Fino. Estas publicações reuniam numa só coleção a legislação que era aprovada pelo parlamento ou decretada pelo governo e publicada em diário oficial do Estado. Note-se que do ponto de vista legal, só o texto publicado em diário oficial tinha validade. Estas coletâneas serviam apenas para facilitar a consulta das leis aos juristas da época e agora aos historiadores contemporâneos. Em todo o caso, as disposições que podemos encontrar nos diários do governo são as mesmas que encontramos nestas antologias: sobretudo leis e decretos, mas também portarias, contratos e regulamentos. Cada uma destas tipologias tinha as suas características próprias: uma lei é um diploma aprovado pelo parlamento; um decreto é um instrumento legal elaborado pelo governo sem interferência do legislativo; uma portaria é um documento administrativo que contém ordens ou instruções acerca da aplicação de leis. Tendo em conta que no período em estudo os governos dispuseram sempre de maiorias absolutas no parlamento, podemos concluir que em termos práticos uma lei não diferia muito de um decreto. De facto, em termos de legislação ferroviária, poucas foram as leis em que o parlamento introduziu alterações ao original proposto pelo governo. Por outras palavras, as leis, tal como os decretos, refletiam a vontade do governo e não do parlamento.

A *COLP* foi uma publicação editada ao longo de toda a monarquia constitucional (e até depois de 1910) que reunia todas as leis e decretos exarados pelos respetivos ministérios, sendo também possível encontrar algumas portarias assinadas pelos diversos ministros. Reúne assim toda a legislação produzida em Portugal por todos os ministérios. A *Legislação e Disposições Regulamentares sobre Caminhos de Ferro* foca-se, como o próprio título indica, em legislação ligada ao sector ferroviário em Portugal Continental (existe também uma coletânea sobre leis e contratos de caminhos de ferro no ultramar). Repete muitos dos diplomas copiados na *Collecção Official*, mas publica também muita documentação inédita.

Uma palavra ainda sobre duas publicações que contêm também fontes para o estudo da legislação ferroviária em Portugal: o *Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria* e a *Compilação de diversos documentos relativos à Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes*. A primeira, publicada entre 1853 e 1868, dava a conhecer diversas notícias sobre obras públicas, tendo uma secção oficial destinada à publicação de legislação. A segunda, executada por Pedro Guilherme dos Santos Diniz, junta uma enorme diversidade de documentos sobre a Companhia Real

dos Caminhos de Ferro Portugueses, o principal operador ferroviário nesta altura; a maioria esmagadora dessa documentação diz respeito ao funcionamento da companhia, contudo estão incluídos também alguns documentos que ilustram a forma como se aplicava a legislação ferroviária em Portugal.

Estas publicações permitem-nos conhecer as leis que estiveram em vigor em Portugal ao longo da segunda metade do século XIX, no entanto, não permitem conhecer todo o processo legislativo que desembocou na sua aprovação. Para isso, os debates parlamentares e a compilação de *Pareceres parlamentares de 1845 a 1884* (editada por Clemente José dos Santos, reúne num volumoso tomo todos os pareceres das comissões parlamentares sobre caminhos de ferro) seriam instrumentos complementares indispensáveis. Em todo o caso, e uma vez que este estudo se foca apenas na obra feita (nas leis e decretos efetivamente publicados), o recurso a esta compilação e aos debates parlamentares será limitado e a minha análise basear-se-á sobretudo nas compilações de legislação citadas.

*

O contrato assinado com a Companhia das Obras Públicas de Portugal em 1 de março de 1845 e validado por lei de 19 de abril do mesmo ano era muito omissivo em relação ao negócio ferroviário. Todos os aspetos da construção e exploração ficavam por definir pelo governo em convenções próprias a assinar posteriormente³. Meio ano depois, o decreto de 18 de outubro de 1845 lançava as bases para a construção de caminhos de ferro em Portugal. Muito embora este diploma fosse dirigido na prática à Companhia das Obras Públicas, a verdade é que poderia ser aplicado a qualquer iniciativa que se propusesse construir “qualquer linha de caminho de ferro” em Portugal⁴, constituindo por isso a primeira lei de aplicação geral aprovada no país (Santos 1934: 237-239). Porém, definia apenas as regalias de que tais iniciativas poderiam beneficiar (prazo de concessão até 99 anos, entrega dos terrenos e materiais que pertencessem ao Estado, isenção de direitos alfandegários sobre a importação do material necessário à construção e exploração ferroviária, isenção de impostos gerais e locais) e as contrapartidas (necessidade de os traçados serem aprovados pelo governo,

³ COLP, 1845, pp. 555-559.

⁴ COLP, 1845, pp. 753-754.

transporte gratuito de correio oficial e a preço reduzido de material e pessoal militar, sujeição à fiscalização governamental, sujeição às leis do reino, possibilidade de remição antecipada, obrigatoriedade de constituição de companhias previamente à concessão). Ficavam ainda por concretizar a forma da concessão e todos os detalhes relativos à vigilância, segurança, uso e conservação da via, a definir em regulamentos ulteriores. Em todo o caso, os conflitos de meados da década de 1840 impediram que as intenções da Companhia das Obras Públicas se tornassem realidade.

A Regeneração aliou ao desejo de fomento cabralista um espírito conciliador entre as diversas correntes políticas com o progresso como alvo a atingir (Bonifácio 1992: 96-98; Pinheiro 1983: 53). Neste plano, a construção de caminhos de ferro assumiu um papel predominante. Era a tecnologia de transporte mais recente e entusiasmante (Hobsbawm 1979: 63; Hobsbawm 1982: 66), que se estendia por vastas áreas dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo (Cipolla 1976: vol. 4, 789-790) e que hierarquizava o nível civilizacional de cada um deles (Adas 1989: 134), sendo, pois, muito tentador para países periféricos como Portugal associar a riqueza daquelas nações com a extensão da sua rede férrea (Pereira 2012: 46). Nos 40 anos seguintes ao golpe da Regeneração, Portugal construiu a base da sua malha ferroviária. Até à bancarrota de 1892, foram assentes cerca de 2 300 km de via (Pinheiro 2001: 373), que cruzaram todas as províncias nacionais do Minho ao Algarve, muito embora umas tivessem sido mais bem servidas que outras.

2. Na infância do caminho de ferro

Tão cedo como os primeiros anos da década de 1850, o governo previu a necessidade de se dotar de uma lei geral que abarcasse todo o sector ferroviário. Em 1853, a responsabilidade de elaborar o texto legal com esse objetivo (incluindo o modo de se apresentarem os estudos, as bases gerais da adjudicação de obras públicas a empresas privadas ou de construções a cargo do Estado, entre outras) foi entregue ao recém-criado Conselho Geral de Obras Públicas e Minas (órgão consultivo do Ministério das Obras Públicas)⁵. No entanto, nem este órgão procedeu neste sentido, nem o parlamento aprovou qualquer projeto de lei. As únicas fontes que legislavam latamente sobre esta matéria eram a Carta de 1826, o Código Comercial de 1833 e o

⁵ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria* (adiante *BMOPCI*), 1854, n.º 1, pp. 23-26.

diploma cabralino de 18 de outubro de 1845. O primeiro texto, porém, só determinava a necessidade de o parlamento ser ouvido sobre qualquer proposta que envolvesse aumento de despesa ou contração de empréstimos (parágrafos 8.º e 11.º do art.º 15.º) (Caetano 1981). Quanto ao Código Comercial, obviamente, não previa nenhum tratamento específico sobre uma invenção que só duas décadas passadas sobre a sua publicação se instalaria efetivamente no reino.

3. O exemplo estrangeiro

Em França, os primeiros diplomas surgiram logo após as primeiras concessões de linhas, porém eram também de âmbito muito limitado. A lei de 26 de abril de 1833 foi uma das primeiras tentativas de regulamentação jurídica do sector, no entanto provocou muita desordem e foi abandonada. É então que se dá preferência à realização prévia de estudos, financiados com dinheiros públicos (lei de 27 de junho de 1833). Dias depois (7 de julho de 1833), novo texto regula as expropriações e estipula que só os ramais com menos de 20 km não careciam de aprovação parlamentar. Apesar destes esforços, a regulamentação ferroviária continuava incompleta e o parlamento aprovou nova lei – 11 de junho de 1842 – que fixava o esqueleto da rede nacional e determinava a forma de intervenção ou apoio do Estado. Três anos mais tarde, surgia a lei de 15 de julho de 1845 sobre a polícia, conservação e exploração dos caminhos de ferro em França, que se destacava por determinar explicitamente que todas as ferrovias faziam parte da grande viação pública. Por esta altura, a França tinha apenas 500 km de vias-férreas (Armand 1963: 30-33; Caron 1997-2005: vol. 1, 95-96 e 135-138; Sousa 1918: 147-150).

Na Bélgica, uma lei geral foi publicada em 1832, antes do início da construção por privados (inicialmente o Estado belga assumiu diretamente a tarefa de dotar o país de caminhos de ferro). Previa que qualquer interessado numa linha só podia fazer estudos se autorizado pelo serviço de Pontes e Calçadas do Ministério do Interior e nos moldes definidos por este serviço. Feitos os estudos, eram apreciados pelas câmaras do Comércio e por uma comissão de inquérito provincial, que redigiam um parecer em função do qual se definia um caderno de encargos. Este, por sua vez, basearia o concurso ao qual o proponente original era obrigado a concorrer. Os critérios para a escolha final passavam pelo comprimento da linha e pelas tarifas a cobrar. Adjudicada a obra, seria elaborado um caderno de encargos definitivo, que incluía os direitos e deveres de Estado e concessionário e o prazo da concessão. Esta lei vigoraria até 1843,

ano em que sairia um novo diploma que impunha uma audiência parlamentar antes da adjudicação de concessões. Antes, porém, seria necessário ouvir o serviço de Pontes e Calçadas (e eventualmente as câmaras de Comércio e comissões provinciais) que aferia a exequibilidade e utilidade do pedido; o caderno de encargos era depois enviado a cinco comissões parlamentares que examinavam o traçado, os aspetos jurídicos sobre expropriações e o impacto sobre as linhas do Estado já em exploração; por fim, a comissão central do parlamento redigia um projeto final que era posto à discussão (van der Herten et al. 2001: 98-101).

Na vizinha Espanha, em 1844, na sequência da apresentação de uma proposta de uma enorme linha de Cádiz a Madrid com possibilidade de prolongamento até Irun, o governo nomeou uma comissão (composta pelos engenheiros Juan e José Subercase e Calixto Santa Cruz) para redigir um texto que deveria regular todo o sistema ferroviário (rede, sistema de concessões e exploração, bitola). Os esforços do governo pecaram por tardios, uma vez que já desde a década de 1830 propostas de empresários chegavam aos executivos e eram por estes aceites. Para regular estes projetos existia apenas o Código do Comércio de 1829, que, tal como em Portugal, não estava preparado para caminhos de ferro. O chamado *Informe Subercase* previa uma forte intervenção estatal combinada com a iniciativa privada (pois o Tesouro espanhol não tinha capacidade para construir e explorar caminhos de ferro sozinho), uma vez que se entendia que só o Estado zelaria pelo bem público na construção ferroviária. Assim, ao governo era atribuído o direito de impor as condições técnicas (declives máximos de 10 mm/m e raios de curva mínimos de 278 m), de nacionalizar as linhas passados uns certos anos (contra o pagamento de uma anuidade) e de baixar as tarifas quando o lucro das companhias atingisse determinado valor. A concorrência era limitada, mas o monopólio nunca deveria ser permitido. No entanto, o governo castelhano, na ânsia do dotar o seu país de caminhos de ferro, optou por redigir uma lei (de 31 de dezembro de 1844) muito menos restritiva, que abriu a porta à especulação, pois as concessões eram adjudicadas sem qualquer exigência de compromisso por parte dos empresários. De facto, a seguir à sua publicação, foram concedidos 23 caminhos de ferro, mas só quatro seriam construídos (Comín Comín et al. 1998: vol. 1, 37. Gómez Mendoza 1989: 42-43; Mateo del Peral 1978: 40-51; Wais 1943: 55-60, 70-72 e 181). Nos anos seguintes, a promiscuidade entre política e ferrovia atingiria proporções de escândalo e os governos verificaram que era necessária nova lei. Em 1848, o ministro do Fomento, Bravo Murillo, apresentava

uma proposta que procurava pôr fim àquela situação (aumentando o intervencionismo estatal, introduzindo um maior controlo jurídico sobre as adjudicações – que deveriam ser objeto de lei, ou seja, careciam de aprovação parlamentar – e possibilitando a concessão de outro tipo de apoios estatais, entre os quais a garantia de juro), mas a sua iniciativa nem sequer é discutida nas cortes. Em dezembro de 1849, a oposição apresentou nova proposta para acelerar a construção das linhas radiais e de ligação a Portugal e França, mas o texto ficou também por debater. Sorte igual conheceria o diploma do ministro Mariano Miguel de Reinoso, que previa a possibilidade de a construção ser feita pelo Estado, por empresas privadas (mediante concurso) ou por um sistema misto, com o financiamento a assentar em títulos emitidos pelo governo. Em 1850, Seijas Lozano apresentou e viu aprovada finalmente a lei da garantia de juro (de 20 de fevereiro de 1850), que completava o rendimento líquido da empresa até 6%, prevendo uma divisão do lucro superior a 8%. Além disto, dividia a rede em linhas de interesse público (auxiliadas pelo Estado, embora não explicitasse como) e de interesse particular (somente de iniciativa privada e adjudicadas por lei). No entanto, falhava no que à regulação geral dizia respeito, pelo que poucas foram as companhias que dela tiraram proveito. Em 1853, surge novo tentame para estudar e regular a questão, através de uma proposta para dar mais poder ao parlamento na adjudicação de linhas e assim impedir as concessões por amizade política. Todavia, a instabilidade política, a desconfiança face à promiscuidade entre políticos e empresários e a falta de consenso parlamentar (uns queriam um sistema geral e uma maior intervenção estatal e outros um sistema de aprovação por caso concreto onde a iniciativa privada tivesse o protagonismo) impediram que o vazio legislativo fosse preenchido (Casares Alonso 1973: 73-75, 80 e 187. Comín Comín et al. 1998: vol. 1, 51-55; Gómez Mendoza 1989: 42-43; Mateo del Peral 1978: 80-87; Wais, 1943: 72-80, 151-158 e 167-170).

4. Uma preocupação distante

Portugal, por esta altura, não conseguia sequer construir e explorar caminhos de ferro, pelo que a definição de uma lei geral era a última das apreensões políticas e legislativas. Em Espanha, a legislação não conseguia também dar desenvolvimento ao negócio, o que pode explicar o desinteresse legislativo português. Até 1855 só se assentariam 477 km de vias-férreas, o que para um país da grandeza de Espanha era muito pouco (Casares Alonso 1973: 77-79; Wais 1943: 50-53).

Mesmo após a construção efetivamente se ter iniciado, tal preocupação manteve-se distante dos espíritos dos governantes lusos. Os primeiros diplomas contemporâneos das primeiras linhas-férreas contemplavam apenas aspetos específicos: a alteração à lei das expropriações foi aprovada no parlamento juntamente com adjudicação da linha de Lisboa a Santarém; poucos dias antes do início da construção (5 de setembro de 1853), saía a portaria que regulava a sua fiscalização técnica por parte do governo⁶; uns meses antes da abertura do troço entre Lisboa e o Carregado (em outubro de 1856), o marquês de Loulé (presidente do Conselho e ministro das Obras Públicas) apresentou e viu aprovado o regulamento para a polícia e exploração dos caminhos de ferro em Portugal (lei de 4 de agosto de 1856 e decreto de 23 de outubro de 1856), que já considerava os caminhos de ferro como parte da viação pública, concedia-lhes uma zona de proteção face à construção de edifícios civis, garantia-lhes direitos de proteção à circulação (contra sabotagem) e estabelecia a responsabilidade dos ferroviários, concessionários e administradores das companhias⁷. No entanto, não deixava de ser ainda um texto parcelar que não respondia ao frenesim que se tinha instalado em torno da questão do desenvolvimento dos transportes, nem se mostrava capaz de evitar as deceções e erros que por esta altura se tinham experimentado: o caminho de ferro que devia ir a Santarém ficou-se pelo Carregado e em muito más condições; a linha de Sintra não saíra do papel e a via de sul avançava muito lentamente, depois de um concurso atribulado (Pereira 2012: 178-180).

Por isso, em março de 1857 surgiu uma proposta de lei para legislar sobre a matéria, apresentada pelo engenheiro Albino de Figueiredo, que retomava algumas das ideias por ele expostas em 1851 (Almeida 1851). Organizava o processo de concessões e adjudicações de qualquer tipo de obra pública; os estudos seriam realizados pelo Estado que depois entregaria as obras sob um conjunto de regras predeterminado; o recurso ao crédito por parte da empresa (através da emissão de obrigações) era permitido, dentro de certos limites e também com regras definidas⁸.

Por esta altura, Espanha dotara-se já de uma nova lei geral. Em 1854, depois de nova mudança governamental, o ministro do Fomento, Francisco de Luján, nomeou uma comissão para estudar as linhas já concedidas e reordenar o sector ferroviário (real ordem de 13 de agosto de 1854), sendo os resultados apresentados às cortes em

⁶ COLP, 1853, pp. 466-467.

⁷ COLP, 1856, pp. 282-283 e 444-448.

⁸ *Diario da Camara dos Deputados* (adiante DCD), 18 de março de 1857, pp. 157-167.

dezembro desse ano. As linhas concedidas foram na sua maioria legalizadas e integradas na lei que seria aprovada a 3 de junho de 1855 (regulada por decretos de 15 de fevereiro de 1856 e 24 de março de 1856 e por leis de 11 de julho de 1856 e 11 de julho de 1860, que abrangiam aspetos ligados ao resgate, às autorizações para estudos e ao regime jurídico das concessionárias). Este novo enquadramento jurídico reconhecia todos os erros dos textos anteriores (permissividade face à corrupção; concessão de linhas sem justificação, projetos ou estudos do terreno; passividade face às ilusões potenciadas pela má-fé dos especuladores...) e tomava medidas para os evitar: considerava o caminho de ferro um serviço público; dava maiores competências ao parlamento em matéria de política ferroviária (as linhas teriam de ser concedidas por lei e em concurso e não por decreto governamental, esperando-se que deste modo o interesse geral se sobrepusesse aos interesses particulares); concedia maiores poderes ao Estado na elaboração ou aprovação de estudos, mas relegava para segundo plano o seu papel na construção direta; estipulava os critérios técnicos e administrativos gerais para a construção da rede (depósito, prazo para início e fim das obras, caducidade da concessão por interrupção do serviço); sujeitava a isenção alfandegária à apresentação de uma lista detalhada do material necessário (dados que depois de verificados seriam incluídos na lei de concessão); previa a remição pelo governo (mediante o pagamento de uma anuidade até ao fim da concessão equivalente à media dos cinco rendimentos anuais anteriores); determinava a concessão de auxílios diretos (ser o Estado a realizar determinadas obras, entregar às empresas parte do capital investido, garantir-lhes um mínimo de juro) e indiretos (doação de terrenos e materiais de domínio público, receção de direitos de portagem e transporte, isenção de taxas alfandegárias e impostos sobre expropriações durante a construção e dez anos após a abertura das linhas); dava garantias ao investimento através de concessões de 99 anos e de proteção em caso de guerra ou nacionalizações; e obrigava à formação de sociedades anónimas, o que abria as portas dos mercados financeiros. Ao mesmo tempo, o governo espanhol fomentava a criação de bancos que financiariam também a atividade ferroviária. Graças a esta lei e a um contexto político e económico favorável, Espanha conheceu um enorme desenvolvimento da sua rede ferroviária. Entre 1856 e 1865, mais de 4 500 km de via foram assentes, estabelecendo-se as linhas principais numa rede radial desde Madrid a França e às províncias costeiras (Casares Alonso 1973: 90, 92-96, 116, 183 e 187-188;

Comín Comín et al. 1998: vol. 1, 56-64; Gómez Mendoza 1982: 27-32; Mateo del Peral 1978: 99-113; Sánchez-Albornoz 1991: 110; Wais 1943: 170-173 e 179-184).

Enquanto isso, Portugal continuava a aprovar regulamentos *ad hoc*. Antes do início da construção das linhas de Norte, Leste (atribuídas ao espanhol José de Salamanca, que mais tarde as trespassou à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses) e Sueste (concessionada a um grupo liderado pelo britânico John Sutherland Valentine), é aprovado novo regulamento (decreto de 5 de dezembro 1860), que estabelecia as responsabilidades e organização dos fiscais do governo, encarregados da supervisão da construção, exploração (incluindo fiscalização comercial e administrativa, nomeadamente aplicação das tarifas aprovadas) e conservação dos caminhos de ferro. Nas vésperas da abertura das linhas de Norte e Leste na sua totalidade, o parlamento foi consultado no sentido de impor o imposto de trânsito. Em junho de 1863, o projeto foi aprovado e a lei publicada em 14 de dezembro. Contudo, apenas em 5 de abril de 1865 seria validado o decreto que regulamentava a cobrança, que vigoraria até ser substituído por novo estatuto publicado em 20 de setembro de 1888⁹.

Em termos legislativos, o Estado andava um pouco a reboque das circunstâncias e atuava na hora com base nas necessidades de momento. Os regulamentos que se aprovavam respeitavam apenas a detalhes do negócio ferroviário, não servindo, pois, como lei geral. As linhas eram adjudicadas de forma isolada sem responder nem a uma rede nem a um enquadramento global, muito embora o contrato assinado com José de Salamanca tenha servido de base a outros acordos antes e depois do decreto de 31 de dezembro de 1864, que será analisado seguidamente.

5. O decreto de 31 de dezembro de 1864

Em 1864, quando a rede férrea nacional contava já com algumas centenas de quilómetros, surge finalmente uma regulamentação geral sobre caminhos de ferro (ou estatuto jurídico nas palavras de Mello 1939; ver também Sousa 1918) elaborada por uma equipa formada pelos engenheiros Belchior Garcês, Cardoso Avelino, Nunes de Aguiar, Gromicho Couceiro, Canto e Castro, Plácido Abreu, Calheiros e Menezes, Joaquim Júlio Pereira de Carvalho e Faustino de Mena Aparício. Foi decretada por diploma de 31 de dezembro de 1864, após autorização concedida por lei de 25 de junho

⁹ COLP, 1860, pp. 833-836; 1863, pp. 321; 1865, p. 107; 1888, pp. 384-386.

do mesmo ao governo do duque de Loulé, com João Crisóstomo nas Obras Públicas, num afã legislativo que se pretendia estender a todas as vias de comunicação (estradas, rios, canais, valas, portos de mar, caminhos de ferro e telégrafos)¹⁰ (Santos 1934).

Este diploma baseava-se na legislação francesa de julho de 1845, o que não surpreende, dada a forte ligação dos engenheiros portugueses às instituições de ensino técnico galesas (Matos 2009). O decreto não se debruçava apenas sobre a fiscalização da construção e exploração, mas abarcava também aspetos ligados à concessão e aos direitos e obrigações de Estado, companhias, passageiros e proprietários de terrenos confinantes com o caminho de ferro. Começava por decretar muito explicitamente que todos os caminhos de ferro e seu material fixo faziam parte do domínio público, podendo esta prerrogativa ser cedida a entidades privadas que a exerceriam em substituição do Estado e em seu proveito próprio, tendo forçosamente de obedecer a um determinado número de obrigações e beneficiando de um certo número de direitos. Para facilitar a construção e exploração, estipulava-se que em caso algum o material destinado à construção e exploração das linhas poderia ser penhorado, arrestado ou embargado. Também por ser bem de domínio público, a sua concessão teria de ser autorizada pelo parlamento sob a forma de lei. Não era obrigatória a abertura de concurso. O governo podia negociar diretamente com uma empresa, mas tal acordo seria provisório até que o parlamento o sancionasse (Aguilar 1945: 19-191; Sousa 1926: 117-118 e 133-134)¹¹.

A única exceção a esta regra seria o conjunto de ramais das linhas contratadas e linhas de extensão inferior ou igual a 20 km, que tivessem por fim ligar minas ou estabelecimentos industriais a algum rio navegável, porto de mar ou caminho de ferro. Em ambos estes casos, seria condição obrigatória não incorrer o erário público em qualquer encargo financeiro, fosse empréstimo, subvenção, garantia de juro ou isenção fiscal (art.º 2.º). Todas estas condições teriam de se verificar cumulativamente. Porém, no texto não se definia claramente o que era um ramal, o que justificou a tomada de algumas decisões polémicas. Dava até a entender que para uma linha ser considerada como tal bastava entroncar na via principal. Daí que tenha surgido o *ramal* de Cáceres com 80 km de extensão (em Portugal). Daí que Martens Ferrão, enquanto procurador da Coroa, tenha considerado a linha do Oeste um ramal da linha de Leste, o que à luz deste

¹⁰ COLP, 1864, p. 319.

¹¹ BMOPCI, 1865, n.º 2, pp. 164-172.

decreto não era desproporcionado (Fino 1883-1903: vol. 1, 400-401). A questão só seria esclarecida em 1879 quando à Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas (órgão de consulta que sucedeu ao Conselho Geral) é pedido que concretize o conceito. Na altura, discutia-se a adjudicação direta da linha entre a Pampilhosa e a Figueira da Foz à Companhia do Caminho de Ferro da Beira Alta (como prolongamento da linha da Beira Alta, da Figueira a Vilar Formoso), contra a qual protestava a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, que reclamava esse troço como ramal da sua via-férrea do Norte (Pereira 2011: 290). Em todo o caso, a definição da Junta não seria inteiramente objetiva. Para aquele corpo, um ramal seria uma linha-férrea secundária, de limitada extensão e condições técnicas menos rigorosas, destinada a alimentar o movimento de linhas principais e a servir principalmente uma determinada zona, centro de produção ou de consumo ou um estabelecimento industrial. Faltava agora determinar o que era *limitada extensão* e o que eram *condições técnicas menos rigorosas*. O troço em questão media 50 km, o que para a Junta já ultrapassava o conceito de limitada extensão; deveria ter as mesmas condições técnicas da linha até Vilar Formoso, que não podiam ser consideradas *menos rigorosas* ou não se entendesse a linha da Beira Alta como a verdadeira artéria internacional (Pereira 2011: 279); e tinha elementos para uma existência própria, pelo que se aconselhava a sua concessão à Companhia do Caminho de Ferro da Beira Alta. Tudo isto constituía um conjunto de critérios muito subjetivo que poderia ser usado contra ou a favor de uma qualquer decisão, consoante as circunstâncias. Apesar de a opinião da Junta não ter qualquer valor legal vinculativo (Pereira 2014: 298), o governo adotá-la-ia e entregaria o troço à Companhia da Beira Alta (Dinis 1915-1919: vol. 6, 242-244; Pereira 2011: 290).

Quanto às linhas *independentes* propriamente ditas, o decreto estipulava, como vimos, que só as de extensão inferior a 20 km que não representassem um encargo para o Estado poderiam ser concedidas sem consulta parlamentar. No entanto, a verdade é que alguns caminhos de ferro com extensões superiores à mencionada foram adjudicados por decreto (seguindo todos a mesma estrutura textual), violando o preceituado. As linhas de Guimarães, do Porto à Póvoa, do vale do Lima, de Cacilhas a Sesimbra, entre outras (decretos de 28 de dezembro de 1872, 19 de junho de 1873, 22 de abril e 18 de junho de 1874) foram alguns casos¹². Apesar de ilegais, as concessões efetivaram-se e as duas primeiras transformaram-se mesmo em caminhos de ferro reais.

¹² COLP, 1872, pp. 352-353; 1873, pp. 184-185; 1874, pp. 70-71, 101-102 e 254.

Por outro lado, não se fixava prazo de concessão nem possibilidade de remição por parte do Estado. Presume-se, pois, que a concessão era perpétua, o que invalidava ou pelo menos diminuía na prática o carácter de bem de domínio público temporariamente cedido a terceiros que o decreto de 31 de dezembro de 1864 atribuía às linhas-férreas. Em 1926, Fernando de Sousa reiterava que não se podia falar em concessões perpétuas, porque o domínio público da via estava assegurado pelo velho decreto (Sousa 1926). Porém, é indesmentível que sem prazo para o fim da concessão e sem possibilidade de remição, a linha poderia ficar eternamente nas mãos da companhia que a operava, que só teria de obedecer aos regulamentos que o Estado entretanto decretasse. Teoricamente a linha era do Estado. Na prática, pertencia aos acionistas. O regresso ao domínio público efetivo só poderia ser feito mediante uma negociação e uma indemnização à companhia. A única possibilidade de sustentação da teoria de Fernando de Sousa seria a eventualidade de o decreto de 18 de outubro de 1845 ainda estar em vigor (de facto, só os contratos que respeitavam unicamente à Companhia das Obras Públicas foram efetivamente revogados). Neste caso, o governo estava impedido de conceder linhas por mais de 99 anos. Se algum decreto não fixasse com clareza o prazo de concessão, presumia-se que este fosse de 99 anos. No entanto, o diploma de 18 de outubro de 1845 também permitia ao executivo conceder isenções alfandegárias e nem por isso estas para serem permitidas tiveram de passar pelo crivo parlamentar.

No parlamento, estas adjudicações nunca foram colocadas em causa, a não ser como arma de arremesso contra o governo quando da outorga da linha de Cacilhas a Sesimbra a Filipe de Carvalho, um deputado do Partido Regenerador que na altura apoiava o governo (Fernandes 2005-2006)¹³. De resto, contariam sempre com o silêncio dos tribunais, pois qualquer tentativa de impugnação de um caminho de ferro seria muito mal vista a nível político.

Mais tarde, houve uma tentativa de tornar obrigatória a abertura de concurso para a concessão de caminhos de ferro. Em 1881, a lei da contabilidade pública de 25 de junho no seu art.º 37.º, § 1.º, afirmava claramente que “nenhuma proposta de contrato provisorio, que tenha por fim a construção de [...] caminhos de ferro [...] poderá ser apresentada às côrtes, sem que o mesmo contrato tenha sido feito por concurso publico”¹⁴. Esta obrigatoriedade surgiu na sequência da concessão por adjudicação

¹³ *DCD*, 1 de fevereiro de 1876, pp. 239 e ss.

¹⁴ *COLP*, 1881, p. 117

direta da linha de Lisboa a Sintra e Torres Vedras e de Torres Vedras à Figueira da Foz, respetivamente à Companhia Real e a Henry Burnay, pouco tempo antes. Porém, a medida não pôs completamente fim às concessões sem concurso. É verdade que as grandes linhas (Beira Baixa) e algumas linhas de curta extensão (Tua e Viseu) passaram a ser atribuídas desta forma, no entanto, mantiveram-se as adjudicações diretas nos casos das linhas entre Coimbra e Arganil, entre Santarém e Vendas Novas e do litoral do Algarve (decretos de 1 e 22 de setembro e 2 de dezembro de 1887)¹⁵. A explicação para este facto encontra-se na própria letra da lei: o diploma só se referia a contratos a apresentar ao parlamento. Bastava não ter de passar pelo parlamento para que qualquer contrato não carecesse de adjudicação em hasta pública. Por outro lado, os concursos podiam transformar-se em simulacros, feitos à medida de determinados interessados.

Além destes aspetos, o decreto de 31 de dezembro de 1864 contemplava ainda detalhes ligados à fiscalização da construção e exploração das ferrovias. Assim, a fiscalização tributária das empresas, a segurança de passageiros e ferroviários, os direitos e deveres dos concessionários (julgados para todos os efeitos à luz das leis portuguesas, independentemente da nacionalidade dos sócios e acionistas das companhias) face ao Estado, aos clientes e aos proprietários dos terrenos confinantes ao caminho de ferro, os direitos e deveres de clientes e vizinhos das linhas (que deveriam ter uma zona de proteção face a novas construções) e os foros de cada tipo de infração ficavam genericamente determinados. Contudo, muitos destes campos ficavam ainda dependentes de regulamentos específicos em diplomas autónomos. O primeiro deles seria publicado em 11 de abril de 1868 – como adaptação quase literal da *ordonnance* francesa de 15 de novembro de 1846 (Sousa 1915) – e debruçava-se sobre a fiscalização da exploração e manutenção, segurança e direitos dos passageiros, procedimentos em caso de acidentes, salubridade e segurança públicas e polícia geral das linhas-férreas (ao nível das estações, via, material circulante, composição dos comboios, transporte de mercadorias e passageiros)¹⁶.

Já o regulamento sobre a fiscalização da construção de caminhos de ferro só sairia em 15 de março de 1888 (vigorando até então o de 5 de dezembro de 1860), numa altura em que a propósito da construção da linha da Beira Baixa se originavam discórdias entre governo e Companhia Real (Pereira 2012: 279). O novo texto determinava a

¹⁵ COLP, 1887, pp. 430-432, 516-518 e 629-631.

¹⁶ COLP, 1868, pp. 125-132.

organização e responsabilidade dos fiscais do governo encarregados da supervisão da construção ferroviária (que deviam zelar para que as obras não ficassem em piores condições que o contratado), relação com as propriedades confinantes, condições em que as companhias deviam apresentar as suas propostas de alteração em relação aos projetos aprovados pelo governo e os seus direitos e deveres durante a construção (sobretudo em termos de isenções alfandegárias e para com o seu pessoal) e na abertura da linha (Eça 1888)¹⁷. Três anos depois, novo decreto (21 de fevereiro de 1891) e portaria (31 de março de 1891) alteravam a organização da fiscalização régia sobre as companhias privadas, que vigorava já desde 1868 (Fino 1883-1903: vol. 3, 71-103; Barata 1945; Santos 1934)¹⁸.

6. Considerações finais

Portugal só se dotou de uma lei geral alguns anos depois de ter iniciado a construção ferroviária. Esta situação não era inédita na Europa. Em Espanha, o primeiro diploma apenas surgiu alguns anos após as primeiras propostas e adjudicações. Inglaterra durante muitos anos permitiu a livre iniciativa dos capitais privados, apenas zelando pela segurança dos passageiros (Robbins 1965). Outros países (como a Bélgica) preferiram definir desde cedo uma moldura que enquadrasse legalmente o novo sector da atividade económica, muito embora essa moldura algumas vezes pudesse ser extravasada.

À partida, Portugal deveria também ter seguido este caminho, em virtude do seu atraso. Ao começar a construção mais tarde que outras nações, tinha a vantagem de saber o que essas nações haviam feito, que erros haviam cometido que sendas de sucesso haviam trilhado. No entanto, a lei geral portuguesa só sairia em 1864, muito embora fosse inspirada na legislação de um país com experiência na matéria: França. Apesar de englobar já vários aspetos do negócio, dava larga amplitude a alguns deles (o caso do ramal). Por outro lado, quando era violada, poucas eram as queixas e denúncias, pois todos queriam caminhos de ferro. Na verdade, uma lei muito restritiva dificilmente poderia ser decretada, pois quanto menos atavios legais embaraçassem a ação dos governos e dos capitalistas interessados, mais depressa se construiriam caminhos de ferro.

¹⁷ COLP, 1888, pp. 106-109.

¹⁸ Além destes, outros diplomas (arrolados por estes dois últimos autores) regulavam a organização da própria fiscalização (composição, instruções, vencimentos das direções fiscais, etc.).

Foi isto que se verificou também em relação ao plano de rede. Ao longo dos anos, mas sobretudo na década de 1870 por iniciativa da Associação de Engenheiros Civis Portugueses surgiram várias propostas para a definição com força de lei de um plano geral de rede (publicadas na *Revista de Obras Públicas e Minas* entre 1877 e 1879). No parlamento, em 1879, o ministro Lourenço de Carvalho chegou a apresentar uma proposta de lei neste sentido, que, no entanto, nunca seria discutida nem sequer apresentada às comissões respetivas. Um plano de rede impediria ou pelo menos dificultaria a livre concessão de linhas. Sem ele era mais fácil aceder aos pedidos que, entretanto, iam surgindo. Isto não indicia necessariamente uma atitude de favorecimento partidário ou de corrupção, mas antes uma vontade de construir caminhos de ferro. Com a lei geral, passou-se algo de semelhante.

Os governos nacionais, sobretudo os regeneradores, sempre pautaram o seu pensamento e ação por um enorme ecletismo (Bastien 2001). Os resultados sempre foram mais importantes do que as doutrinas usadas para os obter. Neste caso, o importante era obter caminhos de ferro, independentemente de a concessão ser feita por concurso ou adjudicação direta e auxiliada por subvenção quilométrica ou garantia de juro.

Em todo o caso, o decreto de 31 de dezembro de 1864 constituiu a primeira lei geral sobre caminhos de ferro em Portugal. Estabelecia princípios gerais para a construção e exploração ferroviárias de tal forma assisados que se mantiveram em vigor até 1927, ano em que era ainda considerado “o código fundamental da nossa legislação ferroviária” (Almeida, Cambezes 1945: 36) e, juntamente com o regulamento de 11 de abril de 1868, “leis basilares do regimen administrativo dos nossos caminhos de ferro” (Sousa 1915), embora fique a ideia de que não foi determinante para a definição e delineamento da rede, pois esta, de qualquer maneira, teria sido feita. Até 1892 as várias linhas foram concedidas por lei, por decreto, em concurso, em adjudicação direta, a empresas previamente formadas ou a empresários individuais, beneficiando de garantia de juro ou de subvenção quilométrica (ou sem qualquer tipo de apoio), de acordo com a vontade do governo e dos interessados em tais caminhos de ferro e sem obedecer a qualquer plano geral.

Bibliografia:

- ADAS, Michael (1989), *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*, Ithaca, NY, Cornell University Press.
- AGUILAR, Busquets de (1945) – “Direito Ferroviário”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, vol. 57, n.ºs 1369 a 1378 (1 de janeiro a 16 de maio), pp. 19-191.
- ALMEIDA, Albino Francisco de Figueiredo e (1851), *Vias de comunicação*, Lisboa, Tipografia da Revista Popular.
- ALMEIDA, Ribeiro de; CAMBEZES, Eduardo (1945), *Legislação dos caminhos-de-ferro*, Santarém, Gráfica.
- ARMAND, Louis (1963), *Histoire des chemins de fer en France*, Paris: Les Presses Modernes.
- BARATA, José Marques Pereira (1945), “Contribuição para estudo da exploração da rede ferroviária no continente português”, *Revista da Ordem dos Engenheiros*, vol. 3, n.ºs 17 e 18 (maio e junho), pp. 216-227 e 298-312.
- BASTIEN, Carlos (2001), “A divisão da história do pensamento económico português em períodos”, *Revista de História Económica e Social*, série 2, n.º 1, pp. 53-90.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1992), “A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)”, *Análise Social*, vol. 27, n.º 115, pp. 91-134.
- CAETANO, Marcelo (1981), *Constituições Portuguesas*, Lisboa, Editorial Verbo.
- CARON, François (1997-2005), *Histoire des chemins de fer en France*, Paris, Fayard.
- CASARES ALONSO, Aníbal (1973), *Estudio historico-economico de las construcciones ferroviarias españolas en el siglo XIX*, Madrid, Escuela de Administración Pública.
- CIPOLLA, Carlo (1976), *The Fontana Economic History of Europe*, Glasgow, Fontana/Collins.
- COMÍN COMÍN, Francisco; MARTÍN ACEÑA, Pablo; MUÑOZ RUBIO, Miguel; VIDAL OLIVARES, Javier (1998), *150 Años de Historia de los Ferrocarriles Españoles*. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles.
- DINIS, Pedro Guilherme dos Santos (1915-1919), *Compilação de diversos documentos relativos à Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Hugo Silveira Pereira – A legislação ferroviária portuguesa (1845-1892) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 199-218. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a11

EÇA, Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida de et al. (1888), “Regulamento para a fiscalização da construção de caminhos de ferro. Relatório da comissão”, *Revista de Obras Publicas e Minas*, vol. 19, n.ºs 219-220, pp. 76-80.

FERNANDES, Paulo Jorge (2005-2006), “Carvalho, Filipe Augusto de Sousa (1822-1888)”, in Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; Assembleia das República, vol. 1, pp. 620-621.

FINO, Gaspar Cândido da Graça Correia, compil. (1883-1903), *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro*, Lisboa, Imprensa Nacional.

GÓMEZ MENDOZA, Antonio (1982), *Ferrocarriles y Cambio Económico en España (1855-1913)*, Madrid, Alianza.

GÓMEZ MENDOZA, Antonio (1989), *Ferrocarril, industria y mercado en la modernización de España*, Madrid, Espasa Calpe.

HERTEN, Bart van der; MEERTEN, Michelangelo van; VERBEURGT, Greta (2001), *Le Temps du Train. 175 ans de chemins de fer en Belgique*, Louvain, Presses Universitaires.

HOBBSAWM, E. J. (1979), *A era do capital (1848-1875)*, Lisboa, Editorial Presença.

HOBBSAWM, E. J. (1982), *A era das revoluções (1798-1848)*. Lisboa, Editorial Presença.

MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno (1993), *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença.

MATEO DEL PERAL, Diego (1978), “Los orígenes de la política ferroviaria en España (1844-1877)”, in Miguel Artola (dir.), *Los ferrocarriles en España. 1844-1943*, Madrid, Banco de España, vol. 1, p. 29-159.

MATOS, Ana Cardoso de (2009), “Asserting the Portuguese civil engineering identity: the role played by the École des Ponts et Chaussées”, in Ana Cardoso de Matos; Maria Paula Diogo; Irina Gouzévitch; André Grelon (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, Lisboa, Colibri, pp. 177-208.

MELLO, José de Sousa e (1939), *Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Alguns momentos da sua vida. Considerações jurídicas*, Lisboa, Tipografia Largo dos Caminhos de Ferro.

PEREIRA, Hugo Silveira (2011), “Caminhos-de-ferro da Beira”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 11, pp. 273-296.

Hugo Silveira Pereira – A legislação ferroviária portuguesa (1845-1892) – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 199-218. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a11

PEREIRA, Hugo Silveira (2012), *A política ferroviária nacional (1845-1899)*, tese de doutoramento em História, Porto, Universidade do Porto.

PEREIRA, Hugo Silveira (2014), “Instituições e Caminhos-de-ferro: Ministério das Obras Públicas, Parlamento e Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses (1852-1899)”, *CEM / Cultura, Espaço e Memória*, nº 5, pp. 291-309.

PEREIRA, Hugo Silveira (2015), “Portuguese Railway History: Still a Field of Opportunities?”, *Mobility in History*, vol. 8, nº 1, pp. 105-112.

PINHEIRO, Magda (1983), “Reflexões sobre a história das finanças públicas portuguesas no séc. XIX”, *Ler História*, nº 1, pp. 47-67.

PINHEIRO, Magda (2001), “Sub-secção IA – Transportes” in Nuno Valério (coord.), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, pp. 356-396.

ROBBINS, Michael (1965), *The railway age*, Londres, Penguin Books.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás, compil. (1991), *La Modernización Económica de España 1830-1930*, Madrid: Alianza.

SANTOS, Raul Esteves dos (1934), “A Fiscalização do Governo nas empresas ferroviárias”, *Revista Portuguesa de Comunicações*, vol. 6, nº 99 (dezembro), pp. 237-239.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dirs. (2002), “Portugal e a Instauração do Liberalismo” in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, vol. 9.

SOUSA, José Fernando de (1915), “Questões regulamentares”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, vol. 28, nº 671 (1 de dezembro), pp. 353-355.

— (1918), “Novíssima reforma ferro-viaria”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, vol. 31, nº 730 (16 de maio), pp. 147-150.

— (1926), “Princípios fundamentais assás esquecidos”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, vol. 39, nºs 920 e 921 (16 de Abril e 1 de Maio), pp. 117-118 e 133-134.

WAIS, Francisco (1943), *Origen de los ferrocarriles españoles*, Madrid, Marsiega.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

**Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes
caboverdianas**

Women in the University of Coimbra: the case of the first Cape Verdean students

Les femmes à l'université de Coimbra: le cas des premiers étudiants capverdiens

**Mujeres en la universidad de Coimbra: el caso de los primeros estudiantes
caboverdianos**

Irene Vaquinhas
Universidade de Coimbra-Centro de História da Sociedade e da Cultura
irenemcv@fl.uc.pt

Resumo: Neste artigo é analisado o ingresso das primeiras mulheres na Universidade de Coimbra, a cronologia da sua entrada, principais opções em termos de cursos e reações suscitadas, sobretudo, os preconceitos relativamente à “mulher estudante”. Especifica-se, com maior detalhe, o caso das primeiras estudantes caboverdianas, enquadrando-o no contexto mais geral do acesso ao ensino superior na cidade de Coimbra por parte de estudantes das ex-colónias, cuja entrada coincide com o início do Estado Novo e a intensificação de fluxos migratórios entre a metrópole e as antigas colónias africanas. Procede-se igualmente à sua caracterização sociológica e esboçam-se alguns aspectos dos respetivos percursos académicos. Como metodologia de trabalho recorreu-se ao cruzamento de fontes (manuscritas e impressas), em particular, documentação disponível no Arquivo e Bibliotecas da Universidade de Coimbra.

Palavras-chave: Mulheres; Universidade de Coimbra; Cabo Verde; Estudantes.

Abstract: This paper studies the entry of the first women to the University of Coimbra, the chronology of their admission, their main course choices and the reactions to this, especially the prejudice towards the “female student”. The case of the first female Cape Verdean students is analysed in detail and framed in the broader context of the access to higher education in the city of Coimbra by female students from the former Portuguese colonies. Their admission coincides with the beginning of the Estado Novo regime and the increase in migration flows between Portugal and the former African colonies. This paper also presents a sociological characterization of these students and outlines some aspects of their academic careers. The work methodology adopted established a cross-reference between manuscript and printed sources, particularly documents available in the Archive and Libraries of the University of Coimbra.

Keywords: Women; University of Coimbra; Cape Verde; Students.

Résumé : Dans cet article nous avons analysé l’admission des premières femmes à l’Université de Coimbra, la chronologie de leur entrée, leurs principales options en ce qui concerne les cursus choisis et les réactions soulevées, surtout en matière de préjugés au sujet de la « femme étudiante ». Nous précisons, plus en détail, le cas des premières étudiantes capverdiennes, l’encadrant dans le contexte plus général de l’accès à l’enseignement supérieur à Coimbra par les étudiants des anciennes colonies, d’où leur admission coïncide avec le début de l’État Nouveau (Estado Novo) et l’intensification de flux migratoires entre la métropole et les anciennes colonies africaines. Nous effectuons aussi à leur caractérisation sociologique et nous esquissons certains aspects des respectifs parcours académiques. Comme méthode de travail, nous avons

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12*

recouru au croisement de sources (manuscrites et imprimées), en particulier, en ce qui concerne la documentation disponible dans les Archives et à la Bibliothèque de l'Université de Coimbra.

Mots-clés : Femmes ; Université de Coimbra ; Cap-Vert ; Étudiantes.

Resumen: En este artículo se analiza el ingreso de las primeras mujeres en la Universidad de Coimbra, la cronología de su entrada, las reacciones que suscitó, cuáles fueron las carreras universitarias por las que optaron, y especialmente, los prejuicios respecto a la “mujer estudiante”. Se especifica, con mayor detalle, el caso de las primeras estudiantes caboverdianas, encuadrándolo en el contexto más general del acceso a la enseñanza superior en la ciudad de Coimbra por parte de estudiantes de las excolonias, cuya entrada coincide con el inicio del Estado Novo y la intensificación de los flujos migratorios entre la metrópoli y las antiguas colonias africanas. Se procede también a su caracterización sociológica y se esbozan algunos aspectos de los respectivos recorridos académicos. Como metodología de trabajo se recurrió al cruce de fuentes documentales (manuscritas e impresas), disponibles en el Archivo y en las Bibliotecas de la Universidad de Coimbra.

Palabras clave: Mujeres; Universidad de Coimbra; Cabo Verde; Estudiantes.

Em meados do século XIX, quando se davam os primeiros passos na criação de uma rede pública escolar, um dos autores que mais se bateu pela expansão do ensino primário feminino - D. António da Costa (1824-1892), o primeiro titular da pasta da Instrução Pública em Portugal no ano de 1870 (Simões, 1963: 722) - excluía as mulheres do ensino superior, fundamentando o seu pensamento no seguinte:

"[...] sinceramente suponho, em meu humilde parecer, que a emancipação política e científica não é um princípio natural da mulher. Outras carreiras lhe podem ser destinadas, outras fontes lhe devem ser abertas; esta não. Creio que se lhe opõem a sociedade, e a natureza [...] Cumpre à mulher educar o homem, não lhe cumpre ser educada como ele. É indispensável que exista a igualdade dos sexos, mas por um princípio natural, e não artificial. Mesmo quando a natureza lhe não vedasse as qualidades políticas e científicas, a mulher que seguisse essas carreiras masculinizar-se-ia, teria de endurecer o coração para afrontar o duro coração do seu adversário, teria de enodoar-se nas intrigas eleitorais, de corromper-se na luta prática das assembleias políticas, de converter as doces qualidades do sentimento no rancor das paixões [...]" (1892: 411-412; 419).

De acordo com o ponto de vista expresso, bastante comum ao tempo, o prosseguimento de uma carreira científica (ou política), por parte das mulheres, implicava a sua masculinização e a alteração da sua verdadeira natureza. Com base nesse tipo de

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12*

argumento – científico, cultural ou outro – as jovens eram desencorajadas a continuarem a sua instrução para além da escolaridade básica (Vaquinhas, 2005: 73-75)¹.

As fracas taxas da alfabetização feminina refletem esse contexto desfavorável, acusando o peso do analfabetismo, o qual, embora abrangesse a maioria da população portuguesa, era mais penalizador para com as mulheres. De acordo com os recenseamentos populacionais, estudados por António Candeias e a sua equipa, em 1890 apenas 16% da população feminina maior de sete anos era escolarizada², ou seja, 8 em cada dez portuguesas era analfabeta (Candeias, 2004: 105). Em 1930, o panorama não era mais animador: a taxa de alfabetização relativa à população feminina com idade superior a dez anos de idade alcançava apenas 31% das mulheres (Candeias, 2004: 137; Guinote, 1997: 46).

Porém, paradoxalmente, o texto atrás referido será publicado no mesmo ano - 1892 - em que uma mulher, pela primeira vez na história do ensino superior português, ingressa numa universidade a fim de frequentar um curso. Tratava-se de Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho (1871-1966), uma jovem de 20 anos de idade, natural do concelho da Feira, que se inscreve, depois de solicitar autorização às autoridades académicas para o fazer, no curso de Matemática da Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1891-1892, o qual concluirá em 1894, terminando, nos anos de 1895 e de 1904, respetivamente, as licenciatura em Filosofia e em Medicina (Gomes, 1987: 9-12; Gomes, 1991: 35-55). De 1891 a 1896, Domitila manteve-se como a única aluna da Universidade de Coimbra e só a partir do ano letivo de 1896-1897 passaria a contar com outras companheiras nas salas de aula (Gomes, 1987: 11-12; Guinote, 2003: 176-181; Mariano, 2011: 128-130).

Ao longo do século XIX e até à implantação da República, em 1910, a única universidade que existia no país era a de Coimbra. Portugal dispunha, no entanto, de estabelecimentos de ensino superior nas cidades de Lisboa e do Porto, entre os quais, as

¹ Uma primeira versão deste estudo foi apresentada no Ciclo de Conferências Olhares Cruzados Religião, Identidade e Relações de Poder no Cabo Verde Colónia, na Universidade de Santiago, Assomada (Cabo Verde), a 15 de Abril de 2014.

² Como assinala António Candeias, “a entrada no mundo letrado via escola é apenas uma das muitas possíveis” (Candeias, 2004: 43).

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Academias Politécnicas e as Escolas Médico-Cirúrgicas. Anos antes, no ano letivo de 1884-85, uma jovem matriculara-se na Academia Politécnica do Porto nas cadeiras preparatórias que davam acesso à Escola Médico-Cirúrgica, dessa cidade, que começa a frequentar a partir do ano de 1886, terminando o curso em 1891 (Santos, s. d.: 11-12), precisamente no mesmo ano em que Domitila ingressa na Universidade de Coimbra.

A partir da década de 1890, embora muito lentamente, o corpo discente da Universidade de Coimbra caminha para uma progressiva feminização. Sem a preocupação de exaustividade nas razões dessa incorporação podem-se invocar alguns factores: a importância atribuída às funções tradicionais da mulher no seio da família, sobretudo como educadora e responsável pela formação das futuras gerações; a promulgação, a 9 de Agosto de 1888, da legislação que criava o ensino secundário feminino, o qual não só abria um novo campo profissional como reconhecia implicitamente a possibilidade de se poder dar continuidade a estudos de nível superior (Vaquinhas, 2005: 73-83). Acresce a esses motivos, a procura de mão-de-obra feminina qualificada e as crescentes necessidades laborais das classes médias com a consequente entrada das mulheres no mercado de trabalho³. Por outro lado, a certificação escolar criava condições para a autonomia feminina e para o desempenho de cargos fora do lar, uma vez que os diplomas adquiridos habilitavam para o exercício profissional, sendo ainda condição de acesso ao funcionalismo público.

É, porém, já no decurso das últimas décadas do século XX que se acelera o ingresso feminino na Universidade de Coimbra, acompanhando movimento idêntico nas restantes universidades nacionais, decorrente, em parte, do impacte alcançado pela reforma geral do ensino de Veiga Simão, promulgada em 25 de Julho de 1973 (Stoer, 1983: 793-822)⁴. Entre 1970 e 1988, num contexto geral de acréscimo de matrículas, a

³ De acordo com Helena Saavedra Mitjans, a explicação para o ingresso das mulheres nas universidades no período franquista “se sustenta en base a la combinación e interrelación de distintos factores espaciotemporales: el contexto familiar (entorno familiar), el contexto educativo (formación académica recibida y heredada), el contexto político (política educativa y universitaria), el contexto sociocultural (convenciones sociales y mentalidades), el contexto sociopolítico (movilización estudiantil y docente como formas de socialización específicas) y el contexto económico (cambios producidos a demanda de las necesidades derivadas de la política económica desarrollista)” (Saavedra Mitjans, 2016: 512).

⁴ Sobre o assunto, em particular, a “democratização” e as medidas tomadas no setor universitário proporcionadas por esta reforma veja-se também Rias, 2012: 213-222.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

percentagem mais significativa diz respeito ao número de alunas que aumentou, naquele período, 74,3%, contra 43,1% de alunos (Cravidão, 1991: 199; 206).

Foi no ano letivo de 1983-84 que, na história da Universidade de Coimbra, o número de alunas superou o de alunos inscritos: 6890 raparigas contra 5813 rapazes (Cravidão, 1991: 206). Nos anos imediatos os números oscilam, e, decididamente a partir do ano lectivo de 1987-1988, o número de alunas é superior ao dos alunos, tendência que se mantém na última década do século XX, verificando-se, nesse mesmo período, entre as alunas, os melhores resultados escolares. Relativamente ao ano lectivo de 1987-1988, o sucesso escolar feminino, estimado a partir da obtenção da licenciatura, é de 55,7% enquanto o masculino se salda por 44,3% (Anuário da Universidade de Coimbra, 1985-1986: 636-637). Coincidência ou não, data precisamente do ano de 1987 a primeira figuração de uma estudante nos cartazes da Queima das Fitas⁵, o que se afigura estar relacionado com diretivas e recomendações da União Europeia, na qual Portugal acabara de entrar (1986), no sentido da igualdade de género. Até essa data, a mulher era, sobretudo, representada na qualidade de acompanhante de estudantes, como tricana de Coimbra ou como alvo de baladas românticas, no quadro de serenatas, figurando em janelas e varandas, a exemplo dos cartazes de 1942, de 1944 e de 1948 (*Queima das fitas*, 1987).

A feminização da Universidade de Coimbra enquadra-se no movimento geral que atinge todo o ensino superior em Portugal e que se acelera a partir dos anos sessenta do século XX (Gariso, 1999: 8)⁶. Segundo António Nóvoa, a percentagem de mulheres no ensino superior elevou-se de 29,5%, em 1960-61, para 44,4%, em 1970-71 (Nóvoa, 1996: 305-307). A feminização das universidades é, aliás, segundo António Barreto, uma das características “mais curiosas e radicais” da sociedade portuguesa desde os anos sessenta à actualidade (1996: 21), o que tem permitido às mulheres recuperar da desigualdade de que foram alvo na educação formal do passado. Trata-se de um fenómeno que tem suscitado muitas interrogações e que parece estar relacionado com a existência de práticas

⁵ Convém também salientar que, de 1969 a 1980, não se realizou a tradicional festa estudantil da Queima das Fitas, em virtude do luto decidido na sequência da crise académica de 1969.

⁶ Segundo António Nóvoa, o ano letivo de 1960-1961 corresponde ao momento da viragem no sentido do crescimento dos alunos do ensino superior (Nóvoa, 1996: 306).

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

discriminatórias no mercado de emprego, obrigando as jovens a reforçarem o seu capital educativo. No contexto das coordenadas nacionais que delimitam o ingresso feminino no ensino superior, a Universidade de Coimbra é, segundo Elísio Estanque, no ano de 2000, predominantemente feminina: 60% de alunas e 40% de alunos, em números redondos (Santos, 2000). Por outras palavras, de elemento minoritário, senão mesmo excepcional em algumas áreas do saber, as mulheres tornaram-se maioritárias nos corpos discentes.

O ingresso das mulheres na Universidade de Coimbra é, na verdade, um fenómeno recente, com pouco mais de cem anos. Enquadra-se, no entanto, numa história mais vasta que é a do acesso das mulheres à instrução e que constituiu uma das principais reivindicações pela qual se bateram homens e mulheres desde meados do século XIX e um dos elementos chave através do qual se forjou a cidadania feminina e a intervenção das mulheres no espaço público.

Quem foram, pois, as pioneiras? Quais as licenciaturas escolhidas? Como é que foram recebidas? Quando é que as primeiras estudantes caboverdeanas ingressaram na Universidade de Coimbra? Estas são algumas das questões a que se procurará dar respostas.

As pioneiras

Segundo reza a tradição, no século XVI, uma jovem, de nome Públia Hortense de Castro (1548-1595), natural de Vila Viçosa, terá frequentado disfarçada de homem, a Universidade de Coimbra, segundo alguns autores, ou a Universidade de Salamanca, segundo outros. Carolina Michaëlis de Vasconcelos a ela se refere na sua obra *A Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas* citando André de Resende que a qualifica como “aquella que arrebatou um auditorio selecto de doutos latinista, e que reis, principes e embaixadores iam ouvir [...]” (Vasconcelos, 1994: 109). Ficou conhecida como uma mulher erudita, tendo ingressado no Convento do Menino Jesus da Graça, em Évora e, na clausura conventual, faleceu em 1595, com 47 anos. A ser verdade o descrito, trata-se de

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

um caso singular, difícil de comprovar historicamente⁷, embora, para Espanha, esteja documentada a presença feminina nas universidades de Alcalá de Henares e de Salamanca, quer como alunas, durante o humanismo renascentista, quer como docentes (Guil Bozal; Flecha Garcia, 2017: 128)⁸. Contudo, em Portugal é preciso esperar alguns séculos para que as mulheres comecem a frequentar a universidade.

Na segunda metade do século XIX, anos antes da matrícula de Domitila de Carvalho, detectam-se alguns registos femininos na documentação da universidade de Coimbra. Trata-se de pedidos feitos por algumas mulheres, com idade superior a 25 anos e experiência de “prática farmacêutica”, por um período igual ou superior a 8 anos, que solicitam a sua admissão a exame na Faculdade de Farmácia. Em caso de aprovação, podiam obter carta de curso, ficando habilitadas ao exercício da profissão de farmacêutica. O pedido mais antigo data de 1869 e foi feito por uma jovem do concelho de Lavos (Figueira da Foz), filha e familiar de farmacêuticos, de seu nome Maria José da Cruz de Oliveira e Silva (Bandeira; Pita, 1990: 21-28).

O ineditismo do pedido terá obrigado a reitoria da Universidade a pedir instruções superiores, sobre como proceder, tendo sido promulgada, em sua sequência, uma portaria emitida pelo Ministério do Reino e assinada pelo Marquês de Loulé, com data de 25 de Outubro de 1869, onde se fundamenta a aceitação do pedido feito com base nos seguintes argumentos:

“Considerando:

|...| no exemplo das nações mais adiantadas onde é garantido a ambos os sexos o direito de exercer a arte de curar chegando a haver mulheres muito distintas |...|

|...| não haver lei nenhuma, no país, que proíba às mulheres o estudo da medicina ou da farmácia, nem incompatibilidade da prática farmacêutica com o sexo feminino;

|...| a suplicante provou ter bom comportamento, mais de oito anos de prática farmacêutica em oficina particular |...|

|...| Conformando-se com a consulta ao Conselho Geral da Instrução Pública |...|

⁷ Em Espanha é conhecido o caso de Concepcion Arenal que, no século XIX, se vestia de homem para assistir a aulas na Faculdade de Direito.

⁸ Entre os casos mais conhecidos, destaca-se o de Beatriz Galindo, que ficou conhecida como *La Latina*. No século XVIII também uma mulher se formou na Universidade de Alcalá de Henares.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

seja admitida a fazer exame de farmácia, como solicita, na Universidade de Coimbra [...]”⁹.

A jovem acima mencionada foi a primeira mulher a obter o diploma de farmacêutica pela Universidade de Coimbra, o que a igualava a qualquer boticário diplomado. Ao nível internacional trata-se de uma decisão que tem paralelismo em outras instituições do ensino superior europeias: a 1ª universidade francesa a permitir o ingresso feminino foi a de Lyon, em 1863, enquanto em Paris, na universidade da Sorbonne, as primeiras matrículas datam do ano de 1867, na área das ciências (Lécuyer, 1996: 167). Já em Espanha, foi na universidade de Barcelona, no ano lectivo de 1872-1873, que se matriculou pela primeira vez uma mulher, Elena Maseras Ribera de seu nome, dando início aos seus estudos em Medicina (Ballarín Domingo, 2010: 224).

Na sequência de deferimento do referido caso, sucedem-se outros pedidos semelhantes, tendo feito exame, no terceiro quartel do século XIX, no Dispensário Farmacêutico da universidade de Coimbra, nove mulheres. A necessidade de neutralizar o exercício de certas atividades por curandeiros e curiosos iria determinar a concessão, pela Universidade de Coimbra, de “cartas de licenciados menores” a enfermeiras¹⁰, a parteiras (desde 1836) e a dentistas (desde 1870), exigindo-se apenas a frequência e exame de algumas cadeiras consideradas indispensáveis à habilitação para o respetivo exercício. A sua prática por mulheres está documentada no espólio arquivístico, remontando as informações mais antigas a 1826, para a enfermagem, ao ano de 1874, para a profissão de parteira, e ao de 1911 para a de dentista¹¹. Nenhuma mulher, porém, frequentou, de uma

⁹ AUC, Processos de cartas de curso (SR), 3.ª série, cx. 68 (Farmácia, 1869).

¹⁰ As “cartas de licenciados menores concedidas” a “ministrantes” foram permitidas pelos decretos de 5 e 9 de Dezembro de 1836, posteriormente anuladas pelo decreto de 26 de Abril de 1842 e repostas pelo decreto de 22 de Junho de 1870, década em que se criam também os cursos para dentistas, por portaria de 13 de Julho de 1870 enquanto, em simultâneo, se extingue a “classe dos sangradores”. Sobre o assunto, veja-se Carneiro, 2008: 239-240.

¹¹ No caso da enfermagem, o registo mais antigo data de 1826 (AUC, Tabela Justiniano Xavier Pinto da Silva (F); Livros de escrituras, 1826, fl. 85-85v). No caso da profissão de parteira, a data mais recuada é do ano de 1874 (AUC, Processos de Carta de curso (SR), 1874 – Parteira). Quanto ao primeiro exame para dentista feito por uma mulher ocorreu no ano de 1911 (AUC, Registo de exames de Dentistas e Parteira (1909-1930), fl. 16v.). Os documentos mencionados integraram a *Exposição documental Raras e discretas: as primeiras mulheres na Universidade de Coimbra*, realizada no AUC, a 26 de Abril de 2017, no âmbito da 19ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra, tendo sido cientificamente coordenada por Irene Vaquinhas e Ana Maria Bandeira.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

forma regular e sistemática, a universidade. A primeira a fazê-lo foi, como se salientou, Domitila de Carvalho, a qual, a exemplo das suas antecessoras, teve de pedir autorização superior para frequentar a universidade, a qual lhe foi concedida pelo Ministro da Instrução Pública e Belas Artes, tendo-lhe sido, no entanto, dada “dispensa de usar o traje académico, mas obrigando-se a apresentar-se nas aulas e em todos os actos académicos honestamente vestida de preto, com fato próprio do seu sexo” (Gomes, 1991: 41), de forma a não se demarcar dos restantes estudantes trajados com o tradicional hábito académico negro. Aliás, Afonso Lopes-Vieira no prefácio que redigiu ao seu livro de versos refere a sua indumentária ao escrever: “[...] Eu me recordo [...] da graça moderna que imprimia á velha escola o seu vestido preto de estudanta” (Lopes-Vieira, 1909: 9). Subsidiada pela Sociedade Filantrópica da Universidade, Domitila distinguir-se-á pela sua inteligência e aplicação, o que lhe mereceu uma bolsa de estudos concedida pela rainha D. Amélia aquando da sua visita a Coimbra em Julho de 1892¹². Por diversas vezes manifestará gratidão à sua protetora, a quem dedica alguns livros, e será, anos mais tarde, intermediária no contacto com Oliveira Salazar quando a antiga rainha visitará Portugal no ano de 1945. Terminou todos os seus cursos com notas elevadas, tendo obtido, no seu último ano de Medicina, a maior classificação alcançada nesse curso, o que levaria a imprensa do tempo a considerá-la “um talento superior, privilegiado e raro, [...] com um talento especial para o estudo”¹³. Começaria de imediato a trabalhar, tendo sido nomeada, em 1905¹⁴, diretora (depois reitora) do 1º liceu feminino português – o Liceu Maria Pia, em Lisboa, renomeado mais tarde Liceu Maria Amália. A par destes cargos, exerceu também medicina, bem como funções administrativas, integrando grupos de decisão em matéria educativa (escolha de livros para o ensino secundário, entre outros aspetos). Pertenceu à elite feminina do Estado Novo tendo sido uma das primeiras deputadas portuguesas na Assembleia Nacional¹⁵. Foi designada em 1935 e deve-se à sua iniciativa

¹² “Caridade regia”, *Instituições Christãs*, nº 3, X Anno, 5 de Agosto 1892, 2ª serie, 92.

¹³ *Gazeta da Figueira*, 3 de Agosto de 1904.

¹⁴ “A Sra. D. Domitila Miranda de Carvalho vai ser nomeada diretora da Escola D. Maria Pia, em Lisboa”, *Gazeta da Figueira*, 22 de Março de 1905.

¹⁵ Domitila de Carvalho apresentou, no contexto da 1ª legislatura do Estado Novo, a sua primeira proposta (um projeto lei sobre a introdução do ensino de higiene e puericultura nos liceus femininos) em 22 de

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

o “Curso de Higiene Geral e Puericultura”, contemplado no plano de estudos do ensino secundário feminino. Entre as suas obras contam-se várias de índole pedagógica (Remédios, 2005: 284-285).

Até à implantação da República foram em número muito escasso as mulheres que frequentaram a Universidade de Coimbra: apenas o fizeram 23 jovens que se matricularam sobretudo em cursos da área das ciências: medicina, matemática, farmácia e no curso de parteiras ou de obstetrícia (Gomes, 1987: 22-23). É já no quadro da 1ª República que se dão algumas mudanças significativas no que respeita ao ingresso feminino nesta universidade: é o caso, por exemplo, da Faculdade de Direito que abre as suas portas às mulheres, tendo sido Regina da Glória de Magalhães Quintanilha (1893-1967) a 1ª estudante a matricular-se no curso de Direito, no ano letivo de 1910-1911 (Gomes, 1991, 57-73). Só, porém, a partir de 1918 (decretos nº 4676 de 11 de Julho de 1918 e nº 5625 de 10 de Maio de 1919), por legislação promulgada por Sidónio Pais, é permitido à mulher “munida de uma carta de formatura em direito [...] o exercício da profissão de advogado, de notário e ajudante de notário” (Gariso, 1999: 4; 86). Trata-se de um novo quadro legislativo que vem possibilitar ao sexo feminino o desempenho de algumas – poucas – funções de carácter público bem como o exercício de profissões liberais¹⁶.

É também no decurso destes anos que uma mulher é escolhida pelos seus pares para os representar: trata-se da “galante aluna”, como a imprensa a identificava, Maria da Conceição do Sameiro Ferro, estudante da Faculdade de Medicina, eleita pelos seus colegas para os representar na Assembleia Geral da Universidade (Colaço, 1912: 160). Em estreito paralelismo com o seu aumento numérico, as mulheres começavam a ter intervenção na vida académica. Data também do ano de 1920, a fundação da “1ª residência universitária feminina independente” por três jovens estudantes (de Letras e de Ciências Físico-Químicas): Dionísia Camões, Maria Teresa Cabral da Silva Basto e Maria

Fevereiro de 1935 (Sousa, 1986: 431). Para mais informações sobre esta autora veja-se também Carvalho, 2004; Carvalho, 2012: 69-90 e Mariano, 2017: 93; 172.

¹⁶ A magistratura só abrirá as suas portas ao sexo feminino depois do 25 de Abril de 1974. Em França, a carreira da advocacia é permitida às mulheres desde 1901; na Suécia desde 1897; em Itália, desde 1919. Em Portugal, o notariado alagar-se-á às mulheres a partir de 1919.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Virgínia de Abreu Ferreira de Almeida, às quais se juntaria, pouco depois, uma quarta estudante, Elisa Augusta Vilares. Designada pelas próprias, em tom satírico, *república*, a residência situava-se aos Palácios Confusos. Criaram também numa espécie de “diário de bordo”, no qual colaboravam alternadamente. Mais tarde, fundariam também o *Centro Académico Feminino Católico*, do qual Dionísia Camões seria a 1ª presidente, e, por iniciativa desta instituição, mais duas residências femininas, as quais suscitaram grande entusiasmo e afluência no meio universitário, tendo a particularidade de serem geridas pelas próprias estudantes. Obedeciam ao confessado intuito de “integrar as utentes no sentido doméstico, de tal modo que [...] finalizados os estudos [as raparigas] fossem ao mesmo tempo capazes de dominar o governo de uma casa”, ou seja, preparar as jovens para os saberes domésticos e para o seu papel de dona de casa (Torgal, 1999: 14).

A partir dos Anuários da Universidade de Coimbra, que se começaram a publicar, de uma forma mais ou menos regular, a partir de finais da década de 1930¹⁷, é possível ter uma ideia aproximada das principais opções femininas em termos de cursos. Nas décadas de 1940 e de 1950, as raparigas foram maioritárias nas Faculdades de Letras (valores superiores a 50%) e de Farmácia, alcançando taxas de 64% e 71,3% nas décadas referidas. Já em Direito, Medicina e Ciências eram em número reduzido, verificando-se um grande desequilíbrio no acesso a estas Faculdades (Quadro nº 1).

	1940-49	1950-59
Letras	53.1	63.4
Direito	8.6	8.7
Medicina	6.4	13.9
Ciências	sem ident.	26.5
Farmácia	64	71.3

¹⁷ Na década de 1930 apenas foram publicados os Anuários referentes aos anos letivos de 1938-1939 e 1939-1940. Sobre o assunto, veja-se Joaquim Ferreira Gomes, *A mulher na Universidade [...]*, 89-90. As informações prestadas pelos Anuários não são necessariamente coincidentes com as que são fornecidas pela documentação disponível no Arquivo da Universidade de Coimbra, tendo-se detetado algumas incongruências e omissões. Optou-se, como fonte principal de pesquisa, pelas Certidões de idade, que todos os alunos eram obrigados a entregar no momento da inscrição, bem como pelos Livros de Registo das Inscrições.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Total	sem ident.	33.3
-------	------------	------

Quadro nº 1 – Distribuição das alunas da Universidade de Coimbra por Faculdade nas décadas de 1940 e 1950 (valores percentuais)

Fonte: Gomes, 1987; Gariso, 1999.

Tanto os cursos de Letras como de Farmácia eram considerados, ao tempo, tendencialmente femininos, tendo o primeiro, como principal saída profissional, a docência. Já nas Faculdades de Direito, de Medicina e de Ciências, o público estudantil era predominantemente constituído por rapazes, estando as raparigas em franca minoria.

As primeiras estudantes das antigas colónias na Universidade de Coimbra: o caso das alunas naturais de Cabo Verde

Quanto às estudantes caboverdianas, a pesquisa incidiu no período de 1901 a 1951, tendo-se recorrido a fontes manuscritas disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)¹⁸, as quais foram cruzadas com fontes impressas, em particular os Anuários da Universidade de Coimbra¹⁹, estando alguns anos acessíveis *on line* a partir da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Os dados recolhidos permitem concluir que é já em pleno Estado Novo, no ano letivo de 1936-1937, que ingressa na Universidade de Coimbra a primeira estudante natural de Cabo Verde, de seu nome Maria do Carmo Antunes Baptista, natural da cidade da Praia. Fez o exame de aptidão a Ciências, no ano de 1936, matriculando-se no curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências que concluiu a 31 de Julho de 1940²⁰ (Quadro nº 2).

	Certidão	Nascimento	idade	Ano ingresso	Cursos
--	----------	------------	-------	--------------	--------

¹⁸ Em particular os seguintes núcleos documentais: Certidões de Idade 1901-1925; 1926-1951; 1952-1959; Cartas de Curso; Livros de Matrículas (1949-1954) e Livros de Inscrições (1942-1959).

¹⁹ Foram consultados os *Anuários da Universidade de Coimbra*, em especial dos seguintes anos: 1938-1942; 1948-1959; 1985-1986 (Coimbra: Universidade de Coimbra).

²⁰ AUC, Carta de Curso.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdeanas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Maria do Carmo Antunes Baptista	1936	1915	21	1936-37	Ciências Biológicas
Clarisse Silva Monteiro	1935	1916	19	1941-42	Filologia Românica
Nídia Barbosa	1942	1917	25	1942-43	Ciências Pedagógicas
Maria Luísa Tavares de Sousa	1942	1921	21	1948-49	Filologia Românica Ciências Pedagógicas
Graciete Geraldina Monteiro Ramos de Sousa	1949	1919	30	1949-50	Filologia Germânica Ciências Pedagógicas
Armada de Jesus Rodrigues	1951	1933	18	1951-52	Ciências Pedagógicas
Lídia Vieira Oliveira Duarte	1951	1930	21	1951-52	sem identif.
Maria Dulce de Oliveira Almada	1951	1933	18	1951-52	Filologia Românica
Maria do Rosário de Almeida Gominho	1951	1923	28	1951-52	sem identif.
Noémia Simões Soares Carvalhal	1952	1923	29	1952-53	Ciências Pedagógicas
Diana Barbosa	1953	1934	19	1953-54	Ciências Matemáticas
Maria Fernanda de Menezes Marques	1953	1934	19	1953-54	Filologia Germânica Ciências Pedagógicas
Maria da Luz Freire de Andrade	1954	1934	20	1954-55	Ciências Históricas e Filosóficas Ciências Pedagógicas
Alda Brito Fonseca	1954	1920	34	1954-55	sem identif.
Aldegundes Gabriela Brito Lima	1957	1938	19	1957-58	Ciências Biológicas
Celeste Pinto Costa	1957	1935	22	1958-59	Filologia Germânica
Maria Luísa Ferro Ribeiro	1958	1936	22	1958-59	Ciências Geográficas Ciências Pedagógicas
Florentina Miquelina Moreno	1958	1931	27	1958-59	sem identif.
Maria de Lurdes Sousa Malheiro	1959	1935	24	1959-60	Ciências Matemáticas

Quadro nº 2 – Primeiras estudantes caboverdeanas da Universidade de Coimbra (1936-1960)

Fonte: AUC: Certidões de idade; Livros de Inscrições; Anuários da Universidade |...|

Até ao ano de 1959-1960 ingressam na Universidade dezanove alunas, mais precisamente cinco no período de 1936-1950, aumentando o seu número a partir do ano letivo de 1951-52 até ao fim da década de 1950. Quanto à naturalidade, a maioria nasceu nas ilhas de Santiago e de São Vicente (Quadro nº 3).

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Ilhas	Nº	%
São Nicolau	4	21,1
Fogo	2	10,5
Santiago	5	26,3
São Vicente	8	42,1
TOTAL	19	100

Quadro nº 3 – Ilhas de naturalidade das estudantes caboverdianas (1936-1959)

Fonte: AUC, Certidões de idade [...]

É, por conseguinte, a partir dos anos 1940 que se começa a verificar o ingresso de alunas de origem caboverdiana, acelerando-se na viragem da década. Embora constituam um grupo numericamente escasso, mesmo no quadro das estudantes provenientes das antigas colónias, predominantemente de Angola e de Moçambique (Quadro nº 4), a sua presença em Coimbra parece assinalar a importância do investimento na qualificação académica como factor de ascensão e de mobilidade social bem como factor de acesso a funções nos serviços públicos refletindo, igualmente, a qualidade do ensino secundário praticado em Cabo Verde. Aliás, tem sido referido, em diversos estudos, o papel do Liceu Nacional de Cabo Verde (Liceu Infante D. Henrique) “na formação das elites crioulas, parte da qual se destacou durante a luta pela independência” (Ramos, 2001: 12). Maria da Luz Ramos reforça este papel ao mencionar que aquele “estabelecimento de ensino está intimamente ligado à trajetória da elite cabo-verdiana, praticamente, desde a sua emergência” (2010: 11).

Tendo começado a funcionar no ano de 1917, aquele estabelecimento de ensino singularizou-se, entre outros aspetos, por permitir o ingresso de estudantes do sexo feminino e por ter, no seu corpo docente, algumas professoras (Ramos, 2001: 14).

Ex-colónias	Nº	%
-------------	----	---

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Angola	81	49,1
Moçambique	49	29,7
Macau	12	7,3
Cabo Verde	9	5,5
São Tomé	7	4,2
Índia	5	3,03
Guiné	2	1,2
TOTAL	165	100

Quadro nº 4 - Proveniência das estudantes das ex-colónias (1901-1951)²¹

Fonte: AUC, Certidões de idade [...]

Aliás, é já nos anos cinquenta que se verifica o aumento dos efetivos estudantis do sexo feminino provenientes das antigas colónias portuguesas, o que parece estar relacionado com o incremento dos movimentos migratórios entre a metrópole e as colónias. O termo da 2ª Grande Guerra (a qual afetou negativamente os transportes marítimos sobretudo no Oceano Atlântico), bem como o “crescimento económico das colónias, tornando-as atrativas aos olhos de potenciais emigrantes e a política de colonização conduzida pelo governo de Lisboa no sentido de valorização dos territórios ultramarinos pelo aumento da população branca” (Castelo, 2005: 2015-217), traduziu-se na intensificação do movimento populacional nos dois sentidos (metrópole-colónias)²², com impacte no ingresso do contingente estudantil na Universidade de Coimbra (Quadro nº 5).

Anos	Nº	%
------	----	---

²¹ Estes números são provisórios, uma vez que se trata de uma investigação em curso.

²² Conforme esclarece esta autora, pelo decreto nº 36199, de 29 de Março de 1947, a emigração para o estrangeiro foi suspensa por sete meses, de forma a intensificar as deslocações para as colónias.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

1918-1922	3	1,8
1923-1927	7	4,2
1928-1932	11	6,7
1933-1937	7	4,2
1938-1942	19	11,5
1943-1947	30	18,2
1948-1952	87	52,7
sem identif.	1	0,61

Quadro nº 5 - Evolução numérica das estudantes do sexo feminino provenientes das ex-colónias portuguesas (1901-1951)²³

Fonte: AUC, Certidões de idade [...] |

O apuramento das categorias socioprofissionais dos pais das alunas vindas das ex-colónias parece demonstrar que a maioria pertence aos quadros técnicos da administração pública e dos serviços, seguindo-se o comércio. Só muito residualmente é que estão representadas as atividades agrícolas, o que não deixa de contrariar o discurso ideológico que apelava à colonização de base agrícola (Quadro nº 6).

Grupos sócio-profissionais	%
Forças militares	10,9
Administração provincial, concelhia e judicial	24,4
Profissões liberais e magistrados	5,8
Professores (ensino primário e secundário)	4,5
Obras públicas e Caminhos de ferro	2,6
Comerciantes, negociantes e empregados do comércio	21,2

²³ Estes números são provisórios, uma vez que se trata de uma investigação em curso.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Industriais	0,6
Proprietários	2,6
Agricultores	2,6
Profissões oficinais	4,5
Sem identificação	20,5

Quadro nº 6 - Estrutura socioprofissional dos pais das alunas vindas das ex-colónias (1901-1951) (valores percentuais)

Fonte: AUC, Certidões de idade |...|

No caso específico das primeiras estudantes caboverdianas, a maioria dos seus pais integra os quadros da administração local, sendo profissionalmente especializados, com qualificação académica de nível médio ou superior (Quadro nº 7). Porém, por oposição às restantes colónias em que a maioria dos pais das alunas é constituída por naturais da metrópole, neste caso, os pais das jovens são maioritariamente naturais do arquipélago de Cabo Verde (73,7%) (Quadro nº 8).

Profissões	Nº
Capitão marinha mercante	1
1º sargento infantaria	1
Contador chefe da Autoria Fiscal	1
Ajudante do Regist Civil	1
Empregado público	3
Oficial aduaneiro	1
Médico	1
Enfermeiro	1
Professor oficial	1

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Negociante	1
Empregado comercial	2
Telegrafista	1
Marítimo	1
Trabalhador	1
Sem identificaç.	2

Quadro nº 7 - Profissão dos pais das alunas de Cabo Verde (1901-1951)

Fonte: AUC, Certidões de idade [...]

	Pai	Mãe	Total	%
Cabo Verde	13	15	28	73,7
Metrópole	3	1	4	10,5
Sem identificação	3	3	6	15,8

Quadro nº 8 - Naturalidade dos pais das estudantes caboverdianas

Fonte: AUC, Certidões de idade [...]

Embora os números sejam pouco significativos, dada a fraca representatividade numérica da base de dados, as informações recolhidas permitem concluir que, durante a 1ª metade do século XX, a maioria das estudantes de Cabo Verde se inscreveu na Faculdade de Letras, tendo como objectivo prioritário a frequência do curso de Ciências Pedagógicas, criado em 1930 pelo decreto nº 18973, o qual habilitava ao ensino liceal (público e privado) e ao desempenho de funções no âmbito da instrução pública (Barroso, 2013: 1180-1184). Em alguns casos, é muito difícil acompanhar as trajetórias académicas, dada a sua descontinuidade, interrupções e alternância com a universidade de Lisboa²⁴. A

²⁴ É o caso, entre outras, de Graciete Geraldina Monteiro Ramos de Sousa que “tendo sido aprovada no exame de aptidão para se matricular em Coimbra com destino ao curso de Filologia Germânica” “foi

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

avaliar por algumas informações contidas nas certidões de idade, algumas estudantes tinham familiares na cidade de Lisboa²⁵. Até ao momento também é difícil determinar se alguma das estudantes habitou ou frequentou a “Casa dos Estudantes do Império”, em Lisboa ou em Coimbra, instituição que teve um papel ativo no movimento anticolonial em Portugal²⁶.

São em número reduzido as estudantes que terminaram as suas licenciaturas, em Coimbra e nos anos imediatos à sua primeira matrícula: casos de Maria do Carmo Antunes Baptista que completaria a licenciatura em Ciências Biológicas a 31 de Julho de 1940, tendo-lhe sido passada carta de curso²⁷, ou de Maria Luísa Ferro Ribeiro que concluiu a licenciatura em Ciências Geográficas, a 28 de Julho de 1961, a quem também foi passada carta de curso²⁸ ou, ainda, de Diana Barbosa, uma das primeiras estudantes licenciadas em matemática pela Universidade de Coimbra, no ano de 1959, tendo, após o termo do curso, ingressado na Congregação das Doroteias, onde se mantinha em 2012²⁹.

Em conclusão:

Nas primeiras décadas do século XX, as universitárias eram, ainda, na cidade de Coimbra, em fraco número, sendo geralmente referidas na imprensa por “galantíssimas *demoiselles*” (Colaço, 1912: 160). No ano lectivo de 1910-1911, no momento em que o número de alunos inscritos era de cerca de mil e quatrocentos, frequentavam a universidade sete alunas. Porém, é precisamente a partir da I República que se começam a registar algumas modificações sensíveis no sentido da igualdade dos sexos, o que não deixa de suscitar reações, tanto mais que as mulheres invadem as carreiras masculinas e se afiguram como concorrentes.

transferida para a Universidade de Lisboa”, (AUC, Livro de matrículas da Faculdade de Letras, 1949-1950, fl. 69).

²⁵ É o caso, entre outras, das estudantes Nídia Barbosa (AUC, Certidões de idade, Cx nº 23) e Maria Dulce de Oliveira Almada (AUC, Certidões de idade, Cx nº 20).

²⁶ De acordo com Pedro Ferreira, a Casa dos Estudantes do Império também tinha alunas (Ferreira, 2012: 468-478, em particular, 475).

²⁷ AUC, Carta de curso.

²⁸ AUC, verbete para impressão de diploma.

²⁹ Agradeço estas informações ao Sr. Dr. João Luís Costa Nunes que tem pesquisado sobre as primeiras matemáticas da Universidade de Coimbra e que, no ano de 2012, entrevistou esta antiga estudante.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

A aceitação dessa nova figura da modernidade que era a estudante universitária, ou antes, como se dizia ao tempo, a “mulher estudante”, não foi fácil nem pacífica, tendo de afrontar numerosas dificuldades objetivas e subjetivas, o que ajudou a potenciar relações de solidariedade. A própria Dionísia Camões diria em 1920, referindo-se à sua condição de aluna da Universidade: “Somos para muita gente (sob o ponto de vista moral) uma verdadeira calamidade, tornando-nos um elemento irritante” (Torgal, 1999: 23).

Subjacente a esse tipo de reações está a reatualização de velhos preconceitos sexistas que associam a mulher que estuda à masculinização e que remontam, pelo menos, ao século XVII, no momento em que Molière alcunhava de *pedantes* as mulheres que tinham veleidades literárias. Já no decurso de oitocentos, eram mais comuns, em Portugal, os epítetos de *sabichona* ou *doutora*, pronunciados em tom de troça ou de sátira (Vaquinhas, 2011: 19-33). O ingresso feminino nas universidades retualiza, por conseguinte, velhos preconceitos bem como a má vontade relativamente à mulher que ousava transcender os limites intelectuais colocados ao sexo feminino, situação que também caracterizava o ensino secundário como identificou Borges Grainha em 1905: "Liceus femininos ! Estas duas palavras, assim unidas, são um tema pavoroso para o nosso meio social acanhado e atrasado. [...] E a razão é simples e concludente. Porque quando se pronunciam juntas aquelas duas palavras, à imaginação da nossa gente, que *não conhece o verdadeiro sentido delas* salta logo a ideia de um enxame de mulheres pedantes, espécie de ratas sábias, que só falarão de ciências e literatices, incapazes de aturar e tratar crianças, que nunca pensarão nas obrigações do lar doméstico, que terão horror a entrar numa cozinha; numa palavra, mulheres sabichonas e ridículas, péssimas esposas, mães detestáveis, filhas delambidas e impossíveis (Vaquinhas, 2011: 31-32).

Lentamente, as raparigas invadiam o espaço universitário, até então reservado ao sexo oposto, alterando os costumes, a educação convencional, impondo-se cada vez mais como companheiras de estudo. A descrição, o respeito, a compostura do porte e a decência no trajar são qualidades associadas pela imprensa do tempo a essas primeiras estudantes sempre identificadas por *Senhoras Donas*. Inaugurar-se-á ainda outro tipo de relacionamento entre os estudantes de sexos opostos, baseado na camaradagem e no respeito mútuo, fazendo recuar os amores tradicionais entre os estudantes da Universidade

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12*

e as tricanas de Coimbra, cada vez mais remetidos para um discurso mítico. A evolução, no entanto, será lenta. Nos anos 1940, em resposta a um inquérito levado a cabo pela revista “Eva” junto de alunas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, subordinado a várias questões, entre as quais, “qual a profissão que mais se adequava à mulher”, as respostas são demonstrativas de uma “visão tradicional”, só se admitindo a sua entrada no mercado de trabalho se a organização familiar em que estivesse integrada não ficasse lesada sem a sua presença (Gomes, 2011: 69-71).

É precisamente a partir dos finais dos anos quarenta que se começa a acentuar o ingresso na Universidade de Coimbra de estudantes vindas das ex-colónias, o que coincide com uma conjuntura política favorável ao desenvolvimento “de uma colonização em detrimento da emigração”, à necessidade de “eliminar nocivas influências desnacionalizantes” (Paulo, 1997: 309), correspondendo também a uma fase em que se “acelera o crescimento das colónias” (Murteira, 1997: 113).

Tornar visíveis as “pioneiras” que ocuparam o espaço universitário de Coimbra, contabilizar a sua presença, acompanhar os seus precursos académicos e avançar com explicações para as suas opções é um processo complexo e que exige o cruzamento de numerosas fontes históricas nem sempre fáceis de manusear e de interpretar. Enfim, uma pesquisa que urge continuar e aprofundar.

Bibliografia:

Fontes Manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Certidões de Idade 1901-1925; 1926-1951; 1952-1959

Cartas de Curso

Livros de Matrículas (1949-1954)

Livros de Inscrições (1942-1959)

Fontes Impressas e Bibliografia:

Anuário da Universidade de Coimbra (1938-1942; 1948-1959; 1985-1986), Coimbra, Universidade de Coimbra.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

“A Sra. D. Domitila Miranda de Carvalho vai ser nomeada diretora da Escola D. Maria Pia, em Lisboa” (1905), *Gazeta da Figueira*, 22 de Março.

BALLARÍN DOMINGO, Pilar (2010), “Entre ocupar y habitar. Una revisión historiográfica sobre Mujeres y Universidad en España”, *Arenal*, julio-diciembre, pp. 223-254. [Consulta em 20/03/2015].

Disponível em: <http://revistaseug.ugr.es/index.php/arenal/article/view/1450/1618>.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão; PITA, João Rui Rocha (1990), "As primeiras mulheres farmacêuticas na Universidade de Coimbra", *Kalliope, De Medicina*, nº 3, pp. 21-28.

BARRETO, António (1996), *A situação social em Portugal*, Matosinhos, Câmara Municipal.

BARROSO, João (2013), “Ensino Liceal”, Maria Fernanda Rollo (Coord. Geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I: A-E, Lisboa, Assembleia da República-Divisão de Edições, pp. 1180-1184.

CANDEIAS, António (Direção e coordenação); PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia (2004), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

“Caridade regia” (1892), *Instituições Christãs*. nº 3, X Anno, 5 de Agosto, 2ª serie, p. 92.

CARNEIRO, Marinha (2008), *Ajudar a nascer. Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (Século XV-1974)*, Porto, Universidade do Porto. [Consulta em 11/04/2017]. Disponível em: <https://books.google.pt/books?isbn=9728025815>.

CARVALHO, Maria Margarida Mota da Cunha Rego de (2004), *Domitila de Carvalho. Biografia de um percurso singular*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.

CARVALHO, Margarida (2012), “Domitilla de Carvalho (1871-1966)”, *Faces de Eva*, nº 27, pp. 69-90.

CASTELO, Cláudia Sofia Orvalho da Silva (2005), *Passagens para a África portuguesa: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (c. 1920-1974)*, Tese de doutoramento, Lisboa, ICS-UL.

COLAÇO, João Maria de Magalhães (1912), “O feminismo triunfa em Coimbra”, in *Ilustração Portuguesa*, 29 de janeiro de 1912, pp. 158-160.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

COSTA, D. Antonio da (1892), *A Mulher em Portugal, Obra posthuma publicada em beneficio de uma creança*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1991), "A população estudantil da Universidade de Coimbra. Uma análise geográfica", *Actas do Congresso História da Universidade (No 7º Centenário da sua fundação)*, vol. 3º, Coimbra, pp. 195-213.

FERREIRA, Pedro Ferreira (2012), "Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime", Maria Fernanda Rollo (Coord. Geral), *Atas do I Congresso de História Contemporânea*, Rede de História Contemporânea, IHC e CEIS20, pp. 468-478 [Consulta em 12/02/2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10684>.

GARISO, Henrique Manuel Costa (1999), *O direito no feminino. As estudantes da Universidade de Coimbra durante o Estado Novo (1933-1960)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.

Gazeta da Figueira (1904), 3 de Agosto.

GOMES, Joaquim Ferreira (1987), *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina.

GOMES, Joaquim Ferreira (1991), "Regina Quintanilha: a primeira calouira de Direito", in *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, pp. 57-73.

GOMES, Joaquim Ferreira (1991), "Domitila de Carvalho: a primeira mulher na Universidade de Coimbra", in *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, pp. 35-55.

GOMES, Tânia Vanessa Araújo (2011), *Uma revista feminina em tempo de guerra: o caso da Eva 1939-1945*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra.

GUIL BOZAL, Ana; FLECHA GARCIA, Consuelo (2015), "Universitarias em España: De los inicios a la actualidad", *Revista de Historia de la Educacion Latinoam*, vol. 17, nº 24, Enero-Junio 2015, 128. [Consulta em 02/10/2017]. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/v17n24/v17n24a07.pdf>.

GUINOTE, Paulo (1997), *Quotidianos femininos (1900-1933)*, Lisboa, CIDM.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

GUINOTE, Paulo J. A. (2003), “A educação no feminino (1900-2000). Discursos, números e olhares”, in Zília Osório de Castro (Dir.), *Falar de mulheres. Da igualdade à paridade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 153-226.

LÉCUYER, Carole (1996), “Une nouvelle figure de la jeune fille sous da III^e République: l’étudiante”, CLIO, nº 4, pp. 166-182.

LOPES-VIEIRA, Affonso (1909), “Prefácio”, in Domitilla de Carvalho, *Versos*, Coimbra, F. França Amado, Editor.

MARIANO, Fátima (2011), *As mulheres e a I República*, Casal de Cambra, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, Lda.

MARIANO, Maria de Fátima (2017), *Às urnas. A reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)*, Tese Doutoramento, Lisboa, FCSH da UNL, 2017.

MURTEIRA, Mário (1997), “Formação e colapso de uma economia colonial”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da expansão portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 108-130.

NÓVOA, António (1996). “Ensino Superior”, in Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 305-307.

Queima das fitas. 1º Centenário Associação Académica de Coimbra (1987), Coimbra, Associação Académica de Coimbra.

RAMOS, Maria da Luz (2001), “O fenómeno elitista em Cabo Verde: o papel da educação escolar”, in Iolanda Neves e Sónia Pires (Coord.), *Progress - Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, Lisboa, pp. 11-24. [Consulta em 23/03/2015]. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/1-MLuzRamos.pdf.

RAMOS, Maria da Luz (2010), “A política de formação de quadros e o capital cultural dos altos funcionários públicos cabo-verdianos” in *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, UTL-ISCSPP, Lisboa, pp. 1-20. [Consulta em 10/02/2018]. Disponível em: <https://repositorio.iscte->

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

iul.pt/bitstream/10071/2391/1/CIEA7_27_RAMOS_A%20pol%C3%ADtica%20de%20formação%20de%20quadros%20e%20o%20capital%20cultural.pdf.

REMÉDIOS, Maria José (2005), “Domitila de Carvalho”, in Zília Osório de Castro e João Esteves (Dir.), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 284-285.

RIAS, Ana Paula (2012), “As reformas impossíveis do marcelismo: o caso Veiga Simão”, in Maria Fernanda Rollo (Coord. Geral), *Atas do I Congresso de História Contemporânea*, Rede de História Contemporânea, IHC e CEIS20, 2012, pp. 213-222. [Consulta em 12/02/2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10684>.

SAAVEDRA MITJANS, Helena (2016), *Mujeres y Universidad Franquista. Trayectorias vitales, académicas y profesionales*, Tesis doctoral, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona. [Consulta em 12/02/2018].

Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2016/hdl_10803_391036/hsm1de1.pdf.

SANTOS, Cândido dos (s. d.). *A mulher e a Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, A propósito do Centenário da Formatura das Primeiras Médicas Portuguesas.

SANTOS, Carlos (2000), “Quem são os estudantes da Universidade de Coimbra?”, *Tribuna Universitária*, 9 de Março.

SIMÕES, Manuel Breda (1963), “COSTA de Sousa de Macedo, D. Antonio da (1824-1892)”, in J. Serrão (Dirigido), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I/A-D, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 722.

SOUSA, Maria Reynolds de (1986), “As primeiras deputadas portuguesas” in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra 20 a 22 de Março 1985, vol. II, Coimbra, IHES – FLUC, pp. 427-444.

STOER, Stephen R. (1983), “A reforma Veiga Simão no ensino: projeto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”?”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79) (3º, 4º, 5º), pp. 793-822. [Consulta em 09/02/2018]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465326H7aDW8sd7Bn98GQ5.pdf>.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12*

TORGAL, Luís Filipe (1999), *Dionísia Camões e Mendonça (1896-1984). Um percurso católico no feminino*, Trabalho elaborado para a cadeira *As mulheres na Sociedade Contemporânea: História Comparada*, Coimbra, FLUC.

VAQUINHAS, Irene (2005), "Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance", in *Nem Gatas Borracheiras, Nem Bonecas de Luxo. As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

VAQUINHAS, Irene (2011), "Miserável e gloriosa: a imagem ambivalente da mulher no século XIX", in *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*, 2ª edição, Lisboa, Colibri, pp. 19-33.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1994), *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*, Edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional.

Notas Biográficas

Alves, Jorge Fernandes, docente de História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»), tem publicado trabalhos nas áreas da história política e, sobretudo, da história económica e social, nomeadamente, migrações, indústria e estruturas económicas (transportes urbanos, portos, empresas).

Amorim, Inês é professora associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»), em áreas como história económica e social, história do ambiente, dos preços, do trabalho, da assistência, do crédito e do património.

Arêdes, Ana Elisa, mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu os cursos de bacharelato e licenciatura em História na Universidade Federal de Rio de Janeiro. Desenvolveu projetos sobre “cartografias de plantação: demografia, cultura material e arqueologia da escravidão” assim como a epistolografia do Padre António Vieira.

Armas Castro, Xosé, doutor em História, é professor titular de Didática das Ciências Sociais na Universidade de Santiago de Compostela e diretor do Departamento de Didáticas Aplicadas da mesma Universidade. Investigador do Grupo de Investigação RODA, com sede no citado Departamento, tem como principais temáticas de investigação, a didática das ciências sociais, a educação histórica e a formação dos professores de ciências sociais.

Carvalho, Guilherme Amorim de Carvalho, doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, possui graduação em Estudos Sociais (Licenciatura em História) pela União Pioneira de Integração Social (2008), mestrado em História pela Universidade de Brasília (2012) e doutoramento em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2017), com período sanduíche na Universidade de Évora. As suas principais áreas de estudo são sobre práticas retóricas associadas ao poder político, tradição política ibérica seiscentista e influência do pensamento aristotélico-tomista na contra-reforma.

Ferreira, Hugo, é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e mestre em História e Património, ramo Mediação Patrimonial pela mesma instituição, com a dissertação “Práticas e ritos fúnebres no concelho de Vale de Cambra durante a primeira metade do século XIX: um contributo para a identificação de um património imaterial”, defendida em 2017.

Figueiredo, Fernando B., é licenciado em Física/Matemática Aplicada (Astronomia) pela Universidade do Porto e mestre em História e Filosofia da Ciência pela Universidade Nova de Lisboa. É doutorado em Matemática (especialidade Matemática Aplicada) pela Universidade de Coimbra. Atualmente, é investigador no CITEUC e no CMUC. Os seus interesses de investigação centram-se na história da matemática e astronomia (séculos XVIII e XIX); observatórios astronómicos e ciências do observatório, instrumentos científicos, tabelas astronómicas, métodos numéricos e teoria de erros; ciência no Iluminismo e história das relações entre ciência, política e

sociedade; biografia em ciência. Nos últimos anos tem-se debruçado sobre a atividade científica do Observatório Astronómico da UC na transição do Antigo Regime para o Liberalismo (1770-1820), no contexto da ciência internacional.

Moreira, Ana Isabel Moreira, é professora do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico desde 2012, formada na Escola Superior de Educação do Porto. Doutoranda em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, investigadora do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória») da Universidade do Porto, no grupo “Educação e Desafios Societais”, investiga temáticas como a educação histórica, as narrativas históricas dos estudantes e a identidade profissional docente.

Pacheco, Elsa, docente de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é investigadora do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»), com trabalhos nos domínios da geografia dos transportes, da mobilidade e do ensino da Geografia.

Pereira, Hugo Silveira é investigador de pós-doutoramento no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (Universidade NOVA de Lisboa) e no Institute of Railway Studies (Universidade de York), onde desenvolve um projeto sobre a política ferroviária portuguesa nas antigas colónias de África e Ásia. Antigo Visiting Scholar no History Department do MIT – Massachusetts Institute of Technology (Cambridge, Massachusetts). Publicou e apresentou vários artigos sobre história dos caminhos-de-ferro em Portugal e no Ultramar.

Pinto, Sara, doutorada em História e investigadora integrada do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»), tem publicado na área da história marítima e da paisagem, redes mercantis e história das misericórdias. Presentemente desenvolve o projeto de pós-doutoramento financiada pela FCT “A economia da salvação: crédito e estratégias mercantis da época moderna”.

Roberto, Isabella Alessandra Cortada é doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, do Centro de Estudos Sociais (FLUC/CES). Tem o mestrado em Estudos Anglo-Americanos e Licenciatura em Ciências da Educação. Produz investigação na área da transdisciplinaridade dos estudos culturais e literários. Além de tradutora é docente no ISAG (Língua Alemã e Italiana) e no Departamento de Formação Contínua da FLUP (Língua Inglesa).

Silva, Ana Margarida Dias da, é aluna do Doutoramento em Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com bolsa financiada pela FCT referência SFRH/BD/132115/2017 e mestre em Ciência da Informação e Documentação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A sua dissertação de mestrado “O uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses” venceu o 1º Prémio Olga Gallego de Investigación en Archivos 2015. É investigadora do CIC.Digital Porto / CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»).

Silva, Luís Pedro, mestre em Ensino da História e Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é aluno do Curso de 3.º Ciclo da mesma Faculdade, no

âmbito do qual desenvolve o projecto de doutoramento “O clima do Noroeste de Portugal (1600-1855): dos impactos aos discursos”, financiado pela FCT. É investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória») e dedica-se a temas ligados à História Ambiental, com especial incidência sobre a Climatologia Histórica.

Toth, Nicole Aparecida Santos Abbondanza é Mestre em História e Património – ramo Mediação Patrimonial, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com diploma reconhecido pela Universidade de Minas Gerais, Brasil, em 2017. Possui graduação em Administração (2014) e em Turismo (2009) e é pós-graduada em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário UNISEB, Ribeirão Preto, São Paulo (2012).

Vaquinhas, Irene é professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora Científica do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, unidade I&D da FCT. Tem desenvolvido a sua investigação e docência nas áreas da História Contemporânea, da Museologia e Património, em particular nos domínios da história rural, da história das formas de sociabilidade, da história da vida privada e da história das mulheres e do género. É autora de mais de uma centena de publicações, membro de projetos de investigação nacionais e internacionais, bem como de conselhos editoriais de várias revistas científicas portuguesas e estrangeiras e tem integrado painéis de avaliação de projetos/bolsas de investigação.

Vieira, Helena Isabel Almeida, professora de História do Ensino Básico e Secundário, doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mestre em História e Património pela mesma Faculdade, é investigadora do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»).

Ficha Técnica

HISTÓRIA: Revista da FLUP - IV Série, vol. 8, N. 1 (2018)

Editor Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Inês Amorim

Conselho Editorial: Cláudia Ribeiro, Francesco Renzi, Inês Amorim, Jorge Martins Ribeiro, Maria Antonieta Cruz, Eresa Cierco.

Conselho Consultivo: Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga (U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut Kaelble (U. Humboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenação do Dossiê Temático: Inês Amorim, Sara Pinto, Luís Pedro Silva

Secretariado: Mariana Selas e Francesco Renzi

Tradução do “cal for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa

Contactos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

Telefone: 22 607 71 00

Telefax: 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

ISSN: 0871-164X

D.L.: 19791/88

Junho 2018

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

NORMAS EDITORIAIS

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam os textos a submeter:

i) *Dossiê Temático*

ii) *Outros Estudos*

iii) *Recensões Crítica*

b) Submeter no sítio da Internet: <http://ojs.letas.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

c) Indicar o **título** completo do texto em **português, francês, espanhol e inglês**.

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, em **português, francês, espanhol e inglês** (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12**, em **formato Word for Windows ou compatível**. As margens devem ser:

§ superior e inferior - 2,5 cm

§ esquerda e direita - 3 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Apresentar os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, numerados de forma contínua.

2.6. Estes elementos, acompanhados dos respetivos **títulos e fontes**, não podem ter uma largura superior à do corpo do texto.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4. Citações e Referências Documentais e Bibliográficas

4.1. As **referências bibliográficas e citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

Amorim (2008); Ribeiro (2016: 344); Pereira *et al.* (2010).

4.2. As **citações** em português devem apresentar-se entre aspas. Se forem **em outras línguas** devem ser formatados em **itálico**.

4.3. **Apenas as referências mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final.**

4.4. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) **Livro com um autor:**

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa Moraes Editores.

b) **Livro com mais de um autor:**

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) **Livro com mais de quatro autores:**

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) **Capítulo em livro:**

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. III Vol., *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.13-60.

e) **Artigo em publicação periódica:**

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356.

f) **Artigo em publicação periódica online:**

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356 [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>.

g) **Publicações online:**

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [Consulta em 05.07.2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) **Comunicações em eventos científicos:**

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) **Teses:**

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L' évolution de la perception d'un grand quartier d'affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) **Legislação:**

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) **Citações de documentos:**

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

4.5. As referências bibliográficas devem ser colocadas no **fim do texto** e **ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

5. Os autores devem cumprir o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita e não se encontra sob revisão ou para publicação por outra revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os ficheiros para submissão encontram-se em formato Microsoft Word, Open Office ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram fornecidas quando disponíveis.
4. O texto está em espaço e meio; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (excepto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Instruções para Autores, na secção Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma secção com revisão por pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a Revisão Cega por Pares foram seguidas.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços fornecidos nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.